

RETRATOS DE ASSENTAMENTOS

Número 11, 2008

Arte da Capa: *Arte em Aquarela, Regina Carmona*
Diagramação da Capa: *Publiara - Agência Escola de Publicidade e Propaganda da Uniara*
Editoração Eletrônica: *Marcelo Cassimiro*

RETRATOS DE ASSENTAMENTOS

Número 11, 2008

ISSN 1516-8182

Esta Publicação Reúne em sua Maior parte Produtos de Projetos de Pesquisa
Financiados pelo CNPq.

Este Número do Retratos é Financiado pelo INCRA-SP.

O Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (NUPEDOR) é vinculado
ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio
Ambiente – UNIARA.

Rua Voluntários da Pátria, 1309 – Centro – Araraquara-SP
Cep: 14801-320 – Fone (16) 3301-7126
Home-Page: www.uniara.com.br/nupedor
Email: nupedor@uniara.com.br

RETRATOS DE ASSENTAMENTOS

Número 11, 2008

PUBLICAÇÃO DAS EQUIPES DAS PESQUISAS

Assentamentos Rurais e Desenvolvimento: Tensões, Bloqueios e Perspectivas
(Uma Análise Comparativa em duas Regiões do Estado de São Paulo);
As Idades da Vida: Estudos de Representações Sociais sobre Juventude,
Envelhecimento e Modos de Vida em Assentamentos de Reforma Agrária

PESQUISADORES:

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e
Meio Ambiente - UNIARA

Dulce Consuelo Andreatta Whitaker

Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação da UNESP - ARARAQUARA

Luis Antonio Barone

Professor do Departamento de Planejamento da FCT/UNESP - Presidente Prudente

Luiz Manoel Moraes Camargo de Almeida

Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e
Meio Ambiente - Uniara

PESQUISADORES BOLSISTAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Aline Vieira Poletine
Thauana Paiva de Souza Gomes

PESQUISADORES BOLSISTAS DE APOIO TÉCNICO

Alcir Antonio Kuranaga
Daniel Tadeu do Amaral
Henrique Carmona Duval
Maria Aparecida de Oliveira

COORDENADOR TÉCNICO DA PUBLICAÇÃO

Henrique Carmona Duval

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAQUARA – UNIARA

RETRATOS DE ASSENTAMENTOS

Número 11, 2008

Prof. Dr. Luiz Felipe Cabral Mauro
Reitor

Prof. Flávio Módolo
Pró-Reitoria Acadêmica

Fernando Soares Mauro
Pró-Reitoria administrativa

Profa. Dra. Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento
Regional e Meio Ambiente – UNIARA

CONSELHO EDITORIAL

Profa. Dra. Delma Pessanha Neves
Profa. Dra. Dulce Consuelo Andreatta Whitaker
Profa. Dra. Helena Carvalho De Lorenzo
Profa. Dra. Leonilde Sérvolo De Medeiros
Prof. Dra. Maria Aparecida Moraes Silva
Profa. Dra. Maria Edy Chonchol
Prof. Dr. Oriowaldo Queda
Prof. Dra. Sônia Maria Pessoa Pereira Bergamasco

Retratos de Assentamentos. Araraquara-SP, N. 11, 2008. 325p.
Publicação Periódica do Nupedor (Núcleo de Pesquisa e
Documentação Rural) em parceria com INCRA-SP.
ISSN 1516-8182

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante
Dulce Consuelo Andreatta Whitaker..... 11

O PREÇO AMARGO DAS PARCERIAS DOS ASSENTAMENTOS COM AS USINAS

Vera Lúcia S. Botta Ferrante
Luís Antonio Barone
Henrique Carmona Duval..... 21

O ASSOCIATIVISMO COMO ESTRATÉGIA DE REASSOCIALIZAÇÃO E GESTÃO NOS ASSENTAMENTOS RURAIS EM SÃO PAULO

Luís Antonio Barone
Marluse Castro Maciel
Martha Esthela dos Santos Silva
Vera Lúcia S. Botta Ferrante..... 45

CONSCIÊNCIA JURÍDICA DOS ASSENTADOS DA REFORMA AGRÁRIA: DIREITO, JUSTIÇA E LEGITIMIDADE NO ASSENTAMENTO DE SERRA AZUL-SP

Elizabete David Novaes
Nathalia Suppino Ribeiro..... 71

AUTOCONSUMO EM ASSENTAMENTOS RURAIS: SEGURANÇA ALIMENTAR E AGROECOLOGIA EM DEBATE A PARTIR DE UM ESTUDO DE CASO

Henrique Carmona Duval
Norma Felicidade L. S. Valencio
Vera Lúcia S. Botta Ferrante..... 101

**DIRETO DO CAMPO: UMA PARCERIA BEM
SUCEDIDA ENTRE ASSENTADOS E PODER LOCAL**

Alcir Antônio Kuranaga
Vera Lúcia S. Botta Ferrante
Luiz Manoel Moraes Camargo de Almeida..... 133

**SEGURANÇA ALIMENTAR E AGRICULTURA
FAMILIAR: UM BALANÇO DE UMA EXPERIÊNCIA
MUNICIPAL RECENTE**

Luiz Manoel Moraes Camargo de Almeida
Thauana Paiva de Souza Gomes
Sônia Maria P. P. Bergamasco
Vera Lúcia S. Botta Ferrante..... 157

**PROJETO EDUCAÇÃO DO CAMPO: ESTRATÉGIAS E
ALTERNATIVAS NO CAMPO PEDAGÓGICO**

Lee Yung Feng
Vera Lúcia S. Botta Ferrante..... 195

**DILEMAS DE UM PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL:
RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA DE INTERVENÇÃO**

Priscila Rosseto Camiloti
Sandro Lima
Tiago Lopes Andrade
Luís Antonio Barone
Renata Ribeiro Rocha..... 225

**A PRÁTICA PEDAGÓGICA NUM CURSO DE
AGROECOLOGIA DO MST: A BUSCA PELA
EDUCAÇÃO FÍSICA SUPERADORA**

Juliana Moreira
Maria Peregrina de Fatima Rotta Furlanetti..... 239

**A EDUCAÇÃO NO CAMPO E A SUA REALIDADE:
A ESQUIZOFRENIA TEÓRICA EM XEQUE?**

Ana Lúcia Valente..... 261

O RURAL-URBANO E A ESCOLA BRASILEIRA

Dulce Consuelo Andreatta Whitaker..... 283

**EDUCAÇÃO RURAL: DA RAZÃO DUALISTA,
À RAZÃO DIALÉTICA.**

Dulce Consuelo Andreatta Whitaker..... 295

**ASSENTAMENTOS RURAIS: UMA NOVA
PERSPECTIVA EM EDUCAÇÃO**

Maria Peregrina de Fatima Rotta Furlanetti..... 305

APRESENTAÇÃO

A cada novo número de Retratos de Assentamentos, nós, pesquisadores do NUPEDOR, temos oportunidade de avaliar resultados do nosso constante trabalho na complexa linha de pesquisa em Sociologia Rural, cujas interfaces se abrem constantemente para outras abordagens e nos obrigam a desafios estimulantes.

Ao apresentar o nº 11 do nosso periódico, temos a satisfação de enfatizar o quanto avançamos na compreensão científica destes novos e complexos processos sócio-culturais, os assentamentos de Reforma Agrária, criados a partir da luta pela terra – com seus novos agentes sociais, criando novos espaços plenos de dilemas, desafios e contradições, mas também cheios de esperança para todos aqueles, que, como nós, acreditam numa verdadeira Reforma Agrária, que possa estender, finalmente, a cidadania a todos os explorados do campo.

O conjunto de artigos que ora apresentamos desvela boa parte dos frutos de nosso trabalho na formação de pesquisadores que se espalham por diferentes instituições de pesquisa, com os quais mantemos intenso contato. Mais do que isso testemunha o alcance de nossas parcerias com pesquisadores de áreas importantes, que fazem interfaces preciosas com a Sociologia Rural, como as novas e variadas vertentes da Ciência Ambiental, os estudos sobre segurança e soberania alimentar e os diferentes enfoques sobre educação rural.

Assim, temos a convicção de que nosso olhar se torna cada vez mais o “olhar poliocular” preconizado por Edgar Morin. Ou seja, não ficamos restritos a observar os assentamentos rurais a partir de linhas simplificadoras que poderiam re-construir essas realidades com base ou mais do que com uma visão produtivista desligada dos processos culturais.

Como tivemos, desde os anos 80, uma preocupação com a reconstrução cultural empreendida por sujeitos despossuídos, cujas trajetórias de vida estavam marcadas por dramáticas rupturas, pudemos acompanhar, de forma compreensiva, não só a reconstrução possível, como a emergência de um modo de vida específico, no qual a relação com a natureza desempenha papel fundamental. Isso nos permitiu avançar pela interdisciplinaridade. E mais do que isso, estamos a caminho da transdisciplinaridade (novamente lembrando Edgar Morin) o que nos aproxima das Teorias da Complexidade.

A magnitude das contradições com as quais temos que lidar para obter uma compreensão adequada dos processos nos desperta para abordagens dialéticas, destituídas de preconceitos, ampliando nossa visão para questões ambientais, tal como pode ser sentido em muitos textos de nossas publicações.

Outro ponto importante é que a razão dialética não se furta ao debate. Assim, abrimos, neste número, uma seção especialmente dedicada a diferentes concepções sobre Educação Rural, um tema polêmico no que se refere às políticas públicas mais adequadas e aos corretos fundamentos pedagógicos. A polêmica sobre a escola mais apropriada ao meio rural, muito antiga, andava meio esquecida, mas as propostas pedagógicas do MST e algumas iniciativas do governo federal parecem estar reacendendo o debate. Mais do que nunca, ele se torna necessário, conforme o texto da Profa. Ana Valente da UNB que temos o prazer de publicar. Com isso, damos os primeiros passos nessa direção e abrimos o NUPEDOR e nosso periódico para os pesquisadores interessados em debater, socializar idéias e experiências de pesquisa.

O número 11 da coleção **Retratos de Assentamentos** procura analisar controvérsias, paradoxos e também discutir alternativas possíveis que se apresentam para as experiências de Reforma Agrária. E o faz, reunindo pesquisadores seniors, jovens doutores, bolsistas que estão dando os primeiros passos na carreira acadêmica, numa feliz empreitada que tem nos permitido solidificar um valor difícil de ser mensurado e dos mais importantes, o de propiciar retorno social do conhecimento face aos dilemas dos tempos presentes.

O primeiro artigo **O Preço Amargo das Parcerias dos Assentamentos com as Usinas**, escrito em colaboração por Vera Lúcia Botta Ferrante, Luís Antonio Barone e Henrique Carmona Duval, discute, de forma aprofundada, a controversa presença da cana nos assentamentos rurais nos últimos anos, sua interferência no modo de vida dos assentados e na relação com a dinâmica do desenvolvimento regional. Como interpretar esta presença? Como consequência inevitável do esvaziamento e da falta de continuidade das políticas públicas dirigidas a assentamentos? Como efeito da política de cercamento utilizada pelas usinas? Como estratégia de permanência na terra, dadas as dificuldades enfrentadas face à política de créditos e à comercialização?

A progressiva presença de cana seria demonstração do predomínio de ações de acomodação dos assentados face ao ideário de integração econômica aos sistemas produtivos regionais? O artigo mostra, com extrema propriedade, que não se trata de avaliar a expressão da cana em si mesma, mas de analisar as consequências do sistema de poderes e de controles a ela ligados, daí a opção de discutí-la a partir da noção de uma trama de tensões.

Na situação concreta de parcerias dos assentamentos com as usinas, temos claramente a expressão institucional de um contrato no qual são dissimuladas relações assimétricas de poder. São as dificuldades constitutivas dessa relação, responsáveis pela controversa integração dos assentados às parcerias com as usinas de açúcar e de álcool que são submetidas neste artigo, **O Preço Amargo das Parcerias dos Assentamentos com as Usinas**, a um

aprofundado crivo analítico, alimentado pela discussão das tensões que se apresentam no campo de forças sociais que disputam os destinos da Reforma Agrária.

Dilemas é que não faltam – e são passados em revista ao longo desse texto – na discussão dessa questão que entra necessariamente na agenda das reflexões sobre o presente/futuro dos assentamentos rurais.

O segundo artigo, **O Associativismo como Estratégia de Reassocialização e Gestão nos Assentamentos Rurais em São Paulo**, produzido de uma parceria bem sucedida entre Luis Antonio Barone, Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante, Marluse Castro Maciel e Martha Esthela dos Santos Silva põe o dedo em uma das feridas destas experiências de Reforma Agrária, a questão de sua capacidade organizativa. O artigo discute criticamente uma série de falsas impressões que cercam o campo da gestão econômica e da participação política dos assentamentos, notadamente com relação à atuação das organizações que mobilizam e articulam os trabalhadores rurais em sua luta pela terra, as chamadas “agências de mediação”. Põe em questão a decantada eficácia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST – na direção política dos assentamentos. O artigo procura metodologicamente avançar além dos estudos de caso, apresentando dados enriquecedores para a avaliação do que tem sido os processos de encaminhamentos coletivos que os trabalhadores adotam na gestão dos territórios dos assentamentos.

A aceitação da ordem moral camponesa como estruturante da gestão do trabalho nos assentamentos não é, sem dúvidas, consensual. Os autores mostram – com referências extraídas das práticas sociais dos assentados – que a subestimação da explicação da ordem moral como fator regulador das trocas sociais entre (e intra) famílias acaba por não explorar a potencialidade desse recurso na gestão dos assentamentos de Reforma Agrária. Efetivamente, a prática de associativismo dentro dos assentamentos rurais desenvolve-se de forma mais ou menos contínua entre as práticas de cooperação familiar e vicinal, o que não isenta tais relações de instabilidade.

Os autores mostram, a partir de exemplos concretos, tendência a ser fragilizada a capacidade de organização dos assentados, se esta for baseada exclusivamente no recurso da ordem familiar, situação que não pode ser absolutizada. As informações reunidas neste instigante artigo problematizam a experiência cooperativa nos assentamentos para além do imediatismo de possíveis carências das famílias assentadas. Dilemas que se apresentam na discussão do enfrentamento aos constrangimentos impostos pela estrutura política e econômica mais geral.

O artigo **Consciência Jurídica dos Assentados da Reforma Agrária: Direito, Justiça e Legitimidade no Assentamento de Serra Azul-SP**, de autoria de Elizabete David Novaes e Nathalia Suppino Ribeiro dá um exemplo

vivo de que os assentamentos, processos sociais complexos não podem ser analisados somente em suas objetividades, mas exigem o desvendar das ações/ representações do sentido das experiências como um processo vivido e interiorizado diferentemente pelos sujeitos que delas participam.

As autoras mostram ricamente como a problemática dos assentamentos sugerem em sua concreticidade, a não existência de enfoques privilegiados a priori e a necessária superação de explicações economicistas, as quais, via de regra, mascaram contradições constitutivas desse processo.

Face aos obstáculos e dificuldades que o modelo econômico impõe aos assentados, as autoras investem analiticamente na apreensão de sua visão jurídica, oferecendo subsídios para uma investigação acerca do pluralismo jurídico. Observa-se que a luta pela terra não se fundamenta apenas na ampliação de espaços de trabalho e reprodução do capital e sim, em nova percepção sócio-econômica e jurídica incorporada pelos trabalhadores rurais, que se reflete em uma luta por cidadania e democracia. É possível apontar para a existência de um “sistema de cooperação”, que segundo os sujeitos entrevistados, representa não apenas normas de vivência coletivamente construídas, como também o reflexo do que verdadeiramente caracteriza o justo dentro de sua realidade.

O descaso social e político sofrido pelos assentados os leva a questionar a legitimidade do ordenamento jurídico posto pelo Estado, apontando para uma outra articulação entre cooperação e justiça. Dimensões estas que devem e vêm sendo incorporadas desde quando decidimos, há mais de 20 anos, investir na aventura de compreender os assentamentos em sua historicidade e complexidade.

Os próximos três artigos analisam perspectivas e alternativas que têm se apresentado no presente dos assentamentos rurais quando os mesmos entram na agenda política municipal ou quando são analisados em função de dimensões não priorizadas pela lógica de integração necessária à racionalidade capitalista.

Autoconsumo num Assentamento Rural: Segurança Alimentar e Agroecologia em Debate a Partir de um Estudo de Caso, produto do projeto de mestrado de Henrique Carmona Duval, orientado pelas professoras Norma Felicidade L. S. Valencio e Vera Lucia Botta Ferrante põe em discussão o autoconsumo rejeitando, acertadamente, a análise dos assentamentos por lógicas pautadas por dinâmicas da produtividade e da valorização capitalista. Partindo do entendimento de que nos assentamentos estrutura-se um novo modo de vida, entendido como espaço de articulação de práticas, valores, tradições e de construção de laços que expressam códigos de (re)conhecimento social, o autoconsumo como parte das estratégias dos assentados para permanecer na terra, ganha significado

O artigo de Henrique Carmona Duval resgata uma dimensão pouco visível, mas existencialmente necessária do viver dos assentados. Insere a discussão do autoconsumo na análise da reterritorialização do agricultor, que pelo resgate do seu habitus cultural, volta a produzir ao menos uma parte, do que necessita para se alimentar. Reaviva, portanto, a valorização da Reforma Agrária a partir de um retrato vivo das necessidades de homens e de mulheres que não querem a terra como ponto de partida para a produção de valores de troca. Querem e precisam da terra para não passar fome, para ter o que dar de comer a seus filhos e podem fazê-lo em condições de segurança alimentar.

Este artigo mostra, com a riqueza de dados colhidos em muitas idas aos assentamentos que, com o apoio de políticas municipais voltadas à produção de alimentos, pode ser configurada uma estratégia de desenvolvimento rural frente à invasão da cana nos lotes agrícolas. Tal hipótese aguça o debate e leva o leitor a perseguir uma questão: até que ponto a produção de alimentos e as outras práticas mediadas por marcas do habitus camponês podem ser uma alternativa ao preço amargo das parcerias dos assentamentos com as usinas?

O artigo seguinte, **Direto do Campo: Uma Parceria Bem Sucedida entre Assentados e Poder Local**, de Alcir Antonio Kuranaga, escrito em colaboração com Vera Lúcia Botta Ferrante e Luiz Manoel Camargo de Almeida apresenta à análise um caso concreto de formação de uma rede de capital social em torno da temática da segurança alimentar total.

Refere-se à discussão de uma experiência levada adiante no município de Araraquara, Estado de São Paulo, através da qual a Prefeitura desenvolveu um programa de comercialização de produtos agrícolas provenientes de agricultores familiares em varejões populares distribuídos em pontos comerciais estratégicos.

Este caso, ocorrido no centro da produção canavieira e do território citrícola mostra como mecanismos institucionais desenvolvidos através de políticas públicas participativas e organizações locais podem promover o desenvolvimento rural local com possibilidades de inclusão social.

Através de uma inovadora proposta de indicadores de acompanhamento, o artigo mostra o Programa Direto do Campo enquanto gerador de renda e de diversificação agrícola aos pequenos produtores familiares, permitindo igualmente aos consumidores urbanos o acesso a alimentos saudáveis com preços mais baixos, com conhecimento de sua procedência.

O texto mostra a perspectiva de concretização de um estágio de segurança alimentar local que se reflete em valores nutricionais, autenticidade de produtos, saúde das pessoas, solidariedade a produtores agrícolas. Situação que vem ao encontro da abordagem dialética da relação cidade-campo. Além do mais, o programa Direto Do Campo pode mostrar o início da cristalização de uma rede de capital social, por mais controvérsias que esse conceito

apresenta no campo teórico – metodológico.

Completando a análise das políticas públicas como instrumentos de desenvolvimento nos espaços locais e regionais, o artigo de Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida, Thauana Paiva Gomes, Vera Lucia Botta Ferranre e Sônia Maria Pessoa Pereira Bergamasco **Segurança Alimentar e Agricultura Familiar: Um Balanço de uma Experiência Municipal Recente** reforça a hipótese de que alternativas institucionais podem levar os agricultores familiares assentados ou dos fluxos agroindustriais tradicionais a compor, efetivamente, a agenda política local.

Com uma instigante construção de indicadores qualitativos e quantitativos, o artigo identifica os níveis de (in)segurança alimentar da população assistida, a eficácia e entraves dos programas municipais de Araraquara-SP, centralizados sob a gestão da Coordenadoria de Agroindústria e Segurança Alimentar.

Igualmente mostra que tais iniciativas podem ser consideradas como um embrião de modelo de desenvolvimento alternativo às economias regionais, capaz de alterar, com ganho qualitativo, padrões de segurança alimentar e de responsabilidade social dos municípios, os quais são visivelmente prejudicados com a má distribuição de renda causada pela expansão da cana, com conseqüentes agravantes na qualidade de vida. Os entraves e as eficácias obtidos com os programas de aquisição de Alimentos e Varejões Populares, Banco de Alimentos, Restaurante Popular, Merenda Escolar, Cozinhas Comunitárias podem, sem dúvidas, oferecer subsídios à construção de uma agenda local de desenvolvimento, desde que exista vontade política de criar efetivas estratégias aos efeitos espetaculares difundidos pelo modelo do agronegócio.

O artigo de Lee Yun Feng, produto de sua dissertação de mestrado orientado pela professora Vera Lucia S. Botta Ferrante, **Projeto Educação do Campo: Estratégias e Alternativas no Campo Pedagógico** discute a realidade escolar da educação rural da escola Hermínio Pagotto no assentamento rural Bela Vista do Chibarro, localizado em Araraquara-SP.

A escola cumpre, neste assentamento, um papel aglutinador, por excelência. O projeto Educação do Campo se mostra importante para o desenvolvimento de novas práticas pedagógicas e mudanças na percepção e no hábito dos professores e seus alunos, promovendo uma valorização da vida no campo. O autor mostra com o registro e acompanhamento das aulas e outras práticas fora da escola que esta proposta educacional – Educação do Campo – contraria a visão urbanocêntrica da educação tradicional através de um movimento de emancipação cultural que pode gerar a superação de diversos estigmas pré-concebidos sobre a vida no campo.

A experiência de construção coletiva, de gestão compartilhada que

perpassa o trabalho pedagógico, nas várias etapas e processos organizativos, desde o planejamento até a vivência na sala de aula e fora dela procura reiterar a visão do campo como espaço de vida, de produção, de cultura e de lazer.

A preocupação com a gestão ambiental nos assentamentos aparece no artigo **Dilemas de um Projeto Ambiental: Relato de uma Experiência Participativa no Pontal do Paranapanema**, igualmente uma experiência de cooperação entre docentes e alunos do curso de Engenharia Ambiental da FCT, Unesp, Campus de Presidente Prudente-SP. De autoria de Priscila Rosseto Camiloti, Sandro Lima, Tiago Lopes de Andrade, Luís Antonio Barone e Renata Ribeiro de Araújo Rocha, o artigo busca em uma abordagem interdisciplinar, discutir a alarmante situação de degradação ambiental e a dependência dos recursos naturais por parte dos assentados do projeto do Assentamento Primavera, situado no município de Presidente Venceslau-SP.

Focado na elaboração e execução de um projeto técnico para a recomposição florestal da área de preservação permanente da represa deste assentamento, o artigo retrata um plano participativo de recuperação ambiental. Em um interessante resgate histórico, os autores mostram que a devastação do Pontal do Paranapanema foi feita quando não havia Reforma Agrária e predominava o latifúndio dos grandes proprietários.

Valendo-se da metodologia participativa, a equipe da Unesp apresentou o processo de recomposição das áreas de proteção permanente à comunidade assentado, o que facilitou sobremaneira seu envolvimento nas questões ambientais do projeto de assentamento.

A partir da constatação do desconhecimento da população local a respeito dos impactos ambientais – ou seria descaso do poder público? – buscou-se, através de um projeto de educação ambiental, a conscientização dos moradores da sua luta por direitos. Não foram fáceis tais caminhos. Dificuldades de reunir num mesmo esforço coletivo, instituições que têm diferentes formas de trabalho foram mencionadas, o que revela impasses para se concretizar um real planejamento participativo. Faz-se igualmente necessário separar eventuais erros cometidos pelos técnicos dos atributos de incompetência, com frequência, impostos equivocadamente aos assentados, numa desqualificação apriorística de sua trajetória e de suas lutas.

A Prática Pedagógica no Curso de Agroecologia do MST: A Busca pela Educação Física “Superadora”, de autoria de Juliana Moreira da Costa e Maria Peregina de Fátima Rotta Furlanetti, respectivamente graduanda do curso de Educação Física e professora do Departamento de Educação da FCT/Unesp, Presidente Prudente-SP traz ao leitor reflexões acerca da experiência obtida na disciplina de Educação Física no curso de nível médio integrado ao técnico em Agroecologia do MST.

O artigo traz uma experiência inovadora no campo da Educação. Com

características diferenciadas dos cursos tradicionais, como a Pedagogia da alternância e o acervo político – cultural do MST, buscou-se analisar, com o auxílio de técnicas da observação participante, os avanços que o curso proporcionou aos jovens no que diz respeito à formação crítica. Constatou-se que as aulas de Educação Física foram importantes para uma reflexão acerca do tempo livre e do lazer das relações interpessoais e, principalmente, em relação às mulheres.

O contato com a cultura corporal, associado à reflexão crítica e à discussão trouxe o reconhecimento da possibilidade de contestação e auto-organização em relação ao lazer e à cultura. Trata-se de uma contribuição extremamente original que nos permite indagar ou buscar investigar se não há discrepância entre os significados de lazer para os pesquisadores e os assentados.

Constatou-se, igualmente, que embora apresentasse muitos avanços, o curso de Agroecologia ainda necessita de aprimoramento e de apoio pedagógico. Entretanto, as perspectivas de que a educação pode ser transformadora e alimentar a consciência crítica nos dão lições muito significativas para se pensar o futuro das experiências de assentamentos rurais. Sem exagerados otimismo, nem diagnósticos pessimistas forjados em indicadores de desempenho e de eficiência, os quais ficam, na maior parte das vezes, muito distantes do viver dos assentados.

A parte final desse número de Retratos foi reservada, como já afirmamos, para um espaço de debate, de crítica, de sugestões sobre educação rural. Com a convicção de que esta iniciativa vai se desdobrar em frutíferas contribuições dos pesquisadores, apresentamos um conjunto de quatro textos que, com toda certeza, reacendem o debate sobre a relação campo-cidade no Brasil.

Em A Educação no Campo e a sua Realidade: A Esquizofrenia Teórica em Xequê? Ana Lúcia E.F. Valente faz uma instigante crítica à reivindicação de especificidades e identidades para a educação rural. Documentos oficiais como as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do campo, do Conselho Nacional da Educação e outros publicados pelo Ministério da Educação que reivindicam a especificidade dessa educação voltada para o alunado marcado pela diversidade cultural e que vive no espaço rural são tomados como ponto de partida para proceder à crítica de um determinado enfoque sobre a temática.

Incisivas respostas a esta perspectiva – explicitadas no intuito de fomentar sadiamente o debate acadêmico – são dadas por Dulce Consuelo Andreatta Whitaker em dois artigos não menos instigantes. **O primeiro, O Rural-Urbano e a Escola Brasileira**, publicado originalmente em **Travessias**, Revista do Migrante – ano V, nº 12, janeiro/ abril, 1992 é radical na afirmação da necessidade de superação da razão dualista para se compreender como se

articulam o rural e o urbano no Brasil, um país de extrema heterogeneidade econômica e cultural. Criticando as generalizações e as tentativas de homogeneização, a autora afirma que para superar a razão dualista que estabelece a separação entre a educação rural e a urbana “o melhor caminho é estabelecer uma larguíssima autonomia nas escolas através da qual diretores e professores possam buscar os melhores conteúdos a serem trabalhados em cada caso, sem nunca perder de vista a ponte que deve ser estabelecida entre a cultura da criança e a cultura da escola”.

No segundo artigo, **Educação Rural: Da Razão Dualista, à Razão Dialética**, escrita especialmente para esse número do Retratos, a professora Dulce resgata a principal diferença entre o ruralismo pedagógico dos anos 30 no Brasil e as atuais propostas de Educação no Campo.

“Enquanto o ruralismo pedagógico é fruto de uma época histórica marcada por obscurantismo e fascismo, as novas propostas se referem a movimentos sociais de inspiração socialista e evocam utopias libertárias.”

Dilemas é que não faltam para fomentar este debate que tem, no artigo **Assentamentos Rurais: Uma Nova Perspectiva em Educação** de Maria Peregrina de Fátima Rotta Furlanetti, novas facetas, através da análise de uma experiência do EJA – Educação de Jovens Adultos – nos assentamentos rurais, vista pela autora como uma necessidade para que se possa retomar a cultura dessas pessoas, resgatando sua identidade.

Criticando veementemente a reprodução de um modelo escolar com fundamentos urbano-industriais nas escolas dos assentamentos, a autora valoriza como ingredientes necessários deste projeto pedagógico os códigos de ajuda mútua, os conhecimentos e saberes familiares e a perspectiva de sua gestão pela comunidade. Utopias no horizonte? Afinal, sem utopias, as possibilidades de mudança se tornam nulas e tombam, como as folhas de outono.

Este número 11 do nosso Retratos de Assentamentos desvela situações diferenciadas e enriquecedoras para a compreensão da luta pela Reforma Agrária no país. Revela muito dos nossos sonhos, utopias, do nosso entusiasmo em fazer da pesquisa continuada em assentamentos rurais, uma escolha de vida.

No lançamento de mais esse número da coleção Retratos, queremos externar nosso profundo agradecimento ao INCRA-SP que tem se mostrado um parceiro solidário aos nossos sonhos e lutas.

Outono de 2008.

*Vera Lucia Silveira Botta Ferrante
Dulce Consuelo Andreatta Whitaker*

O PREÇO AMARGO DAS PARCERIAS DOS ASSENTAMENTOS COM AS USINAS

*Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante¹
Luís Antonio Barone²
Henrique Carmona Duval³*

Resumo: A controversa presença da cana nos assentamentos rurais nos últimos anos exige uma cuidadosa reflexão sobre sua interferência no modo de vida dos assentados e na relação dos assentamentos com a dinâmica do desenvolvimento regional. A presença da cana nos assentamentos tem suscitado ao longo desse período conflitos internos, discussões, nada consensuais, sobre o passado/ presente/ futuro dessas experiências. A análise da parceria com as agroindústrias é atravessada, do nosso ponto de vista, pela noção de trama de tensões, exigindo que sejam submetidas ao crivo analítico as desigualdades constitutivas desta polêmica integração dos assentados às usinas de açúcar e álcool, assim como as conseqüências sócio-econômicas e ambientais da problemática transformação dos assentamentos rurais em celeiros da cana.

Palavras-Chave: Assentamentos Rurais, Reforma Agrária, Expansão da Cana, Impactos Sócio-Econômicos e Ambientais.

Introdução: um itinerário de questões polêmicas

Dados reveladores da expansão da cultura canavieira são inegáveis. Novos produtores estão sendo continuamente agregados aos complexos agroindustriais, com a constituição de novas usinas/destilarias envolvendo grupos econômicos que já atuam no mercado, abrindo espaço para outros, inclusive estrangeiros. O processo de internacionalização envolvendo a cultura canavieira vem ganhando contornos novos, no circuito do qual, usinas sustentadas por relações familiares têm fechado, o que tem prejudicado os

¹ Pesquisadora do CNPq, Coordenadora do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente - UNIARA.

² Professor-Doutor do Departamento de Planejamento da FCT/UNESP – Presidente Prudente (SP).

³ Mestrando em Agroecologia e Desenvolvimento Rural – UFSCar e Bolsista de Apoio Técnico – Nupedor.

pequenos municípios que têm sua vida econômica norteadada pela presença das agroindústrias e agravado as condições, já difíceis, dos trabalhadores rurais que vivem da cana.

A presença revigorada da cana nos assentamentos rurais expõe o futuro destas experiências de Reforma Agrária a controvérsias da natureza diversa, o que exige um olhar atento e crítico sobre esta trajetória.

Dados do IEA/SEADE (2005) mostram que os municípios que têm 70% de produção com cana no Estado de São Paulo têm os mais baixos índices paulistas de responsabilidade social. Em outros termos, dados apologeticos da cana como vanguarda na produção de renda contrastam com outros (PNAD, 2004) que mostram um agravamento dos índices de responsabilidade social (educação, qualidade de vida, segurança alimentar) nos municípios com predomínio da cana na sua área agrícola.

Diante desta expansão, cabe uma primeira reflexão: os assentamentos têm entrado nessa proposta de instalação/ampliação dos canaviais como atores coadjuvantes. O início e ampliação do plantio de cana nos lotes dos assentamentos – processo que tem na região mais modernizada da agricultura paulista, cerca de 15 anos de idas e vindas – tem modificado o modo de vida criado neste espaço. De quem é a responsabilidade? Como interpretar esta expansão? Como consequência inevitável do esvaziamento e da falta de continuidade das políticas públicas dirigidas a assentamentos? Como efeitos da política de cercamento utilizada pelas usinas? Como estratégia de permanência na terra, dadas as dificuldades enfrentadas face à política de créditos e de comercialização? Como uma manifestação de desobediência face às diretrizes dos órgãos gestores para a política de assentamentos que proíbem os arrendamentos dos lotes?

Ainda mais, poderíamos associar a complexa transformação dos assentamentos rurais em celeiros de cana à possível falência das experiências de reforma agrária, já que a expansão de cana sugere a reprodução da monotonia da paisagem das monoculturas e das degradadas condições de trabalho a que são submetidos os cortadores de cana, movimento que se põe na contramão das perspectivas de autonomia e de desenvolvimento enquanto liberdade, sugeridas pelas políticas de assentamentos. Explicitando, se tomarmos a relação dos assentamentos com o desenvolvimento, não direta, nem linear, mas pautada por tensões que se expressam no modo de vida e na maneira de inserção dos assentamentos nos contextos regionais, como interpretar a expansão da cana nesses espaços? Como ficam as contradições e possibilidades de um tipo de agricultura familiar frente aos constrangimentos estruturais das economias regionais e do entorno sócio-político? Se a expansão da cana aparece associada ao agravamento dos índices de segurança alimentar frustra-se a perspectiva dos assentamentos terem uma produção de alimentos de qualidade? A progressiva

presença da cana nos assentamentos seria demonstração do predomínio de ações de acomodação dos assentados face ao ideário de integração econômica aos sistemas produtivos regionais?

Mais recentemente, sob o comando da Polícia Federal, em apoio ao INCRA, a ordem de reintegração de posse no assentamento Bela Vista do Chibarro provocou despejos, agressões, ameaças, incêndios de barracos, levando a reforma agrária a ocupar tristemente as manchetes policiais. Demonstração viva de que além de questões de princípio e da forte argumentação de que a presença da cana compromete a produção de alimentos, os conflitos têm efetivamente criado divisões no campo político-econômico ligadas, direta ou indiretamente, à expansão, em escala crescente, da cana. Movimento que não se dá por livre escolha dos assentados, mas envolve todo um orquestramento de interesses.

Controvérsias é que não faltam na discussão dessa questão que entra necessariamente na agenda das reflexões sobre o presente/futuro dos assentamentos rurais, os quais, nessa região, são formados por ex-bóias-frias que já passaram pelo sistema de poderes e controles do trabalho na cana.

A cana e o modo de vida dos assentamentos

A inserção sempre problemática dos assentamentos nos distintos contextos regionais a partir da expansão da cana cria uma nova trama de relações sociais, revelando tensões entre as práticas e as racionalidades dos diferentes agentes (assentados, técnicos, agentes políticos e outros mediadores) e o campo do poder, campo de forças sociais que disputam os destinos da reforma agrária, dimensionado a partir da escala local/microrregional.

Os assentados aparecem como sujeitos muitas vezes em posição de subalternidade, porém com presença ativa e desenvolvendo estratégias mais ou menos coerentes com possíveis projetos políticos de fortalecimento da agricultura familiar via assentamentos. Outras vezes, parecem submergir a um sistema comandado pelo agronegócio. No caso da discussão ora travada, a trama de relações e tensões se constitui num campo específico, conforme Bourdieu, no qual estão em disputa tanto os possíveis distintos projetos de desenvolvimento dos assentamentos rurais, quanto a hegemonia política no território local/microrregional, ela mesma bastante definidora dos referidos projetos de desenvolvimento. Questões ligadas à cana nos assentamentos interferem significativamente no presente / futuro dessas experiências.

Um olhar sobre a trajetória dessas experiências de assentamentos nos mostra a possível construção de um novo modo de vida, que envolve um conjunto de relações, desde as de vizinhança e com a comunidade inclusiva, até as relações com o poder local e com a agricultura regional.

Códigos tradicionais, racionalidades, o vai-e-vem de formas associativas, a reorganização do espaço produtivo/reprodutivo, os rearranjos em busca da cooperação podem ser observados neste processo. Do mesmo modo, expressões de conflitos, de diferenças, muitas vezes atravessadas por mecanismos de poder, nos quais o clientelismo e expressões da cultura da dádiva se fazem presentes também podem ser constatadas. Daí a necessidade de discutir a relação cana/assentamentos em função das tramas sociais constituídas pelos distintos conjuntos de agentes/atores sociais que animam o cenário local/regional, bem como através das tensões que se expressam no campo político-econômico (FERRANTE, WHITAKER, BARONE, 2003).

O modo de vida em questão é o constituído pelos assentados em sua busca por sustentabilidade num campo de disputas definido pelo jogo das forças sociais presentes no âmbito local/regional. Os assentados são sim os artífices desse modo de vida, mas o fazem sempre numa situação relacional, como diria Bourdieu. Os confrontos com as demais forças sociais (capital regional, agentes oficiais dos órgãos estatais responsáveis pela reforma agrária e os agentes do poder público municipal) podem ter, na relação com a cana, cenário privilegiado de observação.

A presença e expansão da cana exigem uma reavaliação da discussão da sustentabilidade, seja econômica, ambiental ou social dos assentamentos. Assim, diferentemente das noções de impacto ou de mera integração, preferimos analisá-las da ótica de uma trama de tensões. A inserção dos assentamentos nos contextos regionais estudados tem se dado mediante tensões explícitas ou latentes, conflituosas ou acomodativas na construção dessa rede de relações.

O cotidiano dos assentamentos mostra homens e mulheres assentados buscando autonomia econômica e política, desenvolvendo estratégias em meio a contextos regionais com característica específica. A presença da cana entra em choque ou implica em restrições concretas à busca dessa autonomia.

Tais questões nos levam a buscar as mediações dos assentamentos com a dinâmica do desenvolvimento regional. Como fica esta expansão na definição de estratégias e iniciativas por parte dos trabalhadores assentados, na busca de //reconstruírem um modo de vida adequado à nova situação que experimentam?

Nessa reconstrução, a “parceria” com as agroindústrias, nos termos em que ela vem se concretizando exige a desconstrução desse conceito calcado na matriz teórica de capital social, a qual tem como princípio que a parceria deve estar embasada por valores como “solidariedade”, “reciprocidade”, “cooperação” e “confiança” (PUTNAM, 2000; SILVA, 2005). Na situação concreta da parceria com os assentados, trata-se da expressão institucional de um contrato no qual são dissimuladas relações assimétricas de poder. São as desigualdades constitutivas desta relação responsáveis pela controversa

integração dos assentados às parcerias com as usinas de açúcar e álcool que precisam ser submetidas a um crivo analítico.

A expansão da cana põe em questão a gestão do trabalho no interior dos assentamentos, a produção para o autoconsumo e a recuperação de um possível ethos camponês. Envolve conflitos, resistências e acomodações.

Temos certeza de que nos assentamentos, existe uma reivindicação do rural e do local, tanto para as populações assentadas quanto para o entorno. Reivindicação que não elimina a preservação de hábitos culturais próprios de uma cultura camponesa nos mais diferentes espaços da vida social, os quais se expressam através de códigos de reconhecimento social, de elementos da economia moral (BARONE, 2000). A expansão da cana leva à emergência de novas racionalidades? Estratégias e projetos colocam, frente a frente, as possibilidades da agricultura familiar e o monopólio do agronegócio nos sistemas produtivos e na economia regional.

O vai e vem da entrada da cana nos assentamentos rurais

Há quinze anos, a proposta de um consórcio de cana, envolvendo o poder local – uma usina próxima localizada na região de Araraquara – e órgãos do Estado, trouxe desdobramentos e divisores de águas. Questões que reaparecem em outros momentos, pondo em discussão o modo de vida constituído nos assentamentos, a perspectiva da agroindústria conviver com espaços diversificados de produção/ reprodução social e especialmente, o significado da cana como possível estratégia de permanência na terra. Questões que permitem o aflorar de dois eixos analíticos principais na interpretação dos assentamentos. Para os pesquisadores que insistiam em avaliar assentamentos por indicadores de sucesso, de eficiência e de fracasso, o consórcio ou a entrada da cana foi mais um episódio do “natimorto processo da integração dos assentamentos na região” (PINASSI, QUEDA, 1993).

Para os pesquisadores que investem em outra abordagem, reiterando a importância de se acompanhar o movimento dos assentamentos, em suas diferenciações, não unicamente pela lógica da integração e de inserção no mercado capitalista, o consórcio tem que ser compreendido como parte das relações complexas que envolvem assentamentos, poder local, inserção regional, mediações que têm que ser pensadas da perspectiva político-social, não unicamente por uma determinação econômica.

A explicação da entrada da cana como fator de se evitar a falência dos assentamentos da Fazenda Monte Alegre vinha carregada de raciocínios economicistas, aparentemente desvinculados da forte interferência do poder local (STETTER, 2000).

No final de 1992, o então Prefeito do Município de Motuca lança na grande imprensa e nos meios de comunicação locais, o discurso de que iria levar à redenção o assentamento da Fazenda Monte Alegre denominado por ele de “favela rural”, através de um consórcio entre assentados e a usina açucareira Santa Luiza Ltda para o plantio da cana-de-açúcar.

O consórcio, anunciado como a única perspectiva de viabilizar economicamente os assentamentos de trabalhadores rurais assentava-se, na verdade, no atributo de ser o bóia-fria incapaz de “tocar a terra”. A omissão do Estado não era discutida. A plantação de cana, à semelhança de um arrendamento permitiria, sob os termos anunciados pelo consórcio, um aumento do poder aquisitivo do assentado. Dos 16 hectares de terra de cada assentado, 12 seriam utilizados para plantação de cana-de-açúcar, cultura que, comprovadamente, não tem rentabilidade econômica em pequenas unidades de produção. Nos 4 hectares remanescentes, o assentado poderia plantar o que quisesse, dependendo de sua livre decisão.

O exame das peças constitutivas desta proposta de consórcio nos põe diante de um quadro, no qual a liberdade e autonomia são desfeitas, sendo recriada uma típica forma de assalariamento. Poderes e controles a esquadrihar o novo espaço social, reenquadrando-o nas marcas do “trabalho cativo”.

Em meados de 95, a usina reaparece no núcleo da Fazenda Monte Alegre com uma proposta de consórcio modificada, a qual estipulava 50% dos lotes para o plantio de cana-de-açúcar, sendo retirados todos os benefícios diretos e indiretos presentes no modelo anterior.

Houve uma contraproposta do Sindicato dos Empregados Rurais de Araraquara e do DAF, no sentido de continuidade da gestão e administração dos assentamentos, caso a parceria se efetivasse. A parceria começou a ganhar mais adeptos. Apesar do crescimento do número de famílias interessadas - de 70 a 80% - em aderir ao plano piloto e à parceria com a usina, as condições de sua operacionalização sob comando de uma cooperativa frustraram-se, pelas próprias dificuldades associativas e pela resistência à adaptação a modelos coletivos forjados por outros para suas vidas.

Em um jogo de expectativas, idealizações e irrealizações, estratégias familiares para se viver melhor na terra aparecem no mesmo cenário em que a cana ganha espaço crescente. Expressões de clientelismo por parte do poder local se contrapõem a outras tentativas de uma nova cultura política.

A pressão que as usinas exercem sobre os projetos de assentamentos a fim de que se dediquem à produção canavieira, passando a ser fornecedores de matéria prima para as agroindústrias nunca se interrompeu efetivamente. De forma mais ou menos dissimulada, a proximidade e o cercamento das usinas se constituiu, nas últimas décadas, em uma sombra a nublar a perspectiva de uma produção pluralista e diversificada nos assentamentos da região.

A legalização da presença da cana: divergência na posição dos órgãos gestores

No início, o INCRA, apesar de continuar, em princípio, contrário ao plantio da cana, pareceu assistir ao movimento como ator coadjuvante. Simultaneamente, o ITESP, através de portaria (24/10/2002) (re)estabeleceu parcerias entre lotes agrícolas dos assentados e agroindústrias, sob o argumento de dinamização do processo de capitalização das famílias beneficiárias dos projetos de assentamentos. Justificou a portaria que acabou por consentir, sob regras, o plantio da cana como perspectiva de garantir maior participação dos assentados na economia dos municípios e “suprir as indústrias de matéria-prima de fonte agrícola, além de aumentar, paralelamente a área plantada com gêneros essenciais à alimentação, consolidar os sistemas de produção existentes e até implantar unidades artesanais para o processamento dos produtos”(Portaria ITESP nº 075-24/10/02).

Foi mantido o limite de 50% da área total nos lotes com área até 15 ha, nos lotes com área superior a 15 ha, estipulou-se até 30% da área total. A determinação de que a exploração deveria ser feita de forma individual, associativa ou coletiva, ficando proibida outra modalidade de exploração que não permitisse a participação direta dos beneficiários no planejamento, condução e comercialização da produção parece contrastar com o que passou a ocorrer. Há manifestações de resistência, agravadas no caso das queimadas que passam a entrar, sem pedir licença, nas casas e nos lotes dos assentados.

A polêmica é reacesa, tendo como cenário o poder local. O prefeito de Motuca – área de jurisdição de parte dos núcleos da Fazenda Monte Alegre - declara, em alto e bom tom que o plantio de cana busca dar melhores condições de vida aos assentados.

Na avaliação do prefeito, “a crítica situação dos assentados não é culpa da falta de investimentos dos governos (estadual, municipal), mas da ingerência da própria FERAESP e, em alguns casos, dos próprios assentados” (Folha de São Paulo – 13/10/2002). O movimento sindical, em princípio afastado desta disputa, voltou a entrar em cena, estimulando audiências públicas e manifestações de resistência por parte dos assentados.

Apesar das afirmações de que prefeitura e órgãos técnicos têm todos os critérios para evitar que os assentamentos sejam arrendados ou danifiquem o ambiente, a realidade mostra outras facetas, que explodem, principalmente na questão das queimadas e da quebra da autonomia, prevista em princípio, no acordo sobre o plantio da cana.

No outro espaço, no assentamento Bela Vista, sob jurisdição do INCRA, há denúncias de que os assentados começaram a arrendar suas terras há mais de 7 anos. Denúncia encaminhada pelo ITESP ao INCRA, o qual procurou nos

últimos anos, retomar seu papel, solicitando reintegração de posse dos lotes irregulares ou totalmente arrendados às usinas. Situação que tem acirrado os conflitos e parece se sobrepor a qualquer perspectiva de cooperação. A posição do INCRA tem sido frontalmente contrária ao plantio de cana. Iniciativas, ainda que tímidas, de outras alternativas de produção/ reprodução social têm sido propostas pelo INCRA que tem buscado, na parceria com a FERAESP e com a Prefeitura Municipal de Araraquara, construir outro caminho para o assentamento Bela Vista do Chibarro. Construção que tem enfrentado conflitos e cisões.

Da parte dos assentados da Bela Vista, apesar da cana crescer assustadoramente neste espaço há, dentre as 176 famílias cerca de 20 que resistem, continuando com a agricultura de subsistência e pouca diversificação agrícola. Temem o fruto amargo da cana queimada. “A usina usa herbicida, que afeta o desenvolvimento do feijão, do milho. Também existe o problema da fumaça durante o período da colheita que invade nossos lotes de produção e de moradia” é o desabafo de um assentado que tem procurado reorganizar os produtores para ações de enfrentamento ao cercamento das usinas e aos danosos efeitos da queimada.

Neste mesmo cenário, dívidas acumuladas, pelo fato dos assentados fazerem retiradas antecipadas dos próximos rendimentos da cana das safras futuras, parecem recriar o sistema de vales, expressão de dependências e de subordinação.

O confronto entre duas lógicas assume contornos nítidos. De um lado, uma, precedida pelo imperativo da integração na racionalidade capitalista, apresenta a entrada da cana nos assentamentos como garantia de autonomia e de permanência na terra. De outro, a que procura levar os agentes políticos locais e regionais a verem na diversificação agrícola, na quebra da cultura da dádiva, um outro caminho possível, ainda que cercado de indefinições.

A queimada é incluída naturalmente na primeira lógica, como garantia de emprego. Na segunda lógica, a queimada, associada aos venenos que acabam por afetar as plantações, representa, na fuligem e na fumaça, a perda da liberdade de ter, na terra, um espaço diferente de produção e de reprodução social. A chama da cana queimada assume, na representação simbólica dos assentados que resistem, a marca da volta ao trabalho “cativo” esquadrinhado por outros saberes e poderes.

O quadro presente das parcerias

O que significam, efetivamente, os contratos feitos em parceira com empresas ou agroindústrias?

Voltamos a afirmar que a grande diferença entre as diversas parcerias

com o setor privado é a não utilização da mão-de-obra familiar nas produções e a perda de responsabilidade e de independência sobre a terra em algumas delas. As variações nos mercados específicos de cada produto também são importantes fontes de análise, pois mesmo com contratos assinados, as oscilações dos preços no momento das vendas dão grandes diferenciais na hora de receber pelos produtos.

No caso da cana-de-açúcar agroindustrial encontramos o caso mais complexo de parcerias entre assentados e setor privado. As usinas da região têm um longo histórico de assédio aos pequenos produtores assentados para o plantio nos lotes, conforme expresso na produção acadêmica voltada a esta temática (STETTER, 2000; BAÚ, 2002). Plantada de forma irregular por no mínimo dez anos, a partir de 2002, a portaria do Itesp (Nº 075/2002), como já afirmado, regulamenta a cultura em metade dos lotes deste assentamento. Esta grande pressão da cana se deve, sobretudo, à estrutura agrária da região, principal pólo produtivo do Brasil.

Verificamos outros impactos e conseqüências da atuação do setor canavieiro, principalmente no que se refere às questões ambientais e sociais afetadas pelo processo produtivo de álcool e açúcar. Dentro da parceria com os assentados, plantar a cana implica em problemas, como a fragmentação interna nos assentamentos entre os que plantam ou não, incluindo-se brigas e violência física. Além de trazer um forte risco de arrendamento da terra, inúmeros problemas relacionados às queimadas e aos demais métodos produtivos têm afetado diretamente a população assentada em seu espaço de moradia e de trabalho.

No caso das parcerias com usinas canavieiras temos duas situações, que diferem devido ao tratamento dado pelos órgãos gestores, Incra (Bela Vista) e Itesp (Monte Alegre). Tais diferenças entre as posições dos órgãos gestores não serão objeto destas reflexões que têm, como prioridade de análise, a discussão das controvérsias e das armadilhas, muitas vezes dissimuladas que se apresentam nas sedutoras parcerias propostas pelas usinas aos assentamentos rurais.

O risco do arrendamento: as armadilhas dos contratos

Regulamentada em setembro de 2002, a portaria 75 do Itesp permitiu as parcerias entre agroindústrias e assentados. Com ela, ocorreu uma explosão de contratos para o plantio de cana agroindustrial no assentamento Monte Alegre. Desde então, o número de assentados que tem aderido à parceria vem aumentando rapidamente. O formato do contrato estipula que a cana poderá ser plantada em, no máximo, metade do lote durante cinco anos (aproximadamente 7 hectares) com direito na primeira safra, durante a formação do canavial, a

algumas horas de trabalho do trator da usina para destocar eucaliptos que ainda estão no solo, arar a terra e abrir os sulcos para plantar a cana, aplicação de “mata-mato”, cupinicida, veneno para formigas e ainda as mudas. O transporte e pesagem também são a cargo da usina. Os serviços de formação do canavial são disponibilizados apenas na primeira safra (de 18 meses) e descontados em tonelagem, 50% na primeira colheita, 30% na segunda e 20% na terceira, porém, nessas duas últimas e demais safras, os assentados já não puderam contar com esses serviços feitos pela usina. Eles tiveram que financiar os custos da produção com o dinheiro ganho nas safras anteriores sem o apoio que receberam da usina na primeira, a chamada “produção facilitada”.

Apenas o trato e o corte seriam responsabilidades das famílias. O corte na verdade seria feito por mutirões, de forma que cada assentado participaria no corte dos demais. No entanto, não houve organização para isso e o que ocorreu foi a terceirização da mão-de-obra por turmas da usina. Foi por isso que a parceria ficou caracterizada como arrendamento em muitos lotes, já que não há trabalho familiar nos canaviais, espaço de individualização. Mesmo o trato diário foi feito muitas vezes por terceiros, ou seja, o financiamento, a preparação da terra, o plantio, a colheita, o transporte e a pesagem ficaram a cargo da usina. Problemas desses serviços feitos por funcionários de usina são retratados nas representações dos assentados.

Houve um caso que o trator desmanchou as curvas de nível que tinham no lote e sem as curvas todo calcário que jogar na terra para corrigi-la vai descer com a água. Deveriam ter cobrado da usina que fizesse o serviço novamente. O mata-mato que disseram ter jogado um monte não matou as baquearas dele, o cupinicida e o veneno para formigas estão sendo aplicados com bombas costais depois que a cana está plantada, o que não resolve o problema dos ataques à cultura. Segundo o assentado, os venenos deveriam ser passados com máquinas e depois que abre o sulco, como é feito nas usinas, para que o combate se dê lá onde estão os cupins e as formigas. Da forma como estão aplicando, tanto o cupinicida como o veneno para formigas não garantem um efetivo combate a essas pragas durante os cinco anos do contrato dos assentados com usineiros. Disse que trouxeram calcário para ele, 13 toneladas, mas que nem pesaram na frente de alguém do Itesp ou um representante do assentamento para conferir, quando o certo é o Itesp saber o que e quanto está entrando no assentamento para produção. O veneno para o mato

também não surtiu efeito e é caro, segundo ele. Tudo foi descontado do lucro da primeira colheita. Está na verdade faltando garantias para uma boa safra e eventual lucro dos assentados durante os cinco anos, enquanto os lucros da usina estão garantidos. Ele vê ainda o risco de alguns assentados não terem dinheiro nem com a cana, ficarem devedores da usina e até perderem a terra, devido aos atrasos no tempo certo de plantio, insumos de baixa qualidade, sem o devido registro de pesagem e garantias de procedência, fora serviços mal feitos, como a destoca que estragou as curvas de contenção de nível. Falou também que só há uma frente de trabalho para formação do canavial nos 40 lotes, o que tem prejudicado os assentados que plantarem nas piores épocas deixando uns grupos melhores do que outros na expectativa de uma boa safra. Deu o exemplo de assentados que ficaram por último e perderam a época de chuvas. (...)

Ele falou que, se fosse um serviço sério para o bem dos assentados, antes de começar o plantio de cana na terra da fazenda Monte Alegre, deveriam sugerir a preparação dela um ano antes com o plantio de soja ou feijão, para uma melhor produção, mas não houve nem uma análise química no solo para saber quanto de calcário é necessário para corrigi-lo. O calcário colocado foi medido como se fossem as terras da usina, que são bem diferentes das do assentamento. (Diário de Campo, 2006).

Vimos então, antes mesmo da primeira colheita, que os assentados ficam a mercê do que a usina quer fazer nos lotes. As desconfiças de alguns assentados com essa parceria foram se manifestando, especialmente em vista dos gastos com insumos, adubos e pagamento de mão-de-obra.

O dinheiro da primeira colheita que sobrou líquido para ele (um dos assentados) mal paga os insumos que terá que colocar para esta segunda safra. Dos 18 mil reais bruto que valeram as 587 toneladas colhidas em seu lote, 3,4 mil já recebeu e 5,5 mil receberá em três vezes (10/fevereiro, 10/março e 10/abril). 7,4 mil ficaram para a usina pela formação do canavial (o que corresponde a 50% do que deve para a usina – ainda pagará 30% na segunda colheita e 20% na terceira, em função dos serviços feitos na

formação do canavial). Outros 2 mil pagaram o transporte que foi feito pela usina, o que segundo ele foi caríssimo frente à distância que estão dela (18 Km). Ainda faltou contabilizar nesse cálculo a mão-de-obra da colheita que seria feita em grupos de trabalho, mas custou-lhe 2,1 mil porque os grupos não deram certo.

De adubo para a segunda safra, que ficará a cargo dos assentados colocar, precisa agora 500 Kg por hectare. São 3.500 Kg que custarão 3.150 reais para colocar nos 7 hectares e ainda mil reais de calcário e herbicida, numa estimativa subestimada. Se sobraram 9 mil reais, precisa-se descontar 2 mil da mão de obra, mas só tem 3,4 mil que recebeu no ato da entrega da cana, portanto já precisou de dinheiro de outra fonte para aplicar no canavial para começar a segunda safra. Disse que sobrar limpo mesmo para ele, mas parcelado, 4 mil reais por dezoito meses da cana em sua terra e seu trabalho, isso corresponde a R\$ 222,22 por mês de renda com a cana. Mas como precisará investir no canavial para a segunda safra ele não conta que teve lucro algum. (Diário de Campo, 2006).

Ao contrário do que proclamavam os técnicos da usina e do Itesp e mesmo alguns assentados empolgados com a cana, a renda conquistada fica, em muitos dos casos, abaixo do esperado e menor do que outras alternativas como, por exemplo, a do milho. Entretanto, os assentados ficam com metade da área de seus lotes presa num contrato de cinco anos, inutilizada para outras culturas se quiserem abandonar a cana. Tal perda de liberdade sobre suas terras já é traduzida hoje pela intenção ou até processos judiciais para anularem o contrato e saírem da parceria, processo complexo, de resultados não imediatos.

Há, de fato, alguns lotes em que a produtividade foi alta e, conseqüentemente, o lucro bem maior do que o caso relatado. Numa planilha fornecida pelo Itesp, constatamos grandes variações dessa produtividade nos diferentes lotes. Nos que foram plantados em 50% da área (o máximo permitido pela portaria), correspondendo a 7 hectares, a renda líquida variou de 12 mil reais até 25 mil na primeira safra de dezoito meses. Mas há casos bem diferentes, como no exemplo do assentado que obteve o recorde regional de produtividade por hectare ficando com renda líquida de 35 mil reais, plantando 6,5 hectares ou casos como outros dois assentados que também plantaram em 6,5 hectares e obtiveram renda líquida em torno de 5 mil reais em dezoito meses. Sobre essas variações recai o peso do cuidado dado pelos assentados à cana em seus lotes, certamente, mas há também evidências de

que a usina pode antever o lucro em cada caso nos momentos da pesagem da cana e da aplicação de insumos pela falta de fiscalização e de balança no próprio assentamento.

Progressivamente, crescem as desconfiças que os assentados têm sobre os insumos, o transporte e a pesagem, reforçando o fato deles ficarem à mercê da usina em todo o processo produtivo, inclusive sobre o cálculo da produtividade e do lucro:

Há outros elementos a considerar nesta trama, entre eles, a relação de compadrio que alguns assentados têm com usineiros, o que por vezes os beneficia na hora de “pegar o cheque”. Durante uma mesma safra, o lucro de assentados que plantaram no mesmo período, na mesma área, varia muito. Existem assentados que parecem ser um tipo de representante da usina dentro da parceria, eles controlam as turmas de trabalho que plantam e colhem a cana, as horas de máquinas na preparação da terra. Geralmente alguns deles têm uma antiga relação de trabalho com a usina ou até são funcionários dela. Depoimentos de alguns assentados indicam sua desconfiça diante do fato de terem conseguido alta renda com a cana, enquanto alguns outros estão em endividamento progressivo.

Tais assentados afirmam que: para os assentados do segundo caso, técnicos do Itesp sugeriram que pegassem financiamento do Pronaf para custear a continuação do plantio de cana, o que vem na contramão do princípio deste crédito. Ainda sobre este fator de variáveis na produtividade, sabemos que há apenas uma frente de trabalho para formar o canavial e fazer a colheita nos lotes. Como são muitos os lotes, a própria usina é quem determina em qual lote fará primeiro os serviços, podendo com isso prejudicar aqueles com quem tem menos afinidades, o que gera a recriação de clientelismos nesse sistema de poderes e controles.

Há também acusações de desvios no lucro dos assentados, policiação intermediária de funcionários das usinas.

Disse não concordar com um contrato que “prende sua terra” por cinco anos, que assim você não tem sua liberdade. Ainda que, como já trabalhou em usina, disse que eles roubam os trabalhadores que cortam a cana na hora da pesagem, apostando também no roubo de insumos colocados no canavial que são descontados em tonelagem. Acha errado o assentado confiar tudo nas mãos dos funcionários da usina, assim como deixar passarem insumos nos lotes que vêm prontos nos tratores (o trator chega carregado e só passa os insumos nos lotes), não presenciar a pesagem da cana, pois ela não ocorre no assentamento, depender da

usina nos serviços de preparação da terra (maquinário), de plantio e colheita (turmas de trabalho que a usina organiza) e de transporte feito pelos treminhões, pois em todos esses serviços vê brechas para o lucro do assentado diminuir, em benefício do lucro da usina. (Diário de Campo, 2006).

Apesar da inércia a que os assentados ficam submetidos com a parceria, principalmente no que diz respeito ao controle da produtividade e da renda auferida com a cana, há expressões de acomodação e de sucesso financeiro para alguns. Pode significar um bom dinheiro recebido anualmente, enquanto na outra metade do lote se consegue a manutenção da agricultura familiar, a diversificação agrícola que lhes garante alimento e renda da venda do excedente, situação que não pode ser generalizada.

No lote dele há grande diversidade na área sem cana e já dá um trabalhão para cuidar. A cana tem sido boa, pois não dá esse trabalho para ele, mas tem um retorno financeiro bem maior.

Então seu lote é dividido no meio: um pouco menos da metade tem cana para a usina, na outra metade tem milho, arroz, feijão (carioca e roxinho), quiabo, maxixe, pimenta cumbará, chuchu, batata, abobrinha, mandioca, pimentão, banana (santo mel – que dá dois cachos -, nanica e maçã), acerola, pinha, fruta do conde, manga (três tipos), limão, mamão, abacate, jaca e laranja. Tem também uma árvore que fornece para ele a vassoura, é só arrancar o galho e sair varrendo.

(...) Perguntei sobre a cana e ele falou que era tudo arrendado. Ele não tem muito trabalho além da carpa, nem mexe na cana. Quem mexe é o pessoal da usina e ele só recebe o dinheiro pela tonelagem. Falou que as queimadas já começaram no assentamento, aí tem um outro assentado que traz a turma para o corte em cada lote depois que a cana está queimada. (Diário de Campo, 2006).

Há igualmente exemplos de assentados que produzem hortaliças e legumes e têm estruturas de horta no lote que lhes fornecem o autoconsumo e renda através da venda direta e da participação em programas municipais. O dinheiro advindo da horta gera a renda do dia-a-dia, enquanto o da cana garante uma renda anual para investimento na horta e demais atividades do lote, situações que são, no presente quadro, exceções.

Cederam à cana no ano passado porque mesmo procurando diversificar, boa parte do lote ficava sem produzir. Então plantou cana por ela dar renda bruta de uma vez, bom para investimentos. Falou que não tem contrato com a usina, que tem apenas um “combinado”, mas certamente possui um contrato assinado ou outro documento (percebi que ele não queria mostrar). A única mão de obra dele na cana é a carpa (trato nos matos que crescem junto), o resto é feito pela usina e descontado em tonelagem. Aliás, nem tudo é feito diretamente pela usina. Tem um assentado que terceiriza o maquinário e as turmas de trabalho. Esse senhor assentado tem três tratores grandes e é “turmeiro” (chama turmas de trabalho para plantio e colheita de cana), faz esses serviços para quem planta cana para usina no assentamento e é como um representante dos serviços da usina. O transporte é terceirizado com gente de fora do assentamento e, as mudas, a usina fornece. (Diário de Campo, 2006).

A cana nos assentamentos tem várias faces, as quais diferem pelas experiências individuais e principalmente pelo retorno financeiro que cada um consegue com ela. O que mais marcou a presença dela nos lotes foi a carência dos assentados com uma alternativa que lhes dê essa renda para investimento. A “imposição” da cana é uma constatação que vem da própria característica da paisagem regional, na qual se vê homogeneamente a cultura plantada pelas usinas do complexo agroindustrial local, a qual organiza grande parte da economia regional. Se fossem usinas de beneficiamento de arroz, provavelmente seria esta cultura a invadir os lotes.

A parceria se reveste de roupagens enganosas. Os assentados que têm, em princípio, na terra, condições novas de reprodução social retornam na condição de “parceiros associados” à situação de subordinação vivida anteriormente no passado, enquanto ex-bóias-frias explorados pelo trabalho nas usinas. O INCRA, na posição de ser contrário à cana reitera a necessidade da reforma agrária gerar políticas públicas para se mudar a composição da paisagem homogeneizada pela cana e seus respectivos mecanismos de controle, de poderes e de exploração de trabalhadores. Isso não vem ocorrendo com a política de assentamentos praticada atualmente, por vezes vazia em investimentos e credibilidades, em alternativas de interesse aos assentados e coniventes até demais com as usinas, causando revolta aos que lutam contra a subordinação junto ao complexo canavieiro.

Não se pode generalizar, mas em alguns lotes, ocorre o arrendamento total através da parceria. Como dito anteriormente, as variações demográficas da família, a mão-de-obra disponível e a capacidade de investir em insumos são fatores que variam de um lote para outro. Os que compram insumos e os aplicam, fazem a carpa, cuidam da cana em seu lote não podem ser colocados como arrendatários, pois mesmo com todas as características da parceria eles têm trabalho no canavial e fazem um balanço de investimentos e esforços necessários. Por outro lado, existem muitos lotes que são totalmente arrendados, seja pela composição familiar ou em função da pluriatividade, que envolve assalariamento fora do assentamento.

Representações das parcerias: o inferno da Reforma Agrária

A situação descrita anteriormente gera representações plenamente negativas das parcerias, assim como ações práticas de rescisão das mesmas.

“Esta é uma história de parceria de semi-analfabetos com grandes. Parceria que envolve usina, prefeitura (de Motuca) e assentados. Quem serão os que vão se beneficiar?

Antigamente, via muitos assentados endividados, sem poder pegar financiamento para nada e não podendo plantar. Muitos venderam e saíram do assentamento pior do que entraram, foram para cidades contrariados, pois não são da cidade. Quando fazem isso, acabam por sobrecarregar o sistema de saúde, de educação, de transporte dos municípios, aumenta a violência etc. Vendo isto, e também passando minhas dificuldades, também entrei na luta pelo plantio de cana no assentamento.

O contrato de parceria prevê cinco anos, ou melhor, cinco safras de fornecimento de matéria-prima, do assentado para a usina. Não dá cinco anos, por que a primeira safra é de 18 meses e as restantes de 12 meses. Percebi que na primeira já não tive um lucro satisfatório com o plantio de cana e, não tendo na primeira, as demais não me reservariam o sucesso esperado”.

Este assentado se orgulha em ter quebrado seu contrato logo após o segundo corte da cana em seu lote, não fazer mais parte desta enganação, matança de animais e matas nativas. Mas quem fica, continua conivente e ainda gera externalidades aos assentados que não plantam cana e são obrigados a conviver com o efeito de vizinhança. É assim

com as queimadas e com os agrotóxicos passados por avião ou por trator: matas nativas e plantações alheias são queimadas, morrem abelhas, insetos, microorganismos, animais, homens e famílias, contamina a água. Outros problemas são que os assentados, segundo o sr. Bellintani, se vendem, são manipulados facilmente, não trabalham como deveriam na terra e o Itesp não fiscaliza, os contratos amarram os assentados.

Praticar a monocultura da cana, em parceria com uma usina é uma atividade que foge completamente aos princípios da reforma agrária. É o mesmo que se aliar àqueles que, paradoxalmente, foram o motivo da expropriação social de outrora, enquanto agricultores que eram, e da necessidade de luta pela terra. (Diário de Campo, 2007).

Enquanto o senhor Bellintani, assentado da Fazenda Monte Alegre dava este depoimento, apareceram alguns tico-ticos numa árvore onde ele costuma colocar comida para os pássaros. Eles vieram pedir comida! O sr. Bellintani chamou sua filha e pediu para ela colocar um ‘punhadinho’ de arroz no cocho, que fica amarrado numa árvore. Ela o fez e ficamos observando. Os pássaros não vieram. Aí ela deu umas batidinhas no pote, como quem diz: - olha, agora tem comida aqui! Logo após, dois passarinhos vieram comer o arroz. Neste momento deu para ver no rosto do assentado sua satisfação em ter pássaros que vão à sua casa pedir comida.

Continuando nossa conversa, o mesmo sugeriu que especialistas médicos venham colher saliva das pessoas para ver os resíduos. Segundo ele, há exames que por meio da análise da saliva conseguem dimensionar o quanto as pessoas estão sendo contaminadas pelos venenos. Muitos ficam inválidos, doentes, contaminados, aí ninguém vem ver. A tecnologia que chega a eles é a máquina o pacote agrícola. As conseqüências, ninguém cuida.

A decisão de deixar a parceria parece estar se ampliando, movida por medos, conflitos, vontade de retornar à condição anterior, representada como uma alternativa ao “trabalho cativo”. No presente, a Feraesp tem, sob sua orientação, por solicitação dos assentados, mais de 30 processos de petição de rescisão dos contratos, o que expressa, sem dúvidas que não há somente sinais verdes dando passagem às parcerias.

Concluindo ou propondo novos dilemas

Com certeza, impactos da expansão da cana não podem ser analisados como um movimento de mão única, como impulsionadores da dinâmica

regional ou como geradores únicos de renda à população assentada. Há complicadores especificados nos “arranjos” pouco claros dos contratos e nas representações vivas de parte significativa dos assentados das parcerias como um fator inibidor de sua liberdade.

Com a expansão da cana, quais disposições criadas nos assentamentos são capazes de possibilitar aos assentados tomarem as rédeas de suas vidas em suas próprias mãos, garantindo sua subsistência e ampliando suas perspectivas de renda, sem prejuízo das alternativas de participação, de inclusão e de organização social? A partir do controle do espaço pelos usineiros, a gestão que os assentados podem imprimir ao território dos assentamentos, nos aspectos de sua mobilização e participação econômica fica, em princípio, prejudicada.

A própria eleição direta dos representantes do assentamento acabou sofrendo solução de continuidade (no caso do assentamento Bela Vista do Chibarro). Praticamente é cassada a liberdade de escolha dos assentados que passam a ter seu espaço “vigiado” por outros. Nos contratos firmados com as agroindústrias há uma assimetria de informações. Os assentados desconhecem as fórmulas de previsão da safra, de preço da cana – as quais são de domínio de agentes contratados pelos usineiros – o que os leva a ficar, de fato, de fora do processo. Os assentados não conseguem saber o valor real de sua produção, o que foi gasto, a quantidade e qualidade dos insumos, a pesagem da cana e, muito menos, como esta produção entra no circuito nacional e internacional de expansão da cana.

Neste quadro, é complicado dizer simplesmente que, ao garantir uma determinada renda, a cana passa a ser responsável pela “eficiência” dos assentamentos ou pela ampliação da renda agrícola e da dinâmica econômica dos municípios. Mesmo porque os assentamentos não podem ser unicamente dimensionados por indicadores de eficiência econômica ou pelas ambigüidades de se avaliar tais experiências pela renda monetária. No acompanhamento dessa difícil travessia em direção à inclusão social e à cidadania, outras questões se apresentam na experiência da reforma agrária.

Na vivência desta experiência, ao aceitar a parceria da cana, os assentados passam a enfrentar outros problemas e os riscos de se verem, novamente, em situação “cativa”. É preciso igualmente que se diga que não tem havido no campo das políticas públicas dirigidas a assentamentos, reais oportunidade e/ou alternativas que se contraponham à expansão da cana. A própria perspectiva de revitalização da diversificação agrícola acaba sendo afetada, embora não se possa dizer que a mesma saiu de cena, podendo, em princípio, garantir estratégias de permanência na terra, com maior liberdade de decisão familiar.

Dados observados nas produções destinadas ao autoconsumo das famílias têm revelado expressões dessa diversidade (criação de capivaras

e agro-industrialização de buchas de banho no Pontal, casos do frango e mandioca na região de Araraquara). Neste caso, as práticas agrícolas mantêm elos com os conhecimentos tradicionais, os quais são “dispensados” na cultura canavieira, analisados, neste artigo, como expressões do habitus camponês. Tratando-se de cana, como já afirmamos, as usinas ficam à frente de toda a produção, cabendo aos assentados apenas receber por sua produção no ato de entrega e não decidir como são estipuladas, no contrato, as condições de sua participação. Há cláusulas nos contratos que impedem os assentados de qualquer resistência legal aos usineiros, o que cristaliza, efetivamente, uma relação de assimetria.

Nos casos em que os assentados ficam endividados por conta de um contrato, representantes dos órgãos gestores chegam a indicar o financiamento do Pronaf para a continuidade da produção e para que consigam cumprir o contrato. Conseqüentemente, há uma transferência de renda de financiamentos que serviriam, em princípio, para apoiar a agricultura familiar, mas ficam nas mãos das agroindústrias.

O caso de assentamentos vizinhos às usinas que chegam a fornecer cana mediante projetos do Pronaf, financiando todo processo produtivo da cana aguça as contradições dessa trama de tensões. Há outras situações a considerar. Na região de Araraquara, como uma forma de contemplar os assentamentos na agenda municipal, existem programas (da Prefeitura, eventualmente em parcerias com outras esferas do governo) que absorvem parte da produção existente. São ações voltadas para a venda direta dos produtores aos consumidores da cidade (Programas de Feira do Produtor, Direto do Campo) ou para integrar essas produções em projetos de âmbito local, como merenda escolar, restaurantes populares e instituições assistencialistas. Tais iniciativas devem ser investigadas como um embrião de modelo de desenvolvimento alternativo às economias regionais, capaz de alterar, com ganho qualitativo, padrões de segurança alimentar e de responsabilidade social dos municípios, os quais são visivelmente prejudicados com a má distribuição de renda causada pela expansão da cana, com conseqüentes agravantes na qualidade de vida. Tais fatos e outros que poderíamos apontar como desdobramentos no campo dos direitos trabalhistas e previdenciários. Casos de perda de direitos adquiridos de aposentadoria “especial”, justificados pela nova condição dos assentados na parceria mostram que os impactos da expansão da cana nos assentamentos vão muito além da esfera estritamente econômica. O preço amargo das parcerias produz ônus social e ameaça direitos conquistados ao longo das vidas desses trabalhadores rurais.

Como iniciativas desse modelo de desenvolvimento alternativo, as quais acenam para redes de proteção e cooperação dos atores locais e regionais, podem ser citados a inclusão de alimentos da agricultura familiar na merenda

escolar, cursos de capacitação para merendeiras e membros dos conselhos de alimentação e rural dos municípios, banco de alimentos, colheita urbana, central de abastecimento solidário, serviço de inspeção municipal, programas de aquisição de alimentos, restaurante popular e programas de treinamento de tecnologias de gestão da agricultura familiar etc.

Questões e dilemas que se apresentam, tal como no caso da cana, em escala crescente. De um lado, a expansão da cana provoca certo fascínio, favorecendo, sob um ângulo, a falsa impressão de segurança dos assentados sobre suas próprias vidas. Neste circuito, cabe lembrar, como outro aspecto complementar, a relativa “pressão” exercida pelos jovens filhos de assentados para fazer universidades, caminho que parece ser, em princípio, mais facilitado para aqueles que vivem da cana. Expectativas pragmáticas que não necessariamente se sustentam ao longo dos contratos de 5 anos. Situação a mostrar a expansão da cana alimentando individualismos, com quebra das construções coletivas, das expressões de solidariedade vivenciadas neste novo espaço social.

Como já foi reiterado, a análise dos assentamentos unicamente pela lógica da integração a economias capitalistas regionais não contempla práticas de cooperação familiar e vicinal e a montagem de empresas cooperativas. Este fator, somado a uma comprovada orientação tradicional para suas vidas, leva a uma cooperação intermitente e ocasional, tendo como base social a organização familiar e a vicinalidade, que parecem submergir quando os olhares dos assentamentos se detêm na cana.

A reciprocidade “horizontal”, preconizada como regra pelos códigos morais do trabalhador rural (BARONE, 1996; 2000), tem construído uma rede de relações que tem contribuído em muito para a permanência dessas famílias na terra. Situação a demonstrar a necessidade dos assentamentos serem analisados igualmente a partir dos padrões de solidariedade múltipla que se fazem presentes em vários campos da vida social dos assentados. Assim, quando as comunidades religiosas organizam festas para arrecadar fundos para construção das igrejas, independentemente do credo religioso, as famílias fazem doações. Igualmente, membros de igrejas evangélicas (da Assembléia de Deus, por exemplo) doam “prendas” (um frango, por exemplo) para a comunidade católica e vice-versa. As atividades de trocas mútuas no meio rural se dão em meio às relações pessoais, em situações extremamente diversificadas, diferentemente dos vínculos impessoais pressupostos pelas trocas mercantis ou pelos mecanismos universalizantes do direito moderno.

Essa “ordem moral”, que prima pelo respeito à família e à terra, é própria do universo camponês em todos os cantos do mundo. Segundo Klaas Woortmann (1990), terra, família e trabalho são “categorias nucleantes e relacionadas” para o campesinato, isto é, não são pensadas separadamente e organizam valores a partir dos quais se movem os agentes sociais.

Se a soma de forças - necessária para vencer as dificuldades na terra - é contemplada pelo fortalecimento das relações familiares, de vicinalidade e de sociabilidade religiosa, vetores da reciprocidade horizontal preconizada pelos códigos morais⁴, a análise dos exemplos concretos de parceria com a cana revelam a tendência a ser fragilizada a capacidade de organização dos assentados baseada nos códigos da ordem familiar.

De um outro ângulo, pode-se dizer que em circuito ampliado a parceria com a cana se põe na contramão de políticas de maior segurança alimentar e de responsabilidade social, comprometendo a autonomia familiar em seu processo de produção e de reprodução social. A par destes paradoxos, acirram-se no presente, conflitos com o órgão gestor, sinalizados pelas ações de reintegração de posse movidas há mais de uma década pelo Ministério Público em vista de denúncias do Incra de irregularidades na relação com a terra, como venda de lotes, utilização de áreas de reserva, compra de vários lotes, desenvolvimento de atividades não compatíveis com a finalidade da Reforma Agrária, ações que envolvem cerca de 17 famílias no Assentamento Bela Vista do Chibarro, mas vêm tendo repercussões em todo conjunto da população assentada. Conflitos que estão diretamente ligados à expansão da cana que está, na verdade, no bojo de muitas dessas questões irregulares responsáveis pelo acirramento das divisões que têm levado a Bela Vista a ser alvo de manchetes policiais.

Por outro lado, problemas ambientais e outros são atribuídos pela União Nacional das Indústrias Canavieiras à incapacidade dos pequenos produtores fornecedores de cana de alcançarem patamares ambientais e de produtividade dos usineiros. Atribuições que acenam com possíveis mudanças na relação das usinas com os pequenos produtores, com perspectiva de aumentar a discriminação e a dependência dos pequenos fornecedores ao circuito dos complexos agroindustriais.

Com cautela, pode-se dizer que a expansão da cana tem reavivado a trama de tensões, mas não pode ser vista como guardiã necessária ou detentora única do destino final do futuro dos assentamentos de Reforma Agrária. Ao contrário, o preço amargo das parcerias tem mostrado aos defensores destas experiências, a premência de uma agenda efetiva para os assentamentos, comprometida com novas e diferenciadas escolhas sociais e políticas.

⁴ Sobre esses códigos, também qualificados de “códigos de re-conhecimento social”, ver BARONE, L.A. *Revolta, Conquista e Solidariedade: a economia moral dos trabalhadores rurais em três tempos*. 1996. Dissertação (Mestrado em Sociologia), FCL/UNESP, Araraquara. Capítulo I “Sobre os códigos de re-conhecimento social”, pp.12e ss..

Referências

BARONE, L.A. **Revolta, Conquista e Solidariedade:** a economia moral dos trabalhadores rurais em três tempos. 1996. Dissertação (Mestrado em Sociologia). FCL/UNESP, Araraquara.

BARONE, L.A. Assistência técnica aos assentamentos de reforma agrária: da política reativa ao vazio de projeto - o caso do Estado de São Paulo. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, Nupedor/Unesp, n.8, 2000.

BARONE, L.A. **Conflito e Cooperação:** o jogo das racionalidades sociais e o campo político num assentamento de Reforma Agrária. 2002. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, FCL-UNESP, Araraquara.

BARONE, L.A.; FERRANTE, V.L.S.B.; KURANAGA, A.A. O futuro dos assentamentos rurais em questão: o retrato dos dilemas em espaços regionais distintos. In: II Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais, 2005, Feagri/Unicamp, Campinas. **Anais...**, Campinas, 2005.

BAÚ, C.H.R. **Pequenos Produtores fornecedores de cana-de-açúcar na Região de Araraquara-SP:** uma estratégia de produção e sobrevivência no assentamento Bela Vista do Chibarro. 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara.

BERGAMASCO, S.M.P.P. et al. (Orgs). **Dinâmicas Familiar, Produtiva e Cultural nos Assentamentos Rurais de São Paulo.** Araraquara: UNIARA, Campinas: FEAGRI/UNICAMP, São Paulo: INCRA, 2003.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand e Brasil, 1989.

DUVAL, H.C. et al. Produção de Autoconsumo em Assentamentos Rurais: princípios da agricultura sustentável e desenvolvimento. In: XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2008, Rio Branco-AC. **Anais...**, Rio Branco-AC, 2008. No prelo.

FERRANTE, V.L.S.B.; SILVA, M.A.M. A Política de Assentamentos e o Jogo das Forças Sociais no Campo. **Perspectivas**, São Paulo, EDUNESP, n.11, 1988.

FERRANTE, V.L.S.B.; SANTOS, M.P. dos. A Cana nos Assentamentos: novas roupagens, velhas questões. In: XLII Congresso da SOBER, 2003, Juiz de Fora. **Anais...**, Juiz de Fora, 2003. CD-ROOM.

FERRANTE, V.L.S.B.; WHITAKER, D.C.A.; BARONE, L.A. **Poder Local e Assentamentos Rurais:** expressões de Conflito, de Acomodação e de Resistência. Projeto de Pesquisa (CNPq). Araraquara/Presidente Prudente, NUPEDOR/GEPEP, 2003.

FERRANTE, V.L.S.B.; ALY JUNIOR, O. (Orgs.) **Assentamentos Rurais:** impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos). São Paulo, INCRA/Uniara, 2005.

FERRANTE, V.L.S.B. Assentamentos Rurais no Território da Cana: controvérsias em cena. **Revista NERA.** Presidente Prudente, UNESP, v. 11, p. 1-11, 2007.

HOUTZAGER, P.P. **Os últimos cidadãos:** conflito e modernização no Brasil rural (1964-1995). São Paulo: Globo, 2004.

MEDEIROS, L.S. de; LEITE, S. (Orgs.) **Assentamentos Rurais.** Mudança social e dinâmica regional. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

NEVES, D. P. **Assentamentos Rurais.** Reforma Agrária em migalhas. Niterói. EDUFF 1997.

NORDER, L.A.C. A construção da segurança alimentar em assentamentos rurais: questões, contextos e métodos. **Cadernos de Debate**, Campinas, v.6, p.40-58, 1998.

PINASSI, M. O.; QUEDA, O. Consórcio Canavieiro: proposta inovadora ou reedição de práticas tradicionais? **Revista de Reforma Agrária**, Campinas, ABRA, n.2, v.23, maio/agosto, 1993.

PORTARIA ITESP – 75, de 24-10-2002 – **Diário Oficial do Estado** – Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”, 2002.

PUTNAN, R.D. **Comunidade e Democracia.** A experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

SANTOS, I.P. dos; FERRANTE, V.L.S.B.(Orgs.) **Da Terra Nua ao Prato Cheio**. Produção para consumo familiar nos assentamentos rurais do Estado de São Paulo. Araraquara: Fundação Itesp/ Uniara, 2003.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

SILVA, R.A. da. Assentamentos Rurais na Fazenda Pirituba: parcerias, a formação de capital social. In: FERRANTE, V.L.S.B. ALY JUNIOR, O. (Orgs.) **Assentamentos Rurais: impasses e dilemas** (uma trajetória de 20 anos). São Paulo: INCRA/UNIARA, 2005.

SILVA, M.A. de M. **Errantes do Fim do Século**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

STETTER.E.A. **A Cana nos Assentamentos Rurais: presença indigesta ou personagem convidada?** 2000. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-graduação em Sociologia, UNESP/FCL-Ar, 2000.

WHITAKER, D.C.A.; FIAMENGUE, E.C. Assentamentos de Reforma Agrária: uma possibilidade de diversidade agrícola. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, Nupedor/ Unesp, ano VI, n.8, p.19-32, 2000.

WHITAKER, D.C.A. A Questão da Diversidade em Assentamentos de Reforma Agrária: Araraquara/SP. In: BERGAMASCO, S.M.P.P. et al. **Dinâmicas Familiar, Produtiva e Cultural nos Assentamentos Rurais de São Paulo**. Araraquara:UNIARA, Campinas: FEAGRI/UNICAMP, São Paulo:INCRA, 2003.

WHITAKER, D.C.A. BEZZON, L.C. **A Cultura e o Ecosistema: reflexões a partir de um diálogo**. Campinas: Alínea, 2006.

WOORTMANN, K. Com parente não se negueia. O campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, Brasília, UnB, n.87, 1990.

O ASSOCIATIVISMO COMO ESTRATÉGIA DE RESSOCIALIZAÇÃO E GESTÃO NOS ASSENTAMENTOS RURAIS EM SÃO PAULO

Luis Antonio Barone¹

Marluse Castro Maciel²

Martha Esthela dos Santos Silva³

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante⁴

Resumo: Este trabalho, desenvolvido a partir de vários estudos de caso, avalia o alcance das experiências de gestão comum dos recursos econômicos dos assentamentos rurais no Estado de São Paulo. O ganho de longo prazo que o cooperativismo pode representar no desenvolvimento dos assentamentos não se mostra num primeiro momento. Mas, as informações reunidas neste trabalho problematizam a experiência cooperativa nos assentamentos para além do imediatismo de possíveis carências das famílias assentadas. Mesmo em situações nas quais existe uma relativa formação política em prol do coletivismo (caso da Reunidas, em Promissão), a radical separação entre a gestão dos recursos do assentamento e a base social dos trabalhadores se mostra um obstáculo no sentido de se viabilizar a organização cooperativa. Toma como perspectiva o conceito de “desenvolvimento como liberdade” de Amartya Sen e põe, sob crivo analítico, as variações das estratégias associativas nestes espaços sociais complexos.

Palavras-Chave: Assentamentos Rurais; Associativismo; Desenvolvimento; Gestão Territorial.

Introdução: explicitando a perspectiva analítica

Um dos aspectos mais importantes – e também mais controversos – do processo de ressocialização dos trabalhadores sem-terra nos projetos de

¹ Professor da FCT, UNESP, Presidente Prudente.

² Doutoranda em Sociologia pela FFLCH/USP, bolsista CNPq.

³ Aluna de graduação em Geografia, UNESP, Presidente Prudente, bolsista IC/CNPq.

⁴ Coordenadora do PPG em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, UNIARA.

assentamentos rurais espalhados pelo Estado de São Paulo é sua capacidade organizativa. Esta competência, exercitada tanto no campo da gestão econômica quanto no da participação política, é diversamente avaliada – posto que diversas são as alternativas construídas por essa população em sua busca por permanecer na terra.

Existe uma série de falsas impressões acerca deste tema, notadamente com relação a atuação das organizações que mobilizam e articulam os trabalhadores rurais em sua luta pela terra, as chamadas “agências de mediação” (MARTINS, 2000). Com relação à mais dinâmica delas, o Movimento dos Trabalhadores rurais sem terra (MST), é comum uma superestimação de sua incidência eficaz no âmbito dos assentamentos, sobretudo em função da sua importante contribuição no encaminhamento político da luta pela terra redundando, mais cedo ou mais tarde, na conquista de assentamentos. Se essa chamada “pedagogia da luta” (FERNANDES, 1996) já está sob o crivo de uma análise crítica (NAVARRO, 2002; TURATTI, 2005), esta não se estende da mesma forma para as experiências organizativas no interior dos assentamentos. Sobretudo no Estado de São Paulo, essa questão tem sido analisada, no mais das vezes, através de trabalhos com a forma de estudo de caso (NORDER, 2004; BARONE, 2002; MACIEL, 1999; SILVA, 2005; POKER, 1986; ROSIM, 1997), não se chegando a uma síntese.

Esta é a busca deste trabalho que, mesmo assumindo a provisoriamente e a complexidade devidas, objetiva levantar questões gerais acerca do processo organizativo dos trabalhadores assentados no Estado, procurando avançar além dos estudos de caso – mesmo que estes sejam sua principal fonte de dados. Fruto de um esforço de pesquisa que acompanha há 20 anos as experiências de assentamentos no Estado de São Paulo⁵, serão apresentados dados qualitativos objetivando construir um painel que, mesmo incompleto, seja bastante rico para a avaliação do que tem sido os processos de encaminhamentos coletivos que os trabalhadores adotam na gestão dos territórios dos assentamentos.

A perspectiva assumida neste texto permite analisar algumas dimensões dessa realidade, revelando pontos de tensão relativos ao conjunto de preocupações que o conceito de desenvolvimento pode enfeixar. Privilegiamos, aqui, a noção de gestão do território, que pode ser decomposta, analiticamente, em três dimensões que julgamos importantes: a organização interna das

⁵ O Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor), desde 1989, desenvolve projetos de pesquisa, em parceria com CNPq, acompanhando a política de assentamento rural no Estado de São Paulo. Este trabalho é derivado do projeto atualmente em realização (“Assentamentos rurais e desenvolvimento: expressões de conflito, de resistência e de acomodação”).

famílias assentadas, a inserção política dessa população nos contextos locais e regionais e a integração (ou bloqueio à integração) econômica aos sistemas produtivos locais e regionais. No tocante ao conceito de desenvolvimento, nossa compreensão aponta para a maneira como ele é tratado por Amartya Sen, para quem o desenvolvimento pode ser entendido como expansão das liberdades.

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação e da liberdade: pobreza e tirania, carências de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de estados repressores. (SEN, 2000, p. 18).

Tal concepção, que utilizaremos como pano de fundo para avaliar essa relação entre desenvolvimento e assentamentos rurais, nos parece apropriada por valorizar, acima de tudo, a perspectiva dos agentes que estão envolvidos nessas experiências de reforma agrária: os trabalhadores assentados.

Assim, uma pergunta pode ser feita: quais disposições criadas nos assentamentos são capazes de possibilitar às pessoas tomarem as rédeas de suas vidas em suas próprias mãos, garantindo sua subsistência e ampliando suas alternativas de participação e organização sociais? A gestão que os assentados imprimem ao território dos assentamentos, nos aspectos da sua organização social, sua mobilização e instituições políticas e sua participação econômica, podem redundar em mais ou menos liberdade para essas famílias. Liberdade de escolha, de ação e de opinião: liberdades que comportam dimensões objetivas e subjetivas, práticas e representações sociais acerca da liberdade.

O desenvolvimento, dessa forma, se dá na trajetória dessas experiências frente aos constrangimentos estruturais que a sociedade impõe, sobretudo através do mercado e do Estado, como também frente à necessária reelaboração da própria trajetória pessoal e familiar desses camponeses, para sua participação (tensionadora) nos distintos campos da vida social. No interior desta complexa realidade, a prática do associativismo é recorrente como estratégia de gestão dos bens comuns nos assentamentos, embora ganhe contornos distintos de acordo com uma série de determinantes. A seguir, serão discutidas tanto a recorrência do associativismo como algumas variantes que essa prática assume. Os exemplos discutidos referem-se às experiências concretas vividas pelos assentados em distintas regiões do Estado. Ao final serão destacados alguns aspectos críticos dessa prática social, a título de conclusão.

Para quem do associativismo: a ordem moral camponesa como estruturante da gestão do trabalho nos assentamentos

A prática do associativismo dentro dos assentamentos rurais desenvolve-se de forma mais ou menos contínua entre as práticas de cooperação familiar e vicinal, e a montagem de empresas cooperativas. Esta última modalidade experimenta dificuldades de gestão nos assentamentos, além de contar sempre com o apoio – às vezes ineficiente – das distintas agências de mediação que atuam no interior dessas experiências de reforma agrária (o que será discutido adiante neste texto). Por outro lado, embora muitas vezes denunciados como “individualistas”, a própria limitação das forças produtivas das famílias assentadas, somada a uma comprovada orientação tradicional para suas vidas, leva a uma cooperação intermitente e ocasional, tendo como base social a organização familiar e a vicinalidade.

Embora esta prática seja extensiva a todos os contextos de agricultura familiar, a realidade deste “prestamismo” nos projetos de reforma agrária é claramente determinado pela situação de assentamento. Destaca-se que, mesmo reconhecida pelas agências de mediação como base para a ação organizativa dos trabalhadores assentados, a família é em muito relegada no encaminhamento de soluções coletivas nos assentamentos (BARONE, 2000). O desprezo pela ordem moral que regula as trocas sociais entre (e intra) famílias acaba por não explorar a potencialidade desse recurso na gestão dos assentamentos de reforma agrária.

Uma prova disso é o mecanismo mais comum, utilizado pelos órgãos responsáveis pela implantação dos projetos de assentamentos (seja o ITESP, seja o INCRA), para a distribuição dos lotes familiares demarcados nos P.A.s: o sorteio entre os cadastrados. Articulado um discurso em defesa da igualdade de condições de todos os beneficiários, os técnicos alegam, em defesa do sorteio, que é a única forma de distribuir áreas com diferentes atributos, alguns deles (como o acesso à água) determinantes para um melhor desempenho produtivo.

O sorteio dos lotes individuais, no entanto, acaba por separar, dentre um mesmo assentamento, familiares e amigos. No geral, os assentados buscam a oportunidade posterior de “trocar” de lotes. Muitos desembolsam recursos financeiros para garantir acesso à água, por exemplo. Outros, no entanto, oferecendo a vantagem desse recurso natural precioso, abrem mão de lotes com água farta para manter proximidade com seus parentes. A óbvia necessidade de juntar esforços com parentes (reais e fictícios) é desprezada, na prática, pelos agentes técnicos oficiais, trazendo, por vezes, prejuízos às famílias assentadas.

No núcleo IV do Projeto de Assentamento Monte Alegre (município

de Motuca – região Nordeste do Estado)⁶, a tensão gerada pela prática social dos assentados - em busca de seu mutualismo de base familiar – e as tentativas de imposições dos técnicos oficiais é exemplar. Outra demonstração desse mutualismo familiar verificou-se em Presidente Venceslau (Pontal do Paranapanema), onde, no momento da luta pela terra, muitos trabalhadores convidaram parentes para participarem do movimento – sobretudo quando se avizinhou a possibilidade de conseguirem um lote nos assentamentos Primavera e Tupanciretã⁷.

Em Presidente Venceslau, muitas vezes, os parentes se revezaram no acampamento, o que contribuía para diminuir o desgaste do processo de luta. Além disso, muitos trabalhavam na cidade e freqüentava o acampamento apenas nos finais de semana, chegando a elevar o número de pessoas nesses dias. Cita-se o caso de uma família que trabalhava como caseira nas terras arrecadadas pelo Estado (logo, automaticamente detentores do direito de assentamento) que chamou parentes para participar no processo final da ocupação das terras – sendo estes também assentados. Hoje, moram no assentamento a família que era funcionária da fazenda transformada em assentamento e mais duas famílias aparentadas, também cadastradas (além de uma outra família de parentes que é agregada).

No caso estudado no Núcleo IV da Monta Alegre, revelou-se a premência da instituição familiar como base de uma relativamente estável organização do trabalho. A imersão no cotidiano desses trabalhadores, com o objetivo de registrar sua organização social, ressalta a sobreposição da ordem familiar - e sua teia de relações - a todos os espaços de sociabilidade e subordinando a esta o regime de trabalho em grupo.

A reciprocidade “horizontal”, preconizada como regra pelos códigos morais do trabalhador rural (BARONE, 1996; 2000), construiu uma rede de relações que tem contribuído em muito para a permanência dessas famílias na terra. Dentre os moradores deste P.A., um grupo de parentes vindos do Paraná se destaca, tornando-se referência não apenas para os demais trabalhadores do grupo, como para todo o assentamento.

⁶ O Projeto de Assentamento Monte Alegre é o maior da região Nordeste do Estado de São Paulo. Instalado em terras públicas a partir de 1985, o P.A. conta com mais de 400 lotes, distribuídos por seis núcleos que, por sua vez, estão dispostos no território de três municípios – Araraquara, Matão e Motuca.

⁷ Os Projetos de Assentamentos Primavera e Tupanciretã (áreas vizinhas que somam 225 lotes produtivos) foram instalados em terras arrecadadas pelo Estado nos anos 1996/1997. São exemplos do ciclo de luta dos sem-terra no Pontal e da política de assentamento implementada neste período na região (hoje, a com maior número de famílias assentadas no Estado).

“Não tínhamos bem um grupo e nenhum de nós era da coordenação do acampamento”, informou um dos paranaenses, esclarecendo que não ser “um grupo” significa não ter uma participação mais ativa nas discussões no acampamento. De fato, esse grupo familiar permaneceu subterrâneo durante os momentos de conflito pela conquista da terra. Quando da organização dos grupos de trabalho, no entanto, durante o período de preparação das terras já destinadas ao assentamento, essa organização começa a emergir, ganhando uma dinâmica que envolverá boa parte deste núcleo de assentamento.

A instituição do compadrio, que se dá mediante as cerimônias religiosas católicas (casamentos, batizados e crismas), reforça os laços familiares - já que muitos tios e demais parentes podem ser padrinhos - como também os estende para além dos laços consanguíneos ou cognatos, amplificando a rede familiar.

“Nós somos tímidos mesmo”, afirmou um informante da família certa vez, quando inquirido sobre suas poucas palavras e sua aceitação (aparentemente) passiva do tão criticado comando do ITESP no assentamento. Na família, não é preciso dizer muita coisa: o respeito, a colaboração e a reciprocidade são pressupostos. “*Uns ajudam os outros*”: essa é a tônica do trabalho familiar no núcleo IV.

Esses padrões de solidariedade mútua também aparecem em outros campos da vida social dos assentados. Quando as comunidades religiosas organizam festas para arrecadar fundos para construção das igrejas, independentemente do credo religioso, as famílias fazem doação. Assim, membros de igrejas evangélicas (da Assembléia de Deus, por exemplo) doam “prendas” (um frango, por exemplo) para a comunidade católica e vice-versa. As atividades de trocas mútuas no meio rural se dão em meio às relações pessoais, em situações extremamente diversificadas, diferentemente dos vínculos impessoais pressupostos pelas trocas mercantis ou pelos mecanismos universalizantes do direito moderno.

Entre os evangélicos especificamente, são padrões identitários dos “irmãos” religiosos que criam laços para além dos consanguíneos. Este recurso foi bastante usado no caso de um assentamento da mesma região que o Monte Alegre, fortalecendo o grupo frente aos constrangimentos que se apresentaram aos seus objetivos sociais e econômicos (MACIEL, 1999). Muitas vezes, a sociabilidade criada nos grupos religiosos e grupos familiares proporcionam, em suas relações, ideais de troca e de ajuda mútua no interior do assentamento. Porém, esses ideais não culminam, necessariamente, na formação de projetos coletivos de produção por parte dos assentados.

Essa “ordem moral”, que prima pelo respeito à família e à terra, é própria do universo camponês em todos os cantos do mundo. Segundo Klaas Woortmann (1990), terra, família e trabalho são “categorias nucleantes e relacionadas” para o campesinato, isto é, não são pensadas separadamente e organizam valores a partir dos quais se movem os agentes sociais.

Se essa pequena descrição do cotidiano mais íntimo dos assentados mostra como se cimentam as relações entre esses trabalhadores, na esfera do trabalho, às vezes, a frágil tecitura das amizades é abalada, influenciando nos chamados “rachas” das associações. Uma situação ocorrida no assentamento de Motuca/SP exemplifica essa instabilidade.

Sempre muito dinâmico, um dos principais incentivadores do trabalho em grupo no P.A. Monte Alegre era padrinho de um dos membros da família dos “paranaenses”, o que lhe valia certa consideração. Porém, certa vez, devido à avaria no trator do grupo, este compadre chama seu cunhado, mecânico, para “*ver o motor*”. O grupo, porém, rejeita os serviços do parente desse assentado, uma “desfeita” para com o compadre, que não foi esquecida. Quando o trator quebrou na seqüência - exatamente como havia previsto o seu cunhado - este assentado, pela primeira vez, se recusa a participar do rateio para o conserto. A falta de confiança num parente cognato do compadre acabou por romper a tênue rede de cooperação entre parentes e compadres, sendo um dos fatos mais importantes para o fim do “grupo do trator”.

Se a soma de forças - necessária para vencer as dificuldades na terra - é contemplada pelo fortalecimento das relações familiares, de vicinalidade e de sociabilidade religiosa, vetores da reciprocidade horizontal preconizada pelos códigos morais⁸, a análise dos exemplos concretos dessas relações revelam o equilíbrio instável desse construto, fragilizando a capacidade de organização dos assentados, se esta for baseada exclusivamente no recurso tradicionalíssimo da ordem familiar.

Para além do associativismo: a indução do cooperativismo nos assentamentos

Um possível balanço da trajetória das cooperativas nos assentamentos rurais no Estado de São Paulo, embora forçosamente tenha que registrar a manutenção, por praticamente duas décadas, de uma interessante experiência de cooperativa de caráter coletivista no assentamento Pirituba, na região de Itapeva (SILVA, 2005)⁹, revelará, no conjunto, um histórico claudicante e repleto de contradições. O panorama descrito a seguir ilustra as tensões mais conflitivas neste processo, bem como os desdobramentos provocados pela dinâmica societária envolvendo

⁸ Sobre esses códigos, também qualificados de “códigos de re-conhecimento social”, ver Barone, L. A. *Revolta, Conquista e Solidariedade: a economia moral dos trabalhadores rurais em três tempos*. Dissertação (Mestrado em Sociologia), FCL/UNESP, Araraquara, 1996. Capítulo I “Sobre os códigos de re-conhecimento social”, p.12 e ss..

⁹ Silva (2005), em trabalho derivado de seu doutoramento, compara o desempenho da única CPA ainda em funcionamento nos assentamentos do Estado (no P.A. Pirituba, no sul do Estado) com o das associações ativas neste P.A.. Sua conclusão revela que, em termos de produção de “capital social”, a CPA não é a mais experiência mais bem sucedida ali.

os trabalhadores assentados na sua luta por permanecer na terra.

Como elemento extremo de uma possível organização dos assentados com vistas ao incremento produtivo nos territórios de reforma agrária, a organização cooperativa – conforme analisada neste estudo – significa a montagem e a gestão de uma estrutura formal que, embora orientada por valores ideais, se submete a uma rigorosa legislação e pressupõe um alto grau de racionalidade empresarial. De modo geral, a proposição deste modelo de organização social, parte das agências de mediação mais diretamente envolvidas no processo de implantação dos assentamentos – MST, ITESP, Sindicatos. Embora teoricamente adequadas para a promoção do desenvolvimento das experiências de assentamentos, uma constatada “indução”, por parte dos mediadores, na direção de montagem de cooperativas de assentados tem provocado uma série de conflitos, reveladores das dificuldades concretas no encaminhamento dessas propostas organizativas.

Em Promissão (região Central do Estado), a trajetória político-organizativa dos assentados no P.A. Reunidas¹⁰ foi fortemente influenciada por ações do núcleo regional do MST, o qual marcou, neste contexto regional, a dinâmica e os conflitos políticos ligados a uma experiência de cooperativismo coletivista. Sob a orientação do MST, uma das associações de máquinas criadas no início do período de assentamento, a do grupo de Campinas, foi transformada em uma Cooperativa coletiva de produção agropecuária: a COPAJOTA (Cooperativa de Produção Agropecuária Padre Josimo Tavares)¹¹. Norder (2004), ao analisar o contexto de formação dessas organizações afirma que:

(...) as concepções que nortearam a ação dos mediadores no sentido de incentivar o desenvolvimento destas organizações locais pareceu ter desconsiderado o significado, a importância e o potencial da heterogeneidade e das práticas endógenas de produção agropecuária (...) houve um claro distanciamento das organizações locais em relação às principais estratégias produtivas elaboradas pelos assentados. (p.242).

¹⁰ O Projeto de Assentamento Reunidas é fruto de uma série de lutas dos sem-terra da região central do Estado. É também uma das maiores unidades de assentamentos rurais do Estado, com centenas de lotes e várias agrovilas. O processo de implantação definitiva do P.A. data do final dos anos 1980. As informações discutidas acima referem-se sobretudo ao chamado “grupo de Campinas” – conjunto de trabalhadores de fora da região que foram mobilizados pelo MST e participaram da conquista dessa área (cf. NORDER, 2004).

¹¹ Norder (2004) registra, para os primeiros anos do assentamento, a existência de outras duas cooperativas.

Na COPAJOTA, experiência sócio-política que se destacou no cenário dos assentamentos rurais na década de 1990, a idéia seria colocar em prática o modelo coletivista assimilado pela Direção Nacional do MST a partir das cartilhas adotadas pelo governo cubano na constituição de suas Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs). A capacitação para viabilizar a implementação das CPAs se dava através dos chamados “Laboratórios” e a realização deste junto ao grupo Campinas da Fazenda Reunidas levou a que 40 famílias (logo a seguir, somente 35) decidissem por aderir à iniciativa de criar uma CPA, fundada em 1992.

Tratava-se, no discurso dos militantes, de romper com as bases familiares de produção, tornando coletivo todos os seus elementos. O modelo desconsiderava os lotes individuais e passou a computar apenas a força de trabalho de cada indivíduo para a produção coletiva e, cada integrante passava a ter direito a uma quantia monetária proporcional às horas efetivamente trabalhadas.

As primeiras safras coletivas iniciaram-se em 92/93 com o plantio de algodão, milho e soja, registrando-se resultados bastante satisfatórios. No entanto, na segunda safra (94/95) os problemas começaram a aparecer: perda da produção de algodão devido às pragas, endividamento junto a banco e fornecedores. As 35 famílias cooperadas somavam um total de 83 trabalhadores, número considerado excessivo para uma “empresa cooperativa” do porte da COPAJOTA. Daí o surgimento de uma proposta de parte dos cooperados de alterar os estatutos, visando diminuir o número de associados (apenas os titulares poderiam ser sócios). Apesar da crise, em assembléia decidiu-se por manter o estatuto original, não alterando o quadro de associados. Essa decisão levou a que dezenove famílias abandonassem a cooperativa.

Em estudos sobre a trajetória da COPAJOTA, detecta-se uma insistente explicação que aponta a baixa disponibilidade técnica e financeira, o excesso de força de trabalho disponível (superior à capacidade de produção da COPAJOTA) e a não consecução dos projetos de intensificação e agroindustrialização da produção (que possibilitaria um uso mais intenso de mão-de-obra), como motivos para a divisão. Estas hipóteses baseiam-se num forte discurso pró-coletivismo, utilizado pelo grupo de assentados que vivenciou esta experiência (NORDER, 2004; BERGAMASCO, NORDER, 2003). Algumas das famílias que deixaram a COPAJOTA eram militantes ou integrantes do quadro diretivo do MST, revelando um conflito no interior do movimento, que se recobria de potenciais acusações de atitudes “despolitizadas”, ou mera recusa ao coletivismo. Muitos dos que saíram defendiam a possibilidade de se estabelecerem diversos padrões organizacionais para o trabalho coletivo.

Após alguns anos de funcionamento (e crises), registrou-se na COPAJOTA, curiosamente, uma maior abertura para aceitação da produção

familiar. A partir de então, as famílias não estavam mais obrigadas a disponibilizar integralmente seus lotes para a cooperativa. Também foi desativada a cozinha comunitária, com as famílias se reunindo em suas casas para as refeições. Uma outra característica da “nova” COPAJOTA, registrou Norder (2004), seria, então, o forte laço de parentesco entre seus integrantes – senão uma solução, um encaminhamento que aponta para a ordem doméstica.

Por outro lado, as dezenove famílias que deixaram a COPAJOTA criaram a APRONOR (Associação dos Pequenos Produtores da Nova Reunidas). A produção agrícola nesta organização era exclusivamente familiar, existindo, no entanto, fortes laços de sociabilidade, de troca de experiências e de ajuda mútua entre eles. O coletivo se resumiu na presença de um trator e alguns poucos implementos. A APRONOR, tornada cooperativa de comercialização, prestação de serviços e beneficiamento em meados da década de 1990 e preservando a unidade familiar, tinha uma abertura maior para receber um número crescente de produtores não somente assentados – embora não descartasse, em tese, a possibilidade de adotar o modelo coletivista preconizado pelo MST.

Com a crise da COPAJOTA, além da APRONOR, outras entidades cooperadas foram criadas na Reunidas, todas, porém, com baixa adesão e pouquíssimo sucesso. Neste contexto de pulverização de organizações sociais no Assentamento Reunidas, o MST e a COPAJOTA criaram a CORAP (Cooperativa Regional dos Assentados de Promissão), com o objetivo de promover a organização da produção com vistas a agroindustrialização centralizada, à exemplo da COCAMP, já em instalação no Pontal do Paranapanema (conforme será visto adiante). Essa tentativa de criar uma economia de escala também não prosperou, culminando com a sua desestruturação e a desconfiança de grande parte dos assentados em relação ao MST.

Dados o patamar de desenvolvimento regional e a amplitude política e demográfica que os Projetos de Assentamentos foram ganhando no Pontal do Paranapanema (extremo oeste paulista), o estudo do encaminhamento das formas organizativas para a produção e representação política dos assentados desta região ganha especial importância. Atuante na região desde o início da década de 1990, o MST – principal mobilizador dos trabalhadores sem-terra na região – funda, em 1994, a Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados da Reforma Agrária no Pontal (COCAMP). Trata-se do projeto mais ambicioso de cooperativismo junto aos assentamentos do Estado, após o período de experiência com as Cooperativas de Produção Agropecuária (como a COPAJOTA, em Promissão).

Reconhecendo a necessária organização familiar no nível do lote (uma auto-crítica diante dos conflitos vividos na COPAJOTA), mas subestimando – e desestimulando explicitamente – a organização associativa nos P.A.s, a COCAMP, poucos anos após sua fundação, contava com praticamente dois mil associados. Seus objetivos eram estimular a diversificação produtivas nos P.A.s e “fechar” a cadeia produtiva, por meio da industrialização da produção dos assentamentos (RIBAS, THOMAZ Jr., 2000). Para tanto, além da aquisição de 50 tratores e centenas de implementos, a COCAMP iniciou a instalação de uma grande planta industrial na cidade de Teodoro Sampaio, projetando silos para armazenamento de grãos, uma despulpadeira de frutas (com vistas à comercialização de polpas de frutas congeladas), laticínio e fecularia. Todo o processo de planejamento e encaminhamento de coordenação “extra-lote”, ficaria a cargo da cooperativa – daí a rejeição, por supérfluo, de organizações associativas¹².

A importância desse projeto, não só para os assentamentos, mas para toda a região, no entanto, foi prejudicada pelos inúmeros problemas de gestão da cooperativa. Dependente de recursos oficiais, a COCAMP sofreu com a extinção do PROCERA¹³, principal fonte de seu financiamento. A partir dos anos 2000, a COCAMP passa também a ser investigada pelo Ministério Público, a partir de denúncias de desvio de recursos. Essa situação cria um impasse que se prolonga até os dias de hoje. A cooperativa não concluiu nenhuma das obras de instalação industrial, imobilizando um alto capital sem qualquer perspectiva de retorno a curto prazo.

A não consecução de seu projeto industrial, aliado a um frustrante estímulo à fruticultura junto aos seus associados (com promessa de compra da produção para a despulpadeira), determinou o esvaziamento da COCAMP. Além disso, a situação financeira dos assentados ficou, em muitos casos, pior. Em 2006, a estimativa do gerente da cooperativa era que o número de sócios havia se reduzido para perto de mil assentados. Este número é difícil de ser aferido, dada a dificuldade de operacionalização da COCAMP. Além de centralizar as ações do MST nacional na região, do ponto de vista econômico a cooperativa se tornou, desde 2003, um armazém do programa de compra

¹² Neste período, a liderança do MST apontava a “nucleação” das famílias assentadas por proximidade geográfica como uma forma mais eficiente de agregação nos assentamentos. Além de discussão de tarefas produtivas os núcleos (formados por 10 a 15 famílias) teriam como atribuição a representação política e a constituição de um espaço de formação/informação.

¹³ Programa Especial de Crédito da Reforma Agrária, principal programa de financiamento de investimentos nos assentamentos, extinto em 1999.

antecipada da CONAB¹⁴ - seu principal, senão único projeto extensivo na região.

A retomada das atividades da cooperativa continua uma incógnita na região. Mesmo com apoio do atual governo federal, a entidade encontra dificuldades em receber verbas oficiais, devido aos processos judiciais que envolvem a sua gestão. Sem dúvida, o apoio político (e material) dado aos muitos acampamentos e ocupações do MST na região levou, de alguma forma, a um comprometimento da parte produtiva da cooperativa.

Além da crise econômica deste grande empreendimento, é notável, também, o “racha” no interior do MST – que teve, certamente, a COCAMP como epicentro. Em rota de colisão com a direção nacional do movimento desde o final do governo FHC, a principal liderança do MST na região (José Rainha Júnior) segue efetivamente, com seu grupo de militância, como principal referência da luta pela terra na região. Excluído da organização nacional, essa fração mantém, contra a vontade da direção do MST, a bandeira e o “método” do Movimento. Após perder a direção formal da cooperativa para um grupo ligado à direção nacional do MST (mais um capítulo desse relacionamento extremamente conflituoso), este grupo tem buscado construir uma alternativa institucional à COCAMP, direcionando seus esforços na montagem de uma entidade legalmente constituída, a fim de também concorrer às verbas federais destinadas aos assentamentos do Pontal.

Surge em 2006, então, a Federação das Associações de Agricultores Familiares do Pontal do Paranapanema (FAAFOP), com sede no município de Mirante do Paranapanema – vizinho de Teodoro Sampaio, sede da COCAMP. Reorientando a posição que este mesmo núcleo de militantes defendia nos anos em que dirigia a COCAMP, inicia-se uma campanha para a formação de entidades associativas nos assentamentos, que passariam a ser base da Federação (o que será mais detalhado adiante). Registros da imprensa regional dão conta de um relativo sucesso desta nova entidade, que foi apontada, em 2007, como a que mais recebeu recursos dos vários programas do governo federal destinados a atender sem-terras e assentados rurais.

Mais que “prestamismo”, menos que cooperativismo: o “lugar” do associativismo na gestão dos recursos dos assentamentos

A contínua observação e estudo das experiências de gestão territorial dos assentamentos de reforma agrária no Estado de São Paulo constata que

¹⁴ Companhia Nacional de Abastecimento, reativada pelo governo Lula em 2003 e que atuou, nestes primeiros anos num programa de compra antecipada de feijão produzido pelos assentados do Pontal.

a formação e desenvolvimento de experiências associativas constitui-se na prática social mais amplamente disseminada junto aos trabalhadores. Pode-se falar num continuum que vai das práticas mais informais de cooperação (como o mutualismo de base familiar) até às experiências mais sofisticadas de ação coletiva na produção – como as cooperativas coletivistas implantadas pelo MST (as CPAs), ou as cooperativas voltadas à agroindustrialização da produção agropecuária dos assentados, com plantas industriais relativamente complexas (caso da COCAMP).

Os relatos que seguem procuram constituir uma visão panorâmica da diversidade destas experiências – não apenas pela óbvia singularidade de cada configuração sócio-política formada pelos assentados em cada contexto histórico e regional, mas sobretudo pelo que se apresenta como um repertório riquíssimo de alternativas das quais os trabalhadores lançam mão em face dos condicionantes estruturais e a partir do campo de tensões específico em que se desdobram suas ações.

São diversas as características desse associativismo, tomado em seu conjunto. Uma delas, já apresentada neste trabalho, é a sua reversibilidade de (ou para) estruturas mais formais – como as associações que se tornam cooperativas ou cooperativas que são desmontadas, dando origem a uma ou mais associações. Assim como as experiências cooperativas citadas, a manutenção das associações pode ser extremamente prejudicada pelos conflitos que eclodem em seu interior. Essa prática associativa, embora quase sempre estimulada pelas agências de mediação presentes nos assentamentos (ITESP, Sindicatos, Comissão Pastoral da Terra - CPT, MST ou mesmo Prefeituras), revelou-se, também, um recurso autônomo do qual os assentados têm, recorrentemente, lançado mão a fim de tentar superar os bloqueios no encaminhamento da produção e na participação política. No geral, portanto, observa-se que as associações surgem e se mantêm garantindo maior força econômica e política aos assentados.

No P.A. Bela Vista do Chibarro (município de Araraquara – região Nordeste do Estado)¹⁵, a atuação da CPT será pautada pelo apoio à organização de associações de assentados. Esta opção da agência de mediação se deu até mesmo por oposição a uma iniciativa, patrocinada pelo Sindicato dos trabalhadores rurais e pelo ITESP, de montagem de uma cooperativa de

¹⁵ O P.A. Bela Vista do Chibarro foi instalado, em 1989, em terras desapropriadas de uma usina de açúcar, falida no início da década de 1980. Conta com mais de 170 lotes produtivos. Conforme se verá na descrição de fatos a serem analisados, a relação deste P.A. com as agroindústrias sucroalcooleiras nunca deixou de existir, sendo o extensivo plantio de cana para a produção agroindustrial sua mais forte característica econômica.

motomecanização. Para os agentes da CPT, estimular os trabalhadores do PA a formar e administrar uma empresa relativamente complexa, como uma cooperativa, não daria certo, dada a falta de qualificação dos assentados. Ainda para a CPT, o caminho seria o associativismo, pois este tem uma estrutura mais “leve” e serviria de aprendizado para os trabalhadores. Assim, em 1991, surgem na Bela Vista a COAPRA (Cooperativa Agrícola dos Produtores da Reforma Agrária) – apoiada pelo Sindicato e ITESP – e as Associações Chico Mendes e Canaã, assessoradas pela CPT.

Embora a COAPRA tivesse reunido a maioria dos moradores do P.A., as associações se formaram reunindo dois grupos dissidentes da liderança do Sindicato. Um deles era composto por assentados oriundos de acampamentos de outra região do Estado (e de orientação política próxima ao MST)¹⁶; o outro grupo era formado basicamente por evangélicos da Congregação Cristã no Brasil, que também tinham críticas tanto ao Sindicato quanto ao ITESP. A dificuldade burocrática de liberar financiamento para a aquisição de um conjunto de trator e implementos para duas pessoas jurídicas (as Associações Chico Mendes e Canaã), levou à fusão de ambas, ainda em 1991, exigência que não agradou a todos e provocaria futuras divisões.

Outro fator de instabilidade nesse pólo hegemônico pela mediação da CPT foi a recusa de parte dos associados da rebatizada “*Canaã de Chico Mendes*” em participar do negócio com o trator. Assim, embora a associação contasse com 44 membros, apenas 29 dividiram o ônus do financiamento. Assim, a “*Canaã de Chico Mendes*”, fruto da junção involuntária de dois grupos de assentados, passará a ser, então, seriamente ameaçada também pela formação de um terceiro grupo, o “grupo do trator”, conflituoso espaço de gestão de um equipamento coletivo. Essa pendenga no grupo do trator, embora não impeditiva da execução das tarefas e o pagamento da máquina, acabou por gerar uma ruptura, manifesta, inclusive, na constituição de outra entidade associativa: a Associação “*Renascença*” de Produtores Assentados que, embora reunisse apenas quatorze assentados, apresentou um bom desempenho tanto nas iniciativas econômicas quanto na representação política, elegendo inclusive o coordenador do PA nos anos 1993 e 1995.

¹⁶ Como principal agência de mobilização dos trabalhadores sem-terra na região de Araraquara, a entidade sindical rural (até 1989, Sindicato dos trabalhadores rurais, após essa data, Sindicato dos empregados rurais assalariados) disputará o campo da organização dos trabalhadores na luta pela terra com o MST. A chegada de trabalhadores mobilizados pelo MST ao PA Bela Vista, em 1990, trouxe esse conflito para o espaço das organizações dos assentados em Araraquara (Rosim, 1997).

Com relação à Associação “*Canaã de Chico Mendes*”, ela continuou a existir, mas restringiu sua ação exclusivamente à representação política dos que permaneceram nela, tendo pouca dinâmica enquanto grupo de produção no PA. O grupo do trator, por sua vez, permaneceu até a venda da máquina e quitação total da dívida no banco.

Pode-se computar no rol dessas iniciativas da Associação “*Renascença*” a instalação de uma beneficiadora de arroz no assentamento e a compra de um caminhão, utilizados nas atividades de comercialização dos associados. Enquanto a COAPRA perdia dinamismo devido às dificuldades de gerenciamento das suas máquinas e a Associação “*Canaã de Chico Mendes*” se via debilitada pelo afastamento da assessoria pastoral, a nova entidade associativa logrou uma quase hegemonia no campo político do assentamento. De 1993 a 1995, o coordenador do PA (eleito diretamente pela comunidade) foi um assentado da “*Renascença*”. No mesmo período, outro assentado dessa entidade assumiu o posto de representante da Bela Vista na Comissão Estadual de Assentados.

Neste mesmo período, no P.A. Bela Vista, um grupo de assentados empreendeu uma nova iniciativa associativa – tanto em contraposição política à liderança exercida nos primeiros anos do assentamento pelo Sindicato, que sempre contou com o apoio do ITESP, como tentando manter uma distância crítica em relação à militância da CPT. Esta nova associação provocará consequências fundamentais para o desenvolvimento da experiência de assentamento na Bela Vista, tanto no campo político quanto no campo das alternativas de produção.

Em 1993, quando já estava colocada para os assentados da Bela Vista uma situação de dificuldade com relação à gestão das máquinas coletivas, tanto as da COAPRA quanto àquela dividida entre as duas associações (“*Canaã de Chico Mendes*” e “*Renascença*”), esse grupo começa a se formar. Mesmo que a produção de grãos tenha sido considerada satisfatória, os conflitos em ambos os grupos de máquinas limitaram o potencial de operação dos equipamentos. Nesse mesmo ano, a tentativa de implantação da cultura da cana-de-açúcar na Bela Vista, uma alternativa econômica diante da inadimplência dos agricultores, foi geradora de mais uma divisão interna no PA.

A polêmica com relação à cana será um dos vetores de articulação de um novo grupo, formalizado na Associação “*Independente*”. Esses agricultores foram atraídos pela possibilidade de explorar o cultivo da cana-de-açúcar, numa espécie de arrendamento via Associação. Parte deles veio da COAPRA, que não conseguiu atender todos os seus cooperados nos serviços de motomecanização. Defendendo, desde o primeiro momento o cultivo da cana-de-açúcar no PA, a Associação “*Independente*” irá se distanciar, inclusive, da Comissão Interna, organismo de gestão interna do assentamento composto por representantes de todas as entidades da Bela Vista.

A crise das agências de mediação, manifesta, a partir do ano de 1995, pela demissão coletiva dos técnicos do ITESP¹⁷ e pelo esvaziamento do núcleo da CPT na Bela Vista, debilitou sobremaneira as entidades assessoradas pelos agentes dessas duas instituições. Ao contrário, a Associação “*Independente*” só fez aumentar sua presença no campo político do assentamento: nesse mesmo ano (1995), um assentado ligado ao grupo “*independente*” - e favorável ao plantio de cana nas terras do PA - foi eleito coordenador da Bela Vista.

Em 1996, reafirmando essa tendência, o próprio presidente da Associação “*Independente*” foi eleito coordenador do assentamento. Se essa nova vitória dos “*independentes*” apontou para o apoio crescente da proposta de cultivo de cana na Bela Vista, ela consolidou definitivamente a divisão interna e, na prática, desorganizou esse mecanismo de escolha de líderes (este foi o último coordenador eleito diretamente por todos os assentados no PA).

A implantação da cultura da cana-de-açúcar, em larga escala, no PA Bela Vista terá lugar nos anos 2000/2001, quase sempre mediante a atuação da Associação Independente. Falando em “*não ter medo de negociar com a Usina*”, as lideranças “independentes”, citam o “contrato” que fizeram (e que não revelam à pesquisa), como forma de se inserir no contexto da racionalidade moderna. Gerar “*emprego e renda*” no assentamento é outro mote dos defensores da cana, bastante adequado a uma lógica econômica capitalista. O alcance da capacidade de autonomia desses agentes no desenvolvimento de suas estratégias, na sua difícil relação com o complexo agroindustrial sucroalcooleiro da região, sem dúvida, será posto à prova nos próximos anos.

O relato, esboçado acima, do histórico claudicante dos grupos associativos e cooperativos, que objetivavam gerir de alguma forma coletivizada os recursos dos assentamentos na região de Araraquara, pode levar a pensar no fracasso definitivo dessa forma de organização. No entanto, ela mesma se repõe de tempos em tempos, seja através do estímulo externo, seja através da iniciativa autônoma dos próprios assentados.

Como exemplo desse último comportamento, a Prefeitura de Araraquara registrou, no ano de 2001, a existência de vários pequenos grupos associativos no PA Monte Alegre (cujo território está parcialmente neste município) – todos sem existência jurídica e, no mais das vezes, apenas uma ata não registrada

¹⁷ Em 1995, o recém-empossado governador Mario Covas (PSDB) extinguiu o Baneser, uma fundação ligada ao então Banco do Estado de São Paulo denunciada, durante o período anterior de ligações irregulares com o PMDB – partido dos ex-governadores Quércia e Fleury. Os funcionários do ITESP – órgão estadual que dispensa a assistência técnica aos assentamentos – estavam lotados na extinta fundação, o que levou a uma interrupção do serviço dos técnicos do ITESP durante quase um ano.

com os nomes dos associados e a constituição da diretoria. Essas associações informais, na época, buscavam dessa prefeitura apoio para inúmeras iniciativas econômicas, tais como constituição de uma farinheira, implantação da piscicultura ou organização de uma feira do produtor.

Outro retrato, esboçado a partir de estudo sobre o associativismo no P.A. Primavera (município de Presidente Venceslau, no Pontal do Paranapanema), revela que o processo de organização associativa ali teve início entre 2001 e 2002, com o incentivo da Prefeitura Municipal e do Sindicato local¹⁸. A primeira associação a ser constituída no Primavera foi a “Associação Campos Verdes”, que teve como objetivo a demanda por um trator doado pelo MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) para a prefeitura de Presidente Venceslau. A instituição de uma entidade formal no assentamento permitiu que este equipamento fosse enviado ao assentamento. Concorreu para isso a atuação do Sindicato e dos assentados que participavam do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.

Esta associação está se tornando um importante veículo para a transferência de recursos públicos federais para o assentamento Primavera, que conta com 125 lotes produtivos. Segundo um dos diretores da “Campos Verdes”:

Através deste trator a gente consegue formar a roça que nós estamos plantando e formar o nosso pasto. E agora, com este programa do MDA a gente foi contemplado com dois tanques de leite, mesmo, que é o tanque de expansão, um já está instalado, está esperando para colocarmos o leite aqui dentro. (Pedrão, diretor da Associação Campos Verdes, fevereiro/2008).

Atualmente cerca de 50 produtores assentados se servem do resfriador da Associação, melhorando a relação de troca com os laticínios da região. Antes deste importante equipamento, os assentados tinham que se submeter aos preços estabelecidos pelos laticínios que instalavam seus resfriadores no P.A.. Agora, com um resfriador comunitário, os assentados podem negociar

¹⁸ Recentemente, o segmento sindical rural ligado à CUT tem participado ativamente da mobilização de luta pela terra. Como principal promotor dessa postura de luta pela terra, o Sindicato de Presidente Venceslau e seu presidente, desde o início dos anos 2000, têm uma atuação destacada.

preços mais vantajosos, não estando presos às empresas que forneciam o benefício.

O estudo deste caso aponta para uma condição especial desta associação: ela é uma espécie de associação “oficial” do assentamento, sobretudo no que diz respeito aos projetos de Prefeitura Municipal. Desde a situação conflitiva envolvendo a destinação do trator, a relação da associação com a Divisão de Agricultura do município se desenvolveu para uma parceria e um apoio político à administração local.

No entanto, esta dinâmica é multifacetada. Mais recentemente, algumas lideranças do assentamento – antes ligados à Associação Campos Verdes – formaram outra entidade. Segundo uma dessas lideranças:

Estamos montando... ainda não tá tudo certinho; a associação já esta quase montada, só falta agente começar a entregar mercadoria para a CONAB. (Denise, liderança da Associação Renascer, fevereiro/2008).

Curiosamente, esta nova associação recebe uma atenção especial dos agentes do ITESP. Embora a entidade seja muito recente, seus membros já tinham um excelente relacionamento com os técnicos do órgão estadual, merecendo sempre destaque destes no quesito produtividade e seriedade.

O assentamento Primavera possui uma terceira associação, que leva justamente o nome do assentamento. Seu objetivo é produzir matéria-prima para fabricação do biodiesel. Esse projeto, segundo o presidente da associação, tem financiamento aprovado pelo governo federal, mas ainda não foi colocado em prática por não ter sido liberado o recurso. A Associação Primavera tem uma ligação direta com o grupo do MST regional, liderado por José Rainha Júnior. Segundo o depoimento de seu presidente:

Conseguimos fazer as primeiras discussões e montar um projeto voltado para o biodiesel com a planta olenageosa, chamada pinhão brando, ou pinhão manso, ou pinhão doce e outros nomes que tem por aí a fora nesse Brasil, que seria adequadamente pra agricultura familiar que se dá na produção de baga para serem esmagadas e se transformar em óleo vegetal e futuramente no biodiesel. Através desse processo começou-se então as discussões nas associações e enxergamos que, as associações sozinhas não conseguiriam dar esse salto de qualidade. Então se juntar, fazer um juntamento dessas associações para se voltar, se unir em torno de um projeto só. Daí então surgiu a idéia que hoje já

é concreta criamos então a Federação nossa aqui do oeste paulista, das associações de assentamentos de pequenos produtores a FAAFOP. (Wesley – presidente da associação Primavera e líder do MST-Pontal, fevereiro/2008).

A Associação Primavera, também muito recente, revela sua verdadeira natureza quando se reconhece em seu presidente um dos principais auxiliares de José Rainha. O propalado projeto do biodiesel, inclusive, tem sido a tônica do discurso desse segmento do MST. Além disso, como já foi apresentado acima, esta nova associação é fruto do empenho deste segmento em fortalecer a FAAFOP, braço institucional do MST do Pontal (termo que designa o grupo dissidente liderado por José Rainha Júnior).

A mudança de postura dessas lideranças frente ao esforço associativista dos assentados é atestada no depoimento de um diretor da “Campos Verdes”, que já foi militante do MST:

(...) mas, hoje tem daqui o Zé Rainha, o coordenador daqui (fala do Wesley). Mas ele não é da COCAMP, eles criaram um grupo de pessoas e estão criando uma federação; e essa federação já teve reunião deles, mas não vejo que podemos confiar neles, porque na época (que eles eram do MST nacional) eles eram contra as associações. E agora eles querem que a gente se associe à federação e o que eles passaram é que a federação esta sendo montada para fazer aquele trabalho do Biodiesel e também é isso ai vai vir uma firma de fora e vai negociar com as empresas para fazer o processamento dos grãos. (Pedrão, diretor da Associação Campos Verdes, fevereiro/2008).

Nota-se a desconfiança de que a associação Primavera não está sendo montada para comercializar matéria-prima para o biodiesel, mas sim para incorporar-se à federação. Das três entidades pesquisadas, esta última é a que demonstra menor presença no cotidiano dos assentados.

Percebe-se que as três associações do P.A. Primavera têm apoio de distintas agências de mediação: Prefeitura, órgãos estaduais (ITESP) ou federação/MST. As associações tornam-se um braço dos órgãos governamentais para o repasse de equipamentos e recursos para viabilizar a produção, e em alguns casos, como o da Renascer, viabilizar a comercialização. No caso da associação Primavera, sua função – até o presente – tem sido mais o de fornecer base de apoio à FAAFOP, numa operação política de reorganizar as entidades de luta pela terra na região.

Segundo Dawbor (1994), o poder local pode ter interferência na auto-transformação econômica e social. Neste caso, as associações podem ser consideradas o que este autor chama de “*mecanismos participativos*”, ou seja, vias para obtenção de recursos e equipamentos estatais sem gerar endividamento pessoal. Na fala de uma das lideranças entrevistadas no P.A. Primavera, na qual até o viés clientelista está presente:

Esse tanque veio daquele programa do MDA, ai vem para a Prefeitura ela passou para nós. É, do prefeito e o pessoal das associações e dos movimentos sociais. Mas a pessoa chave mesmo é o prefeito do município. (Pedrão, diretor da Associação “Campos Verdes”, fevereiro/2008).

Neste contexto regional, a crise da cooperativa criada pelo MST (COCAMP) causa apreensões dos assentados até mesmo com relação à prática associativa:

Não participo (de associação). Eu inclusive tenho um problema com a cooperativa lá de Teodoro (COCAMP). Tenho um problema com eles por causa deles tirarem o dinheiro sem autorização. Era uma verba, eu não assinei nada, eu sempre assinava uns papeis que vinham. Acabaram colocando assinatura da pessoa e acabaram fazendo o financiamento no nosso nome. Eles não pagaram lá o Banco do Brasil, colocaram nosso nome por isso a gente ficou endividado. Ta certo que tem uns que pensam bem e outros pensam mal. (Paulo, assentado no P.A. Primavera, janeiro/2008).

No discurso daqueles que participaram ativamente da direção (e da crise) da COCAMP, existe um problema cultural e histórico que afasta os agricultores familiares de iniciativas cooperativas e associativas:

O programa de associativismo e cooperativismo tendo em vista que na nossa região isso é desgastado porque enfrentamos no passado o processo de falência das cooperativas e associações tradicionais que tinham na região, tradicionais que eu falo dos grandes produtores, médios e pequenos que se embolavam todos numa mesma panela, que no fritar dos ovos os pequenos acabavam sempre excluídos. Então ainda tem essa visão do passado

que está se quebrando aos poucos. (Wesley, presidente da Associação Primavera e líder do MST do Pontal, fevereiro/2008).

Prevalece, no entanto, a opinião de desconfiança dos assentados a respeito dos administradores da cooperativa. Muitos assentados estão endividados e por este motivo não conseguem financiamentos. Registra-se, também, que as associações – mesmo sendo desestimuladas pelo MST no Pontal até recentemente – se multiplicam nos assentamentos da região. Além de ser uma estratégia recorrente dos assentados, tal fato indica a perda gradual da influência do MST no interior dos assentamentos, desobrigando os trabalhadores a se sentirem impedidos de se organizarem de forma autônoma em relação a esta organização.

Por uma conclusão

As experiências de gestão dos recursos comuns nos assentamentos rurais apresentadas acima poderiam ser multiplicadas às dezenas, sempre carregadas de singularidades e complexidades. No entanto, a pesquisa continuada sobre o desenvolvimento dos projetos de reforma agrária no Estado de São Paulo permite, senão generalizações (não é esta a proposta adotada para estes estudos), algumas problematizações acerca das práticas associativas encetadas pelos trabalhadores assentados. Sempre a partir da perspectiva dos trabalhadores, em sua busca por condições de exercício da liberdade (SEN, 2000), alguns elementos são recorrentes na descrição das alternativas concretas de gestão territorial.

O ganho de longo prazo que o cooperativismo pode representar no desenvolvimento dos assentamentos não se mostra num primeiro momento (ABRAMOVAY, 1998). Mas, as informações reunidas neste trabalho problematizam a experiência cooperativa nos assentamentos para além do imediatismo de possíveis carências das famílias assentadas. Mesmo em situações nas quais existe uma relativa formação política em prol do coletivismo (caso da Reunidas, em Promissão), a radical separação entre a gestão dos recursos do assentamento e a base social dos trabalhadores se mostra um obstáculo no sentido de se viabilizar a organização cooperativa. Até que ponto, por trás dos riscos do temido “individualismo” – mal a ser superado na COPAJOTA – não estava a ordem familiar, fundamental na reprodução da própria condição camponesa? A própria direção tomada pela CPA da Reunidas, dando mais espaço para as famílias, ainda que se mantendo um discurso “politizado” – repetido até pelos que saíram da cooperativa – é um forte indicador de quão forte as estruturas familiares são.

A subestimação – quando não o desprezo – deste aspecto da condição camponesa, reiteradamente, tem levando ao fracasso de experiências organizativas e projetos de desenvolvimento nos assentamentos, sejam eles dirigidos pelo Estado ou pelo MST. Uma outra leitura dos dados apresentados revela que o próprio MST reviu, no contexto de suas propostas para o desenvolvimento dos assentamentos rurais no Estado de São Paulo, a posição central da família dos trabalhadores rurais no ideário organizativo dos territórios de reforma agrária – algo que se evidencia no encaminhamento da COCAMP, no Pontal do Paranapanema.

No entanto, embora substrato fundamental para qualquer iniciativa econômica ou política nos assentamentos, o que foi aqui denominado mutualismo familiar, em seu estado, por assim dizer, puro, não se mostra suficiente para manter ações que necessitam de uma maior duração e um maior alcance territorial. A maneira de exposição dos estudos que foram aqui compilados sugere que, num possível continuum entre a ordem familiar e as formas mais sofisticadas de organização coletiva, inúmeras mediações são necessárias.

A cooperação familiar ampliada (sejam por vicinalidade, laços de compadrio ou filiação religiosa) é um ponto de partida, mas não é capaz, sozinha, de dar conta do enfrentamento dos constrangimentos impostos pela estrutura política e econômica mais geral. E isto, quando não pela impossibilidade de se reproduzir uma ordem familiar tradicional - com seus mecanismos endógenos de controle - numa sociedade já modernizada, simplesmente pelo fato de que, pela ausência de qualquer contrapeso institucional às idiossincrasias dos indivíduos em seu meio familiar (brigas, rupturas, recalques), não se logra obter empreendimentos duradouros e capazes de ampliação.

Com vistas à estruturação de um setor econômico agroindustrial baseado na produção dos assentamentos, a principal organização que atua no campo político da reforma agrária buscou desenvolver um modelo de cooperativismo bastante empresarial, imobilizador de um alto volume de capital e capaz de dar escala aos esforços pulverizados dos assentados. A COCAMP, para seu sucesso, necessitava, além de recursos financeiros, quadros profissionais especializados na gestão de empreendimentos dessa monta. Esta carência foi notada quando o MST precisou responder, rapidamente e com habilidade, às contingências da economia de mercado.

No entanto, a má gestão econômica da cooperativa se tornou uma fragilidade para o movimento no Pontal. A sobreposição de prioridades da luta política às necessidades da boa gestão financeira foi fatal para a vida econômica da COCAMP. Se a militância “formada” revelou-se pouco qualificada, quanto mais o trabalhador assentado? Esta indagação aponta para um conjunto de outras: qual é a escala mais correta para a intervenção das agências de

mediação na consecução de objetivos voltados para a coletivização das ações econômicas nos assentamentos? Como viabilizar propostas organizativas que não sejam, em alto grau, alheias aos trabalhadores assentados por se tornarem fora do alcance de sua espontânea organização – tendente, para o bem e para o mal, à ordem tradicional?

Longe de simplesmente colocar-se como o clássico “caminho do meio” em resposta às indagações acima, as múltiplas variações das práticas associativas se impõem com uma força notável dentro dos assentamentos. Sem dúvida, esta estrutura “leve” (como considerou a CPT, no caso do P.A. Bela Vista, em Araraquara) é mais facilmente instrumentalizada pelos trabalhadores. As associações também significam uma inovação elaborada, em boa medida, pelos assentados para a gestão dos assentamentos (FERRANTE, BARONE, 2004). Essa diversidade, no entanto, revela, também, suas contradições.

Ao menos duas delas são explicitadas nos casos estudados. A primeira diz respeito justamente à forte interferência externa que os mediadores exercem sobre as experiências associativas. Um certo paternalismo da CPT no tocante às associações por ela estimuladas e assessoradas no assentamento Bela Vista é evidente. A ausência dos agentes de mediação – no caso de Araraquara, sua saída da militância – levou a uma perda de capacidade de ação política mais eficaz da Associação Renascença. No caso do P.A. Primavera, foi revelada uma forte (e perigosa) identidade entre a principal associação do assentamento e a atual administração municipal. Se essa aliança for rompida (numa mudança do governo de turno, por exemplo), certamente a capacidade de ação mais autônoma dos assentados será posta à prova.

A segunda contradição, inerente ao infinito jogo das forças sociais, diz respeito ao alcance mesmo da ação autônoma dos trabalhadores em seu esforço associativo. O caso da Associação Independente é bastante eloquente no tocante a essa ambigüidade. Rompendo com os controles impostos pelo estado e por mediadores (como CPT e Sindicato), trabalhadores assentados no P.A. Bela Vista, reciclando as experiências associativas e cooperativas pelas quais passaram, organizam uma entidade que carrega, já na sua denominação, sua vontade por autonomia. No entanto, a opção econômica desta associação, ao mesmo tempo que cacifa sua posição no interior do assentamento, a coloca frente a frente – num flagrante status de inferioridade – com o setor empresarial sucroalcooleiro regional, um dos mais organizados e capitalizados do país.

O panorama colorido apresentado, às vezes com cores fortes, às vezes com nuances bastante sutis, procurou devolver a riqueza e a complexidade aos processos sociais que levam à constituição das experiências de gestão territorial dos assentamentos que, por anos, a equipe do Nupedor busca captar. As tensões expressas em conflitos, resistências e acomodações possíveis que os trabalhadores assentados rurais empreendem na busca pelo seu reconhecimento

social e político não esgotam definitivamente a realidade desse segmento social específico. No entanto, conforme demonstrado aqui, garante uma perspectiva crítica capaz de problematizações bastante pertinentes no estudo (e subsídio) das políticas públicas voltada para o desenvolvimento das experiências de assentamentos.

Referências

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 2ª Ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

BARONE, L.A. Assistência técnica aos assentamentos de reforma agrária: da política reativa ao vazio de projeto – o caso do Estado de São Paulo. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, Nupedor/Unesp, n.8, Araraquara, 2000.

BARONE, L.A. **Conflito e Cooperação**: o jogo das racionalidades sociais e o campo político num assentamento de reforma agrária. 2002. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Ciências e Letras, Unesp, Araraquara.

_____. **Revolta, Conquista e Solidariedade**: a economia moral dos trabalhadores rurais em três tempos. Dissertação (Mestrado em Sociologia). 1996. Faculdade de Ciências e Letras, Unesp, Araraquara.

BERGAMASCO, S.M.P.P.; NORDER, L.A.C. **A Alternativa dos Assentamentos Rurais**: organização social, trabalho e política. São Paulo: Terceira Margem, 2003.

DAWBOR, L. **O Que é Poder Local**. 9ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

FERNANDES, B.M. **MST**: formação e territorialização. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERRANTE, V.L.S.B.; BARONE, L.A. A difícil semente: o trabalho na terra e a ressocialização das famílias assentadas em projetos de reforma agrária. In: SCOPINHO, R.A. et al. (Orgs.) **Velhos Trabalhos, Novos Dias**: modos atuais de inserção de antigas atividades laborais. Fortaleza: Edições UFC, 2007.

MACIEL, M.C. Entre o céu e a terra: a religiosidade no assentamento Bela Vista – Araraquara/SP. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, Nupedor/Unesp, n.7, 1999.

MARTINS, J. S. **Reforma Agrária**: O impossível diálogo. São Paulo: Hucitec, 2000.

NAVARRO, Z. Mobilização sem emancipação: as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In SANTOS, B.S. (Org.) **Produzir para Viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

NORDER, L.A.C. **Políticas de Assentamentos e Localidade**: os desafios da reconstituição do trabalho rural no Brasil. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade de Wageningen, Holanda.

POKER, S.G. **A Prática da Vida e os Desencontros da Libertação**. 1996. Dissertação (Mestrado em Sociologia). FFLCH/USP, São Paulo.

RIBAS, A.D.; THOMAZ Jr., A. O cooperativismo no raio de atuação do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra (MST): uma contribuição para a geografia do trabalho. **Revista Geografia em Atos**, Presidente Prudente, FCT/UNESP, v.1, n.2, 2000.

ROSIM, L.H. **Nas terras da usina, o fazer-se de um assentamento**. 1997. Dissertação (Mestrado em Sociologia). FCL/Unesp, Araraquara.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

SILVA, R.A. Assentamentos Rurais na Fazenda Pirituba: parcerias e a formação de capital social. In: FERRANTE, V.L.S.B.; ALY JUNIOR, O. (Orgs.) **Assentamentos Rurais**: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos). São Paulo: INCRA/Uniar, 2005.

TURATTI, M.C.M. **Os Filhos da Lona Preta**. Identidade e cotidiano em acampamentos do MST. São Paulo: Alameda, 2005.

WOORTMANN, K. Com parente não se neguecia. O campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, Brasília, UnB, n.87, 1990.

CONSCIÊNCIA JURÍDICA DOS ASSENTADOS DA REFORMA AGRÁRIA: DIREITO, JUSTIÇA E LEGITIMIDADE NO ASSENTAMENTO DE SERRA AZUL-SP

*Elizabeth David Novaes¹
Nathalia Suppino Ribeiro²*

Resumo: O presente estudo buscou pesquisar a consciência jurídica dos assentados do assentamento de Serra Azul- interior de São Paulo. Face aos obstáculos e dificuldades que o modelo econômico impõe a estes trabalhadores, intentou-se verificar de que forma a visão jurídica dos mesmos se configura, possibilitando uma investigação acerca do pluralismo jurídico. Observa-se que a luta pela terra não mais se fundamenta apenas na ampliação de espaços de trabalho e reprodução do capital e sim, em nova percepção sócio-econômica e jurídica incorporada pelos trabalhadores rurais, que se reflete em uma luta também por cidadania e democracia. É possível apontar para a existência de um “sistema de cooperação”, que segundo os sujeitos entrevistados, representa não apenas normas de vivência coletivamente construídas como também o reflexo do que verdadeiramente caracteriza o justo dentro de sua realidade. Entende-se assim, que há uma articulação entre cooperação, justiça e legitimidade, no sentido de emergir como justo aquilo que é legitimado coletivamente, sem reduzir-se a lógica individualizante do direito positivo. O trabalho de pesquisa centrou-se no levantamento de abordagens teóricas sobre o tema, bem como na observação do cotidiano dos assentamentos, e realização de entrevistas com os sujeitos assentados, apresentando levantamento e análise qualitativa. Verificou-se que em função do descaso social e político que muitas vezes sofrem, os sujeitos investigados tendem para o questionamento da legitimidade do ordenamento jurídico posto pelo Estado, possibilitando uma rejeição ao poder público que cria e administra a legislação formal. Desta

¹ Doutora em Sociologia pela Unesp/Araraquara. Docente na disciplina Sociologia Geral e do Direito das Faculdades COC- Ribeirão Preto-SP. elizabeth@coc.com.br

² Bacharel em Direito pelas Faculdades COC- Ribeirão Preto-SP. Bolsista em pesquisa de Iniciação Científica pela Fapesp, da qual o presente trabalho é resultado. natisr_85@hotmail.com

provável rejeição, é fruto o movimento social a que o assentamento rural investigado se vincula.

Palavras-Chave: Consciência Jurídica; Legitimidade; Assentados Rurais.

Introdução ao objeto de pesquisa

O universo da pesquisa localiza-se no município de Ribeirão Preto-SP, mais especificamente no assentamento rural localizado na cidade de Serra Azul, cerca de 20 quilômetros da cidade de Ribeirão Preto.

A temática deste estudo emerge da preocupação a respeito da precária situação em que se encontram muitos assentados rurais, tendo como objetivos primordiais da pesquisa: investigar práticas rurais e percepções ideológicas que movem os assentados de Reforma Agrária enfatizando-se sua consciência jurídica a respeito do ordenamento vigente, observado na realidade empírica dos assentamentos rurais e analisar suas concepções referentes ao poder público e ao ordenamento jurídico.

Dos objetivos arrolados, elaborou-se como hipótese de trabalho que: a consciência jurídica dos assentados rurais, em função do descaso social e político que muitas vezes sofrem, tende para o questionamento da legitimidade do ordenamento jurídico posto pelo Estado, possibilitando uma rejeição ao poder público que cria e administra a legislação formal. Desta provável rejeição, é fruto o movimento social a que o assentamento rural investigado se vincula.

A pesquisa teve ênfase qualitativa, pautando-se essencialmente em entrevistas não diretivas e depoimentos orais gravados. O conteúdo das gravações foi transcrito e analisado à luz das teorias pertinentes ao tema estudado. Sendo assim, considerando-se a metodologia do trabalho de pesquisa como sendo predominantemente qualitativa, a investigação da realidade foi marcada pela observação das peculiaridades e especificidades dos sujeitos investigados, a partir dos elementos provenientes de seus depoimentos, bem como de uma observação direta do cotidiano.

Acerca do enfoque qualitativo, Lüdke e André (1986) defendem que a pesquisa qualitativa toma o ambiente como fonte de dados e o pesquisador é seu principal instrumento; os dados coletados são predominantemente descritivos; há uma maior ênfase sobre o processo do que sobre o produto; os significados dados pelos sujeitos acerca de sua vida são principal ponto de atenção do pesquisador; os dados em análise obedecem um processo indutivo.

Visando garantir um grau de confiabilidade da observação como método investigativo-científico, também buscou-se seguir as proposições de Menga Lüdke e Marli André:

Para que se torne um instrumento válido e fidedigno de investigação científica, a observação precisa ser antes de tudo controlada e sistemática. (...) Planejar a observação significa determinar com antecedência ‘o que’ e ‘como’ observar. (LÜDKE, ANDRÉ, 1986, p.25).

Intentou-se assim, a realização de investigação empírica e teórica para que o assentado fosse reconhecido em sua obra como sujeito empírico, verificando sua percepção acerca de justiça, posse e utilização da terra. Daí justificam-se, de antemão, os recortes feitos nas falas dos sujeitos investigados, uma vez que estes foram entrevistados e a realidade concreta observada, já a partir de definições de o “quê” e “como” pesquisar (LÜDKE, ANDRÉ, 1986).

Esta investigação estende-se também ao ordenamento jurídico brasileiro visto sob a ótica de sua efetiva percepção no cotidiano dos sujeitos investigados, bem como de seus efeitos no universo pesquisado, de acordo com o tema delimitado para esta pesquisa.

Além de revisão bibliográfica acerca das questões teóricas, jurídicas e sociais relacionadas ao tema, o estudo envolveu **observação direta e participante**, implicando na efetiva presença do pesquisador no universo pesquisado e sua interação com seus membros, buscando uma análise mais direta sobre o tema questionado bem como maior facilidade de obtenção dos elementos empíricos coletados no universo mencionado (THIOLLENT, 1985).

Assim, este trabalho intenta investigar os valores que movem os assentados rurais com relação à sua consciência jurídica sobre o ordenamento jurídico posto, enfatizando-se as percepções dos assentados. Dentro desta perspectiva, entende-se por **consciência jurídica** as concepções dos sujeitos investigados a respeito do que consideram como justo frente à realidade social e material que caracteriza o universo pesquisado. Pauta-se novamente em Triviños, quando o autor aponta que:

A propriedade da consciência é a de refletir a realidade objetiva. Assim surgem as sensações, as percepções, representações, conceitos, juízos. Todos eles são imagens. Reflexões adequadas, verdadeiras, da realidade objetiva. Estas imagens são produtos ideais. (TRIVIÑOS, 1987, p. 62).

Articulando o conceito de consciência com a questão jurídica, resgata-se aqui também a percepção conceitual de Sforza (1963) em que o autor aponta a importância de se “...conceber o direito independentemente do Estado

analisando a multiplicidade de ordenamentos que se baseia na espontaneidade criadora da consciência jurídica”. (SFORZA apud SABADELL, 2000, p. 125)

Seguindo a proposta de investigação da realidade do sujeito vista por ele mesmo, a entrevista de caráter não-diretivo propõe ao entrevistado uma atitude de exploração do campo investigado (THIOLLENT, 1985). Deste modo, o sujeito entrevistado é percebido como “portador de cultura, que a entrevista não-diretiva pode explorar a partir das verbalizações...” (THIOLLENT, 1985, p.85).

Vale considerar ainda, que embora tenha sido dada, a este trabalho, ênfase qualitativa, os dados quantitativos não foram desprezados, mas sim, utilizados quando necessários para uma melhor compreensão do fenômeno estudado, em razão do maior aprofundamento que propiciam (TRIVIÑOS, 1987).

Trabalho de campo e discussão metodológica

No intuito de alcançar os objetivos pretendidos por este estudo, além da pesquisa teórica procurou-se concretizar um trabalho de campo voltado para a realidade empírica investigada, o qual foi realizado por meio de diversas visitas ao assentamento rural pesquisado, tomando por eixo condutor as técnicas metodológicas de investigação social esboçadas no tópico anterior.

Foram realizadas visitas frequentes ao assentamento buscando um contato efetivo com a realidade investigada, no sentido de propiciar a aplicação prática dos fundamentos teóricos reunidos e estudados.

Vale dizer que antes de qualquer visita ou entrevista houve um primeiro contato com o coordenador geral do assentamento, para o qual foi necessária a descrição de todo o procedimento de pesquisa bem como dos objetivos previstos.

A partir de tais visitas tornou-se possível esboçar um conhecimento acerca da realidade concreta observada no universo pesquisado, para que se pudesse fazer uma análise comparativa dos temas abordados e para que se efetivasse o trabalho de pesquisa e coleta de dados empíricos, em busca das conclusões possíveis.

Desde a chegada ao assentamento foi possível perceber a situação de preocupação e desconfiança dos assentados para com o visitante estranho ao seu convívio. Note-se que para cada informação pedida dentro do assentamento, até que se chegasse ao centro cultural (local em que se reúne a coordenação do assentamento) foram necessárias diversas identificações pessoais e explicações sobre a presença de pessoas diferentes no local.

Chegando até o Centro Cultural, local em que ocorreria a reunião semanal de coordenadores dos núcleos familiares do assentamento juntamente com o coordenador regional do Movimento; foi solicitada a apresentação do conteúdo do projeto e explicações a respeito das metodologias utilizadas para realização das entrevistas e observações.

A partir destes primeiros contatos, bem como da apresentação do trabalho de pesquisa aos coordenadores, observou-se que a pesquisadora tornou-se muito bem-vinda pelos assentados. A pesquisa parece-lhes ser um meio de alcançar, através de estudos sérios e comprometidos, maior sucesso em sua organização, e, principalmente, reconhecimento sócio-político; tanto que os próprios coordenadores colocaram-se à disposição de toda e qualquer necessidade ou reivindicação referente ao trabalho de pesquisa a ser desenvolvido no local.

Vale salientar que as visitas ao universo da pesquisa empírica representaram desde o primeiro momento do trabalho, uma significativa oportunidade de aprendizado, uma forma de se colocar em xeque preconceitos e pré-concepções acerca dos sujeitos investigados, bem como acerca da realidade por eles vivenciada.

Logo na primeira visita, realizada com hora e data marcadas para possibilitar a participação da pesquisadora em uma das reuniões dos coordenadores, ocorreu uma nova dificuldade: o acesso físico ao local. O acesso mostrou-se uma dificuldade pelo fato de tratar-se de uma área de conflito latente, um local em que diversas situações de combate (violentas, em alguns casos) foram travadas. Seus moradores mostram-se bastante temerosos, desconfiados, apreensivos, o que por vezes, representou uma difícil receptividade por alguns dos assentados.

Superado este impasse, passou-se à reunião dos coordenadores dos núcleos. Vale lembrar que o assentamento de Serra Azul subdivide-se em núcleos, sendo que cada qual possui seu coordenador responsável, que se reúne com um coordenador geral semanalmente para discussão das questões controversas e em evidência em cada núcleo, visando a busca de possíveis soluções para as mesmas.

A pesquisadora foi convidada pelo coordenador geral a participar de uma dessas reuniões, momento em que foi necessário realizar a apresentação do trabalho de pesquisa em andamento para a aprovação dos presentes. Deve-se dizer que todos os coordenadores presentes ficaram empolgados com a proposta da pesquisa e imediatamente aprovaram as visitas e demais métodos utilizados para o seu desenvolvimento propondo-se também, a auxiliar no que fosse necessário.

Feitas as devidas apresentações e reduzidas as desconfianças, iniciaram-se os trabalhos de entrevistas, fotografias e demais visitas, percorrendo-se

grande parte do território em que as famílias encontravam-se assentadas.

Enfim, muitas das famílias mostraram-se bastante receptivas e calorosas para com a pesquisadora nos contatos travados para realização das entrevistas, pois além de relatarem **fragmentos de suas histórias e trajetórias de vida, por meio de depoimentos orais** (e não da técnica de história de vida propriamente dita), interessaram-se em mostrar seus pertences, seus móveis, sua casa, suas criações e plantações, fato que trouxe importantes contribuições às percepções buscadas pelo estudo.

Ressaltando-se a metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa empírica realizada no interior do assentamento verificou-se, com maior clareza, a necessidade de utilização da observação participante (THIOLLENT, 1985) conforme já apontado anteriormente.

Direito, pluralismo jurídico e legitimidade

Em levantamento conceitual realizado por Sabadell (2000), observa-se que os adeptos das teorias do pluralismo jurídico entendem que o conceito de direito transcende o de positivismo jurídico emanado exclusivamente dos poderes estatais, considerando, desta forma, que o ordenamento jurídico do Estado convive, na sociedade, com outros modos de juridicidade que com ele se articulam.

Essas correntes pluralistas partem, principalmente, dos estudos do jurista alemão Otto Von Gierke (1841-1921). “Este autor analisou o direito das várias organizações sociais na Alemanha, sustentando que cada organização possui vontade e consciência e cria suas próprias regras jurídicas” (GIERKE apud SABADELL, 2000, p. 123).

Tomando como base os estudos do autor citado, aponta Sabadell para quatro teorias modernas do pluralismo jurídico, que aqui se apresentam por meio de uma breve análise de cada uma delas.

A primeira considera o direito vigente nas sociedades como sendo uma mescla dos “vários sistemas de normas jurídicas que interagem entre si, criando redes de relações jurídicas continuamente mutantes”. De onde se percebe não entender o direito estatal como sendo o único sistema jurídico existente. (SABADELL, 2000, p.125).

A segunda concepção refere-se ao fato da constante migração entre os povos gerar sociedades multiculturais, em razão da necessidade de que as diversas raízes culturais convivam sem que se pretenda a imposição de uma sobre as outras e sim que as diferenças sejam respeitadas e reconhecidas pelo direito posto pelo Estado. “Exemplos: direito das minorias étnicas, direitos especiais das mulheres e dos negros, direito das crianças e dos idosos” (SABADELL, 2000, p127).

A terceira abordagem considera as constantes transformações no direito internacional, de onde surge a necessidade de que suas normas passem a coexistir com as normas estatais criando assim uma nova forma de pluralismo jurídico.

Por fim, a quarta concepção dedica-se à análise de sistemas jurídicos autônomos observados no âmbito das instituições sociais (igrejas, sindicatos, empresas, etc.).

No que tange ao tema pesquisado, parece ser pertinente articular as considerações da primeira (direito como sistema de normas inter-articuladas) e da quarta concepção (direito dos sistemas jurídicos autônomos), uma vez que na sociedade não existe apenas o direito emanado do Estado, mas outros sistemas jurídicos autônomos, e dentre eles, aquele observado no interior dos assentamentos, parecem poder também ser considerados como direito.

(...) o sociólogo do direito deve dedicar uma particular atenção aos fenômenos normativos não oficiais. A existência de tais sistemas indica, em geral, uma crise de legitimidade do direito estatal, ou seja, uma situação na qual o Estado não consegue exercer, na prática, o pretendido monopólio de violência legal, nem pode alcançar legitimação e consenso social através da sua ação. (SABADELL, 2000, p.130).

Alguns estudiosos (SUEUR, 2001; TAMANAHA apud SABADELL, 2000) desconsideram a existência de um pluralismo jurídico, reconhecendo apenas a existência de um pluralismo normativo, pois entendem não ser conveniente atribuir aos sistemas normativos distintos daquele posto pelo Estado, o caráter de “direito” pelos mais diversos motivos, dentre eles, o temor de que o direito estatal seja banalizado bem como pelo fato de que os sistemas jurídicos não estatais não se submetem ao rigor formal conferido ao direito estatal (SABADELL, 2000).

Note-se que, embora o direito não estatal não se submeta ao rigor formal positivado pelo ordenamento jurídico do Estado, submete-se a outras formalidades construídas no seio do grupo social de onde emanam suas normas. É o que se pode perceber na afirmação que segue, subsidiando a perspectiva aqui apontada:

No caso do direito estatal, esse ordenamento apresenta-se mais técnico, é realizado através de normas formuladas com certa solenidade e garantidas pela força coercitiva do Estado. No caso dos demais ordenamentos, as normas

apresentam características diferentes, mas constituem, igualmente, regras sociais obrigatórias, com eficácia muitas vezes maior que a das normas estatais. (MONTORO, 2005, p.76).

De acordo com as palavras de Montoro (2005), pode-se perceber que diferentes sistemas jurídicos podem coexistir na sociedade de maneira que a todos se atribua o caráter de direito, sendo permitido, inclusive, que um seja invocado em detrimento do outro quando necessário. Pressupõe-se assim que “o direito designa, em geral, as normas elaboradas pelo Estado. Mas se aplica, também, aos ordenamentos existentes no seio de outras comunidades: esportivas, religiosas, econômicas, universitárias, etc.” (MONTORO, 2005, p75). Daí percebe-se inadequado e reducionista utilizar o termo “direito” somente para indicar o direito formal, posto pelo Estado.

O trecho apontado, analisado sistematicamente com as observações já expostas, **não parece pretender que haja uma substituição de um ordenamento por outro, mas sim que os sistemas normativos não estatais sejam reconhecidos e considerados até mesmo para a construção das normas jurídicas do próprio Estado, de maneira que passem a coexistir harmoniosamente ou paralelamente perante a sociedade.**

A este respeito, também entende Boaventura de Sousa Santos, ao afirmar que:

(...) concebe-se como direito o conjunto de processos regularizados e princípios normativos considerados justificáveis num dado grupo, que contribuem para a criação e prevenção de litígios e para a resolução destes através de um discurso argumentativo, de amplitude variável, apoiado ou não pela força organizada. (SANTOS, 1988, p.72).

No que tange ao contexto histórico brasileiro, tanto Sousa Santos (1988) como Giamberardino (2005), ressaltam o berço da formação pluralista jurídica no Brasil como sendo estabelecido desde os primórdios históricos da nação, antes mesmo de sua colonização.

Cumprе ressaltar que a colonização brasileira foi evidentemente marcada pelo massacre cultural praticado pelos povos europeus que buscavam riquezas em territórios ainda desconhecidos na época.

Sucedeu-se uma traumática fusão de culturas de distinção significativa, ou seja, a cultura européia sobrepondo-se à indígena e mais tarde, à africana, o que provocou o impedimento do desenvolvimento e evolução dos povos

nativos, detentores de seus próprios costumes e tradições (GIAMBERARDINO, 2005).

A situação demonstra que uma cultura, de forma geral, considerava-se suficiente em si mesma, nada tendo a ser completada, não necessitando de qualquer aprendizado ou modificação. “...o europeu projeta a si mesmo no Outro através do domínio e da conquista, sem reconhecer-lhe sua alteridade” (GIAMBERARDINO, 2005, p.6). E em razão destas características nasce a obrigatoriedade de que culturas consideradas não desenvolvidas e menosprezadas fossem enquadradas às tradições e valores europeus. Para tanto, as práticas violentas e as normas positivadas que enveredassem para esta adequação étnica tornaram-se legítimas e, portanto, justificadas pelo próprio ordenamento que se pretendia impor.

Note-se que a rejeição da pluralidade cultural presente na sociedade brasileira para a construção do sistema jurídico vigente até os dias atuais desemboca numa maior dificuldade na busca da transformação de suas normas (GIAMBERARDINO, 2005). Por isso, afirma o autor ser possível, através de aprofundado estudo histórico, encontrarem-se comunidades que representem experiências positivas de boa vivência em comum por seus regulamentos serem compatíveis com seus valores, princípios e costumes e não regras provenientes de uma outra sociedade, com características absolutamente distintas, impostas à sua.

Segundo Sousa Santos, sobre as controvérsias acerca do pluralismo jurídico existente no Brasil no período colonial, pode-se afirmar que:

(...) o contexto sociológico básico em que se deu o interesse por este problema foi como em muitas outras questões, o colonialismo, isto é, a coexistência num mesmo espaço, arbitrariamente unificado como colônia, do direito do Estado colonizador e dos direitos tradicionais. (SANTOS, 1988, p.73).

Estas observações, quando enquadradas à realidade contemporânea, comprovam que este Direito, arraigado em princípios individualistas e arbitrários, **nem sempre se mostra capaz de solucionar conflitos coletivamente considerados**, diante dos quais surgem novas alternativas como forma de solução desses embates e alcance de melhores condições, acima do que determinam as normas positivadas.

Nas palavras de Giamberardino,

(...) dogmas fundamentais da teoria geral do Direito têm passado por uma especial crise de validade e legitimidade,

especialmente na realidade latino-americana. O monismo jurídico, por exemplo, assiste impotente à criação de mecanismos paralelos de resolução de conflitos coletivos em todos os estratos econômicos da sociedade. A epistemologia positivista não encontra soluções diante de conflitos coletivos, em que o dogma da individualização do sujeito simplesmente não serve, como, por exemplo, nos casos de invasão de imóveis rurais e urbanos, criando tensões em torno do direito de propriedade. (GIAMBERARDINO, 2005, p.12).

A plena eficiência das normas, construídas exclusivamente pelo Estado, depende do grau de aceitação das mesmas, o que significa dizer que o Estado atinge total eficácia quando suas normas são realmente legítimas perante a sociedade pensada coletivamente, fato que, obviamente, vai ao encontro das necessidades da sociedade contemporânea (GIAMBERARDINO, 2005).

Acerca desta **problemática da legitimidade do direito formal**, destaca Wolkmer (2003) que:

(...) não é possível pensar e estabelecer uma dada ordem política e jurídica centrada exclusivamente na força material do poder. Por trás de todo e qualquer poder, seja ele político ou jurídico, subsiste uma condição de valores consensualmente aceitos e que refletem os interesses, as aspirações e as necessidades de uma determinada comunidade. (WOLKMER, 2003, p.80).

Considerando-se as características históricas do direito no Brasil descritas, constata-se que, exatamente em decorrência da frágil legitimidade de suas normas, provocada por seu caráter centralizador e individualista, e fruto da rejeição da variedade cultural que compõe a sociedade brasileira desde os seus primórdios quando foi construído e positivado, é que surge o chamado **pluralismo jurídico**. Isto significa que, em razão da aplicabilidade e aceitação deficitárias das normas positivadas por vários segmentos da sociedade, começam a se estabelecer novas ordens jurídicas dentro de um mesmo espaço, além daquela posta pelo Estado, representando o alcance de regras que sejam condizentes e eficazes para determinado grupo social (GIAMBERARDINO, 2005).

De modo semelhante, para Wolkmer,

(...) **a legitimidade incide na esfera da consensualidade dos ideais, dos fundamentos, das crenças, dos valores e dos princípios ideológicos**. Acima de tudo, a concretização da legitimidade supõe a transposição da simples detenção do poder e a conformidade com as acepções do justo advogadas pela coletividade. (WOLKMER, 2003, p.80) (grifos nossos).

Importante esclarecer que o conceito de legitimidade não pode reduzir-se à mera equiparação com o conceito de legalidade, devendo ser utilizado somente para fins de aceitação e reconhecimento de normas jurídicas. O conceito de legitimidade transcende o âmbito jurídico atingindo também, fundamentos sociológicos, humanos portanto, uma vez que sua construção representa-se fundada “no justo consenso da comunidade e num sistema de valores aceitos e compartilhados por todos” (WOLKMER, 2003, p.88).

Dentro desta perspectiva, percebe-se também, que as normas estatais, diante do questionamento de sua legitimidade, passam a ter cumprimento obrigatório a ser atingido coercitivamente, ou seja, uma vez que seus dispositivos podem já não demonstrar eficácia frente às contradições sociais, passa a existir a necessidade de que sejam então cumpridas de maneira imposta, o que se dá através do poder policial, da execução, das penas, etc.

A respeito da possível ocorrência deste cumprimento coercitivo de normas, Wolkmer salienta que “... a prática da obediência transformada em adesão é assegurada por um consenso valorativo livremente manifestado sem que se faça obrigatório o uso da força.” (WOLKMER, 2003, p.80). Sobre estas palavras, note-se que no caso dos assentados rurais, em muitas situações faz-se, também, necessário o uso da força coercitiva estatal para que determinadas normas sejam cumpridas, o que por vezes, **pode representar a falta de legitimidade destas normas** por parte da comunidade em questão, justamente por não haver o que chamou Wolkmer “adesão assegurada por consenso valorativo livremente manifestado.” (WOLKMER, 2003, p.80), **embora não ocorra necessariamente uma ameaça ao Estado de Direito**.

Vale dizer que esta livre manifestação, como já dito, por um longo período encontrou-se barrada pela imposição cultural e pelo poder das minorias descompromissadas com a efetivação da justiça social na positivação das normas que regem toda a sociedade.

Sendo assim, partindo da análise das características históricas adquiridas pelo ordenamento jurídico brasileiro representado pela excessiva carga de individualismo, bem como pela desconsideração da pluralidade

cultural existente na composição da sociedade brasileira, sob a justificativa da ordem, é que se pensa na necessidade de encontrar maneiras de reestruturação, reconstrução e criação das normas jurídicas contemporâneas.

Dessa forma, observa-se que uma reconstrução não apenas social, mas também dos mecanismos jurídicos aplicados, somente seria possível através da movimentação dialética entre as experiências vividas pelos oprimidos desde o início da formação social brasileira (índios, negros, miseráveis, camponeses, etc.) e a evolução histórica dos tempos (GIAMBERARDINO, 2005). Diante de tais considerações, a valorização da vida vista sob a ótica da solidariedade humana, parece pressupor o respeito à pluralidade das peculiaridades sociais, manifestando-se de suma importância para o alcance de possíveis soluções aos questionamentos jurídicos vigentes, pois:

(...) na medida em que a validade do sistema transfigura-se em não validade diante das vítimas, pois possui para elas efeitos negativos que impossibilitam a reprodução de sua vida, é necessária uma nova validade intersubjetiva, anti-hegemônica, com conteúdos novos e a partir de fontes alternativas de produção jurídica. (GIAMBERARDINO, 2005, p.18).

Constata-se, assim, a necessidade de que os indivíduos deixem de ser sujeitos de direito para tornarem-se sujeitos coletivos de direito, de maneira que aqueles que foram vítimas de um sistema inadequado e opressor possam encontrar a valorização de suas vidas enquanto seres inseridos em uma coletividade, de modo que as relações de exploração tornem-se relações de cooperação, cidadania e solidariedade humana (GIAMBERARDINO, 2005).

Observações concretas decorrentes da pesquisa de campo

Transpondo-se estas considerações para o universo dos assentados rurais, observa-se que a falta de legitimidade de muitas das normas brasileiras frente à sua situação explica-se pelo processo de exclusão vivenciado por tais sujeitos. Uma vez que as normas jurídicas relacionadas à distribuição de terras foram historicamente firmadas por pessoas que se interessavam pela manutenção da concentração de rendas e pela proteção ao direito à propriedade, posto muitas vezes acima do direito à vida, estas normas foram responsáveis pela realidade enfrentada por trabalhadores rurais sem terras, que perderam seu espaço de referência em razão da manutenção do status *quo*.

Diante de um impasse, não apenas no caso dos trabalhadores rurais sem terra como também de outras classes oprimidas, a saída parece encontrar-se na formação dos movimentos sociais, os quais significam uma estratégia

de vivência e sobrevivência firmada entre pessoas que apresentam uma questão em comum: a situação de exclusão e expropriação social. Como **possível consequência**, os movimentos sociais refletem o pluralismo jurídico, apresentando regulamentos normativos alternativos aos estatais, na tentativa de representar um determinado grupo que não percebe seus interesses contemplados pelas normas postas pelo Estado (WOLKMER, 2003).

Frente à análise dos dados empíricos coletados, é possível afirmar que para os sujeitos investigados, o atendimento ao Princípio da Função Social da Propriedade **parece** não dever corresponder a mera formalidade legal ou a apenas um meio de garantir a posse da terra quando de seu não cumprimento (ou seja, do desatendimento simultâneo dos requisitos elencados pelo art. 186 da Constituição Federal Brasileira); mas sim, a um caminho a ser trilhado na busca por melhores condições de vida que possam ser garantidas a toda a comunidade. Pode-se entender assim, a preocupação que manifestam com a manutenção e efetiva proteção dos recursos naturais e dos demais elementos que compõem o meio ambiente em que se inserem.

Conforme os depoimentos coletados, cumprir a função social da terra significa, neste contexto, dignificar o homem por meio de seu trabalho, do cultivo de sua terra para sua própria subsistência; a ser desenvolvida mediante condições adequadas de saúde, educação, cultura e lazer e, como apontado, primando pela proteção ao meio ambiente e pelo respeito às normas trabalhistas.

Entretanto, percebe-se que as normas que compõem o ordenamento jurídico brasileiro não são desprezadas por esses sujeitos. O que evidenciam, pelo menos em suas falas, é a necessidade de buscar maneiras lícitas de adequação ao que determinam estas normas, para que seus futuros dispositivos sejam construídos de maneira a considerar a realidade concreta de todos aqueles que compõem a sociedade e suas reais necessidades e características. Não parece se tratar, portanto, de contestar o Estado de Direito, mas de cobrar-lhe o cumprimento de princípios e garantias constitucionais.

Os institutos referentes à posse e à propriedade no interior do assentamento pesquisado, ao contrário do que se apresenta codificado pelo ordenamento brasileiro, revelaram-se como direitos a serem construídos e preservados por toda a comunidade, ou seja, exercidos em harmonia e conformidade com o interesse de todo o grupo, visando o benefício de todos e a conservação do meio ambiente, em especial, de seus recursos naturais. Parecem afastar-se assim, das características essencialmente capitalistas e individualistas arraigadas nos fatores historicamente construídos que se articulam à problemática da propriedade da terra no Brasil.

Sendo assim, a maneira como os assentados rurais se organizam (tal como se acredita ter sido demonstrado por meio dos depoimentos obtidos a

partir da pesquisa de campo), juntamente com os princípios e valores que **aparecem** representando sua filosofia de vida, mostram-se frutos da pretensão de que o ordenamento jurídico brasileiro represente um instrumento de efetiva solução de conflitos e contradições que eventualmente possam surgir em suas comunidades.

Relações de cooperação e organização social do assentamento na visão dos sujeitos assentados

Vale esclarecer que, embora o universo pesquisado seja comumente referido como “assentamento rural de Serra Azul”, suas dimensões territoriais estabelecem-se parte no perímetro da cidade de Serra Azul, parte na cidade de Serrana, constando a maior delas, em Serra Azul. As terras em que se encontra o assentamento em tela, são fruto de uma dívida fiscal entre uma grande usina (até então, sua proprietária) e o Estado, de modo que essas terras foram dadas em pagamento para a quitação da referida dívida (informações obtidas na sede do INCRA – Araraquara).

Em sendo terras pertencentes à União e sem serem utilizadas por ela, iniciou-se o processo de luta, ocupação e resistência dos trabalhadores rurais que hoje lá se encontram assentados. Seis anos se passaram desde a primeira ocupação até a regulamentação do assentamento e mapeamento das famílias, durante os quais houve diversos impasses judiciais. Mas ainda assim, permaneceram no intento.

Os conflitos somente cessaram quando as terras foram postas em leilão e o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) se ofereceu como comprador, destinando-as às famílias desde que houvesse comprometimento por parte destas em cultivá-las de maneira consciente e adequada, ou seja, que fossem utilizadas de maneira a atender rigorosamente os requisitos constitucionais determinados a respeito do atendimento à função social da propriedade.

Sua área apresenta medidas de aproximadamente 1001 (mil e um) hectares, sendo que destes, 300 hectares foram destinados à construção de uma penitenciária federal, restando portanto, em média, 700 (setecentos) hectares para os assentados. O assentamento apresenta cerca de 80 famílias, o que totaliza, aproximadamente, um número de 180 pessoas que se organizam em quatro núcleos distintos (denominados Dandara, Zumbi, Paulo Freire e Chico Mendes), cada qual com seu coordenador responsável, sendo todos por sua vez, chefiados por um coordenador regional. Oficialmente, o assentamento recebe o nome de PDS – Sepé Tiaraju. De acordo com os entrevistados, Sepé Tiaraju é o nome de um índio que morreu em nome da luta pelas terras indígenas no Rio Grande do Sul, no período das grandes invasões coloniais e que, segundo

apontam, “reflete o sentimento das famílias assentadas que lutam por seu lote incansavelmente” (assentado entrevistado).

É importante salientar que se encontrando em situação de entrevistados, os sujeitos da pesquisa parecem elaborar um discurso permeado por articulações ideológicas, visando justificar e reforçar seus propósitos político-sociais. Inegavelmente, à medida que o assentamento é fruto de um processo de luta política, promovida por meio de um movimento social fortemente organizado (MST), os sujeitos pesquisados não abandonam a preocupação com a divulgação de ideais que legitimem sua presença e permanência no assentamento. Fica evidente que, por trás do “drama” manifesto, há uma “trama” envolvente, por trás do discurso declarado, há uma intenção latente, processo próprio do discurso ideológico, característico de lutas políticas.

O assentamento rural de Serra Azul apresenta, **segundo relatos orais e observações diretas**, um elevado grau de organização moral e estrutural, lembrando que sua coordenação e organização são desempenhadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), movimento que detém propósitos políticos que medeiam as relações dos assentados com a terra.

(...) de forma genérica, os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra em benefício de trabalhadores rurais sem terras ou com pouca terra. (BERGAMASCO, 1996, p.7).

Como se pode notar pelo conceito dado, os assentamentos, nesta perspectiva, apresentam-se como formas complexas de se buscar a geração de empregos e igualdade social, pressupondo-se a disponibilização de condições adequadas para a utilização e preparo da terra bem como para a organização da vida em comunidade (BERGAMASCO, 1996). Na realidade em questão, no que tange à estrutura do assentamento, embora de maneira precária, conta com secretarias, cozinha coletiva (utilizada eventualmente) e centro cultural (espaço utilizado para as reuniões da coordenadoria bem como para eventuais manifestações artísticas dos moradores).

Acerca das regras morais, éticas e comportamentais, os entrevistados apontam para um rigoroso corpo de normas próprias obrigatórias entre os assentados, sendo muitas delas, determinadas pelo próprio MST e aplicadas a todos os assentamentos que se encontram sob sua responsabilidade, como é o caso do assentamento ora em análise. Tal fato foi ressaltado pelos membros

da coordenadoria, e reforçado por uma das entrevistadas, evidenciando uma aparente preocupação com o controle social como forma de garantir a coesão social no assentamento.

(...) aqui no assentamento a gente não pode sair da linha, as regra são tudo definida por nós, por isso que fica mais fácil de cumprir (...) a gente não pode trair os marido, judiar dos filho, nem de velho, cuidar da natureza e das criação (...) o segredo é viver em paz com todo mundo, sem desrespeitar ninguém nem os recurso natural. (assentada rural).

Mais uma vez, podemos recorrer a Wolkmer (2003), quando o autor aponta para uma teoria da legitimidade voltada para a consensualidade de ideais, crenças e ideologias, que passam a ser defendidas pela coletividade.

Entretanto, torna-se importante considerar que parte da construção das regras vigentes no assentamento emana do MST, o que não implica necessariamente numa construção plenamente participativa da coletividade. O MST, como movimento social constituído a partir de relações grupais também apresenta possibilidades de conflitos internos, já que, como grupo, pauta-se numa relação de poder que muitas vezes pode envolver relações assimétricas. Por outro lado, a medida que os assentados integram-se ao movimento de luta pela terra de maneira voluntária, as normas e determinações do MST colocam-se como legítimas para o movimento, e conseqüentemente, respeitadas e acatadas pelos seus integrantes.

Em vários dos depoimentos coletados, os sujeitos da pesquisa apontaram que dentre as regras propostas tem-se a proibição ao uso de drogas, a proibição ao adultério, do abandono do lar, da prostituição, entre algumas outras. Segundo apontam, a violação destas regras é levada à discussão coletiva bem como à discussão entre os coordenadores para uma possível solução do problema. A conseqüência mais grave de tais violações corresponde à expulsão do transgressor do assentamento, ou melhor, a um processo, chamado pelos próprios assentados, de auto-exclusão.

Quando você descumpre uma norma que foi construída coletivamente, você que está saindo. É a auto-exclusão que a gente chama: eu não concordei com as normas então eu estou fora. (assentado rural).

Fundamental ressaltar o viés ideológico presente nos discursos coletados, através dos quais perpassa a idéia de que possa existir a “auto-exclusão”. Ora, parece evidente que, se ocorre uma situação de desrespeito

a determinadas normas, estas não estão sendo acatadas e, portanto, não estão sendo reconhecidas e legitimadas. Assim, a problemática da legitimidade se coloca sempre que estejam envolvidos interesses diversos num determinado grupo ou categoria social, como é o caso do assentamento rural. Torna-se interessante observar que as concepções do que é correto e justo, e os valores das mais diversas classes e categorias sociais são marcadamente diversos. Deste modo, as distintas formas de organização e estabelecimento de normas podem influenciar na convivência e formação dos cidadãos.

Por outro lado, no que se refere a produção propriamente dita, observou-se in loco que esta baseia-se, principalmente, na cooperação mútua, ainda que cada lote seja independente do outro e destine-se à produção da família que o possui; bem como ao consumo interno. Ou seja, o que se produz no assentamento é utilizado pelos próprios assentados, sendo que quando há excesso de um determinado produto realiza-se seu comércio ou sua troca por outros produtos necessários.

Buscando verificar os aspectos objetivos de permanência no assentamento e de comprometimento dos assentados com a questão agrária, em princípio, procurou-se analisar a variação histórica do número de famílias presente no assentamento. Constatou-se, contudo, que não há variações deste número, o que significa dizer que não houve desistência ou perda do lote por quaisquer motivos, sendo ainda este número, segundo os entrevistados, diferente (maior) do que o proposto pelo Estado quando da concessão da área para o assentamento.

Em Serra Azul são oitenta famílias assentadas. Se fosse pela proposta do Estado, ia caber ali umas quarenta famílias. A discussão que vem sendo feita aqui em Serra Azul é que não é o tamanho da área que vai determinar o sucesso do assentamento, o que vai determinar é a organização que se tem lá dentro. Como é uma área que ao redor é só cana, de repente a gente planejando e produzindo hortifrutigranjeiros e grãos, você conseguiria, numa área menor, sem precisar usar veneno, preservando o meio ambiente, reflorestando... (assentado rural).

Este mesmo entrevistado prossegue sua fala comentando as condições históricas acerca da conquista do local.

(...) e por incrível que pareça, foi um processo de... ao lado de um presídio, uma fazenda que era do Estado e a usina plantando cana ali dentro e a partir disso, foi feito o

movimento de ocupação e resistência e o INCRA acabou comprando essa fazenda do Estado e assentando as famílias nessa área...quer dizer, de Estado para Estado ainda teve que rolar uma grana, sendo que a usina já vinha ganhando grana em cima disso, plantando cana. (assentado rural).

Ainda observa o seguinte:

Por enquanto, no assentamento ainda permanecem as oitenta, mas como é uma...foi quatro anos de conversa que a gente teve aqui dentro, de estudo, de pesquisa, para chegar à proposta que é Serra Azul. (assentado rural).

Portanto, estruturalmente, o assentamento investigado apresenta-se como um universo social que mantém suas propostas de organização política, centradas nos princípios do Movimento Social de que é originário (MST).

A organização do assentamento apresenta-se comprometida com o atendimento ao que foi estabelecido em seu Plano de Desenvolvimento Sustentável (PDS), o que significa usufruir dos recursos naturais sem agredir o meio ambiente. Daí também, a sigla utilizada para a nomenclatura oficial do assentamento, qual seja, PDS – Sepé Tiaraju.

Essa é uma organização que a gente propôs para o INCRA, já tinha no Acre com os Seringueiros fazendo uso da floresta sem prejudicar a floresta, aí a gente trouxe para cá essa experiência e está dando certo. Há também, a discussão assim, de não usar nada químico na área; em primeiro lugar, o respeito à vida, porque se não respeitar a própria vida sua, como é que vai respeitar a do outro?! (assentada rural).

Ainda que percebido somente no plano do discurso, é interessante observar a preocupação ecológica presente na fala dos assentados entrevistados no que se refere ao não uso de agrotóxicos nas plantações.

Acerca do assunto, destaca-se a fala de um assentado questionando o quadro econômico e social que se desdobra a partir do agronegócio e das propostas de monocultura voltadas para a produção do etanol bem como os danos ambientais gerados por esse processo. Em que pese uma possível idealização do discurso do sujeito entrevistado, o depoimento abaixo causa certa perplexidade quanto ao grau de elaboração crítica do assentado.

Essa idéia do etanol vai aumentar muito mais o plantio da cana. Você pode passar em qualquer usina que pra produzir álcool você tem que jogar uma quantidade X de monóxido de carbono no ar. Então, pra Europa ter a consciência limpa, a gente polui o ar aqui, e polui as pessoas. Você não produz alimento, você produz álcool pra Europa ou pros Estados Unidos, pra eles andar a vontade de carro e com a consciência limpa, né?! ‘Olha, meu carro não está produzindo monóxido de carbono, ou se está produzindo, é bem menos que antigamente’. Em compensação, quantas pessoas não sofrem por causa disso?! Entram pra criminalidade, para a prostituição, analfabetismo... Isso não é uma questão natural, é uma questão ideológica. É uma questão de concepção econômica. (assentado rural).

Junto a estas reflexões sobre o ambiente ecológico, pode-se observar também a preocupação com uma organização interna do assentamento fundamentada em princípios de cooperação e solidariedade, não apenas em relação às regras de trabalho, mas também quanto à formação moral e social dos indivíduos, representando assim, preocupação não apenas com os companheiros e familiares, como também, com as futuras gerações.

(...) quero que meus filho cresce no melhor lugar possível e que os filho deles cresce também... quero ensinar eles a ser gente, homem feito e de caráter, que nem o pai deles, que é pra eles ensinar os filho deles também e os neto...isso só vai dar se eles conviver com gente de caráter também, que me ajude a ensinar eles a crescer direito. (assentada rural).

Um importante fator que parece comprovar esse sistema de cooperação mútua corresponde à titulação coletiva da terra, imposta pelo MST. No assentamento rural Sepé Tiaraju os lotes não são distribuídos individualmente, mas sim, coletivamente, de modo que o seu titular permaneça limitado pelo compromisso que assumiu perante todo o grupo. Este fator impede a possibilidade de venda ou arrendamento do lote, fortalecendo a visão coletiva da produção e da permanência na terra.

A titulação da terra é coletiva, não é individual. Há uma associação-mãe que assumiu a fazenda e através da associação é que vão as famílias sendo assentadas. (assentado rural).

Além da titulação coletiva, houve também a distribuição dos lotes segundo as afinidades de produção pretendidas por cada assentado. Assim, pressupõe-se que a proximidade e divisão de cada lote seja compatível com o que cada um cultiva ou pretende cultivar em seu terreno. Uma horta ao lado de uma criação de porcos, por exemplo, seria inviável, por isso as afinidades produtivas foram analisadas antes da distribuição dos lotes.

Dadas as limitações técnicas da pesquisadora, no sentido de aferir e comprovar estes pressupostos, o trabalho de pesquisa acaba por reduzir-se ao levantamento de informações verbais referentes a tal questão. Num próximo artigo em que serão apresentados elementos obtidos em entrevistas com profissionais da área jurídica que atuem junto à questão agrária, a ponderação e o questionamento destas informações poderão ser evidenciados, confirmados ou contrapostos.

Em Serra Azul foi por afinidade, por saber o que vai criar o que vai fazer, aí foi dividido em quatro núcleos e que aí nesses quatro núcleos cada um já sabe o que vai trabalhar. (assentado rural).

Essa forma de titular os lotes difere da forma de titulação mais comum, no sentido de que em vários outros assentamentos, a distribuição dos lotes é realizada por técnicos que desconhecem a realidade vivida pelos camponeses envolvidos, que devem ser vistos não apenas enquanto trabalhadores rurais, mas também como partes integrantes de um movimento social organizado segundo suas próprias normas e valores. Pelo menos, é o que a fala da entrevistada evidencia, bem como as divulgações cotidianas da mídia impressa e televisiva.

A dos outros, como foi feito por técnico que não conhecia a realidade...ela vai determinar assim: 'a terra está só no nome do fulano e tal!' e estando a terra no meu nome, eu posso fazer o que eu quiser com ela. Tanto ser assentada e não produzir nela quanto usar veneno, arrendar, vender. Aí, como é a Associação Mãe, o compromisso é coletivo. Então o que a gente determinou é que não vai usar veneno, arrendar, não vamos entrar na monocultura; muito pelo contrário, diversificar a cultura, recuperar primeiro a terra que, apesar de ser uma terra boa essa de Ribeirão, ela está muito desgastada pela cana em razão de queimada, vinhaço, muito tempo uma cultura só. E daí fica resistente a pragas e tudo (...) (assentada rural).

Direito, propriedade e justiça na visão dos assentados: a guisa de conclusão

No assentamento investigado, contudo, além desta percepção de compromisso coletivo, ainda a respeito da distribuição dos lotes, a entrevistada demonstra também uma noção bastante peculiar acerca do conceito de propriedade, afirmando que:

(...) a prioridade para gente são os filhos, é essa questão da geração para geração, da cultura para cultura. Em assentamento antigo, o que acontece?! O INCRA ou o ITESP, vai determinar quem vai morar ali ou não, e às vezes vai vir uma família que nunca lutou, nunca passou pela história do movimento e geralmente vem com idéia totalmente diferente daquela que é ali estabelecida e ali construída, inclusive. (assentada rural).

Na fala da assentada acima descrita, aparece uma preocupação acentuada com o futuro dos filhos, representando não apenas um desejo individual, visando apenas o bem estar de sua família, mas sim, que o ambiente considerado em sua totalidade seja cuidado, preservado e melhorado para que as próximas gerações tenham qualidade de vida não apenas em sua família, mas também no meio social em que se inserem.

Vale resgatar aqui, a pesquisa de Beatriz Heredia (1989), acerca do trabalho familiar de pequenos produtores no nordeste do Brasil, por meio da qual a autora constata que a terra, entre famílias de pequenos produtores, representa, além de um meio de subsistência e de autonomia no trabalho, principalmente, um meio de manutenção dos laços familiares objetivos, uma vez que a perda da terra pode significar o esfacelamento da família.

Um dos entrevistados relatou também uma experiência em outros assentamentos dos quais participou, e que não obteve sucesso: as chamadas agrovilas.

Em outros assentamentos a gente experimentou uma tal de agrovila, aí fizemos a agrovila, tudo bem, todo mundo morava junto, tinha centro comunitário, campo de futebol, tinha o local de reuniões. Mas na agrovila, às vezes o cara tinha que sair e andar três ou quatro quilômetros para trabalhar no lote. Aí acaba desestimulando a tu morar na agrovila, aí o cara acaba desistindo e indo para o lote. (assentado rural).

E quando questionado a respeito do sistema adotado no assentamento de Serra Azul, o assentado fez a seguinte observação:

Aqui a gente fez de modo que a gente mora no centro comunitário e o lote nosso fica no fundo da casa. Então a gente tem sempre essa presença comunitária junto, essa construção. Enquanto na agrovila o local de trabalho é separado da moradia...isso é totalmente desestimulante. (assentado rural).

O processo de “desconcentração da propriedade da terra” (BERGAMASCO, 1996) envolve necessariamente um processo de construção de medidas possíveis, que expressem uma adequação das políticas agrícolas às necessidades sociais, bem como dos procedimentos jurídicos que se dedicam ao tema.

Com a conquista dos assentamentos, esta população começa a procurar solução para novos problemas e desafios: o difícil acesso aos instrumentos de política agrícola, a baixa fertilidade em boa parte dessas áreas, a falta de assistência técnica, o descaso estatal para com o sistema de saúde, transporte, eletrificação rural e educação. Criados para atenuar os conflitos sociais no campo, os assentamentos não são inseridos num programa estratégico de desenvolvimento socioeconômico. A marginalização adquire uma nova face, que paulatinamente vai sendo superada através de sua própria luta, trabalho e organização. (BERGAMASCO, 1996, p.80).

Um fator bastante significativo para o sucesso da produção, evidenciado pelos entrevistados, refere-se às parcerias firmadas com as cidades vizinhas. No caso do assentamento Sepé Tiaraju, parcerias importantes foram firmadas com a cidade de Ribeirão Preto, através das quais é feita a comercialização da produção excedente (aquela não consumida pelo grupo) em troca de outros produtos essenciais à sobrevivência ou para a aquisição de renda para esses produtos.

A gente tem parceria com várias entidades de Ribeirão, inclusive, o assentamento que a gente propõe é que a cidade também diga o que eles querem. Não adianta eu ser assentado aqui e produzir soja se a cidade não come soja.

Então foi uma parceria muito grande que a gente teve aqui com a cidade, na qual o que está sendo produzido... ao invés de plantar eucalipto, vamos plantar manga porque a manga, além de trazer sombra, pássaros que tinha fugido e agora estão voltando, ainda tem o alimento e aceitação boa dentro da cidade. (assentado rural).

Conforme elementos fornecidos pelas entrevistas realizadas, a principal justificativa para a inexistência de casos de venda ou arrendamento do lote no assentamento de Serra Azul encontra-se em dois fatores essenciais: a organização estrutural baseada na existência de uma “associação-mãe” que coordena a área conforme titulação coletiva da terra, como explicado acima, e na construção coletiva dos direitos e deveres do grupo, como já apontado e reforçado no depoimento abaixo:

(...) quando a gente sabe quem a gente é, a gente consegue propor horizonte. A diferença que tem de um bairro para esse assentamento é que não são leis feitas por vereador, mas são normas construídas pelas pessoas através da vivência, do conhecimento. (assentada rural).

Ainda que com certa dificuldade em tecer afirmações definitivas, dados os limites de uma pesquisa de Iniciação Científica, bem como as limitações da plena apreensão da realidade investigada, as entrevistas realizadas parecem demonstrar que os princípios de coletividade que regem a organização produtiva e de moradia no assentamento **manifestam-se como legítimos, se considerados** como não sendo meras imposições do MST ou de qualquer outra entidade.

Neste aspecto, a fala dos assentados entrevistados demonstra haver um envolvimento real com os regulamentos e normas por eles construídos, como estratégia e garantia de sobrevivência e de vivência harmônica entre si e com a terra. **A pesquisa de campo não conseguiu observar elementos que contrariem esta possibilidade.** Pelo contrário, observou-se uma preocupação comum entre quase todos os entrevistados com as gerações futuras e com a importância das anteriores, como expressa o depoimento a seguir:

(...) o maior conhecimento está nos mais velhos, que vêm acumulando toda a história e vai passando a história para nós e nós vamos, através do conhecimento, crescendo cada vez mais. (assentada rural).

Na fala dos sujeitos aparece a percepção da existência do que se poderia denominar “sistema de cooperação”. A esse respeito, uma das entrevistadas, ao relatar seu interesse quanto ao plantio de ervas medicinais para uso de todo o grupo, fez comentários instigantes sobre o conceito de saúde, afirmando que:

O mais importante que eu acho na questão da saúde, que já diz o nome ‘saúde’, é você não estar doente. A saúde não é você conseguir hospital, é a promoção primeiro. Em 78 teve um encontro mundial da saúde, tinha cento e vinte países presentes, o Brasil não estava (risos), e aí que definiu o que é a saúde, ou seja, a promoção, a prevenção e no último estágio, a cura. Aí, a promoção à saúde é justamente você poder se alimentar, poder trabalhar, poder morar, poder namorar... não é só o trabalho que dignifica o homem, você tem que ter um espaço para ver um filme, fazer uma peça, não pode ter vergonha de ser alegre... essa é uma das linhas que a gente vai vivendo. (assentada rural).

Em meio a esta percepção de um “sistema de cooperação”, um dos entrevistados propõe, com bastante propriedade, uma maior conscientização em relação à importância da terra, para que ela deixe de ser considerada apenas como insumo de produção que visa a obtenção de lucros, defendendo que se mantenha a preocupação com as suas qualidades e necessidades enquanto recurso natural. Assim afirma:

O que a gente faz uma discussão é que a terra seja parte da família, a terra é o lugar onde eu vou morar, onde eu vou viver, onde eu vou criar meus filhos... ela serve como parte integrante. (assentado rural).

Mais uma vez, aparece a preocupação com as futuras gerações. No caso, o assentado entrevistado preocupa-se com a existência e a qualidade da terra que seus filhos (sua futura geração) terão para garantia de sua subsistência, e como ele mesmo apontou: “não só de sobrevivência, mas de vivência mesmo”. Este é um dos elementos que se pode ilustrar com a imagem que segue em outro depoimento. Em se tratando de vivência comunitária e as regras que regem as suas práticas, tem-se a seguinte percepção:

Acho que não é o que pode e o que não pode. No assentamento, o que é legal é que a gente acaba construindo as idéias e construindo as relações... as relações que a gente foi construindo ao longo do tempo permitiu que a gente percebesse que o veneno é prejudicial tanto à terra quanto à saúde, como às pessoas, aos animais e à natureza, ao ar... (assentada rural).

Pela fala da assentada entrevistada constata-se a preocupação com a existência de práticas que visem o benefício do grupo todo, fundamentando-se em princípios de defesa da vida e da solidariedade humana. É em meio a este olhar, referente à vida no assentamento como sendo resultado de um sistema de cooperação que se pode observar amostras de uma consciência jurídica no que se refere ao ordenamento e organização social dentro do assentamento:

(...) e são normas, não são leis, porque lei você tem que tirar uma e colocar outra. Norma, de acordo com o conhecimento e o aprendizado que você vai tendo, você vai adequando dentro dela, isso que é interessante. Então, a vigilância é permanente, eu estou o tempo inteiro no assentamento dizendo assim ‘olha, não é que eu não posso fazer isso, eu estou dizendo que se eu fizer isso eu vou estar prejudicando a mim primeiro!’ Eu prejudicando a mim, vou estar prejudicando a muita gente, o que vem depois de mim. Esse respeito e essa construção, fica até difícil dizer, é em relação a isso, a essa convivência. (assentado rural).

Ainda sobre o assunto, o assentado completa:

Você sabe que a Constituição determina várias coisa boa, o Direito à Propriedade, por exemplo, é um deles; o Direito à Educação é um deles, o Direito à Moradia, à Saúde... quando ela vem assim, fica no Congresso Nacional onde os cara que estabelece esses direito são dono de escritório de advocacia, de clínica médica, são usineiro e tudo, então está dizendo assim ‘olha, vão na minha clínica que eu resolvo seu problema, vão na minha escola particular que eu resolvo o problema da educação!’ Essa é a nossa realidade hoje. (assentado rural).

A respeito das observações feitas pelo assentado no depoimento acima, vale dizer que embora possa haver esta perspectiva negativa acerca da Constituição Federal brasileira, em contrapartida, há também aqueles que a

encaram como uma das cartas magnas mais avançadas do mundo, abrangendo e prevendo enorme diversidade de direitos bastando apenas um adequado planejamento e aplicação de seus regramentos. Destaca-se, para fins deste estudo, os significativos avanços trazidos pela Constituição Federal de 1988 acerca dos direitos humanos:

A constituição com marcante orientação humanista consagra a defesa dos direitos humanos com ampliação dos mecanismos jurídicos para obtenção desse fim. Da mesma forma, são louváveis as normas tendentes a diminuição das diferenças regionais e de equilíbrio federativo. (FRAGOSO, 1998, p.02).

No que tange aos mecanismos de correção à transgressão das normas construídas ao longo da vivência em comunidade dentro do assentamento rural, segundo alguns entrevistados, estes são pensados conforme o caráter determinado pela coletividade. De acordo com estes entrevistados, quando há a transgressão de alguma destas normas, a prática é levada ao conhecimento dos demais com o intuito de que se obtenha uma solução da melhor forma possível e conforme seu consenso.

Há espaços de discussão coletiva, tem uma coordenação. Então é organizado em núcleos, aí cada núcleo tem um coordenador, uma coordenadora... e isso também é uma norma, não é uma lei, é uma construção da participação da mulher, da participação do homem, da participação da juventude. Então nesses espaços de discussão é que é feita a conversa, junto com todo mundo e seu respectivo coordenador. (assentado rural).

Dentro desta abordagem, o entrevistado faz uma interessante comparação entre o sistema de punição interna que vigora no assentamento em contraposição ao sistema de punição formal existente na sociedade mais ampla. Entretanto, mais uma vez, é necessário afirmar que o discurso do entrevistado reveste-se de ideologia, à medida que não evidencia relações de poder que são inerentes à realidade política e social em que se inserem. Assim, o depoimento aponta para uma certa idealização dos mecanismos de controle internos por eles estabelecidos (ou a eles impostos).

É um espaço de reflexão, não é um espaço de punição, apesar de do lado ali [falando sobre o presídio vizinho das terras do assentamento] ter uma cadeia que é de punição, a gente

já tem um espaço de reflexão. Acho legal o assentamento de Serra Azul por causa dessa comparação mesmo: você poder colocar num espaço quadrado duas mil pessoas, dois mil homens e depois você ter em volta dele assim, num espaço quadrado vamos dizer aí, oitenta marido e mulher mais filhos e tal, duzentas e cinquenta pessoas livres. Porque eu acho que o que educa é justamente esse espaço para refletir e não ser imposto. (assentado rural).

Uma importante diferença observada entre o assentamento rural de Serra Azul e vários outros assentamentos tradicionais foi ressaltada por uma entrevistada, no seguinte depoimento:

Assentamento não é confinar gente num ‘quadrado de burro’, que a gente fala: você põe o cara num pedaço de terra e o cara não consegue enxergar além dos quatro marco [sic] do pedaço dele. Então você tinha a fazenda de um cara só e transforma oitenta cara num fazendeiro [sic], num assentamento tradicional, porque apesar do cara ter um pedaço de terra menor, a consciência dele vai ser sempre ‘a minha terra’. Quando na verdade, tem um ditado africano [sic] que eu acho muito lindo que diz assim: que a terra não foi dada a nós, ela foi emprestada a nós pela nossa geração. Então não tem que ter dono a terra, eu só quero a terra pra mode viver nela, trabalhar nela, não precisa ter a tal da posse, tem que ser ao contrário: a terra tem que ser a vida, todo mundo pode passar, todo mundo pode usar, mas dentro de alguns critérios, eu tenho um compromisso, o assentamento tem um compromisso com a sociedade, que é produzir alimento. Se fosse pra produzir cana, então deixasse a usina. (assentada rural).

Existe, portanto, de acordo com os assentados rurais investigados, uma preocupação e, como eles mesmos colocaram, “um compromisso”, em “alcançar todas as suas metas de maneira respeitosa, correta e não prejudicial, não apenas perante os membros do grupo como também perante toda a sociedade presente e futura”.

Por este motivo, as entrevistas demonstram que o chamado “agronegócio” aparece como uma ameaça, no sentido de que pode representar o prosseguimento da concentração de rendas e terras nas mãos de poucos em detrimento da miséria e exploração de outros.

A civilização pregada por esses cara, ela vai gerar a exclusão. Tem que ter a exclusão pra mode ter a concentração na mão de poucos...o resto que pague não é?! (assentado rural).

Além dos assuntos discutidos acima, um dos entrevistados levantou a importância da cultura formal e de seu papel no desenvolvimento dos assentados por meio da educação.

A educação tem que cumprir um papel não ‘a-cultural’ [sic], mas de absorver as culturas, as expressões culturais e disso fazer um material legal. O conhecimento não é para ganhar dinheiro, é para ser mais humano, é para ser mais comunitário, não é para sair dizendo ‘olha, a miséria lá do nordeste é questão natural, da natureza, não é questão de toda uma idéia que se tem para manter o povo embaixo do braço’. (assentado rural).

Embora manifestem em sua fala uma preocupação com a educação dispensada aos membros do assentamento, constatou-se, por meio das várias visitas e entrevistas realizadas, que, embora exista uma organização aparentemente eficaz, permanece a questão da dificuldade com a qual se deparam as crianças assentadas em fase escolar. Isto se constata no fato de que muitas famílias optam por não levar seus filhos às escolas das cidades próximas por diversos motivos, sendo o preconceito sofrido, o motivo crucial apontado.

Exclusão e preconceitos reportam a reflexão para o universo da justiça. Diante de uma complexidade de valores e ideais, quando questionado a respeito de sua concepção de justiça, o assentado entrevistado afirma:

(...) eu nunca acho assim que tem uma definição para tudo. Creio que tem uma construção de tudo. Justiça é um lugar onde todo mundo tenha os mesmos direitos e os mesmos compromissos. Então, a justiça talvez para mim seja um espaço de convivência entre homem, mulher, jovem, criança, idosos, em que todos convivem em harmonia e que não seja imposta a paz, que ela seja construída. (assentado rural).

O depoimento apontado apresenta significativa compatibilidade com o que Roberto Aguiar conceitua como Justiça, fazendo uma contraposição entre justiça conservadora e justiça transformadora (AGUIAR, 1999).

Também a partir do depoimento transcrito acima, também é possível apontar para a existência de um “sistema de cooperação”, que segundo os sujeitos entrevistados, representa não apenas normas de vivência coletivamente construídas como também o reflexo do que verdadeiramente caracteriza o justo dentro de sua realidade.

Entende-se assim, que há uma articulação entre cooperação, justiça e legitimidade, no sentido de emergir como justo aquilo que é legitimado coletivamente, sem reduzir-se a lógica individualizante do direito positivo. Como afirma Roberto Aguiar:

A justiça é o dever-ser da ordem para os dirigentes, o dever-ser da esperança para os oprimidos. Podendo também ser o dever-ser da forma para o conhecimento oficial, enquanto é o dever-ser da contestação para o saber crítico. (AGUIAR, 1999, p.15).

Assim, no decorrer do processo de pesquisa, foram entrevistados sujeitos diretamente relacionados com o processo de conscientização jurídica acerca da terra, privilegiados os indivíduos que fazem parte da categoria de assentados rurais, especialmente aqueles envolvidos em movimentos sociais dos quais derivam muitos assentamentos rurais, em especial o assentamento em estudo. As falas dos sujeitos foram reinterpretadas e articuladas ao conceito de legitimidade desenvolvido por Wolkmer (2003), à concepção de justiça de Aguiar e ao conceito de pluralismo jurídico de Giamberardino (2005), Santos (1988) e de Wolkmer (2003). Procurou-se apresentar através do diálogo entre teoria e pesquisa empírica, uma percepção dialetizada da fala dos sujeitos investigados, de modo que seus depoimentos pudessem ser problematizados, ressaltando alguns de seus possíveis limites e ideologizações.

Referências

AGUIAR, R.A.R. de. **O que é Justiça**. Uma abordagem dialética. 5.ed.São Paulo: Alfa-Omega, 1999.

BERGAMASCO, S.M.P.P. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

FRAGOSO, R.C. **A constituição de 1988**: sua eficácia e sua reforma. Jus Navegandi, Teresina, ano 5, n.48, dez.2000. Disponível em: <http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=82> . Acesso em: 31 out 2007.

GIAMBERARDINO, A. Colonialismo e Teoria Geral do Direito: diálogos com a história do Brasil a partir da vida negada. **Revista da Faculdade de Direito da UFPR**, América do Sul, n.43, 8/ 01/ 2007.

HEREDIA, B.M.A. de. **A Morada da Vida**: trabalho familiar de pequenos produtores no nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MONTORO, A.F. Introdução à ciência do direito. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, 2005.

SABADELL, A.L. **Manual de Sociologia Jurídica**: introdução a uma leitura externa do direito. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.

SANTOS, B. de S. **O discurso e o poder**: ensaio sobre a sociologia da retórica jurídica. Porto Alegre: Fabris, 1988.

THIOLLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 4. ed. São Paulo: Editora Polis, 1985.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

WOLKMER, A.C. **Pluralismo jurídico**: fundamentos de uma nova cultura no direito. São Paulo: Alfa-Omega, 2001.

AUTOCONSUMO NUM ASSENTAMENTO RURAL: SEGURANÇA ALIMENTAR E AGROECOLOGIA EM DEBATE A PARTIR DE UM ESTUDO DE CASO

*Henrique Carmona Duval¹
Norma Felicidade L. S. Valencio²
Vera Lúcia S. Botta Ferrante³*

Resumo: A reforma agrária faz surgir uma nova categoria social – dos assentados rurais – e ocasiona a formação de mosaicos na paisagem, podendo modificar o espaço das monoculturas. Esta reconstrução sócio-espacial se traduz, nos assentamentos rurais, na reterritorialização do agricultor, que pelo resgate do seu habitus cultural volta a produzir ao menos uma parte do autoconsumo alimentar. Todavia, a fixação no território obriga o assentamento a articulações com a dinâmica rural macroenvolvente e o enreda na lógica da monocultura que, em termos históricos e paradoxalmente, foi a mesma que engendrou a desfiliação social de outrora e a necessidade de luta pela terra. Este artigo discute, em meio a esta problemática contraditória, a agricultura voltada ao autoconsumo alimentar em consideração aos aspectos culturais e a alguns princípios agroecológicos. A possibilidade de que os assentamentos podem ser locais para a garantia da segurança alimentar, por parte da população beneficiada pelo programa de reforma agrária é discutida em âmbito interno (individual/familiar e comunitário). Retoma-se, ao final, que com o apoio de políticas municipais voltadas a este tipo de produção (de alimentos), pode ser configurada uma estratégia de desenvolvimento rural frente à invasão da cana nos lotes agrícolas. Além de que, a própria segurança alimentar aferida para os assentados pode chegar à cidade, modificando hábitos e interferindo no mercado de preços.

¹ Mestrando em Agroecologia e Desenvolvimento Rural - UFSCar e Bolsista de Apoio Técnico - Nupedor.

² Professora do Departamento de Sociologia, orientadora do PPG em Sociologia e do PPG em Agroecologia e Desenvolvimento Rural da UFSCar e professora colaboradora do PPG em Ciências da Engenharia Ambiental da USP-São Carlos.

³ Coordenadora do PPG em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente e coordenadora do Nupedor.

Palavras-Chaves: Reforma Agrária; Autoconsumo; Segurança Alimentar; Agroecologia; Desenvolvimento.

Apresentação

O presente ensaio é parte de uma pesquisa originada no interior do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor), que resultou no projeto de mestrado *Segurança Alimentar no Âmbito de um Assentamento Rural: desafios da produção de autoconsumo frente aos pressupostos agroecológicos e às mudanças climáticas*, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural – CCA/UFSCar.

Neste projeto, tem-se como universo empírico o assentamento rural Monte Alegre, localizado na região de Araraquara-SP, cuja caracterização é feita no âmbito da problemática da segurança alimentar e das práticas produtivas dentro dos preceitos agroecológicos. O tema da segurança alimentar será apresentado sucintamente, imbricando sua aparição, no cenário político brasileiro, não apenas ao reflexo das preocupações de diferentes atores sociais e áreas de conhecimento, mas sobretudo ao campo da agroecologia, onde se relaciona aos desafios de soberania alimentar.

Os projetos de desenvolvimento rural empreendidos na atualidade, mormente em assentamentos rurais, é aquilo que pode promover a interface entre segurança alimentar e soberania alimentar uma vez que transcende o debate em torno da qualidade e da quantidade dos alimentos que serão produzidos para colocar a reforma agrária e a agricultura familiar como meios de se atingir os objetivos comuns.

Em vista disso, após breves considerações teóricas para compor o campo do estudo, procura-se dar foco, no assentamento rural investigado, às práticas produtivas para fins de autoconsumo alimentar e seus desdobramentos na produção social do lugar. As conclusões apontam para evidências de que a produção do autoconsumo em assentamentos rurais pode tanto açambarcar aspectos de segurança alimentar quanto balizá-lo por princípios agroecológicos. Contudo, há que se considerar que o modelo produtivo e fundiário macroenvolventes - a monocultura canavieira, em processo de expansão através do sistema de arrendamento de terras - é um fator que se interpõem às práticas supracitadas.

Os dados empíricos ora apresentados são frutos do trabalho de campo empreendido pelo primeiro autor no projeto *Poder Local e Assentamentos Rurais: expressões de conflito, de acomodação e de resistência* (2004-2007), desenvolvido pelo Nupedor – Uniara e Unesp-Araraquara e coordenado por Vera Lúcia S. Botta Ferrante. Neste projeto, foi feita uma atualização do perfil

das famílias dos assentamentos Bela Vista do Chibarro e Monte Alegre, ambos inseridos na região de Araraquara-SP, a partir de uma amostragem de 10% das famílias residentes. A opção metodológica por um roteiro de entrevista semi-estruturado abriu a possibilidade para se obter dados estatísticos e também qualitativos, cuja análise integrada, numa abordagem sociológica, se centrará na noção bourdieuniana de habitus.

Introdução

Numa sociedade caracterizada por profundas desigualdades distributivas, o tema da segurança alimentar deve atrelar-se ao de soberania alimentar, assim como sugere Whitaker (2008). Trata-se não apenas de um contraponto econômico à produção de grande escala que orbita numa cadeia multinacionalizada, mas um contraponto político que, conforme Altieri (2002), está na autonomia de decidir acerca do que será plantado e de que maneira, deliberação que se inicia na família rural que produz seu alimento e se estende a ações públicas que visem as demandas do abastecimento local.

A perspectiva de que a segurança alimentar possa ser obtida pelo reordenamento agrário e pelo acesso a terra para famílias que almejam uma vida num assentamento rural, através das produções que elas fazem com o objetivo de autoconsumo familiar, é observada no assentamento rural Monte Alegre, na região de Araraquara, interior paulista. Tal perspectiva toma em consideração que a retomada do meio de produção fundamental do agricultor, a terra, deflagra a retomada da memória de seu *habitus* cultural cujo valor, desde aí, desencadeia o refazimento das práticas de comer o alimento ‘do suor’ de seu trabalho direto.

O município de Araraquara está localizado numa das regiões de agricultura mais modernizada do país, voltada principalmente à produção sucroalcooleira, a qual tem induzido médios e pequenos produtores rurais, incluindo-se os assentados, a passarem à condição de arrendatários da cana, colocando em risco a diversidade agrícola e a produção local de alimentos. O uso do espaço agrícola no município tem servido a este propósito em detrimento da soberania alimentar seja dos assentados ou do abastecimento local.

O assentamento Monte Alegre conta com seis núcleos de assentamentos em Araraquara e ainda com um assentamento muito próximo a ele, no distrito de Bueno de Andrada. Em torno de 400 famílias vivem nestes núcleos, mas cada qual foi criado em diferentes datas. Os principais anos de ocupação dos lotes foram 1985-86, seguidos pelo período entre 1991 e 1994 e, por último, em 1997-98.

A grande maioria dos assentados, de origem e trajetória rural, provém

do assalariamento rural em cidades do entorno, basicamente voltado para o corte de cana e colheita da laranja. A fazenda Monte Alegre caracteriza-se pelo solo ácido, que foi submetido a quarenta anos de exploração de eucalipto, num primeiro momento, seguido pela Fepasa (Ferrovia Paulista S.A.) e, posteriormente, pela CAIC (Companhia Agrícola Imobiliária e Colonizadora). A madeira da fazenda, quando da implantação do assentamento, tinha como destino a produção de celulose para empresas privadas.

A luta por esta terra foi encabeçada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais local, que organizou centenas de trabalhadores volantes que vinham sofrendo com a precarização das condições de trabalho nas colheitas sazonais da região (BARONE, 1999). O assentamento foi, por fim, criado sob a responsabilidade da Fundação Itesp, antigo DAF (Departamento de Assuntos Fundiários do Estado de São Paulo). Está localizado na tríplice divisa dos municípios de Araraquara, Motuca e Matão, sendo que os dois últimos são municípios bem menores em relação ao primeiro e cada um deles recebe e tem uma atuação diferente sobre os assentados. Cada família possui um lote agrícola de aproximadamente 14 hectares⁴.

O uso desta fazenda passou do interesse em produzir dormentes para a estrada de ferro e celulose para empresas privadas para ser o local de moradia de centenas de famílias. Estas, por sua vez, passaram de uma situação de privação dos meios produtivos de provimento de seus próprios alimentos e de precariedade de seus trabalhos, para uma terra com possibilidades de garantir seu sustento alimentar e de lhe devolver a um trabalho digno.

Embora a transformação da fazenda em núcleos de assentamento seja um contraponto à estrutura agrária da região, os assentados desde logo se deram conta que seu modo de vida teria que lidar com a lógica produtiva envolvente. Se viram em meio a um mar de cana. Como estratégias de sobrevivência no assentamento, visando a obtenção de renda monetária, muitos deles tiveram que recorrer ao plantio de cana. Desde 1991, propostas de consórcios entre usinas canavieiras e assentados foram lançadas por diversos atores regionais. A discussão ficou polarizada, por um lado, pelos órgãos gestores (Itesp e Incra) e assentados contrários ao plantio da cana e, por outro, por prefeitos, usineiros e (posteriormente) alguns assentados favoráveis aos consórcios. As propostas, ao longo do tempo, foram se aperfeiçoando, passando de consórcio à parceria.

⁴ Além do lote agrícola, geralmente as famílias têm casas na agrovila, mais chamado por nós de lote de moradia. Cada núcleo da fazenda Monte Alegre tem uma agrovila, com exceção do núcleo 6, no qual as famílias moram obrigatoriamente no lote de produção. O lote de moradia tem área um pouco menor a 1 ha.

A falta de um projeto continuado de desenvolvimento aos assentados, voltado para sua autodeterminação, gerou um quadro de endividamento e desistências em permanecer na terra, motivo para que muitos deles se convencessem de que a cana seria a única solução para a continuidade destes assentamentos⁵. Muitos assentados já vinham plantando cana irregularmente até que, em 2002, a Fundação Itesp regularizou o plantio de culturas agroindustriais nos assentamentos do governo estadual.

Desde então, os assentados da fazenda Monte Alegre passaram a assinar contratos de cinco anos com usinas do complexo canavieiro local na condição de fornecedores de matéria-prima⁶. Atualmente, dos 366 lotes do assentamento Monte Alegre, estima-se que 280 têm aproximadamente 50% de suas áreas cobertas com a cultura de cana-de-açúcar. Nos primeiros anos, a iniciativa ganhou destaque, visto o número de adesões que teve e a boa renda média gerada pelas famílias. No entanto, em 2007, já foi possível perceber um efeito negativo para os assentados: na safra 2005-2006, o preço da tonelada da cana chegou a R\$ 60,00 e na safra seguinte caiu a R\$ 28,00⁷. Muitos quiseram deixar de produzir a cana, mas o formato do contrato obrigou-os a permanecer no cultivo desta cultura ainda que sem o retorno devido. Existem casos de assentados que recorreram a financiamentos específicos da agricultura familiar (Pronaf) para cobrir custos com a manutenção dos canaviais da usina plantados, em sistema de parceria, em suas terras. Um assentado que plantava a cana chegou a entrar com ação judicial para sair da parceria, pois passou a ter que pagar para plantá-la.

Além das adversidades econômicas, há as de caráter ambiental. A quantidade considerável de insumos químicos utilizada nas lavouras e as queimadas nos canaviais têm sido fatores deletérios tanto aos que cultivam a cana quanto aos que não a cultivam e convivem com o efeito de vizinhança.

Se as parcerias com agroindústrias mostraram aos assentados seus resultados controversos, a alternativa dos dois programas municipais voltados à produção de alimentos foram mais alentadoras. Embora tais programas

⁵ A história do assédio do complexo agroindustrial canavieiro nestes assentamentos é profundamente discutida nos seguintes trabalhos: Ferrante, 1994 e Ferrante e Santos, 2004.

⁶ O mesmo tem ocorrido no assentamento Bela Vista (de responsabilidade do governo federal): dos 176 lotes agrícolas, estima-se que em apenas 12 não têm cana voltada à cadeia agroindustrial. Neste outro assentamento, o plantio tem-se dado de forma irregular, não autorizado pelo Incra, motivo para que, em dezembro de 2007, 11 famílias sofressem ação judicial para a reintegração de posse de seus lotes, causando grande conflito na comunidade (incluindo quebra de laços comunitários, violência física e ameaças de morte) (FOLHA DE SÃO PAULO, 2008).

⁷ Os valores mencionados se referem ao valor bruto recebido pela produção.

existam desde 2002, ainda encontram-se em situação embrionária pela baixa participação dos assentados. São eles: o Programa Direto do Campo, que consiste na venda direta de alimentos à população em dois espaços urbanos (de segunda a sábado, no terminal de integração dos ônibus urbanos, e aos sábados, em uma feira na região central da cidade) e o Programa de Aquisição de Alimentos, uma ação municipal em parceria com o governo federal. Estes programas estão relacionados com políticas de segurança alimentar: no primeiro, tem sido possibilitado o acesso a alimentos mais baratos pela venda direta em pontos estratégicos, onde circulam pessoas que usam transporte coletivo voltado para todos os bairros da cidade. No segundo, a prefeitura compra os alimentos da agricultura familiar e os destina às escolas municipais (merenda escolar), às instituições assistenciais, como albergues noturnos, e para o restaurante popular. Em torno de 40 famílias assentadas participam, com regularidade, em ambos os programas.

Mais do que gerar renda aos assentados, a inserção dos alimentos produzidos em assentamentos rurais para as demandas sociais no município de Araraquara age como uma estratégia de visibilização e reconhecimento público de seu esforço, colaborando para desfazer preconceitos. Porém, os mecanismos para permitir a entrada direta de suas produções no comércio local ainda não têm logrado o sucesso esperado. Por isso, a importância do fortalecimento das políticas públicas que envolve o poder local (prefeitura e secretarias municipais), órgãos gestores, os assentamentos e consumidores urbanos em torno do programa Direto do Campo, comprometidos com os princípios de segurança alimentar (KURANAGA et. al., 2007).

Os programas supra indicam inovações na gestão municipal em relação aos assentamentos, e desses com suas práticas produtivas, adotando os princípios agroecológicos (cf. ALTIERI, 2002). E, além, permite considerar não apenas as repercussões junto às partes diretamente favorecidas, mas no macrorrecorte da região araraquarense que passa a ter um exemplo bem sucedido do entremear de soluções visando a reforma agrária e a soberania alimentar no nível local.

Segurança Alimentar

A segurança alimentar vem sendo discutida como um direito fundamental à vida humana – o direito de se alimentar. Tal direito não vem sendo usufruído por milhões de pessoas que passam fome no mundo, as quais se encontram em situações de vulnerabilidade alimentar principalmente em decorrência da insuficiência de renda para acesso aos alimentos via mercado e/ou inconstância do abastecimento no mercado interno. Neste contexto, o direito a terra é visto também como estratégia de redução de tais riscos.

Para a FAO, existem quatro atributos básicos da disponibilidade de alimentos, a saber: suficiência, estabilidade, autonomia e sustentabilidade. Quanto aos dois primeiros, referem-se ao acesso a alimentos pela população, em sua totalidade, de forma suficiente e permanente. Quanto à autonomia, acredita-se em duas esferas. Uma, é a de que um país seja capaz de suprir seu abastecimento sem depender de importações de alimentos básicos, o que é o mesmo objetivo de cada região deste país, valorizando-se para isto suas próprias características culturais, ecológicas e econômicas. Já quanto à sustentabilidade, acredita-se que a agricultura deva dispor alimentos à população sem causar o ônus da degradação ambiental que os modelos agrícolas convencionais foram responsáveis. Para tanto, dar ênfase à agricultura familiar e ao abastecimento interno são vias principais de consecução com cuidado dos recursos naturais fundamentais à garantia da lavoura, como a manutenção da qualidade do solo e dos mananciais.

A versão latino-americana de segurança alimentar da FAO prioriza que os países deste continente sejam capazes de se auto-abastecer individualmente, além de conchamar a que se facilite o acesso aos alimentos para quem tem renda insuficiente para se alimentar adequadamente por via das relações de mercado. Num país como o Brasil, que tem muita facilidade para a produção agropecuária (suficiência de alimentos), mas profundos problemas quanto à distribuição da riqueza (insuficiência de renda), o problema é menos a disponibilidade dos produtos que as condições de seu acesso pelos grupos empobrecidos (MALUF et al., 1996).

A discussão em torno da segurança alimentar no Brasil se desenvolveu principalmente a partir de 1991, quando a então oposição política (o Partido dos Trabalhadores – PT) reconheceu que o problema da fome estava vinculado a problemas estruturais da economia, isto é, do modelo de desenvolvimento em curso. O tema começou a ganhar notoriedade no cenário político, passando a ser pensado, discutido e posto em prática também por outros segmentos da esfera política e da sociedade em geral (PESSANHA, 2002). Na arena política, o debate foi puxado pelo PT como partido de oposição (ou Governo Paralelo), que reclamava os direitos básicos das camadas mais atingidas pela miséria e pela fome.

O documento Política Nacional de Segurança Alimentar, elaborado em 1991, identificou que as situações de insegurança alimentar imbricavam insuficiência de acesso aos alimentos e irregularidade do abastecimento do mercado interno, mas tinha como pano de fundo os olhos do Estado voltados muito centralmente para o modelo agroexportador, cego para as outras questões que afligiam um contingente expressivo da população (PESSANHA, 2002). Estava-se diante de um quadro de incentivos e políticas públicas no qual tudo caminhava para a suficiência na produção de alimentos, mas para a insuficiência

de renda dos estratos inferiores da sociedade. O modelo agroexportador de desenvolvimento rural brasileiro vinha constituindo uma cadeia produtiva de commodities que pouco priorizou o abastecimento interno, já que seu escopo era as melhores oportunidades no mercado global. As conseqüências disso foram um país com um contingente de 30 milhões de pessoas forçadas a deixar o meio rural – pelo padrão concentrador da terra – e, no mínimo, 32 milhões de pessoas que passavam fome, enquanto que, contraditoriamente, o PIB brasileiro contava com uma fatia de 40% advinda das atividades agroindustriais (MALUF et al., 1996). Notadamente, o desenvolvimento rural no Brasil fortaleceu exclusivamente o latifúndio e o modelo agrícola dos pacotes tecnológicos internacionalizados, relegando à condição de desenraizamento e miséria milhões de brasileiros, cuja cidadania erodia-se a cada dia.

No âmbito da cadeia produtiva alimentar, este período caracterizou-se como o auge do “quimismo” na pesquisa agrônômica (EHLERS, 1996), no financiamento de pesquisas ainda no lastro da abordagem da revolução verde. Oligopólios passaram a manter sob controle estrito a cadeia produtiva alimentar com os grandes laboratórios à frente, com suas patentes e com a mesma mentalidade hegemônica impeditiva de comprometer-se positivamente com a agricultura familiar.

Por isso, o documento petista supra apontava, dentre outras coisas, uma contra-proposta de desenvolvimento, com a necessidade de políticas públicas voltadas às questões de reforma agrária e desenvolvimento rural, na qual a agricultura familiar tinha destaque. Com a reforma agrária proposta, se mudaria a estrutura de posse de terra, o que resolveria questões como a exclusão social, o direito à terra, a criação de trabalho no campo e o aumento da produção de alimentos. Outro foco do documento estava na criação de empregos para as populações de maior risco alimentar nas cidades e nos campos, possibilitando a elas o acesso aos alimentos via salários.

Foi apenas no governo Itamar Franco (1993-1994) que a questão ganha espaço no âmbito político, com a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), em 1993. Neste, os principais atores que tomaram voz foram diversas agências estatais e entidades de representação civil, no intuito de coordenar ações governamentais de curto a longo prazos. Isto refletia, respectivamente, em ações políticas desde assistencialistas a novos planos de desenvolvimento.

A grande contribuição do Consea foi juntar segmentos sociais que concentraram esforços em torno da Ação da Cidadania que, em 1993, fez o Mapa da Fome no Brasil, além de outras campanhas contra a fome. Buscando debater o tema de forma ampla e publicizar para a sociedade a existência dos milhões de brasileiros em situação de miséria e risco alimentar, o Consea organizou, em 1994, a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar, em parceria com diversos representantes da sociedade civil e de diferentes esferas

governamentais. Foi em etapas preparatórias de conferências como esta, assim como nas de âmbito internacional e local, que as propostas brasileiras obtiveram o merecido reconhecimento de sua posição frente ao problema da fome – somando-se a isto, também, os resultados produzidos nas referidas conferências. Percebia-se, na atuação do Consea, um debate pautado pela multidimensionalidade do problema da fome, abarcando questões como “a reforma agrária e o desenvolvimento rural, políticas agrícolas e de abastecimento alimentar, desenvolvimento urbano, assistência social, saúde, educação, emprego e renda, participação popular e democratização da gestão, alimentação e nutrição” (PESSANHA, 2002, p. 266-267).

A resposta do setor agroindustrial à discussão ocasionada pelo Consea e pelos movimentos sociais em torno da questão da fome foi imediata. No mesmo ano de 1993, com a recente criação da Abag (Associação Brasileira de Agrobusiness), vem a primeira publicação na qual declarava ser a segurança alimentar a principal responsabilidade social do setor (NORDER, 1998). Quando passamos a analisar tal discurso oriundo do agente referido, o empresariado, identificamos tratar-se da composição de um campo no sentido bourdieuniano; isto é, de luta política e ideológica das elites com os setores populares para obtenção de investimentos públicos. Argumentavam os empresários do setor agroindustrial que, para melhorar as condições de segurança alimentar da população, era necessário fomentar a modernização agrícola nos pressupostos de grande escala, na perspectiva, assim, de aprofundar o modelo baseado nos princípios da revolução verde e na elevação da produtividade a custos socioambientais consideráveis. Uma visão economicista, numa imposição de um princípio ordenador único do meio rural ao qual os movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores e lideranças políticas de esquerda rejeitavam.

Atualmente, o tema da segurança alimentar vem sendo discutido no Brasil em âmbito interministerial, tratado como de alta prioridade para o governo nas duas gestões Lula. Para Maluf (1996), além da preocupação governamental, o tema foi encarado como um direito tão fundamental como a educação, a saúde e a habitação, merecendo ter uma dotação orçamentária expressiva e regular. Este autor considera ainda de vital importância que as discussões avancem para as diferenciações regionais brasileiras. Por ser um país de dimensões continentais, ao se tratar o tema da segurança alimentar devem ser destacadas as especificidades de cada região, tanto em relação às cadeias produtivas de alimentos, como aos hábitos alimentares e à diversificação produtiva.

Para Almeida et al. (2006), a segurança alimentar é um objetivo a ser alcançado no âmbito local, com o envolvimento de diversos atores que compartilham valores. O principal objetivo em compartilhar valores, como a garantia nutricional e a saúde das pessoas ou a sustentabilidade ambiental, é atender a demanda por alimentos de forma satisfatória e adequadamente ao que

é socialmente aceito como uma refeição pelas diferentes camadas populares, com respeito ao meio ambiente. Por isso, é que a atenção àqueles que estão em situação de maior risco alimentar e preocupações ambientais estão na ordem do dia de forma entremeada. Todos os setores envolvidos na cadeia produtiva e de distribuição de alimentos são co-responsáveis pela garantia da segurança alimentar – poder público, ciência, tecnologia & inovação, agricultura, indústria, serviços, comércio e consumidores – e, para os autores, valores solidários devem permear esta rede de relações.

Segurança Alimentar e Agroecologia: debate científico multidisciplinar

A discussão sobre o tema de segurança alimentar é apropriada nas diversas áreas de conhecimento e setores sociais. Trata-se, no geral, de abordagens complementares e não antagônicas, tornando o tema transversal na reflexão e na prática social.

Conforme Almeida et al. (2006), existem cinco eixos que devem ser explorados em segurança alimentar, a saber: 1) o da saúde humana (relacionado à composição nutricional balanceada); 2) o da boa higiene dos alimentos (relacionado ao controle de qualidade na produção); 3) o do respeito às dinâmicas do ecossistema natural (relacionado à evitação da contaminação de solo e mananciais); 4) o da autenticidade (relacionado à valorização dos alimentos tradicionais/regionais); e 5) o da solidariedade (relacionado à opção pelos alimentos “socialmente corretos”). Estes eixos podem ser explicitados também através dos termos food security e food safety (PESSANHA, 2002, p.280), sendo que, ao primeiro, competem questões como a oferta de alimentos e a garantia de acesso a eles e, ao segundo, questões nutricionais e sanitárias dos alimentos e conservação da diversidade genética.

Considerando-se o espectro supra, o tema da segurança alimentar passa pelas Ciências Sociais à Ciência dos Alimentos, da Engenharia Agrônômica à Saúde Pública, dentre outras, perpassando as três grandes áreas do conhecimento – Humanas, Biológicas e Exatas, assim como Altieri (2002) supõe deva ser tratado o tema da agroecologia, que, passo a passo, vai fundindo-se ao primeiro. A Agroecologia deriva da análise multidisciplinar de fatores tanto endógenos como exógenos aos agroecossistemas⁸. Os fatores exógenos geralmente são

⁸ O agroecossistema é a unidade de estudo da Agroecologia. Para Gliessman, é um local de produção agrícola compreendido como um ecossistema, no qual são analisados os diversos componentes e inter-relações que os compõe (2005, p.61), por exemplo, as interações entre o conhecimento e preferências humanas com os componentes ecológicos. É determinado territorialmente, em geral por “uma unidade produtiva rural individual, embora pudesse facilmente ser uma lavoura ou um conjunto de unidades vizinhas” (2005, p.78).

objetos de estudo da Economia e da Sociologia, enquanto os fatores endógenos podem ser estudados pela Biologia, Ecologia, Agronomia e Antropologia.

Nos estudos sobre segurança alimentar no campo da Agroecologia, várias questões podem ser correlacionadas. Dentre os cinco eixos anteriormente citados, todos eles podem fazer parte das discussões em Agroecologia. Principalmente nos eixos 3 e 4, enxerga-se com muita clareza a correlação desses temas, traduzindo-se em estudos sobre modelos de agricultura de base ecológica e de valorização de conhecimentos tradicionais para materializá-los. Referencia, ainda, o debate político em torno da agricultura familiar e da agricultura empresarial, indicando a primeira mais viável à adoção de seus princípios. Para Caporal e Costabeber (2003), deve-se começar a investir mais expressivamente na produção de alimentos básicos conforme os costumes regionais, mas com uma agricultura ecológica – compatível com a heterogeneidade dos agroecossistemas, conhecimentos locais e tecnologias menos agressivas aos ambientes naturais. Sob este ponto de vista, a agricultura familiar é mais propícia à produção diversificada de alimentos, considerando-se sua heterogeneidade tanto biológica como sócio-cultural. A maior diversificação agrícola garante uma alimentação igualmente mais diversificada e nutritiva, preserva-se mais a variedade genética, usa-se menos agrotóxicos e mais conhecimentos tradicionais.

A agricultura convencional, por seu turno, traz grande risco de contaminação de alimentos. Segundo a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), cerca de 81% dos alimentos têm resíduos de agrotóxicos, sendo que 22% acima do permitido. É também registrada a presença de resíduos de produtos não autorizados em território nacional (CAPORAL, COSTABEBER, 2003). Esta busca pela produtividade tem gerado a perda de valores que garantem a justiça ambiental. Hoje, encontra-se no mercado, por ilustração, pouquíssimas variedades de arroz, disseminadas pelo globo. Segundo Whitaker (2008), no sudeste asiático havia milhares de variedades de arroz até trinta, quarenta anos atrás. Tais variedades vêm sendo reduzidas, e controladas por multinacionais, em prol do barateamento da produção dado pela homogeneização dos padrões de cultivo e hábitos alimentares, retirando dos povos esse aspecto peculiar de suas distintas culturas. Para se produzir o arroz que hoje todos comemos, tipo agulhinha, muito agrotóxico tem que ser usado, geralmente herbicidas produzidos pela mesma empresa que produz a semente. Isto reflete diretamente numa dieta menos diversificada e na menor qualidade biológica e nutricional do alimento.

O hábito alimentar do brasileiro demanda a combinação arroz e feijão, considerada indispensável, o que faz com que o país tenha que importar estes alimentos quando não estão disponíveis no mercado interno. A oferta incerta destes dois gêneros alimentícios contrapõe-se a uma extensa produção de

milho e soja para exportação. Assim, um modelo que levasse em conta a soberania alimentar local/regional deixaria os mercados locais e regionais menos dependentes das pulsões de mercado, o que se denomina autonomia produtiva. Neste modelo, a busca por uma dieta mais apropriada à cultura pode ser um caminho viável para uma produção mais sustentável ecologicamente. E, o reordenamento agrário, um mecanismo para viabilizar ambos.

Reforma Agrária: reconstrução espacial e social

Quando “reformada” uma unidade agrária, em que prevalecia uma monocultura numa racionalidade empresarial, para dar lugar a um assentamento rural, está-se pretensamente descartando a lógica do lucro máximo por outra lógica, que mescla a assimilação e acomodação das regras de mercado, contudo, valorizando, simultaneamente, uma temporalidade própria que rege a interação da família com a terra, nas suas dimensões extra-econômicas.

Ocorre, a partir dos assentamentos, uma transformação sócio-espacial, que faz surgir uma nova categoria social – os assentados – e a formação de mosaicos na paisagem, onde um projeto coletivo constitutivo da luta e conquista pela terra não anula as particularidades de cada unidade familiar. Todavia, não raro, o afã de uma fixação exitosa no território obriga o assentamento a articulações com a dinâmica rural macroenvolvente e enreda-o na lógica da monocultura que, em termos históricos e paradoxalmente, foi a mesma que engendrou a desfiliação social de outrora e a necessidade de luta pela terra.

Para entrar para o Programa de Reforma Agrária, pela via legal, obrigatoriamente homens e mulheres têm que apresentar evidências de fortes laços com a terra; por exemplo, ter nascido ou já ter residido em zona rural, trabalhado em lavouras, produzido alimentos, ter ocupado uma terra com o propósito de um projeto de agricultura familiar etc. O tipo de trabalho exercido desde suas origens e trajetórias é decisivo para o ingresso neste universo e futuras tomadas de decisões acerca das estratégias, agrícolas ou não, a serem adotadas para a consecução da subsistência familiar.

Nos assentamentos da região de Araraquara, foi comprovada a experiência anterior das pessoas em atividades agrícolas; mas, em muitos casos, essa experiência já havia sido rompida por um período vivido em áreas urbanas. Os quadros 1 e 2, abaixo, indicam, respectivamente, que houve um momento no qual atividades agrícolas predominavam na trajetória de vida dos assentados, os quais passaram, depois, pela situação de assalariamento em outras atividades. O quadro 2 representa, ainda, o caráter migrante do trabalho desta população, que viveu entre atividades rurais e urbanas por um período imediatamente anterior ao assentamento.

Quadro 1 – Assentados com experiência prévia na agricultura

	Sim	Não	Total
Bela Vista	13 (81,25%)	03 (18,75%)	16 (100%)
Monte Alegre	38 (84,7%)	07 (15,3%)	45 (100%)

Quadro 2 – Trajetória dos assentados anterior ao assentamento

	Campo	Cidade	Total
Bela Vista	09 (56,25%)	07 (43,75%)	16 (100%)
Monte Alegre	21(46,8%)	24 (53,5%)	45 (100%)

A trajetória anterior ao assentamento, com um tipo de trabalho declarado como agrícola, pode ser entendido por, pelo menos, três formas diferentes: como meeiros ou sítiantes, trabalho na chamada lavoura branca (produção de arroz, feijão, milho, mandioca e outras alimentícias); outra, no assalariamento rural, para as que trabalharam registradas em agroindústrias; e, ainda, no trabalho de contratação temporária, o que implica, nas atividades sazonais onde eram absorvidos, a vivência de desemprego. O trabalho em agroindústrias envolvia, principalmente, o corte de cana e na colheita de laranja. Já na trajetória onde houve busca de trabalho na cidade, constam experiências na construção civil e, no caso das mulheres, o trabalho de faxina em domicílios.

A trajetória das famílias, de modo geral, se revelou marcada pela desterritorialização e pelo assalariamento em condições precárias. Contudo, o modo de vida de sítiantes, principalmente em suas origens, onde nasceram e foram criados como agricultores na lavoura branca, é o recorrente na memória como um referencial identitário:

Possuía alguma experiência com agricultura?

1. Trabalha na terra desde os 7 anos.
2. Nasceu e foi criado na roça.

3. Sim, foi para Londrina-PR quando criança e se criou lá só trabalhando na agricultura. Era meeiro, produzia arroz, feijão, milho etc, junto com a família. Disse que essa categoria foi acabando e que dificilmente encontra hoje fazendas com áreas onde o proprietário queira ceder 30, 40% para famílias meeiras.

4. Sempre trabalhou com roça e no corte de cana-de-açúcar.

5. Seus antepassados já trabalhavam na roça e ela sempre trabalhou nisso também.

6. Os pais já eram agricultores na Bahia, migraram para São Paulo, entraram no programa de reforma agrária e vieram parar em Araraquara.

7. Sim, com hortifrutigranjeiro, cana, feijão, arroz etc.

O que fazia antes de vir para o assentamento?

1. Meeiro de criança até 1990. De 1991 a 1994 foi vigia na Citrosuco. Foi tratorista da empresa Marchezan, fez ensino técnico em contabilidade, ficou desempregado, foi servente de pedreiro.

2. Trabalhava em lavoura de milho e feijão em Minas Gerais. Veio para Sertãozinho e ficou 12 anos trabalhando no corte de cana, depois em firma e como lavadeira de roupa.

3. Trabalhava na agricultura. Esteve em diversos lugares. Mais recente ao assentamento no Paraná, depois veio para Limeira-SP cortar cana e colher laranja.

4. Até os 19 anos plantava café no Paraná como meeiro. Veio para Indaiatuba-SP e trabalhou doze anos em indústria.

5. Estava em Américo Brasiliense há doze anos, oito deles trabalhando na usina Maringá. Fazia de tudo na usina.

6. Sempre trabalhou na roça, em sítio. Trabalhou com carteira registrada apenas quatro anos na usina S. Martín em Guariba.

Existe, entre os assentados de maneira geral, um passado na terra cuja origem são as gerações anteriores da família. O processo de modernização do

campo foi o mote da des-territorialização de muitos, perdendo-se sua condição de agricultor familiar, principalmente ao longo das décadas de 1970 e 1980, para serem assalariados rurais e/ou urbanos (ABRAMOVAY, 2005), vivências nas quais seu conhecimento agrícola foi relegado. A precarização do trabalho daí imposta engendrou um processo de empobrecimento que repercutiu no tipo e regularidade de acesso a alimentos, gerando uma memória de privação dos meios de produção e exercício de habilidades correspondentes que reflete nas condições físicas do sujeito e sua família.

Naquilo que distingue os assentados de outros agricultores familiares, há a história de destituição da terra e migrações, onde subjaz a experiência de um assalariamento precário no trabalho sazonal. No assentamento Monte Alegre, quase 70% dos assentados estava no trabalho em colheitas de laranja e de cana (FERRANTE, BERGAMASCO, 1995). Entretanto, antes de trabalhadores volantes, outras categorias sociais foram por eles experimentadas, como, por exemplo, meeiros, colonos ou pequenos proprietários, categorias que tradicionalmente residem em glebas de terra onde produzem seu próprio alimento. Naquilo que os aproxima, volta a ser no assentamento o cultivo de determinados alimentos conforme seus gostos e preferências, que foram culturalmente adquiridos; e o *habitus* de cada família, com o qual ela se vale para manejar o lote agrícola, na temporalidade própria de um fazer tradicional.

Ao serem assentadas, as práticas culturais reproduzidas em suas glebas são fortemente marcadas por atividades agrícolas. Segundo os dados da pesquisa, a grande maioria das famílias desenvolve atividades agrícolas, sendo que uma parte razoável delas também desenvolve atividades não agrícolas. Houve apenas um caso de família que declarou não possuir atividade agrícola.

Embora tenha sido identificada a pluriatividade das famílias em atividades como agente de saúde, pedreiro, motorista, tratorista, doméstica, padaria, processamento de frutas (doces) e derivados de leite, dentre outras desenvolvidas fora e mesmo no interior dos assentamentos, predomina a agricultura como única atividade para a grande maioria das famílias, conforme o quadro 3.

Quadro 3 – Atividade desenvolvida pela família.

	Agrícola	Não agrícola	Agrícola e não agrícola	Total
Bela Vista	13 (81%)		03 (19%)	100
Monte Alegre	28 (62%)	01 (3%)	16 (35%)	100

Qual (is) atividade (s) desenvolvida (s) pela família?

1. Família toda trabalha com agricultura. A filha é agente de saúde.
2. Filho de 31 anos trabalha em Ribeirão Preto como pedreiro e fica em casa aos finais de semana, quando ajuda na roça. Filha trabalha como “dama de companhia” de uma idosa em Motuca. No lote, o pai e o filho de 29 anos cuidam de lavoura de autoconsumo e têm cana. As respectivas esposas cuidam das casas. Trabalham na colheita de laranja quando há serviço.
3. Atividades agrícolas.
4. Agrícola. Ele faz alguns bicos no assentamento como pedreiro.
5. Atualmente só agricultura de autoconsumo. Filhos trabalham nas colheitas de laranja.
6. Trabalho no sindicato dos trabalhadores rurais de Motuca, uma filha é enfermeira e o genro trabalha na roça.
7. Os homens trabalham na Paris Tintas em Matão (pintores) e as mulheres trabalham no lote e cuidam das crianças.
8. Trabalha em sua roça e corta cana no assentamento.
9. Atividades ligadas à produção de leite e laticínios e plantação de milho.
10. Filhas trabalham nos serviços de casa e na manutenção do lote de moradia (agrovila), o genro e a esposa trabalham de safristas (corte de cana ou colheita de laranja).

O retorno da família à terra, como assentada rural, é uma situação na qual o habitus ligados à prática agrícola pode ser resgatado e reaplicado pelas pessoas na interação com o lote, ocorrendo, a partir daí, uma reconstrução da identidade do agricultor como tal. As práticas culturais enraizadas das famílias são o motivo para que elas, ao serem assentadas, prioritariamente desenvolvessem atividades agrícolas.

A ruptura com a terra não quebrou por completo o valor dessas raízes culturais e existenciais. A organização e mobilização pelo retorno a terra foi um indicador do anseio por restabelecer conexões com a vida pregressa em que havia o trabalho autônomo na terra, com as lições aprendidas da destituição, que servem para ampliar o valor que o lote tem para o futuro da família. Porém, “não se pode dizer que o querer a terra reproduz linearmente um movimento de volta ao campo. Trata-se de um movimento específico, marcado pela convivência de elementos característicos, no qual a relação terra e trabalho não assume uma única configuração” (FERRANTE, 1994, p. 75). Cada assentado tem uma experiência singular de vida, o que se traduz em uma forma particular de entender e decidir que deve produzir no lote visando o bem-estar da família e o seu papel na vida comunitária.

Portanto, entende-se que a análise desta nova categoria sociológica perpassa noções como: a *origem social*, marcada pela história que radica no meio rural; a *ruptura* com a terra, que significa muito mais do que elos materiais, pois são também culturais e simbólicos; as trajetórias, que passam pelo assalariamento e pela precarização do trabalho, pela luta por terra, mas segue também na análise das especificidades de um projeto familiar. Há, ainda, a considerar, a *totalidade* do contexto, de forma a historicizar a *realidade* enfrentada pelas famílias (SILVA, LIMA, 1989). A totalidade envolve um conjunto de fatores que levam suas vidas, agora na condição de assentadas, a se diferenciarem da vivida anteriormente, como sitiantes, por exemplo. Noção que comporta uma compreensão dialética por não ser algo pronto, muito menos igual ao passado como agricultora, mas possível dentro da atual realidade regional.

Neste contexto de reterritorialização, cada família traz para seu lote experiências subjetivas únicas, mesmo que objetivamente sejam passíveis de experiências semelhantes, desde o passado como agricultora à luta pela terra. Cada uma carrega consigo conhecimentos e práticas apreendidas na sucessão familiar e em sua trajetória, fatores que animam as especificidades das atividades agrícolas que são por elas desenvolvidas. Por isso, tratamos o assentamento como um objeto que pressupõem as singularidades (FERRANTE, 1994).

Produção do Autoconsumo e Dimensões da Sociabilidade em Torno dos Alimentos

Ao chegar para habitar em um lote agrícola, uma das primeiras coisas

que as famílias fazem é plantar pés de frutas, hortaliças e grãos que servirão de alimento a elas. Produzir o autoconsumo é uma atividade que está presente em parte significativa dos lotes do assentamento Monte Alegre, como também de outros assentamentos (NORDER, 1998; WHITAKER, FIAMENGUE, 2000; SANTOS, FERRANTE, 2003; FERRANTE, 2007).

A produção de alimentos para abastecimento próprio em unidades familiares é um fator quase inerente à vida no campo, o que é um dos aspectos que inspirou Candido (1979) a compreender a tessitura das dimensões econômicas e extra-econômicas do modo de vida caipira, como a associação da sua lavoura e seus hábitos alimentares.

Nos assentamentos de Araraquara, se destaca a produção de frutas, grãos, mandioca e hortaliças. Ainda que estas sejam produzidas como excedente, a família que as produz também faz dessas culturas o uso alimentar.

Os pés de frutas são as produções mais encontradas nos lotes, geralmente diversificadas e consorciadas entre si nos lotes de moradia. Em alguns lotes, não representam importante fonte de renda, mas importante fonte nutricional. Em outros, a finalidade de comercialização prepondera, por exemplo, entre aqueles que fizeram uso de financiamento para plantar, principalmente manga, abacaxi, maracujá, mamão ou outras. Principalmente no primeiro caso, além da satisfação alimentar, há outros valores subjacentes à escolha pelo plantio de frutas, tais como a presença de pássaros e o sombreamento ao redor da casa.

Em segundo lugar, estão os cereais. Os principais cereais servem, igualmente, para o autoconsumo (milho e arroz), sendo que, para o milho, sempre houve incentivos de financiamento e encontra-se a possibilidade de venda direta para empresas do ramo de ração animal e avicultura, como a Rei Frango (empresa localizada no município de São Carlos-SP). Ele tem maior durabilidade quando não colhido, pois pode ser vendido verde ou seco. Em terceiro lugar, foi identificada na pesquisa a presença de cultivos, dentre as quais destaca-se a mandioca pelos mesmos motivos do milho: serve para o autoconsumo, encontra-se financiamento, há a venda direta para farinheiras, tem maior durabilidade sem ser colhida e ambos são enraizados na dieta da população. São fatores que pesam na hora de se estabelecer estratégias familiares para produção e comercialização.

As hortaliças estão em quarto lugar. Para a maioria das famílias que as plantam, são destinadas ao autoconsumo e à venda do excedente em programas municipais, em cidades próximas e mesmo no comércio interno, seguindo o exemplo das frutas. Estas quatro primeiras produções existentes na maior parte dos lotes (frutas, cereais, mandioca e hortaliças), além de alimentar os mercados locais, fazem parte de uma rede de trocas e doações que será discutida posteriormente.

Quanto à cana, há uma estimativa de que ela seja, hoje, a cultura que mais ocupa espaço nos lotes dos assentamentos. O que leva ao plantio da cana

é a produção facilitada pelas usinas e o retorno financeiro, além da falta de alternativas que garantam renda equivalente. Alguns assentados têm a perspectiva de continuar com a parceria da cana, inclusive ampliando a área em que ela pode ser plantada, atualmente, fixada em no máximo 50% do lote. Consideram que a produção é a única capaz de lhes dar uma renda satisfatória e tirar-lhes do quadro de pobreza que se encontram. Mesmo com a estimativa de que em, 280 lotes, haja cana para fins agroindustriais, há indícios de que na outra metade do lote a diversificação continua se fazendo presente, deixando a produção de alimentos como as mais frequentes no conjunto dos lotes familiares.

Quadro 4 – Produção nos lotes.

	Bela Vista	Monte Alegre	Total Médio em %
Hortaliças	07 (43,75%)	23 (51,6%)	49%
Cereais (milho, arroz)	14 (87,5%)	24 (53,28%)	62%
Feijões	04 (25%)	13 (28,86%)	28%
Mandioca e café	08 (50%)	27 (59,94%)	57%
Frutas	10 (62,5%)	32 (71,04%)	69%
Cana	10 (62,5%)	19 (42,18%)	47%
Pastagem	02 (12,5%)	24 (53,28%)	43%
Outros	02 (12,5%)	04 (8,88%)	10%

Segundo a pesquisa de Santos e Ferrante (2003, p.100), atribui-se à produção de autoconsumo o equivalente a 58% do valor gasto mensalmente em supermercados com a alimentação da família em alguns assentamentos paulistas. Em termos nutricionais, a pesquisa realizada por Norder no assentamento Fazenda Reunidas, no estado de São Paulo, revelou que “a média do autoconsumo de calorias ficou em 30,79% do total consumido pelas 42 famílias entrevistadas, e é a mais reduzida no conjunto de nutrientes avaliados. O autoconsumo de Cálcio e das Vitaminas A, B2 e C é superior a 60% do total consumido. Os demais nutrientes, Proteínas, Fósforo, Ferro e Vitamina B1, apresentaram um índice de autoconsumo em torno de 40 a 50% do total.” (1998, p.46).

O quadro 5, abaixo, vem seguido das respostas das famílias à questão do que produzem para autoconsumo alimentar, oferecendo um panorama do que pode ser auto-produzido num lote familiar e de como há consideráveis diferenças em cada caso.

Quadro 5 – Produção destinada à família.

	Tudo	Boa parte	Pequena parte	Nada
Bela Vista	04 (25%)	07 (43,75%)	03 (18,75%)	02 (12,5%)
Monte Alegre	22 (48,84%)	19 (42,18%)	04 (8,98%)	

Do que produz, o que é destinado para o consumo da família?

1. Leite, faz queijo, ovos, todas as frutas, hortaliças e cereais.
2. Com o leite fazem requeijão, manteiga, queijo, doce (com as frutas também), ovos de galinhas e patas, carne de galinha e porco, todos os cereais, hortaliças e frutas do lote.
3. Milho faz fubá. O resto: tudo eles comem, primeiro enche a barriga e depois vende o excedente.
4. Milho, mandioca, feijão. Frutas e hortaliças o genro fornece.
5. Café, mandioca e frutas.
6. Café, laranja, mexerica ponkan, mandioca. O vizinho tem frango, feijão, vaca, porco etc.

7. Tudo, menos a cana.
8. Nada, fazem compra de mês no supermercado em Motuca.
9. Café, leite, arroz e milho.
10. Quiabo, abóbora e outras poucas coisas da horta.

Segundo Whitaker e Fiamengue (2000), os assentamentos são lugares heterogêneos. Isto é, são lugares onde ocorre inerentemente a diversificação agrícola em consequência da diversidade cultural, o que se deve em grande medida pelo fato do homem voltar a ser do campo e o campo voltar a ser rural, ao invés de agrícola, pois volta a ser local também de moradia e não apenas local de produção intensiva (DUVAL, 2005).

A construção deste espaço heterogêneo se relaciona, em grande medida, com a idéia de Santos (1998, p.39), para quem “por meio do lugar e do cotidiano, o tempo e o espaço, que contêm a variedade das coisas e das ações, também incluem a multiplicidade infinita de perspectivas. Basta não considerar o espaço como simples materialidade, isto é, o domínio da necessidade, mas como teatro obrigatório da ação, isto é, o domínio da liberdade”. Assim é que os gostos e preferências alimentares da família, seu cotidiano no lugar e aprendizado sobre seu agroecossistema, sua técnica criativa que se adapta às mudanças tecnológicas, às condições do clima e do solo e a necessidade de se alimentar são alguns fatores endógenos a cada estabelecimento familiar que vão fazer do espaço agrícola, principalmente aquele dedicado à produção de autoconsumo, o que ele é. Este tipo de produção, por sua vez, pode ser um pouco mais livre da “materialidade”, ou seja, mais independente da inserção no sistema capitalista. Isso porque não são apenas por motivos materiais, mas também simbólicos e sociais, que esta produção esteja lá.

Os alimentos indicam o que a família gosta e é capaz de produzir para seu consumo, levando-se em conta uma dinâmica de conhecimentos e recursos próprios, que se transformam, com técnicas da modernidade e em função da realidade por elas enfrentada. O lote agrícola é um espaço que absorve o conhecimento e a prática de famílias, agora refeitas e identificadas numa nova categoria social, mas que, possivelmente, vão demonstrar sua herança cultural “com a força do que é criado de dentro e resiste” (SANTOS, 1998, p.37), nas partes deste lote onde são plantados alimentos para o abastecimento familiar.

É digno de registro que, no dia 27 de fevereiro de 2008, foi feita uma visita a um assentado no núcleo VI da fazenda Monte Alegre, que não planta a maior parte do que consome. No entanto, há um pequeno espaço dedicado principalmente à produção de hortaliças e ervas medicinais para autoconsumo

familiar. Este espaço é cercado por um tipo de alambrado no qual a família planta duas espécies de feijão, que permanecem como trepadeiras nesta “grade” e servem de barreira ao vento. Enquanto estávamos lá, em visita ao lote, o chefe da família, para nos mostrar os feijões, pegou as vagens das duas variedades e retirou os grãos. Sobre uma delas, nos falou que era uma variedade que seu pai costumava produzir e que um irmão seu passou a guardar as sementes para poderem plantar. Foi assim que, em sua origem e trajetória, este assentado sempre se alimentou daquele feijão, um grão largo e achatado, todo rajado, que dificilmente é encontrado em mercados. Sem que fosse pedido, ele me deu um punhado de grãos das duas variedades e disse que é só plantá-los direto na terra, ou seja, a reprodução cultural foi um gesto natural dele.

A partir de experiências como esta, é que se pode afirmar que as práticas de autoconsumo não são representadas pelos assentados apenas sob o viés econômico. Estas se constituem numa dimensão de sociabilidade em que se busca fortalecer a coesão entre o passado e o presente, na subjetividade dos entes da família e a coesão entre as famílias. Ou seja, “ganham relevância dimensões simbólicas para além das abordagens economicistas que afirmam que no estágio atual do desenvolvimento capitalista há uma inevitável compulsão para mercantilizar a totalidade da produção” (FERRANTE, QUEDA, 2003, p.16). O autoconsumo está, assim para além das abordagens que possam reduzir a experiência de assentamento a um indicador de sucesso/fracasso em razão de sua integração às economias regionais.

Em grande parte dos lotes que visitamos, foi possível fazer um considerável registro das plantas e criações voltadas ao autoconsumo. Além daquilo que é comercializado ou consumido in natura, há outras utilizações para autoconsumo: as frutas viram doces, servem para alimentar criações ou simplesmente serem deixadas nos pés para os pássaros se alimentarem. Com a mandioca, se faz farinha e estoca-se, cozinha-se para alimentar os porcos; o milho pode ser seco, feito fubá, alimentar galinhas. E há a prática de doação entre famílias, sobretudo para aquelas que pareçam mais necessitadas. Essa relação solidária é muito importante.

Para exemplificar, dois casos observados de núcleos familiares com pouca garantia alimentar e nutricional nos assentamentos foram: o de famílias que apenas os idosos ficaram no lote, não tendo condições de saúde para produzir e recebendo poucos benefícios de aposentadoria; outras famílias possuindo apenas casa na agrovila e não desenvolviam atividades agrícolas, têm uma prole extensa. Ambos são perfis de núcleos familiares que podem sofrer de escassez de alimentos mesmo em um assentamento rural.

As famílias que porventura se encontrem na situação de não ter garantido o acesso a uma alimentação mínima, dependem, mais imediatamente, das relações de vizinhança, ou de seus familiares e amigos, para auxílio de

subsistência. No assentamento, isso ocorre em troca de serviços na terra ou em outras atividades ou mesmo por relações solidárias de doações. Pelo fato de a maioria das famílias já ter vivenciado períodos de privação dos meios produtivos e, não raro, circunstância de fome, é provável que a experiência de escassez e privação testemunhada na vizinhança incite ainda mais a compaixão e o fortalecimento dos vínculos comunitários.

Famílias do mesmo grupo religioso, parentes, vizinhos ou amigos fazem constantes trocas de alimentos ou serviços nos assentamentos. Entre famílias aderidas à Congregação Cristã do Brasil, existe um vínculo de trocas forte, sendo um habitus contarem umas com as outras para complementar o cardápio. Entre famílias que adotam as mesmas estratégias produtivas também percebemos ocorrer com frequência a troca de serviços, mais conhecida como mutirões, quando as pessoas trabalham coletivamente nas terras umas das outras.

No quadro a seguir, podemos observar um grande número de respostas indicando a existência de trocas de serviços entre famílias:

Quadro 6 – Trocas de alimentos e serviços nos assentamentos.

	Sim	Não
Bela Vista	11(68,75%)	05(31,25%)
Monte Alegre	28(62,45%)	17(37,9%)

Ocorrem trocas de alimentos ou de serviços entre as famílias?

1. Sim, alimentos e serviços.
2. Sim, principalmente doações a famílias mais carentes.
3. Sim, vale a mistura e pode garantir vários meses. Citou exemplo de um vizinho que matou um porco e trouxe vários quilos de banha pra fazer torresmo, pra usar na cozinha. Troca de serviços entre familiares, mutirões. Quando eu estava lá veio um vizinho emprestar ferramentas e válvulas de pneus.
4. Só com vizinhos amigos. Dá para trocar coisas que você não planta e outro planta, diversificando mais o cardápio.

5. Apenas serviços. Falou que não há troca de alimentos por parte dele.
6. Para eles não, mas sempre ajudam os mais carentes.
7. Não, somente entre os núcleos da casa.
8. Trocam serviço por alimento verde.
9. Não.
10. Sim, troca e/ou empresta. Os vizinhos se conhecem desde os tempos que ficaram acampados, todos juntos, são muito amigos e podem contar um com o outro.
11. Não.

Autoconsumo: reprodução social e princípios agroecológicos

Em famílias cujo passado foi na agricultura – quando moravam e trabalhavam no meio rural – muitas das produções dos lotes foram trazidas de outras épocas vividas e do espaço onde tiveram contato com conhecimentos e aprendizados agrícolas familiares ou não. Os filhos que nasceram no assentamento aprendem práticas que seus ancestrais já tinham, perpetuando, através do autoconsumo, sua cultura tradicional. Num lote visitado recentemente, em outro exemplo retirado a partir da cultura do feijão, uma assentada declarou que o feijão plantado e consumido por sua família provém de um acampamento, onde ela conheceu essa variedade de feijão, gostou e passou a guardar sempre suas sementes para (re)produzi-lo – momento no qual seu filho passou a adquirir, por meio da aprendizagem, este hábito. Em outra visita, conhecemos um casal que vive na companhia de dois dos seus netos que, quando não estão na escola, declararam ajudar o avô nas atividades agrícolas do lote. É muito comum que logo cedo as crianças comecem a ajudar em pequenas tarefas agrícolas, junto aos mais velhos.

Este aspecto cultural não fica adstrito a cada família; pelo contrário, as relações de vizinhança, amizade, religiosas ou o simples contato entre famílias com origens e trajetórias diferentes intensificam as trocas relativo a esses aspectos da produção. No núcleo VI do assentamento Monte Alegre, por exemplo, vizinhos trocaram mudas de árvore por outra de cacto e cada qual explicou sua utilização: no caso do cacto (conhecido como palma), usado pelo assentado de origem nordestina, serve para a engorda do gado, enquanto

o arbusto (barbatimão), sua casca é usada como um medicamento para fechar feridas, dentre outras coisas. Cada qual passou a cultivar mais uma espécie vegetal que possui uma nova função em seu lote. Exemplos como este, de trocas de plantas e também de conhecimentos, são frequentes entre parceiros, assentados (as) que se dão bem no convívio comunitário.

Relacionado ao aspecto cultural, o desdobramento de tais práticas leva a uma maior diversificação nos lotes, o que estimula o aumento da biodiversidade em cada um deles. Segundo Whitaker (2006), os mosaicos formados com o advento dos assentamentos são a expressão de heterogeneidade do espaço, sendo que a construção deste espaço heterogêneo comporta uma rica diversidade cultural, relacionando-se posteriormente com o aumento da biodiversidade nos lotes (sendo cada lote um pedaço do mosaico). Há uma hipótese de que as práticas de autoconsumo trazem benefícios ambientais, sobretudo quanto ao aumento da complexidade do sistema ecológico de espaços que antes de serem assentamentos eram monoculturas. A própria fazenda Monte Alegre, antes de assentamento, foi um espaço de monocultura de eucalipto, na qual utilizava-se intensivamente produtos agressivos ao solo e tinha sua paisagem homogeneizada. Com a reforma agrária e o redesenho da fazenda em centenas de lotes agrícolas familiares, começou um trabalho de diversificação comandado pelas estratégias de subsistência e de desenvolvimento.

Caporal e Costabeber alertam que “a agricultura de base familiar é mais apropriada para o estabelecimento de estilos de agricultura sustentável, tanto pelas características de mais ocupação de mão-de-obra e diversidade de culturas (...) quanto pela sua maior capacidade de proceder ao redesenho do agroecossistema” (2003, p.141).

Pode-se afirmar a existência de uma agricultura sustentável quando são contemplados princípios agroecológicos, como a menor dependência de insumos comerciais e maior uso de recursos disponíveis localmente; uso das diversas interações (ecológicas, biológicas, químicas e físicas) que ocorrem no local em benefício produtivo; intenção de beneficiar a propriedade como um todo, e não a um produto específico; aceitação e/ou convivência com as condições ecológicas locais antes da tentativa de controle sobre o meio ambiente; preservação da diversidade biológica e cultural; uso do conhecimento tradicional; dentre outras (CAPORAL, COSTABEBER, 2003, p.142).

Cabe ressaltar, que é possível que as atividades agrícolas no assentamento causam – ainda como as monoculturas em grande escala - impactos negativos para o ambiente. O mau uso da água em sistemas de irrigação e pastagem em áreas ciliares são encontradas nos lotes com frequência, assim como o uso de insumos químicos. Pode-se afirmar, ao menos, que a maior diversidade cultural relaciona-se com a maior biodiversidade e que a atividade agrícola que busca ser a de menor custo quanto possível, pelo nível de capitalização

que os assentados se encontram, é poupador e menos dependente de insumos industriais (químicos, mecânicos e genéticos). Exemplos disso são as inúmeras estratégias postas em prática pelos assentados de fertilizar o solo com recursos próprios, o uso de implementos de tração animal e a prática de selecionar sementes para futuras safras.

A maior parte de toda a biomassa gerada no lote é reutilizada nas próprias atividades agrícolas. Ela é ou deixada sobre o solo, ou utilizada em compostagens ou mesmo queimada, reutilizando-se neste caso as cinzas. Quando esta biomassa tem valor energético e/ou nutricional para criações, ela vira componente da ração animal, cujos excrementos posteriormente formarão compostagens juntamente com a biomassa e a cinza.

Como exemplo da reciclagem de nutrientes, toma-se os dados referentes ao destino da matéria orgânica somado à existência de criações no lote. Os quadros 7 e 8, a seguir, indicam que tanto a biomassa gerada, como os dejetos animais, são utilizados nas atividades agrícolas. Em relação à biomassa, há famílias que fazem compostagem com os restos de material orgânico, outras apenas as incorporam ao solo. Dizem que os benefícios são muitos, desde a nutrição das plantas (dispensando insumos externos) à formação de camadas de húmus no solo, tornando-o mais fértil e produtivo. Outra resposta freqüente é a queima deste material que, além de se relacionar com um excesso de material orgânico, segue o hábito da queima do lixo.

Quadro 7 – Destino da matéria orgânica.

	Bela Vista	Monte Alegre
Com o resto do lixo	03 (18,75%)	05 (11,15%)
Queimado	04 (25%)	14 (31,2%)
Aproveitado	09 (56,25%)	29 (64,7%)
Enterrado	01 (6,25%)	02 (4,45%)

Por outro lado, a presença de criações evidencia a existência de ciclos de energia nos lotes. Sempre ocorrem casos de reaproveitamento dos esterco dos animais na roça e, concomitantemente, o alimento dos animais em grande parte provém do lote, seja pela plantação de pasto, cana e capins diversos (para o gado), milho e outros cereais (para galinhas) e o excedente de legumes e frutas (destinado mais aos porcos). Estas são as três criações mais presentes e que, em sua grande maioria, servem prioritariamente ao autoconsumo das famílias. Além disto, comprovando a multifuncionalidade nos lotes dos

assentamentos, os animais representam também uma verba “reservada” para gastos maiores quando necessários. Vários assentados nos relataram que vendem uma vaca, por exemplo, quando surge uma emergência ou precisam fazer um investimento no lote.

Quadro 8 – Presença de criações.

	Porco	Galinha	Gado	Outros	Nada
Bela Vista	02 (12,5%)	01 (6,25%)	05 (31,25%)	02 (12,5%)	10 (62,5%)
Monte alegre	24 (53,3%)	21 (46,6%)	29 (64,4%)	12 (26,6%)	07 (15,6%)

A maior presença de criações no assentamento Monte Alegre pode estar relacionada ao número bem maior de famílias que moram nos lotes de produção ou têm casas lá, onde moram os filhos casados. Já no Bela Vista, a grande maioria mora no lote de moradia (agrovila). As criações demandam que as pessoas estejam por perto, pelo fato de que muitos roubos de animais têm ocorrido. Portanto, o fato de morar no lote de produção pode ajudar a explicar por que, no Monte Alegre, os agricultores têm mais criações.

Conclusões

Segundo Gliessman, as inovações tecnológicas ocorridas principalmente a partir da metade do séc. XX possibilitaram um significativo aumento na produtividade de alimentos, maior mesmo que a taxa de crescimento populacional, o que sugeria a garantia alimentar da população global. No entanto, “as técnicas, inovações, práticas e políticas que permitiram aumento na produtividade também minaram suas bases” (2005, p.33), ou seja, degradaram ostensivamente os recursos naturais, impossibilitando a continuidade da produção em longo prazo. Por isso, se faz necessária a agricultura sustentável no lugar dos pacotes tecnológicos onerosos ao meio ambiente. De outro modo, a própria oferta de alimentos pode ser diminuída em função do desgaste dos recursos naturais.

A oferta de alimentos já vem sofrendo grandes variações por ocasião de perder espaço agrícola para o cultivo de energia renovável. Recentemente, foi sentido, em todo o Brasil, o aumento nos preços de alimentos básicos, como o arroz e o feijão. Nos espaços dos assentamentos rurais isso também vem

ocorrendo, como conseqüência de sua integração às cadeias agroindustriais. Isto vem sendo encarado como uma das melhores formas de desenvolvimento aos assentamentos, sob o viés estrito da acumulação. Mas, em termos da segurança alimentar e soberania alimentar, tanto eles como os municípios perdem. Sendo um local de produção que também é de moradia, o modelo agrícola convencional das agroindústrias pode trazer outros riscos que não apenas o alimentar, mas o risco de contaminação dos agricultores e suas famílias, além de tirar-lhes sua autonomia produtiva.

No Brasil, a falta de acesso aos alimentos é o principal problema da segurança alimentar. Porém, na medida que a produção de alimentos perde espaço, em benefício da produção de grãos e de energia renovável, também coloca-se o risco de não haver alimentos disponíveis e conseqüente elevação de preços. Para não incorrer nestes riscos, acredita-se que o sistema agroalimentar brasileiro deva buscar autonomia e estabilidade, de forma a não depender de importações de produtos básicos e não sofrer grandes flutuações na oferta e na demanda por alimentos. Isto pode ser pensado sobre um modelo de desenvolvimento rural que não exclui a produção de alimentos nas pequenas propriedades, mas que também não conta exclusivamente com este modo de produção.

O fortalecimento de um sistema sustentável de produção de alimentos leva em conta a produção em propriedades desde grandes a pequenas. No entanto, pelo histórico da posse da terra no Brasil, e considerando a necessidade da busca pela equidade como um dos objetivos da segurança alimentar, a reforma agrária se faz necessária. Isto por que é um mecanismo de reajustamento social, no qual o acesso a terra prevê um equilíbrio daqueles produtores que integram o sistema agroalimentar. O direito pela terra também deve figurar como um daqueles direitos fundamentais na sociedade por que através dele podem ser alcançados outros, em especial o direito de se alimentar. Pelo fortalecimento desta categoria de produtores rurais, pode ser aumentada a produção de alimentos numa certa localidade, a partir daquilo que é produzido pelas famílias assentadas para seu autoconsumo alimentar.

Conforme pudemos observar, o caso do assentamento Monte Alegre demonstrou uma produção do autoconsumo realizada a partir de um conjunto de conhecimentos próprios, advindos do habitus de cada família, sendo escolhidos aqueles alimentos que satisfaziam as necessidades alimentares conforme a preferência familiar e seu universo cultural. É inerentemente diversificada. Os alimentos plantados para autoconsumo alimentar exercem um importante papel na sociabilidade e na reprodução social no interior deste assentamento, respectivamente, através das trocas e doações de alimentos entre famílias e por que há uma transmissão de conhecimentos da cultura tradicional dos mais velhos para os mais novos. Quanto mais alimento plantado no assentamento,

maiores as chances de que toda a demanda alimentar do mesmo seja suprida internamente e, a depender de vontade política, tal produção pode também suprir em boa medida a demanda municipal. Ao chegar na cidade, os alimentos encontram um mercado que é formado por pessoas e instituições que fazem uma escolha mais solidária, por diferentes razões, que acabam consumindo produtos regionalizados e produzidos localmente.

A agricultura praticada para a produção de autoconsumo em muitos lotes pode ser considerada, em muitos aspectos, sustentável. Na maioria dos lotes os agricultores se utilizam dos restos vegetais como adubos, têm plantações cercadas por outras plantas que servem de quebra-vento, alimentam suas criações com rações elaboradas no próprio espaço agrícola, utilizam os dejetos animais em compostagens, fazem consorciamento de diversas culturas, além do que têm um interessante manejo do mato, aproveitando suas funções ecológicas como para atrair pragas e melhorar a qualidade do solo¹⁰.

As práticas de autoconsumo são bem freqüentes e podem figurar como importantes estratégias de reprodução social das famílias assentadas, para além da atribuição estritamente econômica. No espaço dedicado à produção de autoconsumo não há interesse num cultivo em particular, mas num conjunto de produtos que abastece a família. Muitas vezes, o agricultor não se importa em vender o que dá em seus pés de fruta, pois de qualquer forma, tem consciência de que os frutos serão reaproveitados ou para trocas/doações com os demais assentados ou nas próprias atividades agropecuárias ou estará alimentando a fauna silvestre local e mesmo a microvida do solo. Portanto, a partir do autoconsumo podem ser apreciados princípios e práticas agroecológicas e de segurança alimentar.

Referências

ABRAMOVAY, R. Um novo contrato para a política de assentamentos. In: OLIVA, P.M. (Org.) **Economia Brasileira**. Perspectivas do Desenvolvimento. São Paulo: Editora CAVC, 2005, p.355-375.

¹⁰ Segundo nos falam alguns assentados, nos espaços de produção do autoconsumo não é jogado mata-mato, pois o “mato” é usado para atrair pragas, livrando os alimentos dos seus ataques. Por ser uma planta espontânea, é extremamente adaptada ao local e funciona como um adubo verde. Num certo momento, para que não haja competição com os alimentos plantados próximos por nutrientes presentes no solo, o mato é roçado manualmente e deixado sobre o solo, alimentando assim a microvida existente no solo, protegendo-o do sol excessivo, segurando umidade e aumentando a quantidade de matéria orgânica.

ALMEIDA, L.M.C. de; FERRANTE, V.L.S.B.; PAULILLO, L.F. Redes alternativas de proteção social no território citrícola paulista: a implementação de política de segurança alimentar na merenda escolar no município de Bebedouro-SP como instrumento de desenvolvimento local. XII Congresso Brasileiro de Sociologia, UFMG, 31 de maio a 03 de junho de 2005, Belo Horizonte. In: **Anais...**, Belo Horizonte, 2005. CD-ROM.

ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Editora Agropecuária, 2002.

BARONE, L.A. A economia moral num mundo de agricultura modernizada: o caso da greve dos bóias-frias de Guariba. **Retratos de Assentamentos**. Araraquara, Nupedor/Unesp, n.7, 1999, p.103-123.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

CANDIDO, A. **Os Parceiros do Rio Bonito**. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meio de vida. 5. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A. Segurança alimentar e agricultura sustentável: uma perspectiva agroecológica. **Ciência e Ambiente**, Santa Maria, v.1, n.27, p.153-165, jul/dez, 2003.

DUVAL, H.C. **Práticas Agroecológicas em Terras de Assentamentos Rurais**. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais). Faculdade de Ciências e Letras, Unesp, Araraquara, 2005.

EHLERS, E. **Agricultura Sustentável**. Origens e perspectivas de um novo paradigma. São Paulo: Livros da Terra, 1996.

FERRANTE, V.L.S.B. et al. Assentamentos Rurais: um olhar sobre o difícil caminho de constituição de um novo modo de vida. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, Nupedor/Unesp, n.1, 1994, p.75-148.

FERRANTE, V.L.S.B.; BERGAMASCO, S.M.P.P. **Censo dos Assentamentos do Estado de São Paulo**. Araraquara: Unesp, 1995. 488 p.

FERRANTE, V.L.S.B. **Poder Local e Assentamentos Rurais**: expressões de conflito, de acomodação e de resistência. Projeto de Pesquisa, CNPq, 2003.

FERRANTE, V.L.S.B.; QUEDA, O. Prefácio. In: SANTOS, I.P. dos; FERRANTE, V.L.S.B. (Orgs.) **Da Terra Nua ao Prato Cheio**. Produção para consumo familiar nos assentamentos rurais do Estado de São Paulo. Araraquara: Fundação Itesp/ Uniara, 2003, p.15-20.

FERRANTE, V.L.S.B.; SANTOS, M. A. P. A cana nos assentamentos rurais: o vai e vem no mesmo cenário. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, Nupedor/Uniara, n.9, 2004, p.131-146.

FERRANTE, V.L.S.B. **Poder Local e Assentamentos Rurais**: expressões de conflito, de acomodação e de resistência. Relatório final de Bolsa Produtividade, CNPq, 2007.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Disputa por Assentamento deixa 14 Feridos no Interior de São Paulo**. Ex-ocupantes de lotes em Araraquara expulsam assentados regularizados. Folha Brasil, São Paulo, 01 de janeiro de 2008.

GLIESSMAN, S.R. **Agroecologia**. Processos ecológicos em agricultura sustentável. 3.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

KURANAGA, A.A.; ALMEIDA, L.M.C. de; FERRANTE, V.L.S.B.; BERGAMASCO, S.M.P.P. Redes de segurança alimentar e agricultura familiar: o programa Direto do Campo do município de Araraquara, Estado de São Paulo, como instrumento de desenvolvimento local. **Informações Econômicas**, São Paulo, 37, n.11, novembro de 2007.

MALUF, R.S.; MENEZES, F.; VALENTE, F. Contribuição do tema segurança alimentar no Brasil. **Cadernos de Debate**, Campinas, v.4, p.66-99, 1996.

NORDER, L.A.C. A construção da segurança alimentar em assentamentos rurais: questões, contextos e métodos. **Cadernos de Debate**, v.6, p.40-58, 1998.

PESSANHA, L.D.R. O sentido brasileiro da segurança alimentar. In: MOREIRA, R. ; COSTA, L. (Orgs.) **Mundo Rural e Cultura**. São Paulo: Mauad, 2002, p.263-283.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo**. Globalização e meio técnico-científico informacional. 4. ed. Cap. 2 – A aceleração contemporânea: tempo-mundo e espaço-mundo. São Paulo: Hucitec, 1998, p. 29-39.

SANTOS, I.P. dos; FERRANTE, V.L.S.B.(Orgs.) **Da Terra Nua ao Prato Cheio**. Produção para consumo familiar nos assentamentos rurais do Estado de São Paulo. Araraquara: Fundação Itesp/ Uniara, 2003.

SILVA, M.A. de M.; LIMA, G. Assentados/cadastrados: que categoria é essa? Algumas reflexões acerca dos assentados e papel do Estado nos assentamentos de Silvânia e Tamoio. 41ª Reunião da SBPC, 1989, Fortaleza. In: **Anais...**, Fortaleza, 1989.

WHITAKER, D.C.A.; FIAMENGUE, E.C. Assentamentos de Reforma Agrária: uma possibilidade de diversidade agrícola. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, Nupedor/Unesp, n.8, 2000, p.19-32.

WHITAKER, D.C.A. **Sociologia Rural**. Questões metodológicas emergentes. Presidente Venceslau: Letras à Margem, 2002.

WHITAKER, D.C.A.; BEZZON, L.C. **A Cultura e o Ecossistema**: reflexões a partir de um diálogo. Campinas: Alínea, 2006.

WHITAKER, D.C.A. Soberania Alimentar e Assentamentos de Reforma Agrária. In: FERRANTE, V.L.S.B. (Org.) **Reforma Agrária e Desenvolvimento**: desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Brasília: NEAD, 2008. (no prelo)

DIRETO NO CAMPO: UMA PARCERIA BEM SUCEDIDA ENTRE ASSENTADOS E O PODER LOCAL

Alcir Antonio Kuranaga¹

Vera Lucia Silveira Botta Ferrante²

Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida³

Resumo: O trabalho apresenta um caso concreto de formação de uma rede de capital social em torno da temática da segurança alimentar local. Toma como princípio que a segurança alimentar deve ser tratada de maneira ampla, de forma a abarcar não somente as condições de saúde das pessoas, de higiene dos alimentos e da autenticidade da produção, mas também a melhora das condições de renda e emprego de pequenos agricultores. Este trabalho mostra que num município paulista desenvolve-se um programa de segurança alimentar nessa amplitude, com a comercialização de produtos agrícolas em varejões populares distribuídos em pontos comerciais estratégicos. Este caso, ocorrido no centro da produção canavieira e do cinturão citrícola paulista mostra como mecanismos institucionais desenvolvidos através de políticas públicas participativas e organizações locais podem promover o desenvolvimento rural local com possibilidades de inclusão social.

Palavras-Chave: Agricultura Familiar, Políticas Públicas, Segurança Alimentar; Varejões Populares; Capital Social

Introdução

Os objetivos deste trabalho foram articulados ao percurso de análise das redes de agricultores familiares nos contextos regional e/ou local sendo que o objeto de nossa reflexão se reporta a uma temática de investigação bastante

¹ Centro Universitário de Araraquara – UNIARA, ProAd/UFSCar.

² Centro Universitário de Araraquara – UNIARA.

³ Centro Universitário de Araraquara – UNIARA.

recente na literatura especializada no Brasil, qual seja a da valorização dos espaços locais e da capacidade de ação dos agentes aí presentes nos processos de geração de alternativas para o desenvolvimento territorial. Nesse olhar teórico, o território abandona o horizonte estritamente setorial e ganha sob o ângulo operacional, um novo refinamento dos instrumentos estatísticos que delimitam a ruralidade e o meio urbano, além de ampliar os horizontes da natureza teórica: *"territórios não se definem por limites físicos e sim pela maneira como se produz, em seu interior; a interação social"* (ABRAMOVAY, 2007).

Este estudo refere-se à discussão e análise de programas de segurança alimentar nos espaços locais e regionais, como instrumento capaz de promover o desenvolvimento em suas diversas faces. Portanto, a temática da segurança alimentar tratada nesse trabalho abarca não somente as condições de saúde das pessoas, de higiene dos alimentos e da autenticidade da produção, mas também a elevação das condições de renda e emprego de pequenos agricultores familiares e trabalhadores rurais envolvidos com a produção alimentar.

O presente trabalho refere-se à discussão de uma experiência de segurança alimentar no município de Araraquara-SP, através da qual a prefeitura local desenvolveu um programa de comercialização de produtos agrícolas provenientes de agricultores familiares em varejões populares distribuídos em pontos comerciais estratégicos. O resultado mais promissor foi o início da formação de uma rede de capital social local, envolvendo pequenos agricultores do município, trabalhadores rurais com direitos trabalhistas garantidos, órgãos e agências públicas municipais, universidades e entidades civis locais. Este caso, ocorrido no centro da produção canavieira e do território citrícola mostra como mecanismos institucionais desenvolvidos através de políticas públicas participativas e organizações locais podem promover o desenvolvimento rural local com possibilidades de inclusão social neste caso de pequenos agricultores familiares assentados e não assentados em marginalização nas redes agroindustriais tradicionais. Finalmente, este artigo mostra o Programa Direto do Campo enquanto gerador de renda e diversificação agrícola aos pequenos produtores familiares permitindo aos consumidores urbanos terem acesso a alimentos saudáveis com preços baixos e conecimento da procedência.

Os varejões populares dos produtores são programas alternativos para agricultores familiares criados pelos municípios que visam incentivar as produções de autoconsumo e conseqüente geração de excedentes para o mercado local que podem indicar caminhos possíveis em direção à sustentabilidade. Destina-se à venda direta, no varejo, de produtos hortifrutigranjeiros, conservas, doces, de produtos derivados do leite e da industrialização artesanal, dos artigos oriundos do artesanato rural e outros gêneros alimentícios. Através deles, a agricultura familiar tem conquistado um

espaço maior na agenda política, observados como uma iniciativa inovadora do ponto de vista da gestão pública (DUVAL, FERRANTE, 2006).

Nesta iniciativa, as prefeituras disponibilizam o transporte de ida e volta dos produtores e suas mercadorias, barracas para exposição e um avental para que os caracterizem. A renda dos produtores com a venda direta varia de R\$ 400,00 a R\$ 1.000,00, mensais. O acompanhamento dessas iniciativas tem demonstrado que a partir da agricultura de autoconsumo pode-se vislumbrar uma alternativa de desenvolvimento possível, embora ainda restrita a um grupo pequeno de agricultores melhor estruturados para atender à demanda dos programas municipais (cerca de 30 produtores por município). A perspectiva de ampliação, tanto em termos de se aumentar a renda possível e de atender a mais famílias pode configurar uma estratégia certa para muitas delas. Em contrapartida, tais produções podem chegar às cidades mais baratas e ao mesmo tempo com menos agrotóxicos. Questões como o lugar da agricultura familiar nas agendas políticas dos municípios, geração de desenvolvimento local/regional ou mesmo uma agricultura com práticas regenerativas colocam elementos de contraste com a dependência econômica dos pequenos produtores em relação aos grandes, o modelo convencional de produção agrícola e o abastecimento de alimentos no município sendo feito praticamente todo por plantações de outros Estados.

São objetivos do programa de varejões populares locais: i - facilitar, prioritariamente, o escoamento da produção agrícola dos agricultores familiares e de assentamentos rurais; ii - estimular a diversificação da produção agrícola municipal; iii - promover a auto-sustentabilidade financeira da agricultura familiar, melhorando sua condição sócio-econômica e estimulando a criação de novos empregos rurais; iv - incentivar o trabalho e a organização associativa; v - aumentar e diversificar a produção de hortifrutigranjeiros na região e nos assentamentos rurais; vi - beneficiar o consumidor, por meio da comercialização de produtos a preços mais acessíveis, considerando-se a possibilidade da venda sem intermediários; e, vii - ser instrumento da política de abastecimento e segurança alimentar do Governo Municipal.

Material e método

O desenvolvimento do trabalho se apoiou em entrevistas com os atores individuais e coletivos envolvidos no programa de varejões populares do município de Araraquara-SP e na análise dos dados provenientes de pesquisas de campo, principalmente sob a forma de entrevistas abertas e questionários semi-estruturados.

Com os produtores rurais envolvidos no programa, foram coletados dados a partir de um formulário com questões abertas. Também foram realizadas entrevistas abertas com integrantes da Coordenadoria de Atividades Agroindustriais da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico. No Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) foram levantadas, por meio de entrevistas com os técnicos, informações relativas à conservação ambiental e à identificação de cada família do grupo estudado neste trabalho.

Também foram construídos indicadores qualitativos e quantitativos do funcionamento do programa através de um questionário semi-estruturado aplicado aos produtores rurais e aos gestores da política. Os indicadores de acompanhamento do funcionamento do programa Direto no Campo de Araraquara-SP, elementos fundamentais de análise da eficácia analisada nesse trabalho estão sintetizados no quadro 1.

Quadro 1 - Indicadores de acompanhamento dos varejões populares.

Forma de cultivo	Tradicional ou orgânico.
Coordenação	Prefeitura, órgão da sociedade civil, parcerias etc.
Recursos financeiros e organizacionais envolvidos e modo de manutenção dos custos	Prefeitura disponibiliza os espaços de comercializações, os custos de transporte, a estrutura e montagem das barracas e cursos de capacitações para comercializações.
Indicadores Econômicos e Sociais	Número de produtores envolvidos, número de espaços de comercialização, número de dias na semana de comercialização, renda total mensal comercializada, renda média por produtor, índice de produtos não comercializados, custos médios dos produtos comercializados, redução dos custos dos produtos em relação aos outros pontos de comercialização local e número de postos de trabalhos adicionais e perfis dos consumidores.
Localização estratégica	Definições dos locais segundo critérios que facilitem a comercialização para a população
Indicadores produtivos e organizacionais	Custos de Produções, mix de produtos, produtividade média, disponibilidade média de produtos ao longo do ano, tecnologia de produção adotada, recursos tecnológicos (maquinários, estufas, caminhões etc.) participação em associações ou cooperativas e cursos de capacitação.
Integração com outros programas de segurança alimentar, como padaria popular municipal.	Articulação com o Banco de alimentos, restaurantes populares e programas de aquisições de alimentos da agricultura familiar, etc.

Fonte: elaboração dos autores, 2006.

Complementando essas técnicas, foram levantados dados secundários, tanto aqueles disponíveis em banco de dados oficiais, quanto através das informações provenientes de estudos desenvolvidos em instituições, públicas e privadas relacionados com o desenvolvimento da temática da segurança alimentar e das políticas públicas relacionadas aos programas dos varejões populares.

Concomitantemente, esse trabalho lançou mão de outras técnicas qualitativas de investigação, como a dinâmica dos diagnósticos participativos, instrumento de larga utilização por órgãos oficiais e não-governamentais, na relação com os atores individuais e coletivos, em geral. Os diagnósticos participativos, aliados à técnica do registro das visitas no diário de campo aumentaram a capacidade de penetração da análise das tensões geradas a partir da mobilização dos agentes no campo de forças da rede de segurança alimentar criada em torno de programa “Direto no Campo” de Araraquara-SP.

Segurança Alimentar e Políticas Públicas: o viés local como alternativa de desenvolvimento

No Brasil, muitos complexos agroindustriais formaram-se através dos avanços dos circuitos produtivos globais e as demandas das regiões nacionais de origem tiveram importância secundária. Enfim, os circuitos regionais não foram os alvos agroindustriais prioritários (BONANNO, MARSDEM, SILVA, 1999, p. 357). A estrutura de consumo fordista não permitiu outro viés, seja no período mais intenso da modernização agrícola, anos 60 e 70, com o modo de regulação estatal, seja no período de abertura comercial a partir do final dos anos 80, com a crise fiscal do Estado e a desregulamentação estatal. Assim, a estrutura de coordenação de cada complexo agroindustrial que se constituiu não privilegiou a questão da segurança alimentar local em regiões ou municípios.

Em países com maior dimensão territorial e grau de diferenciação interna como o Brasil, a segurança alimentar também deve ser pensada em termos regionais, de modo a adensar os circuitos produtivos e distributivos locais, captar hábitos alimentares diferenciados, reforçar a diversificação produtiva, abrir espaços aos pequenos e médios empreendimentos rurais e urbanos e aos agricultores em situação exclusão (MALUF, MENEZES, VALENTE, 1996, p. 85).

A existência de determinadas cadeias agroindustriais regionalizadas faz com que a implementação de redes organizacionais de segurança alimentar seja facilitada. É o que torna possível a execução de medidas do food security e do food safety de cunho localizado, pois a segurança alimentar pode ser o tema de uma rede de orquestração de interesses (policy network). Isto é,

uma rede de segurança alimentar pode articular em torno de si um conjunto de empresas, associações de interesses, organizações não governamentais, cooperativas, agricultores, agências públicas estatais, prefeituras municipais, universidades, centros de pesquisa etc. São as redes políticas locais que podem conceber soluções de segurança alimentar de modo singular e específico em cada região.

No âmbito territorial, surgem novas estruturas de oportunidades, porque os governos e os atores sociais aí estabelecidos redefinem seus papéis. Isso ocorre por meio da adaptação estratégica dos atores locais ao espaço global. Sabourin (2002, pg.3) considera que:

“(...) um território não consiste simplesmente em atributos naturais. Ele é construído segundo a capacidade dos atores de estabelecer relações organizadas – mercantis e não mercantis que favoreçam não só a troca de informações e a conquista de certos mercados, mas também a pressão coletiva pela existência de bens públicos e de administrações capazes de dinamizar a vida regional”.

Nestas redes territoriais podem existir laços informais por modalidades não mercantis de interação construídas ao longo do tempo que moldam uma certa personalidade e, portanto, uma das fontes das próprias identidades dos indivíduos e dos grupos sociais. Portanto, a potencialidade do território é formada por um mecanismo de mobilização do capital social local, o que oferece igualmente um contraponto à leitura da região somente pela ótica econômica e produtivista.

A mobilização do capital social local refere-se à capacidade de estabelecer a organização do território ou comunidade por intermédio de normas de confiabilidade entre os agentes, de forma que se possa melhorar a condição da sociedade por meio de ações coordenadas em redes (PUTNAM, 1996, p.167). Paulillo e Almeida (2005, p.45) mostram dentre os fatores que permitem a mobilização do capital social local, recursos de poder, cooperação voluntária, confiança e reciprocidade.

Isso significa que, mesmo diante do processo de globalização, as condições específicas de um município ou região – suas redes organizacionais e seus contornos culturais - não são irrelevantes. As formações ou renovações dos circuitos regionais produtivos concorrem para a mudança social dos lugares, pautados por atribuições de suficiência, estabilidade, autonomia e sustentabilidade da produção alimentar.

A rede de capital social que começou a ser constituída em Araraquara envolveu pequenos produtores familiares que com técnicas de cultivo

tradicionais produziam alimentos e tinham dificuldades de distribuí-los no mercado local. O poder público municipal utilizou o potencial desses produtores para constituir um programa de segurança alimentar que faz a ligação dos produtores familiares aos consumidores de baixa renda.

O programa teve a primazia de organizar desde os produtores familiares, órgãos do governo do Estado ligados à agricultura familiar (ITESP) e também organismos locais de vários segmentos da sociedade, tais como hospitais e associações, construindo um elo de ligação entre segmentos urbanos e rurais.

Marco teórico-metodológico para análise de políticas públicas de segurança alimentar local

As mudanças ocorridas no Estado têm limitado sua capacidade de definir e implementar as políticas públicas. Na dimensão da segurança alimentar no país, isso também acontece. A multiplicação dos atores implicados nas políticas coloca o desafio de estudar as organizações e de interpretar a ação política em termos de ação coletiva. As redes de política pública que se formam condicionam um processo de análise da ação pública e também das interações entre os diferentes componentes do Estado e os grupos de interesses privados. Os estudos que trabalham com a noção de redes de ação pública enfatizam muito mais as dimensões horizontais de coordenação da ação pública, os arranjos informais e os problemas de governança do que as relações relativas à hierarquia (ROMANO, 1999, p.214).

As redes hoje refletem trocas importantes dentro das formas de governança, principalmente em gestões de programas de segurança alimentar. Estas formas refletem a caracterização cada vez mais complexa da sociedade civil e dos governos, a importância crescente da informação e do conhecimento dos agentes envolvidos em qualquer política, a confiança do governo em atores não governamentais para formular e implementar políticas públicas, a busca da transparência em resultados da gestão pública, dentre outras. Assim, o estudo e o acompanhamento da ação pública a partir da abordagem de redes significa: 1) dispor no mesmo plano de análise, os atores estatais e não estatais, sendo o poder público avaliado da mesma forma que os atores externos - como atores concretos (como os ministérios, as agências de regulação, as comissões legislativas, as secretarias de governo – estaduais e municipais etc.) que podem se diferenciar pelas funções (deliberativa, regulatória etc.) ou por seus objetivos, com estratégias e que podem até mesmo entrar em conflito; 2) considerar as políticas públicas a partir da base e não do alto, o que significa destacar o modo da implementação da política pública (as tomadas de decisões e reformulação dos problemas); 3) resgatar a complexidade do setor público ou setor de ação pública (exemplo: política industrial, política agrícola, política educacional), pois dentro de cada um desses setores podem operar mais de uma rede.

Nessa abordagem, as instituições são colocadas no centro da própria sociabilidade humana, permitindo encarar o desenvolvimento como resultado histórico de certas formas determinadas de coordenação. A organização institucional é vista como um sistema político e econômico que estrutura o comportamento coletivo e gera resultados distintos⁴.

Assim, a racionalidade dos atores será considerada, porém o modelo de avaliação das políticas trará embutido que esta razão não é suficiente para compreender por completo a ação, já que a conduta dos indivíduos e dos grupos só se explica socialmente. Enfim, a racionalidade é limitada pelo contexto, ou seja, influenciada por crenças partilhadas, por normas monitoradas e aplicadas por mecanismos que emergem das relações sociais (ABRAMOVAY, 2003).

Assim, uma análise histórica permitiu identificar os principais atores que influenciam ou participam do processo de elaboração e implementação das políticas em cada rede de segurança alimentar formada (com os interesses pessoais e os recursos de poder que determinam as ações em cada etapa da investigação).

De acordo com Reed (1998, p.75):

“os recursos de poder estão distribuídos de forma diferenciada entre os atores de um entorno, mas se estes recursos forem empregados com o devido grau de habilidade estratégica pelos atores sociais, produzirão e reproduzirão relações hierarquicamente estruturadas de autonomia e concorrência. Considerando o mercado concorrencial, as habilidades e capacidades de uma empresa ou grupo de empresas em empregar seus recursos de poder que são heterogêneos é que fazem a diferença, proporcionando as bases para vantagens competitivas neste mercado”. Os recursos constitucionais são representados pelas regras e normas, sendo que estas, quando legitimadas, determinam formas de adaptação dos atores e mudança na própria estrutura de governança das redes.

⁴ A importância das instituições se traduz na própria visão do mercado como instituição e não como um espaço neutro de encontro de compradores e vendedores. Mercados são construções sociais que refletem o ambiente institucional em que se inserem e não simplesmente sistemas universais de formação de preço. A universalidade do indivíduo maximizador está longe de ser uma premissa universal dos comportamentos humanos, o que abre um horizonte promissor para a própria atividade política. (Abramovay, 2001).

Os recursos políticos podem aparecer sob a forma de status público atribuído pelo Estado, de poder de representação e de poder de aglutinação dos atores coletivos (PAULILLO, 2002).

Os recursos financeiros consistem em financiamento adequado, incentivos fiscais, subsídios, comissões sobre escalas de produção, cotas promocionais etc (PAULILLO, ALMEIDA, 2005).

Os recursos tecnológicos correspondem a conhecimentos adquiridos, tecnologias de gerenciamento, de informação, processos e matérias-primas específicas etc (PAULILLO, ALMEIDA, 2005).

Os recursos organizacionais são referentes à infra-estrutura institucional (institutos de pesquisas, centros de treinamento, agências de marketing), informações compartilhadas e propagadas, parcerias, consórcios, informações ocultadas, proximidade de fornecedores, terceirização, subcontratação, utilização da marca etc (PAULILLO, ALMEIDA, 2005).

Os recursos simbólicos são baseados sobre conhecimento e o reconhecimento, como a imagem da marca (goodwill investment), a fidelidade à marca (brand loyalty), etc.; poder que funciona como uma forma de crédito, sustentado pela confiança ou pela crença dos que lhes estão submetidos porque estão dispostos a atribuir créditos (PAULILLO, ALMEIDA, 2005).

Os recursos sociais são referentes ao capital social dos atores produtivos e não produtivos que estão no local e suas capacidades de formular políticas públicas de proteção e cooperação social, formando uma rede social sólida e incluyente. Essas redes devem estar norteadas por elementos do capital social (reputação, fidelidade, reciprocidade, etc.) (PAULILLO, ALMEIDA, 2005).

O capital social envolve o conjunto de recursos que um indivíduo ou grupo pode obter a partir de sua posição em uma rede de relações sociais estáveis. Corresponde ao tecido social que mantém a coesão das sociedades e está baseado na confiança entre as pessoas e na rede de relacionamentos entre elas e os grupos sociais que formam as comunidades.

“Rede Social é uma relação moral de confiança de um grupo de agentes individuais que têm em comum normas ou valores além daqueles necessários às transações habituais de mercado. As normas e os valores abrangidos nesta definição podem ir da simples norma de reciprocidade entre dois amigos até os complexos sistemas de valores criados (FUKUYAMA, 2000).

Todos os recursos de poder são buscados pelos atores participantes da cadeia produtiva, pois sua obtenção indicará melhores resultados e ainda evitará que haja uma dependência em relação a outros atores. Os recursos, as

capacidades e os dotes são diferenciados entre uma e outra organização; cada firma possui recursos que se distinguem daqueles possuídos por outras e o conjunto desses recursos vai determinar sua atuação e também sua posição dentro da rede.

Essas redes podem ser locais e institucionalizadas por meio das ações de agentes públicos (como prefeituras, secretarias etc.) e envolver um conjunto de recursos e interesses para produzir e desenvolver políticas públicas de inclusão social. Nesse sentido, o desenvolvimento de instituições locais é um movimento interessante porque revigorou os estudos de localização para provisão de bens públicos e construção de melhores práticas da cidadania.

O Programa “Direto no Campo” no Município de Araraquara-SP: elementos de uma trajetória

Desde 1995, os produtores da região de Araraquara já vinham vendendo seus produtos em um espaço cedido pela Cooperativa Mista Agropecuária de Araraquara (COMAPA), mas não havia uma política compromissada com o desenvolvimento da agricultura familiar e dos assentamentos rurais.

Em 2001, a recém criada Coordenadoria de Atividades Agroindustriais procurava transformar a feira de produtores que acontecia no espaço da COMAPA em uma feira regional de agricultura familiar; para tanto precisava encontrar outro lugar para realização da feira, pois o espaço da COMAPA havia sido vendido. Diante disso, uma das opções passou a ser o Terminal de Integração, local de grande movimentação de população, pela sua localização e papel estratégico no transporte coletivo.

A área de Segurança Alimentar buscava criar um espaço onde as pessoas de baixa renda pudessem comprar alimentos mais baratos, talvez com a venda direta do produtor. Essa população mora em bairros distantes do centro, na periferia da cidade, onde normalmente há poucas quitandas, cujos preços são majorados. O projeto era estabelecer pontos de vendas no Terminal de Integração.

Da união das idéias desses gestores foi criado o Programa Direto do Campo, nome inspirado no Projeto Direto da Roça, de Belo Horizonte e na prática da Feira de Produtores do Terminal de Integração de Campinas.

Em outubro de 2001, os produtores assentados, tiveram uma “super” safra de manga e precisavam vender o produto. A Coordenadoria de Atividades Agroindustriais e a área de Gestão de Segurança Alimentar providenciaram espaços públicos para escoar esta produção (Praça Santa Cruz, Paço Municipal e Terminal de Integração), colaborando com bancas e transporte. Este fato marca o início do Programa Direto do Campo.

Dentre os produtores que vendiam suas safras de manga havia os que estavam lá só para vender a produção sazonal e os que - além da manga - tinham produções diversificadas; havia, também, entre eles alguns que já participavam da feira no espaço da COMAPA. Assim, à medida em que a safra de manga terminava, esses produtores passaram a vender, além da manga, outros produtos cultivados em sua propriedade.

Durante o final de 2001 e primeiro semestre de 2002, provisoriamente, o espaço público ocupado pelos produtores passou a ser, durante a semana, o Terminal de Integração e a Praça de Santa Cruz e, aos sábados, o espaço da COMAPA.

Em agosto de 2002, é inaugurada na Praça Pedro de Toledo, aos sábados, a Feira do Produtor, fazendo parte do Programa Direto do Campo. Tratava-se de um novo espaço público onde foram alocados os produtores que participavam da Feira da COMAPA, os que participavam das bancas do Terminal de Integração e os da Praça Santa Cruz.

No mês de setembro de 2002, o programa assumiu o formato de lei, sendo aprovada pela Câmara Municipal a Lei 5.098 que regulamenta o Programa Direto do Campo.

O programa é administrado pela Coordenadoria de Atividades Agroindustriais, que se volta à produção familiar e atende majoritariamente aos assentamentos. A equipe da coordenadoria é composta por um engenheiro de alimentos, um engenheiro agrônomo, um sociólogo e um técnico agropecuário; em sua maioria profissionais de carreira que ficarão na máquina administrativa mesmo após o mandato deste governo, o que indica a possibilidade do programa continuar mesmo após o término da gestão atual (2001-2004, 2005-2008).

A lei municipal de aprovação informa, no seu artigo primeiro, que o programa está voltado para facilitar a comercialização direta entre produtor e consumidor de produtos hortifrutigranjeiros, conservas, produtos derivados do leite e da industrialização artesanal e artigos oriundos do artesanato rural⁵.

Os assentados podem participar independentemente do município em que residam. Essa parte do Programa foi pensada particularmente para atender ao Assentamento Monte Alegre que é encarado como uma unidade produtora regional, assim não importa se o produtor é assentado na parte do Monte Alegre pertencente à Araraquara, Matão ou Motuca, o que importa é que ele seja assentado.

⁵ Atualmente, a Coordenadoria de Atividades Agroindustriais só permite vender nas feiras produtos da horta, legumes e frutas. No Terminal de Integração, é permitida, fora esses produtos, a venda de pães e roscas caseiras.

Além do apoio legal, a permissão de uso da área pública e a assistência técnica, a Prefeitura de Araraquara cede, também, as bancas, disponibilizando, ainda, um caminhão para transportar as mercadorias e um ônibus para os produtores.

Para a Feira da Praça Pedro de Toledo são disponibilizadas cerca de 40 bancas, no Terminal de Integração há 4 bancas. Se não houver vagas para um produtor participar, ele é colocado numa lista de espera. Primeiro, ele começa participando da Feira aos sábados e depois, se ele tiver produtos e aparecer uma vaga, ele também pode participar da feira do terminal.

O programa, segundo a lei, deve ser gerido por uma comissão formada por um representante do assentamento Bela Vista do Chibarro, um representante do Assentamento Monte Alegre, um representante da Prefeitura, um representante da Câmara Municipal, dois representantes dos produtores rurais, um representante da Casa de Agricultura de Araraquara, um representante do ITESP e um representante do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural. A fiscalização cabe à Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico. No momento dessa pesquisa, a gestão do Programa Direto do Campo está centralizada na Coordenadoria de Atividades Agroindustriais.

Atualmente, a quantidade de produtores que participam das feiras é de aproximadamente 32 famílias. Destes, seis são pequenos produtores familiares da região e os outros 26 são produtores de assentamentos rurais que estão divididos da seguinte forma: cinco são do Assentamento Bela Vista do Chibarro, um é do Assentamento Horto de Bueno de Andrade e 20 são assentados da fazenda Monte Alegre. Esses produtores participam de projetos diferenciados dentro do Programa Direto do Campo.

O Programa Direto do Campo comporta atualmente cinco projetos diferentes: a Feira do Produtor (Integração), o Pró-orgânico, a Feira da Roça, e Feira do Produtor (Praça Pedro de Toledo), e, esporadicamente, há, também, o funcionamento do Direto do Campo Itinerante; explicitados a seguir.

A Feira do Produtor (Praça Pedro de Toledo), acontece aos sábados de manhã, envolvendo todos os produtores que participam do Programa Direto do Campo, com exceção das mulheres participantes da Feira da Roça. Existem produtores que, por ter pequenas quantidades de produtos, só participam dessa Feira.

A Feira do Produtor (Integração), acontece às terças e sextas feiras no Terminal de Integração, com os produtores que têm maior quantidade de produtos e podem atuar, assim, três dias por semana (um dia na Praça Pedro de Toledo e dois dias no Terminal de Integração).

A feira de Produtos Orgânicos, chamada Pró-Orgânico acontece às segundas e quintas feiras, no Terminal de Integração e, aos sábados, dentro da

feira maior, na Praça Pedro de Toledo. O Pró-Orgânico envolve produtores que participam da Associação para o Desenvolvimento da Agricultura Regenerativa na Região de Araraquara (Regar). Tal projeto envolve produtores que, também com apoio da Prefeitura e da Fundação Mokit Okada, estão se adequando às normas de produção orgânica, para no futuro buscarem uma certificação dos produtos.

A Feira da Roça, que acontece às quartas-feiras e aos sábados no Terminal de Integração, se caracteriza por ser uma feira de mulheres. As integrantes desse Projeto pertencem ao Assentamento Monte Alegre e ao Assentamento Horto de Bueno de Andrade. As mulheres vendem produtos agrícolas (que a família produz no sítio) ou produtos que fazem em casa (tais como pães caseiros e roscas doces).

Um último projeto, dentro do Programa Direto do Campo é o Direto do Campo Itinerante. Em 2004, houve uma tentativa de montar a estrutura da Feira do Produtor nos bairros, iniciando-se no Jardim Paraíso onde, por três meses (agosto, setembro e outubro de 2004), realizaram-se feiras aos domingos. O projeto não foi bem sucedido porque participavam feirantes cadastrados na prefeitura que pertenciam à outra Secretaria, de Obras e integrantes do Programa Direto do Campo. Como as normas não eram as mesmas para ambos, ocorriam dificuldades de se controlar os produtos vendidos. Um outro problema é que era um período de transição política e, apesar dos técnicos da área de atividades agroindustriais estarem conduzindo o programa, o coordenador geral tinha sido exonerado. Apesar disso, com a reeleição do prefeito e a volta do coordenador do programa, esporadicamente o projeto foi ativado, nas praças da cidade, para os produtores venderem sua produção sazonal.

O Programa Direto do Campo, como visto, é composto por cinco projetos que envolvem a venda direta de produtos agrícolas para a população de Araraquara e região. O Programa funciona com bancas instaladas no Terminal de Integração e uma Feira do Produtor na Praça Pedro de Toledo. A maioria dos participantes do Programa são produtores assentados. O Programa Direto do Campo se faz presente indiretamente na LDO (Lei das Diretrizes Orçamentárias) através das diretrizes voltadas aos seus projetos, mostrando o compromisso da Prefeitura em incentivar o funcionamento da Feira do Produtor.

O quadro seguinte apresenta uma síntese dos atores envolvidos no programa em 2006, quando a rede de capital social foi consolidada, destacando-se os atores sociais coletivos e individuais envolvidos nos diferentes pontos de comercialização.

Quadro 2: Programa Direto do Campo: Atores envolvidos.

Atores participantes	Prefeitura Municipal de Araraquara, Coordenadorias de Atividades Agroindustriais, Coordenadoria de Segurança Alimentar.
Atores Coletivos Participantes	Produtores do Assentamento Monte Alegre e do Assentamento Bela Vista do Chibarro, Associação Regar, Pequenos produtores da região de Araraquara, Casa da Agricultura de Araraquara, ITESP, Consumidores.
Profissionais que formam a coordenadoria de atividades agroindustriais	Engenheiro de alimentos, engenheiro agrônomo, sociólogo e um técnico agropecuário; profissionais de carreira que ficarão na máquina administrativa mesmo após o mandato do atual governo, o que indica a possibilidade do Programa continuar mesmo após o término da gestão atual (2001-2004, 2005-2008).
Gestores do Programa Direto do Campo	Comissão formada por um representante do assentamento Bela Vista do Chibarro, um representante do Assentamento Monte Alegre, um representante da Prefeitura, um representante da Câmara Municipal, dois representantes dos produtores rurais, um representante da Casa de Agricultura de Araraquara, um representante do ITESP e um representante do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.
Projetos do Programa Direto do Campo:	Feira do Produtor (Integração), Pró-orgânico, Feira da Roça, Feira do Produtor (Praça Pedro de Toledo) e Direto do Campo Itinerante.
Feira do Produtor (praça Pedro de Toledo)	Acontece aos sábados de manhã, envolvendo todos os produtores que participam do Programa Direto do Campo, com exceção das mulheres participantes da Feira da Roça. Existem produtores que, por ter pequenas quantidades de produtos, só participam dessa Feira.
Feira do Produtor (Integração)	Acontece às terças e sextas feiras no Terminal de Integração, com os produtores que têm uma maior quantidade de produtos e podem atuar, assim, três dias por semana (um dia na Praça Pedro de Toledo e dois dias no Terminal de Integração).
Feira da Roça	É realizada às quartas-feiras e aos sábados no Terminal de Integração, se caracteriza por ser uma feira de mulheres. As integrantes desse Projeto pertencem ao Assentamento Monte Alegre e ao Assentamento Horto de Bueno de Andrade. As mulheres vendem produtos agrícolas (que a família produz no sítio) ou produtos que fazem em casa (tais como pães caseiros e rosas doces).
Pró-orgânico	A feira de Produtos Orgânicos, acontece às segundas e quintas feiras, no Terminal de Integração e, aos sábados, dentro da feira maior, na Praça Pedro de Toledo. O Pró-Orgânico envolve produtores que participam da Associação para o Desenvolvimento da Agricultura Regenerativa na Região de Araraquara (Regar). Tal projeto envolve produtores que com apoio da Prefeitura e da Fundação Mokit Okada, estão se adequando às normas de produção orgânica, para no futuro buscarem uma certificação dos produtos.
Direto do Campo Itinerante	O projeto é realizado esporadicamente, nas praças da cidade, para os produtores venderem sua produção sazonal.

Fonte: Kuranaga, 2006.

Análise dos indicadores do programa “Direto no Campo” de Araraquara-SP

Uma característica dos produtores familiares é plantar vários tipos de alimentos, ora para satisfação de seu consumo pessoal, ora com objetivos comerciais. O lote para produção, mesmo que em alguns casos, em pequena escala, tende a ser diversificado.

A diversificação agrícola pode gerar controvérsias. Por um lado, quanto maior o nível de diversificação agrícola, maiores as possibilidades de integração econômica. Diminua, com isso, a dependência em relação ao mercado de um produto específico, ou seja, no caso de queda de preço de um produto ou mesmo do ataque de pragas em um deles, o agricultor tem outras alternativas para diminuir o impacto no orçamento familiar. Por outro lado, os produtos oriundos dessa diversificação agrícola, poderão não encontrar escoamento, justamente por ser diversificada. Por ser realizada em pequena escala o produtor tem dificuldade em transporte, enfrenta a concorrência dos grandes distribuidores de produtos horti-fruti e muitas vezes têm que vender seus produtos a preços baixos a intermediários.

O Programa Direto do Campo facilita a distribuição dessa produção de alimentos na medida em que promove a feira de produtores: contribuindo com transporte das mercadorias, dos produtores, cedem bancas e espaços públicos para realização das vendas.

Com o programa, os agricultores familiares da região têm alternativas de geração de renda sem precisar depender das cadeias produtivas convencionais do agronegócio, incentivando o trabalho familiar.

A participação nas feiras permite trocas de informações, atitudes de cooperação e incentiva o produtor a participar de cursos. Tal participação não é algo estático é uma construção de relações que muitas vezes se mostra conflituosa, mas que por isso mesmo deve criar canais de participação nas decisões.

Nesse sentido o programa está inserido em redes de capital social envolvendo atores ligados as políticas públicas, a produtores familiares, consumidores e ao poder local que interferem na segurança alimentar e no desenvolvimento regional.

O atendimento aos consumidores da região de Araraquara gera renda para esses pequenos produtores que lhes permite comprar na cidade o que não produzem, além de incentivar que aumentem a produção agrícola familiar para elevar a renda, assim atendendo a um número maior de consumidores.

Quadro 3: Alguns indicadores do Programa Direto do Campo.

Total de renda gerada mensal	R\$ 13.000,00
Preço médio dos produtos	R\$ 0,50 ou R\$ 1,00
Principais produtos comercializados	Frutas, verduras, legumes, milho, mandioca, pães caseiros
Diversificação agrícola	Todos os produtores plantam com diversidade de culturas
Destinação das sobras diárias	Doa-se para Santa Casa e outras instituições de caridade
Principal destinação da renda gerada	Reinvestir na produção, gastos cotidianos da família,
Renda em relação à renda familiar total	De 15% a 100%, para a maioria, a feira representa mais de 40% da renda familiar total.
Renda em relação ao salário mínimo	Os produtores recebem mensalmente de 1 a 4 salários mínimos
Participação no programa (dias)	De 1 a 3 vezes por semana
Principal ponto de venda dos produtos	Feiras - Programa Direto do Campo
Mão de obra empregada na produção	Em sua maior parte familiar
Relação entre os produtores na feira	Boa e de Cooperação
Relação entre produtores e poder público	Boa mais com conflitos
Autoconsumo	De 50 a 70% do consumo da família são eles mesmos que produzem

Fonte: Kuranaga, 2006.

Os preços dos produtos giram em torno de R\$ 0,50 e R\$ 1,00. Se, em média, o programa gera aos produtores como um todo em torno de R\$13.000 mensais, os consumidores recebem o mesmo valor em alimentos, além de uma parte não registrada em valores monetários como sobras que são doadas a instituições de caridade ou mesmo produtos ofertados a mais no ato da compra significam que chega à população local, principalmente a de baixa renda um valor bem maior em termos de alimentos.

Programa Direto do Campo: fator gerador de renda e de diversificação agrícola

Foi constatado que todas as pessoas que participam da feira têm um grande nível de diversificação agrícola. Por exemplo, quase todos têm horta, frutas e milho e/ou algum outro produto, como feijão e mandioca, passíveis de serem comercializados na feira.

Quanto à renda, os produtores que têm menor renda vinda da feira normalmente têm a tendência de terem seus sítios ocupados com produções mais extensivas, cujo destino é a venda fora da feira.

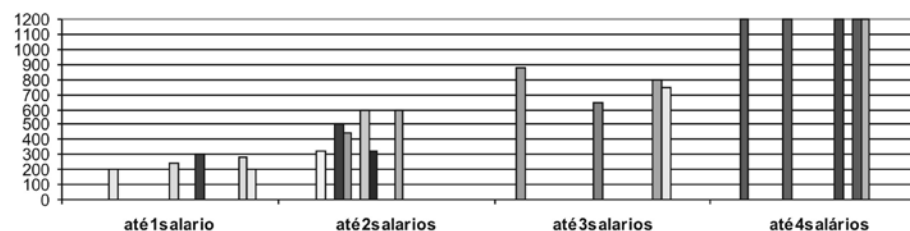
A maioria declarou que seu principal ponto de comercialização é a feira, que por si só é um lugar propício a escoar a diversidade produzida. O que é

vendido fora da feira é, na maioria, produção em escala maior como milho, mandioca, manga e laranja, com exceções de um produtor que, no período em questão, forneceu para o Fome Zero e outro que por ter uma grande produção ligada à horta, fornece, a atacado, para quitandas da cidade e região.

Constatou-se também que as pessoas que tendem a ter maior renda são as pessoas que participam de duas a três vezes por semana dos locais de venda. Considerando que os locais de venda são: a Feira do Produtor, na Praça Pedro de Toledo (somente aos sábados), e as bancas do Terminal de integração (dois dias da semana), as pessoas que participam duas vezes normalmente só atuam no Terminal, lugar no qual as vendas são maiores. As pessoas que fazem três vezes, além do Terminal, participam da Feira do Produtor, na praça. Assim, normalmente, as pessoas que realizam de duas a três feiras têm retorno maior e são as que têm maiores quantidades de produtos.

Para uma melhor análise da renda obtida com a comercialização dos produtos na feira, no gráfico 1, classificou-se essa renda em relação ao salário mínimo vigente no período das declarações (foram tabulados os dados de 20 produtores e relacionados ao salário mínimo de março/2006 que era de R\$ 300,00).

Gráfico 1 - Renda da feira em relação a faixas salariais.



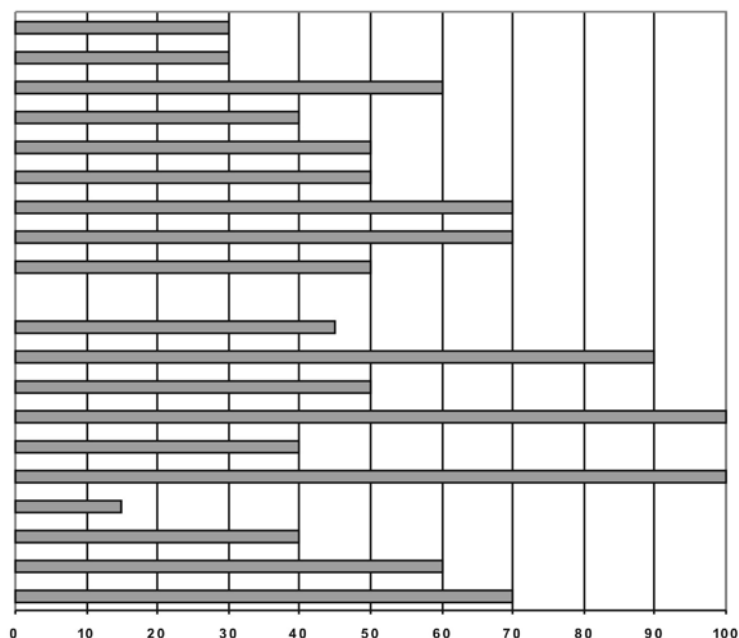
(Cada coluna refere-se a um produtor do grupo estudado)

Fonte: Kuranaga, 2006

Observando o gráfico, nota-se que a renda vinda da feira está distribuída proporcionalmente em quatro categorias: cinco produtores recebem até um salário mínimo; seis produtores recebem até dois salários mínimos; quatro, até três salários mínimos; e cinco recebem até quatro salários mínimos.

Conforme as declarações dos produtores, a renda da feira serve, principalmente, para ser reinvestida no sítio, seja para comprar trato para as criações, seja para gastos com a produção agrícola voltada para a feira. A outra destinação da renda é para sobrevivência, sendo entendida como compra de alimentos, produtos diversos e pagamentos de contas (normalmente de prestação de serviços, como eletricidade). Isso significa que, na maior parte dos casos, a renda proveniente da feira, não é líquida. No gráfico 2, podemos visualizar a renda vinda da feira em relação à renda familiar total.

Gráfico 2: Renda da feira em relação à renda familiar total (%)



(dados tabulados de 20 produtores sendo que 1 deles neste caso não soube dar as informações)

Fonte: Pesquisa de Campo, 2006.

Fonte: Kuaranaga, 2006.

Percebe-se pelo gráfico que para oito dos produtores, de um universo total de vinte entrevistados, a feira é fonte de mais de 50% da renda familiar. Estratificando para cima, para três das famílias, a feira representa 90% ou mais da renda familiar. Por outro lado, temos 11 famílias para as quais a feira representa 50% ou menos da renda familiar. Nesses casos, temos pessoas que na composição da renda familiar recebem bolsa-família, são aposentados, trabalham em algum tipo de atividade fora do sítio ou têm outras produções comerciais em escala maior, que são vendidas no atacado.

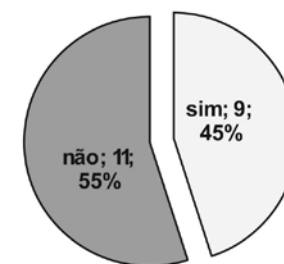
Pelo que foi explanado, verifica-se que a feira é uma importante fonte de renda para esse grupo, mas não é a única e nem sempre é líquida (pois na maioria das vezes é revertida para a própria produção). A ocupação dos sítios é diversificada, mas não se pode dizer com isso que não existam culturas homogêneas. Particularmente, os lotes de produção desse grupo estão ocupados com algumas culturas extensivas que podem ser de milho, mandioca, cana, laranja, eucalipto e mesmo pastagens, que também são fontes de renda.

Características dos Produtores quanto à utilização da mão de obra

Para o número de pessoas que participam da produção no sítio, foram contadas as pessoas da família que dependem do sítio para sobreviver, com idade acima de dezesseis anos. No aspecto de depender do sítio para sobreviver, estão incluídos os filhos e parentes que, além do sítio, costumam realizar serviços temporários ou sazonais como safras e diárias fora dos sítios. As pessoas da família que têm um emprego fixo e que não participam da atividade do sítio, somente lá residem, não foram incluídas. Identificamos que a maior parte das famílias que moram no sítio participam da produção. Poucos são os que utilizam mão-de-obra não-familiar e o fazem esporadicamente, isto é, mão-de-obra avulsa, paga em diárias.

A mão-de-obra, então, na maioria das vezes, é familiar, mas, em pequena escala de números de diárias pagas, existe a utilização de mão-de-obra não-familiar. Conforme o gráfico 3, na seqüência, menos de 50% das famílias do grupo costumam utilizar diárias de pessoas fora da família, principalmente em períodos de safra de seus produtos ou em dias em que as pessoas das famílias não dão conta dos serviços de plantio ou colheita.

Gráfico 3: Utilização de mão-de-obra além da familiar.



Fonte: Kuranaga, 2006.

Por meio dos dados é possível, então, afirmar que a maior parte da mão-de-obra é familiar. A mão-de-obra não-familiar, apesar de ocorrer em 45% dos casos é pequena por se tratar, em maior parte, de diárias esporádicas. A presença de casais é preponderante na feira, seguido das mulheres, talvez pelo fato de haver paralelamente uma feira específica só para elas. Os dados comprovam, indicando a participação da família na produção e na comercialização na feira.

Análise da relação social do grupo na feira e com outros atores locais

A feira é local de encontro de pessoas de lugares diferentes que, normalmente, não tem relações fora deste espaço. Assim, o local da feira torna-se um espaço de interação e de reconhecimento social onde os produtores desenvolvem as atividades de venda dos seus produtos, o que cria entre eles relações de amizade e de cooperação. Espaço de trocas simbólicas, de sociabilidade.

Buscamos, também, neste estudo, identificar as relações do grupo com os órgãos gestores, ITESP e, particularmente, a relação do grupo de assentados com os técnicos. Nesse aspecto, coletamos informações não específicas da feira, mas as relações gerais que essas pessoas têm com os técnicos do ITESP, que não se resumem somente aos produtos voltados para a feira. Com relação aos representantes da Prefeitura, os relatos são referentes diretamente à feira, até porque o laço que une essas duas categorias é justamente a participação na Feira do Produtor, organizada pela Prefeitura de Araraquara. Podemos perceber que a maioria dos produtores mantém entre eles uma boa relação, na qual entram elementos de cooperação e solidariedade

Vários dos participantes declararam que costumam - no âmbito da feira - olhar as bancas em conjunto; alguns chegam a delegar aos companheiros a realização de serviços externos, tais como pagamento de contas, compra de marmiteix, depósitos bancários, etc.

Tendo em vista o ITESP, as relações com os técnicos e outros integrantes que vão até o assentamento são boas. A opinião sobre a assistência técnica é diversa, vai desde relatos de que não há assistência técnica nenhuma a relatos de que a assistência técnica é satisfatória e, quando precisam, são correspondidos.

Com os representantes da Prefeitura, normalmente as relações também são boas. Os produtores reconhecem o apoio dado pela Prefeitura cedendo o transporte, as bancas e o espaço público. Contudo, no contato com os representantes da Prefeitura, que na maior parte do tempo acontece na feira, ocorrem alguns conflitos quando, por exemplo, os feirantes trazem para vender alguns produtos cuja venda não é permitida, ou quando infringem alguma regra estabelecida, como, por exemplo, a falta de uniforme e de identificação. A proibição de venda de alguns produtos tais como ovos, frango caipira, abóbora ou mandioca descascadas causa um descontentamento entre os produtores que reclamam da fiscalização e de uma falta de apoio e presença maior da Prefeitura.

Diversificação agrícola e autoconsumo

Neste estudo nos deparamos com a seguinte situação: algumas poucas famílias entrevistadas declararam terem pequenas produções destinadas exclusivamente para o consumo da casa; todas declararam que parte do consumo da família vem de produtos por elas mesmas produzidos. Assim, não podemos afirmar que todos têm “produção para autoconsumo”, mas o autoconsumo do que é produzido é peculiar em todas as famílias (até mesmo porque não há sentido em se comprar algo que se tem à disposição)⁶.

Pelos dados declarados, notamos que o autoconsumo ocorre em todas as famílias. Oito (de 20) delas não souberam especificar em que proporção do consumo total de alimentos elas consomem o que produzem, e, em qual proporção compram de fora. Mas essas oito famílias têm nas propriedades variedades de frutas, de verduras e de outros alimentos; assim podemos considerar que, mesmo não especificando a proporção, o autoconsumo atinge proporções razoáveis na demanda da casa.

Os demais conseguiram nos dar uma proporção aproximada de seu autoconsumo. A família que menos utiliza o que produz declarou fazê-lo em 30%. Duas famílias declararam que 70% do consumo são elas que produzem; esse foi o maior valor encontrado. Das famílias que declaram a proporção, para seis delas, o valor mais comum foi de 50%.

Também perguntamos para essas famílias quais são os principais alimentos que compram de fora. Os alimentos mais citados foram: óleo, arroz, açúcar, carne (mistura). Também foi citado, mas com menos incidência, farinha de trigo, fubá, macarrão, ovos, sal, café. Dos principais alimentos citados, o açúcar é caracteristicamente um produto industrializado que se tem dificuldades para produzir; o óleo, algumas vezes, é substituído por banha de porco produzida pelo próprio produtor, mas não é algo muito comum; o arroz, várias famílias nos disseram que já produziram, mas não o fazem atualmente por causa do transporte e beneficiamento desse produto. Fica mais oneroso produzir do que comprar fora, além do que, a qualidade do comprado costuma ser melhor; mistura em geral, se tem dificuldade de manter um abastecimento próprio por períodos longos de tempo. Eles até consomem galinhas, ovos e - em menor proporção - gado de produção própria, mas o que ocorre normalmente é que esse produto é comprado.

⁶A este respeito há um longo e rico debate sobre a inserção do autoconsumo nos componentes de renda dos assentados. Ver Romeiro et al. (1994), Guanziroli (1996), Ferrante e Santos (2003).

Nesse sentido, podemos dizer que o autoconsumo, fruto da diversidade de produtos agrícolas produzidos (cuja distribuição tem na feira seu mais importante espaço) corresponde a uma parcela substancial das necessidades de alimentos dessas famílias; sendo comprado fora apenas o que eles têm dificuldades de produzir.

Considerações finais

A formação de uma rede de capital social vinculada ao programa de varejões populares mostrou que é possível concretizar um estágio de segurança alimentar local que se reflete em valores nutricionais, autenticidade de produtos, saúde das pessoas, solidariedade a produtores agrícolas. Além disso, esse processo pode mostrar o início da cristalização de uma rede de capital social, por mais controvérsias que esse conceito apresente no campo teórico-metodológico.

O Programa Direto do Campo é um importante exemplo de como as políticas públicas podem atuar junto às minorias marginalizadas pelo sistema capitalista, gerando renda e bem estar para essas pessoas e estendendo os benefícios para uma outra parte da sociedade que são os consumidores de baixa renda que têm acesso a um alimento mais barato e de boa qualidade.

Analisando os dados percebe-se que, em relação à renda e ao autoconsumo, a feira gera uma renda corrente que garante o sustento cotidiano dessas famílias, complementadas pelo autoconsumo do que se produz no sítio. Pela análise dos dados relativos à mão-de-obra, constatou-se que a produção familiar, em alguns casos, utiliza mão de obra não-familiar o que pode contribuir para emprego e meios de sobrevivência de pessoas externas ao núcleo familiar. E pela análise dos dados relativos à produção vendida na feira e relativos à destinação das sobras, conclui-se que os benefícios da produção familiar rural podem chegar ao meio urbano através dos alimentos que são produzidos, distribuídos ou doados, tendo a feira como canal de escoamento. Assim, a segurança alimentar pode ser construída através da formação de redes de capital social que envolvem a agricultura familiar local e o poder público de forma a permitir e incentivar que as produções de alimentos de agricultores familiares possam chegar até os consumidores urbanos, particularmente os de baixa renda. Situação que reforça o eixo central deste artigo de que a feira é um promissor veículo de desenvolvimento local e de que iniciativas de incluir os assentamentos rurais na agenda municipal de políticas públicas podem ser alternativas de sustentabilidade.

Referências

- ABRAMOVAY, R. Conselhos além dos limites. **Estudos Avançados**, São Paulo, setembro/dezembro, 2001, p.121-140.
- ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. In: IV Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Política, 1 a 4 de julho de 1999, UFRGS, Porto Alegre. **Anais...**, Porto Alegre, 1999.
- ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- BELIK, W. Políticas de seguridad alimentaria para las áreas urbanas. In: BELIK W. (Org.) **Políticas de seguridad alimentaria y nutrición em Amercia Latina**. São Paulo: Hucitec, 2004, p. 283-318.
- BONANNO, A.; MARSDEM, T.; SILVA, J.F.G. Globalização e localização: elementos para entender a reestruturação dos espaços rurais. In: CAVALCANTI, J.S.B. (Org.) **Globalização, Trabalho, Meio Ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1999.
- DUVAL, H.C.; FERRANTE, V.L.S.B. Assentamentos rurais na agenda política: considerações sobre dois programas municipais em Araraquara-SP. In: II Simpósio sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento: Desafios e Rumos da Política de Assentamentos Rurais, Araraquara-SP, 2006. **Anais...**, Araraquara, 2006.
- GUANZIROLLI, C.E. O acesso à terra e a melhoria nas condições de vida. In: 48º Reunião Anual da SBPC, julho de 1996, São Paulo. **Anais...**, São Paulo, 1996.
- FUKUYAMA, F. **A grande ruptura**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- KURANAGA, A.A. **Feiras do Produtor: Alternativa para Sustentabilidade de Famílias Assentadas Rurais da Região de Araraquara-SP**. 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente). Centro Universitário de Araraquara - Uniara, Araraquara.

MALUF, R. (Org.) **Abastecimento e segurança alimentar**: os limites da liberalização. Campinas: IE/UNICAMP, 2000.

PAULILLO, L.F.; ALMEIDA, L.M. de. Redes de segurança alimentar e agricultura familiar: a merenda escolar como instrumento de desenvolvimento local. **Cadernos de Debate**, Campinas-SP, v.XI, n.1, p. 45-67, 2005.

PUTNAM, R.D. **Comunidade e Democracia**: a experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

REED, M. Teorização Organizacional: um campo historicamente contestado. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1998. p.61-68.

ROMEIRO, A.R. et al. **Reforma Agrária, produção, emprego e renda**. Rio de Janeiro: Vozes/IBASE/FAO, 1994.

ROMANO, J. Interesses privados na formulação e implementação de políticas públicas. In: SILVA, F; SANTOS, R.; COSTA, L. F. **Mundo Rural e Política**. Ensaios Interdisciplinares. Rio de Janeiro: Campus, 2001. p. 209-242.

SABOURIN, E. **Planejamento do Desenvolvimento dos Territórios Rurais**. Conceitos, controvérsias e experiências. Brasília: UFPB/CIRAD/EMBRAPA, 2002.

SANTOS, I.P. dos.; FERRANTE, V.L.S.B. (Orgs.) **Da terra nua ao prato cheio**: produção para o consumo familiar nos assentamentos rurais do Estado de São Paulo. São Paulo: Fundação ITESP/UNIARA, 2003.

SEGURANÇA ALIMENTAR E AGRICULTURA FAMILIAR: UM BALANÇO DE UMA EXPERIÊNCIA MUNICIPAL RECENTE

Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida¹

Thauana Paiva Gomes²

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante³

Sônia Maria P. P. Bergamasco⁴

Resumo: O presente trabalho analisa as políticas públicas de segurança alimentar como instrumentos de desenvolvimento nos espaços locais e regionais voltados ao objetivo de elevar as condições de renda e de emprego na agricultura familiar. Mostra que mecanismos institucionais desenvolvidos a partir de políticas públicas participativas podem promover o desenvolvimento rural local e regional com possibilidades de inclusão social. Tal constatação reforça a hipótese de que alternativas institucionais podem levar os agricultores familiares (assentados ou dos fluxos agroindustriais tradicionais) a compor efetivamente a agenda política local. Nesse sentido, identifica os níveis de (In) Segurança Alimentar da população assistida, as eficácias e entraves dos programas municipais de Araraquara-SP, centralizados sob a gestão da Coordenadoria de Agroindústria e Segurança Alimentar e mostra que tais iniciativas podem ser consideradas como um embrião de modelo de desenvolvimento alternativo às economias regionais, capaz de alterar, com ganho qualitativo, padrões de segurança alimentar e de responsabilidade social dos municípios, os quais são visivelmente prejudicados com a má distribuição de renda causada pela expansão da cana, com conseqüentes agravantes na qualidade de vida.

¹ Professor do PPG em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente - Uniara, Bolsista de Pós-Doutorado – FAPESP.

² Graduanda em Pedagogia, Bolsista de IC – Nupedor.

³ Coordenadora do PPG em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – Uniara, coordenadora do Nupedor.

⁴ Professora Titular da Feagri - Unicamp.

Palavras-Chave: Políticas Públicas; Programas Locais de Segurança Alimentar; Agricultura Familiar.

1. Introdução

Este trabalho tem o objetivo de identificar os níveis de (In) segurança alimentar da população e examinar a eficácia de um conjunto de iniciativas voltadas para a segurança alimentar que foi desenvolvido nos últimos anos em Araraquara-SP pela prefeitura municipal, identificando também os principais entraves organizacionais existentes, permitindo lançar algumas considerações sobre o caminho delineado pela prefeitura local e se isso representa uma trajetória de concretização de uma política pública de segurança alimentar territorial. Sabe-se que os maiores problemas na dimensão da política pública de segurança alimentar são a eficiência e a continuidade. Isso deixa em aberto o caminho dessas iniciativas, isto é, se elas poderão representar casos concretos de políticas de segurança alimentar local, se são apenas programas em determinado período, se são apenas instrumentos sem políticas ou ainda políticas com instrumentos ineficazes.

O caso de Araraquara-SP é interessante porque ele apresenta um conjunto de iniciativas que estão avançando e sendo defendidas no Brasil como alternativas de êxito para o avanço da segurança alimentar territorial. Nesse município, como uma forma de contemplar a agricultura familiar de assentados e pequenos produtores rurais na agenda municipal, foram desenvolvidas ações em parceria com o Governo Federal com dois objetivos: 1) venda direta dos produtores aos consumidores locais (Programas de Feira do Produtor, Direto do Campo, Programa de Aquisição de Alimentos Locais do Governo Federal) e 2) integração das produções de alimentos da agricultura familiar em projetos de âmbito local (como a alimentação escolar, o restaurante popular e o banco de alimentos). As análises dos resultados dessas ações podem ajudar a responder sobre o êxito propalado por muitos especialistas sobre essas alternativas institucionais, que podem levar os agricultores familiares à inclusão social por meio de uma agenda política local.

Inicialmente, o texto discorre sobre temática das políticas de segurança alimentar no contexto atual do Brasil e seu olhar local. Apresenta a metodologia de identificação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) e avalia o nível de Insegurança Alimentar (IA) do município nas suas áreas urbanas e rurais. O objetivo foi de identificar as pessoas em estado de insegurança alimentar que estão assistidas por algum programa, classificadas em quatro níveis: 1. Segurança Alimentar (Ocorre quando não há problema de acesso aos alimentos em termos qualitativos ou quantitativos e não há preocupação

que os alimentos venham a faltar); 2. Insegurança Leve (Ocorre quando há preocupação com a falta de alimentos no futuro próximo e quando ocorrem arranjos domésticos para que os alimentos durem mais); 3. Insegurança Moderada (Ocorre quando há o comprometimento da qualidade da alimentação, buscando manter a quantidade necessária. Neste nível de insegurança, inicia-se a redução da quantidade de alimentos entre os adultos), e 4. Insegurança Severa (Ocorre quando há a restrição da quantidade de alimentos, levando à situação de fome entre adultos e crianças). Finalmente, mostra as iniciativas desenvolvidas no município de Araraquara-SP e analisa suas formas de gestão, seus entraves organizacionais e institucionais e eficácias.

Nos estudos dos desenvolvimentos das localidades e demais delimitações territoriais, as avaliações institucionais e organizacionais dos atores individuais e coletivos tornaram-se fundamentais (ABRAMOVAY, 2007, p.20-21). A abordagem territorial do desenvolvimento estimula o estudo de mecanismos de governança pública e por fim, o território coloca ênfase na maneira como uma sociedade utiliza os recursos de que dispõe em sua organização produtiva e, portanto, na relação entre sistemas sociais e ecológicos (FOLKE, BERKES, 1998).

A articulação entre as dimensões territorial e organizacional da segurança alimentar é importante, embora muitos especialistas duvidem de uma articulação de êxito entre ações de desenvolvimento local (mais estruturais, de médio e longo prazo) e ações emergenciais de combate à fome e desnutrição (imediatas, mais de curto prazo). Os países da América Latina e Caribe já abrigam um conjunto significativo de iniciativas e exames de casos municipais podem contribuir para novos avanços institucionais e organizacionais.

2. Políticas públicas de Segurança Alimentar e seu viés institucional e local

O Brasil vivencia a incrustação de políticas públicas de segurança alimentar nos diversos âmbitos governamentais (federal, estadual e municipal). Os primeiros anos do século XXI tornaram-se marcantes porque o conceito mais amplo de segurança alimentar finalmente começou a sustentar uma pauta de políticas públicas destinadas à redução da fome da população miserável e ao aumento de ações solidárias para pessoas em situações de marginalização no país (incluindo pessoas produtivas, como trabalhadores rurais, agricultores familiares etc.).

De acordo com Belik (2004), em 2003, 53 milhões de pessoas viviam em situação de insegurança alimentar grave só na América Latina. No Brasil, em 2004, 72 milhões de pessoas apresentaram algum tipo de insegurança alimentar (leve, moderada ou grave) (MAPA DA FOME, 2006). Os dados do IBGE (2004) mostram com contundência a situação de insegurança alimentar

no Brasil. Indicam que 93,7 milhões de brasileiros, aproximadamente 40% da população, estavam em situação de insegurança alimentar segundo as diferentes escalas (grave; moderada ou leve). Desagregando os resultados por situação do domicílio, chega-se a um retrato alarmante do meio rural brasileiro. Cerca de 50% dos brasileiros lá residentes encontravam-se em situação de insegurança alimentar, o que indica que a superação da miséria e da fome no Brasil passa por uma profunda transformação das relações sociais no campo.

A construção social de baixo para cima com o foco na inclusão social é o processo mais importante e inovador de tais redes organizadas localmente. Esses aspectos assumem especial importância quando se pretende focar lugares (municípios ou regiões) que possam alcançar a segurança alimentar e, ao mesmo tempo, se adaptar ao intenso processo competitivo dos fluxos agroindustriais globalizados sem abandonar o foco da equidade social. Desta forma, um programa de segurança alimentar pode potencializar o desenvolvimento local com inclusão social.

As redes estudadas e apresentadas baseiam-se na execução de políticas de fortalecimento e qualificação das estruturas internas dos territórios produtivos, visando à consolidação de um desenvolvimento genuinamente local e regional, criando condições sociais e econômicas para a geração e atração de novas redes alternativas nas quais entram como fatores importantes para o desenvolvimento: capital social, capital humano, conhecimento, pesquisa, a informação e as instituições.

Para o sucesso de um programa de segurança alimentar, a principal unidade administrativa municipal (responsável pela sua implantação) deve ser forte dentro da estrutura política local. A posição hierárquica da unidade administrativa responsável pelos programas de segurança alimentar em um município indica o nível de comprometimento da prefeitura com a questão. Geralmente os municípios não possuem uma unidade administrativa específica para a gestão alimentar e nutricional local. São poucos os exemplos de municípios que têm Secretarias de Agricultura e Abastecimento, com infraestrutura, recursos humanos e financeiros próprios. O mais comum é que as áreas de agricultura e abastecimento estejam incorporadas à outra unidade, divididas em seções, departamentos ou divisões (CUNHA et al., 2000).

A parceria do Estado com a sociedade civil também é outro movimento fundamental para a implantação de um programa de segurança alimentar eficiente. Os processos de constituição das redes de segurança alimentar, são, acima de tudo, redes políticas, envolvendo recursos de poder bem variados, com destaque para os recursos organizacionais, financeiros, tecnológicos, políticos e jurídicos. Assim, os programas de segurança alimentar local estão realizando crescentes parcerias com empresas privadas, organizações não-governamentais (municipais, estaduais ou nacionais) ou articulações com

organismos internacionais para o combate de problemas sociais. O resultado da parceria pode ser desde a reforma de um equipamento até o custeio de projetos específicos, fornecimento de alimentos para projetos sociais etc. (NABUCO, PORTO, 2000).

Uma política na área de segurança alimentar local e regional deve incluir quatro esferas integradas de atuação e temáticas de intervenções: produção, acesso, consumo e distribuição de alimentos. Os eixos das políticas de segurança alimentar devem responder pela produção, distribuição, acesso e o consumo de alimentos e devem estar ligadas a valores fundamentais da população: 1) saúde, 2) higiene, 3) meio ambiente, 4) autenticidade e 5) solidariedade. Todos esses valores são socialmente construídos em redes de políticas focadas para a funcionalidade e adaptação de um padrão alimentar com equidade para a população mal nutrida.

Os padrões institucionais, normas e valores sociais próprios de cada localidade sinalizam uma capacidade de estabelecimento de pautas de desenvolvimento social de caráter relativamente endógeno, desde que os processos de reestruturação não apresentem um caráter estritamente econômico, mas envolvam decisões de índole política e o desenvolvimento do capital social localizado.

Essas redes operam com mecanismos de governança específicos e com padrões institucionais próprios. As instituições (regras, normas, políticas públicas, convenções sociais etc.) funcionam como filtros para penetração das políticas públicas porque elas limitam as capacidades de absorção do público-alvo (pessoas miseráveis, trabalhadores excluídos, crianças, idosos, gestantes etc.). Ou seja, as instituições que se consolidam em uma sociedade local e numa rede de cooperação que se formou posteriormente à implementação de uma política pública de segurança alimentar, passam a funcionar como filtros que podem aprimorar ou entravar as atuações de agentes públicos (que realizam e participam da política pública) e do público-alvo.

Assim, características de organizações sociais (como confiança, normas e redes) podem facilitar os processos de ação coordenada e a provisão de bens públicos, como a segurança alimentar. Essas características devem ser estudadas na perspectiva da descoberta de entraves de organização e execução de políticas públicas de segurança alimentar em municípios que já operam programas dos mais difundidos nos últimos anos no Brasil.

3. Os caminhos da pesquisa para análise dos programas municipais

Para a investigação e análise dos dados, tomamos emprestada a noção de políticas públicas como sistema de ação e de conhecimento, defendida por diversos autores, entre os quais privilegamos Muller (1994), que identifica nas

políticas públicas a criação de um espaço de trocas sinalizadas entre atores, constitutivo de relações de poder instituídas em função de recursos mobilizados. Por esta definição, delimita-se o conjunto de agentes e de organizações que interagem de maneira regular, num período determinado de implementação de ações públicas, com o objetivo de influenciar a formação e a colocação em prática de medidas e decisões que devem advir do poder público.

A observação participante, técnica derivada da Antropologia, bem como a montagem de diários de campo (WHITAKER, 2002) compõe um instrumento precioso de coleta de dados e análise de situações concretas. Foram registradas em diários de campo visitas às experiências de políticas públicas já implementadas no município de Araraquara-SP.

O caráter participativo da pesquisa promoveu ampla interação entre os pesquisadores e os atores envolvidos, havendo grande diversidade nos graus de implicação dos atores. O conceito de ator é entendido como “qualquer grupo de pessoas que dispõe de certa capacidade de ação coletiva consciente em contexto social delimitado” (THIOLLENT, 1997, p.15).

A pesquisa participativa do projeto pautou-se pela realização de seminários e entrevistas abertas ou por questionários semi-estruturados, dirigidos aos agentes sociais, econômicos e políticos de um campo organizacional, os quais se configuraram como os melhores espaços para argumentar e comprovar as hipóteses formuladas ao longo da condução da pesquisa. Portanto, o desenvolvimento do trabalho também se apoiou na análise qualitativa e quantitativa dos dados provenientes das pesquisas de campo realizadas, principalmente sob a forma de entrevistas abertas ou questionários semi-estruturados, cujos resultados foram discutidos em seminários e workshops ampliados com a participação dos atores públicos e privados regionais e locais.

Concomitantemente, lançou-se mão de outras técnicas qualitativas de investigação, como a dinâmica dos diagnósticos participativos, instrumento de larga utilização por órgãos oficiais e não-governamentais, no trato com populações rurais e urbanas em gerais. O diagnóstico participativo aliado à técnica do diário de campo aumentou a capacidade de penetração na análise das tensões geradas a partir da mobilização dos agentes no campo de forças e na busca de recursos de poder nos espaços regionais e locais.

Complementando essas técnicas, levantaram-se dados secundários, tanto aqueles disponíveis em banco de dados oficiais, quanto através do tratamento das informações contidas nas atas nos Conselhos Municipais (Rural, educação e saúde), nas peças orçamentárias municipais e demais documentos oficiais de âmbito municipal. Com isso, teve-se uma visão do comportamento administrativo dos agentes políticos, assim como da materialização (ou não) das propostas e projetos dos distintos fóruns políticos nos quais a problemática da insegurança alimentar foi discutida. Sempre que necessário, auxiliando o tratamento e a análise dos dados, foi importante tomar depoimentos dos

agentes mais destacados revelados pela pesquisa. Com isso, obteve-se uma maior clareza dos objetivos e estratégias de cada conjunto de agentes que a investigação visa acompanhar. A participação de atores relevantes em cada local contribuiu para a construção dos principais indicadores que nortearam a montagem dos questionários que foram delineados a partir do programa a ser avaliado em cada município pesquisado.

As principais atividades de pesquisas de campo realizadas no município de Araraquara-SP que deram suporte de dados para investigação dos programas locais de segurança alimentar estão representadas no quadro abaixo. Essas atividades estão sucintamente descritas e retratam os programas desenvolvidos, seus responsáveis, suas características, seus beneficiários e a abrangência das pesquisas de campo realizadas no âmbito do funcionamento e gestão dos programas.

Quadro 1 – Atividades de campo realizadas na cidade de Araraquara-SP- 2007 e 2008.

Programas	Setor responsável	Objetivo principal	Nº de beneficiários	Trabalho de campo para análise da gestão e funcionamento dos programas e perfil dos atores
PAA- Programa Aquisição de Alimentos e (Direto no Campo)	Gerência de agricultura	Adquirir alimentos de pequenos produtores rurais e de assentados, com cota de 3500 reais/ano por produtor;	Total de 90 produtores rurais tradicionais e assentados;	Entrevistas com questionários abertos e semi estruturados com os gestores dos programas, e, aplicação de 61 questionários para traçar o perfil dos produtores familiares;
Varejão Popular	Gerência de agricultura	Proporcionar venda de produtos frescos e saudáveis de pequenos produtores para a população;	Total de 39 produtores rurais;	Entrevistas com questionários abertos e semi estruturados com os gestores dos programas, e, 20 entrevistas com questionários semi-estruturados para traçar o perfil dos produtores familiares participantes do programa;
Banco de Alimentos (Central de Abastecimento Solidário)	Gerência de Abastecimento geral	Arrecadar alimentos de empresas para doar para entidades carentes e evitar desperdícios;	31 entidades receptoras, envolvendo 2112 beneficiários, direta ou indiretamente;	3 idas a campo para entrevistas abertas e semi-estruturadas com o gestor e funcionários do programa;
Merenda Escolar	Gerência de Merenda escolar e abastecimento institucional	Oferece refeições para alunos da rede municipal e estadual de educação;	Atende 15000 alunos da rede pública de ensino;	4 idas a campo para entrevistas abertas e semi-estruturadas com o gestor e funcionários do programa. Entrevistas abertas com os professores municipais e estaduais;
Restaurante Popular	Gerência de Merenda escolar e abastecimento institucional	Oferece refeições a baixo custo para funcionários da prefeitura e para população carente da cidade;	Total de beneficiários em torno de 2000 pessoas;	4 idas a campo com aplicação de questionário com o gestor e funcionários do programa;

Fonte: Elaboração dos autores

4. Metodologia de mensuração e diagnóstico da Segurança Alimentar no Brasil

Tendo em conta tal complexidade conceitual, sobretudo por ser abrangente e multidimensional, foram levantadas metodologias utilizadas em outros países no sentido de subsidiar a proposta de investigação para a realidade brasileira. Desta forma, o método utilizado no PNAD 2004 foi baseado numa “concepção de escala de medida direta” do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos. Como resultado do processo de adaptação do método no Brasil foi elaborado e validada uma Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA (IBGE, 2006).

A EBIA tem o objetivo de captar, no âmbito da família, as percepções sobre segurança e insegurança alimentar, por meio de formulação de perguntas diretamente a uma pessoa da família, preferencialmente que seja responsável pela alimentação do domicílio, a partir de um questionário de questões fechadas. Essas perguntas procuram cercar distintas dimensões da insegurança alimentar (IA) num gradiente crescente de severidade, iniciado pelo receio da pessoa vir a sofrer privação alimentar no futuro próximo (componente psicológico da insegurança), passando pelo comprometimento da qualidade da dieta, limitação da quantidade de alimentos consumidos, chegando ao nível mais grave de insegurança alimentar, que é a fome entre adultos e/ou crianças. Ou seja, é uma escala que mede a percepção da pessoa de referência sobre a situação alimentar do seu domicílio.

O Quadro 2, abaixo, apresenta na íntegra, as perguntas incluídas na pesquisa domiciliar. As perguntas referem-se ao período de 90 dias que antecedem a entrevista, sendo dadas as alternativas “sim” e “não” aos respondentes. Se a resposta for afirmativa, há o questionamento sobre a frequência de ocorrência do evento nesse período, com as seguintes alternativas: “em quase todos os dias”, “em alguns dias” e “em apenas um ou dois dias”.

A análise de conteúdo das perguntas do Quadro 2.1, apresentado abaixo, permite uma classificação segundo duas temáticas principais. A maioria das perguntas, 13 no total, refere-se ao acesso dos moradores aos alimentos, contemplando expectativas e percepções acerca da disponibilidade de dinheiro para realizar a aquisição destes gêneros. Apenas as questões de números 3 e 10 incorporam um conteúdo conceitual qualitativo, alimentação saudável e variada, à dimensão monetária prevalente nas demais perguntas.

Quadro 2 - Perguntas incluídas no Suplemento de Segurança Alimentar da PNAD 2004 referentes à escala EBIA.

1.	Moradores tiveram preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida
2.	Alimentos acabaram antes que os moradores tivessem dinheiro para comprar mais comida
3.	Moradores ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada
4.	Moradores comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou
5.	Algum morador de 18 anos ou mais de idade diminuiu alguma vez a quantidade de alimentos nas refeições ou deixou de fazer alguma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida
6.	Algum morador de 18 anos ou mais de idade alguma vez comeu menos porque não havia dinheiro para comprar comida
7.	Algum morador de 18 anos ou mais de idade alguma vez sentiu fome mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida
8.	Algum morador de 18 anos ou mais de idade perdeu peso porque não comeu quantidade suficiente de comida devido à falta de dinheiro para comprar comida
9.	Algum morador de 18 anos ou mais de idade alguma vez fez apenas uma refeição ou ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida
10.	Algum morador com menos de 18 anos de idade alguma vez deixou de ter uma alimentação saudável e variada porque não havia dinheiro para comprar comida
11.	Algum morador com menos de 18 anos de idade alguma vez não comeu quantidade suficiente de comida porque não havia dinheiro para comprar comida
12.	Algum morador com menos de 18 anos de idade diminuiu a quantidade de alimentos nas refeições porque não havia dinheiro para comprar comida
13.	Algum morador com menos de 18 anos de idade alguma vez deixou de fazer uma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida
14.	Algum morador com menos de 18 anos de idade alguma vez sentiu fome mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida
15.	Algum morador com menos de 18 anos de idade alguma vez ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

Para o IBGE o formato do questionário reflete a expectativa teórica sobre a escala de que o processo de insegurança alimentar é provocado por alguma instabilidade socioeconômica, de tal forma que: a) inicialmente gera preocupação com a falta de alimentos no futuro próximo, b) comprometimento da qualidade da dieta e, c) redução quantitativa na alimentação, primeiro entre adultos e logo em seguida entre as crianças.

A partir da somatória do número de respostas positivas às questões formuladas à família e pontos de corte pré-estabelecidos obtêm-se os gradientes de (in) segurança alimentar, detalhados no Quadro 2.2. Neste sentido, os

resultados obtidos permitiram a classificação dos domicílios investigados de acordo com sua condição de segurança alimentar em quatro categorias: Segurança Alimentar, Insegurança Alimentar leve, Insegurança Alimentar moderada, Insegurança Alimentar grave. Os Quadros 3 e 4 apresentados abaixo indicam a pontuação atribuída a cada domicílio correspondente ao número de respostas afirmativas às perguntas da escala.

Quadro 3 - Pontuação para classificação dos domicílios com pelo menos um morador e menos de 18 anos de idade nas categorias de segurança alimentar

Categorias	Pontuação
Segurança Alimentar	0 pontos
Insegurança Alimentar leve	1 a 5 pontos
Insegurança Alimentar moderada	6 a 10 pontos
Insegurança Alimentar grave	11 a 15 pontos

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

Quadro 4 - Pontuação para classificação dos domicílios com somente moradores de 18 anos ou mais de idade, nas categorias de segurança alimentar

Categorias	Pontuação
Segurança Alimentar	0 pontos
Insegurança Alimentar leve	1 a 3 pontos
Insegurança Alimentar moderada	4 a 6 pontos
Insegurança Alimentar grave	7 a 9 pontos

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

Interessa particularmente a este estudo as categorias de segurança e insegurança alimentar, como definidas pelo IBGE (2006):

- **domicílio com segurança alimentar** Domicílio em que, no período de referência dos últimos três meses, não ocorreu nenhuma das quatro situações: a) um ou mais moradores ficaram preocupados por não terem certeza de que os alimentos de que dispunham durassem até que fosse possível comprar ou receber mais comida que constituía a sua alimentação habitual; b) a comida disponível para os moradores acabou antes que tivessem dinheiro para comprar mais alimentos que constituíam as suas refeições habituais, sem considerar a existência dos alimentos secundários (óleo, manteiga, sal, açúcar etc.), uma vez que sozinhos não constituem a alimentação básica; c) os moradores da

unidade domiciliar ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada; d) os moradores da unidade domiciliar comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou.

- **domicílio com insegurança alimentar** Domicílio em que, no período de referência dos últimos três meses, ocorreu pelo menos uma das quatro seguintes situações: a) um ou mais moradores ficaram preocupados por não terem certeza de que os alimentos de que dispunham durassem até que fosse possível comprar ou receber mais comida que constituía a sua alimentação habitual; b) a comida disponível para os moradores acabou antes que tivessem dinheiro para comprar mais alimentos que constituíam as suas refeições habituais, sem considerar a existência dos alimentos secundários (óleo, manteiga, sal, açúcar etc.), uma vez que sozinhos não constituem as suas refeições habituais, sem considerar a existência dos alimentos secundários (óleo, manteiga, sal, açúcar etc.), uma vez que sozinhos não constituem a alimentação básica; c) os moradores da unidade domiciliar ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada; d) os moradores da unidade domiciliar comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou.

Além dessa classificação, o método da Rede Alimenta da Unicamp de Campinas-SP possibilita o cruzamento com as variáveis sócio-demográficas, padrão de consumo, local de moradia, redes de proteção social e trabalho e renda, abrindo brechas analíticas.

A pesquisa de campo foi realizada entre junho e dezembro de 2007, pela equipe do projeto, previamente capacitada para aplicação do questionário com entrevista direta a 140 famílias domiciliadas no município de Araraquara-SP, nas áreas urbanas e rurais que estão sendo assistido pelos programas de segurança alimentar locais.

Os dados criteriosais sobre o público alvo inserido nos programas municipais selecionados encontram na tabela 1.

Tabela 1 - Público Alvo selecionado na amostra segundo a sua inserção nos programas de cada município.

Municípios	Programas de Segurança Alimentar				
	PAA e Varejão Popular	Banco de Alimentos (Central de Abastecimento)	Restaurante Popular	Merenda Escolar	Hortas Escolares
Araraquara-SP					
Número de Entrevistados	20	30	40	50	Não se aplica
Total de beneficiários	129	1112	2000	15.000	Não se aplica

Fonte: Pesquisas de Campo, 2007.

Organizou-se um banco de dados em Excel para proceder a digitação dos questionários. Concluída a digitação, esse banco foi trabalhado no próprio aplicativo e extraídos tabelas e gráficos de acordo com o objeto de análises desse trabalho. As variáveis analisadas para este trabalho foram:

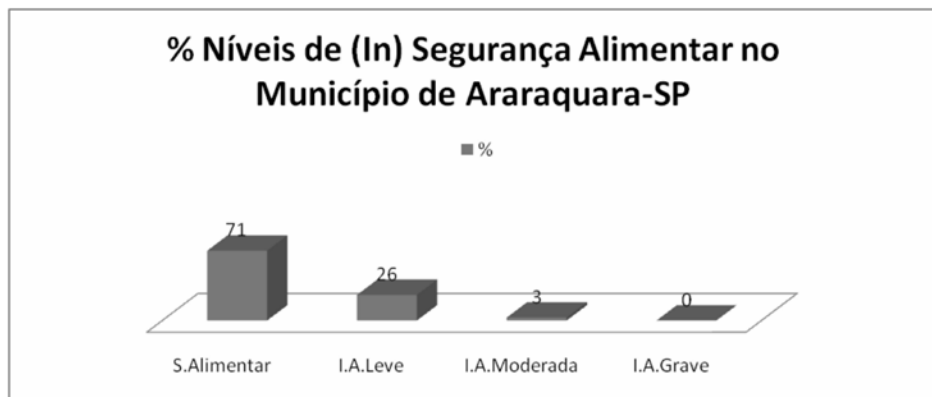
1. Níveis de (In) Segurança Alimentar no total dos municípios, nas famílias com filhos menores, nas áreas urbanas e rurais e especificamente para cada programa;

2. Níveis de (In) Segurança Alimentar e Renda Familiar;
3. Níveis de (In) Segurança Alimentar e Escolaridade do Chefe da Família;
4. Níveis de (In) Segurança Alimentar e Ocupação do Chefe da Família; e,
5. Níveis de (In) Segurança Alimentar e Rede de Proteção Social (doador).

5. Discussão dos resultados: análise comparativa dos níveis de (in) Segurança Alimentar nos municípios de Catanduva-SP e Araraquara-SP

Segundo dado da figura 1, no município de Araraquara prevaleceu o estado de segurança alimentar na maioria dos entrevistados como demonstra a figura 2.2. Apenas 29% apresentaram algum grau de insegurança, mas nenhum entrevistado no nível grave.

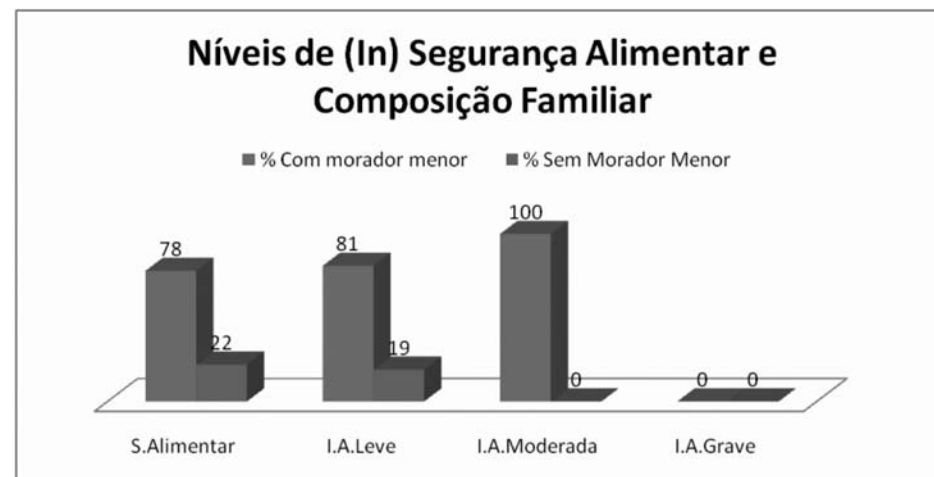
Figura 1 - Níveis de (In) Segurança Alimentar do Total das Famílias no Município de Araraquara-SP.



Fonte: Dados da pesquisa.

Entre as famílias entrevistadas Araraquara-SP, a maioria dos entrevistados possui pelo menos um morador menor. Como já era apontado por outros estudos brasileiros que utilizaram a EBIA existe uma relação direta entre a composição etária da família e sua situação de segurança alimentar. Famílias com crianças e adolescentes apresentam níveis mais baixos de SAN comparativamente àquelas formadas somente por adultos. Essa associação, também foi observada nas famílias de Araraquara-SP, numa relação aproximada e 1 para 4 no município, como demonstra as figuras abaixo.

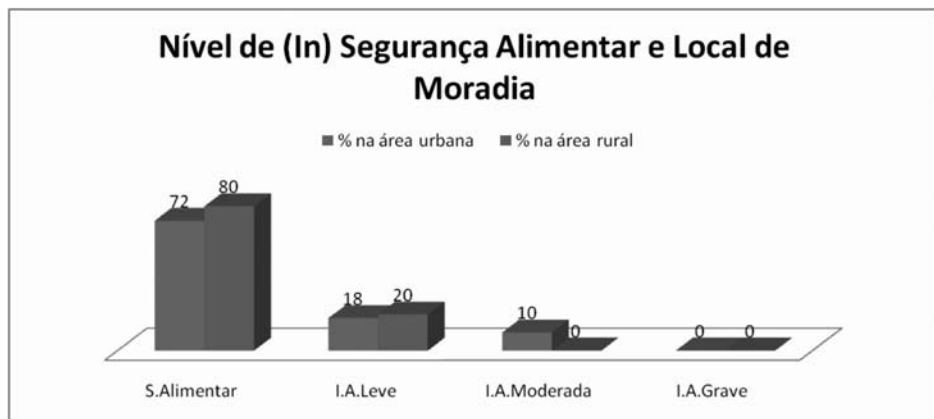
Figura 2 - Níveis de (In) Segurança Alimentar segundo a Composição Familiar no Município de Araraquara-SP.



Fonte: Dados da Pesquisa.

Outra observação importante foi a constatação de que a segurança alimentar no meio rural do município superou a urbana. Em relação ao meio rural, observou-se que o nível leve de insegurança superou ao urbano em Araraquara-SP, em contrapartida, este município não constatou insegurança em níveis mais contundentes no meio rural.

Figura 3 - Níveis de (In) Segurança Alimentar das Famílias Segundo Lugar da Moradia no Município de Araraquara-SP.

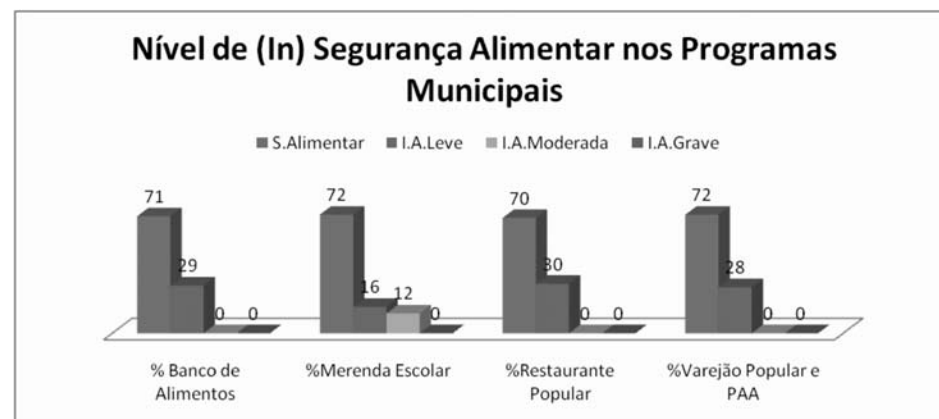


Fonte: Dados da pesquisa.

Para este trabalho, também foi importante um detalhamento do nível de (In) segurança alimentar das famílias assistidas nos diferentes programas municipais. Há se observar que uma família pode participar de mais de um programa, portanto, a soma pode superar aos 100%.

Constatou-se segurança alimentar em maior escala nas famílias do varejão popular que geralmente residem no meio rural e são produtores de alimentos e na merenda escolar, que além de ser um programa mais regular, possui maiores verbas e também assistem famílias com maiores rendas monetárias. Já nos demais programas assistenciais, como o banco de alimentos e o restaurante popular, a doação é mais esporádica e direcionada a pessoas atendidas pela assistência social e entidades filantrópicas, portanto, já passaram uma pré-seleção de necessidades específicas. Nesses programas, as famílias entrevistadas apresentaram um nível de insegurança alimentar mais contundentes.

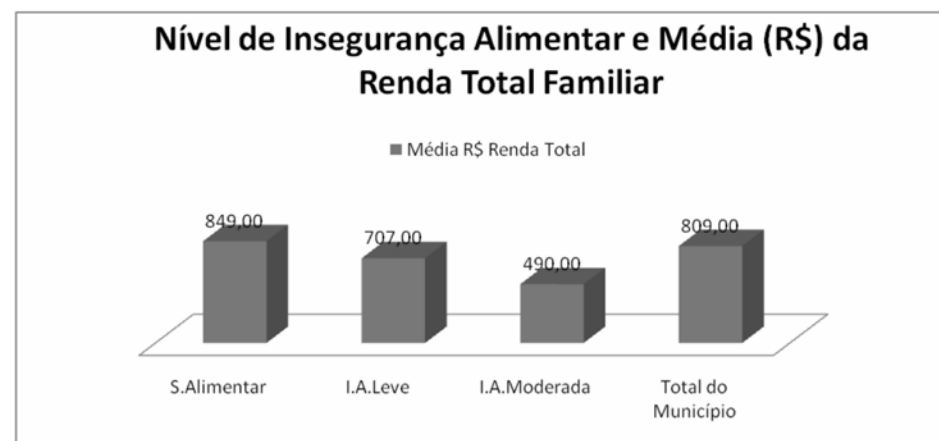
Figura 4 - Níveis de (In) Segurança Alimentar das Famílias Segundo Programa Assistido no Município de Araraquara-SP.



Fonte: Dados da pesquisa.

O valor médio da renda total familiar, proveniente de diferentes fontes de recursos foi de R\$808,00, o que correspondia a intervalo de 1,8 – 2,0 salários mínimos vigentes na época da pesquisa. Observou-se uma relação direta entre valores de renda mais elevados e níveis de segurança alimentar maiores no município.

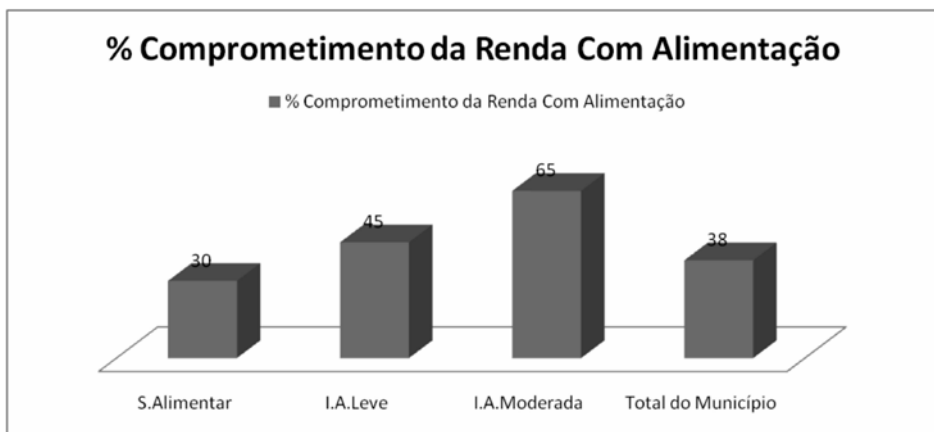
Figura 5 - Níveis de (In) Segurança Alimentar das Famílias Segundo Renda Total em Araraquara-SP.



Fonte: Dados da pesquisa.

O mesmo comportamento se verificou no percentual comprometido da renda total com alimentação. As famílias em segurança alimentar comprometiam em média 38% de sua renda mensal total com alimentos em Araraquara-SP. Nesse município, o percentual das famílias entrevistadas em insegurança moderada chegou a 60%. Como suas rendas são baixa, esse valor real tornou-se insuficiente para suprir suas necessidades alimentares mensais, necessitando de ajudas de programas complementares de renda e acesso a alimentação.

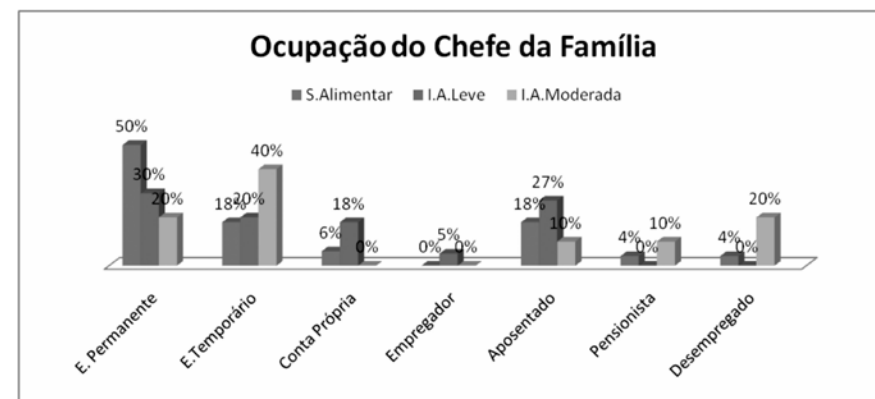
Figura 2.6 - Níveis de (In) Segurança Alimentar das Famílias Segundo seu Comprometimento da Renda com Alimentação em Araraquara-SP.



Fonte: Dados da pesquisa.

Outra constatação importante verificada na pesquisa de campo nos municípios é a relação direta entre nível de segurança alimentar e grau de escolaridade do chefe da família. Constatou-se um número de chefes de famílias relevantes com grau médio e superior que se apresenta em nível de segurança alimentar, como demonstra a figura seguinte.

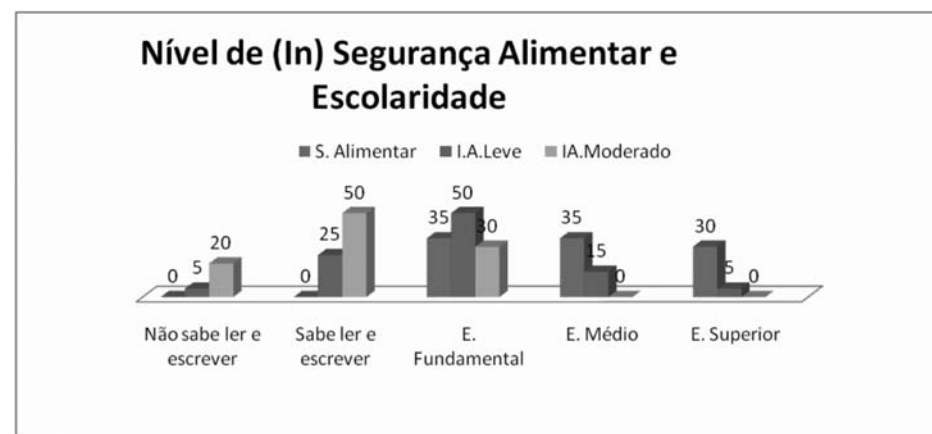
Figura 2.7 - Níveis de (In) Segurança Alimentar das Famílias Segundo seu Grau de Escolaridade em Araraquara-SP.



Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação à ocupação do chefe da família, verificou-se que a maioria dos entrevistados em segurança alimentar no município possuía empregos permanentes, enquanto mais da metade das famílias em estado de IA-leve ou moderada estavam desempregadas ou apenas recebendo aposentadoria ou pensão. Outra constatação importante é a dependência de grande parte das famílias entrevistadas da aposentadoria com renda principal ou complementar. Finalmente, verificou-se que poucos entrevistados eram empregadores ou tinham empregos por conta própria, sendo essa relação não direta com o nível de segurança alimentar das famílias.

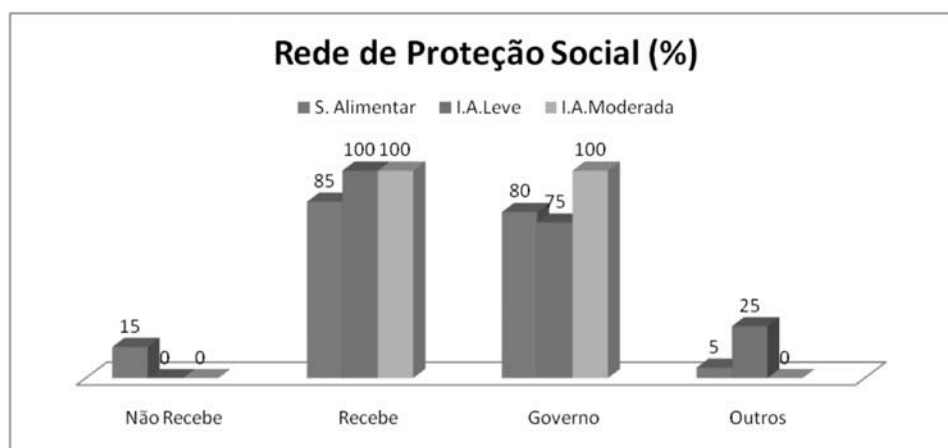
Figura 2.8 - Níveis de (In) Segurança Alimentar das Famílias Segundo a ocupação do Chefe da Família em Araraquara-SP.



Fonte: Dados da pesquisa.

Finalmente, observou-se a importância do apoio e proteção social para a segurança alimentar das famílias entrevistadas. Rede de Proteção Social é um conceito, cuja base teórica pode ser institucionalista ou então neoclássica. Não é uma política pública. É um conceito que pode ser utilizado para estudar uma variedade considerável de políticas públicas, como programas de segurança alimentar de um município. Essa é a nossa referência nesse trabalho. Verificou-se que a maioria das famílias entrevistadas no município recebe algum apoio governamental e não se verificou relação importante e direta com os níveis de segurança alimentar do município.

Figura 2.9 - Níveis de (In) Segurança Alimentar das Famílias e Rede de Proteção Social em Araraquara-SP.



Fonte: Dados da pesquisa.

6. Análise dos Programas de Segurança Alimentar do Município de Araraquara

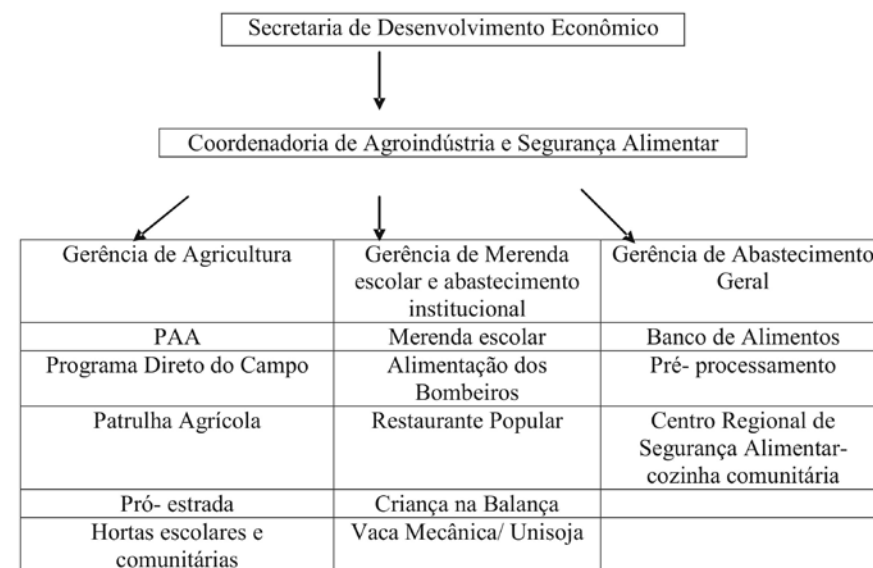
Esse item contextualiza historicamente e analisa qualitativamente e quantitativamente os programas com a finalidade de indicar possíveis entraves e eficácias das políticas de segurança alimentar. Pretende-se contrapor o caráter ideal esperado dos programas e as modificações que ocorrem na prática com a ação de gestores, de beneficiários, de pessoas direta e/ou indiretamente envolvidas neste processo.

6.1. A Contextualização da Gestão centralizada dos Programas de Segurança Alimentar do município de Araraquara.

A coordenadoria de Agroindústria e Seguranças Alimentar surge como uma proposta de centralização de programas e/ou políticas ligadas às questões

de segurança alimentar. Esta se tornou pertinente em um contexto em que a cidade de Araraquara passa a se inscrever em vários editais do MDS – Ministério de Desenvolvimento Social com a finalidade de obter financiamento para um conjunto de iniciativas que visam à inclusão e diminuição da insegurança alimentar. Esta proposta de centralização foi na verdade, a soma de várias iniciativas entre elas do próprio prefeito e coordenadores. A Coordenadoria de Agroindústria e Segurança Alimentar está submetida à Secretaria de Desenvolvimento. Da mesma forma estão submetidas a Coordenadoria três gerências: Agricultura, Merenda escolar e Abastecimento e, por último, a de Abastecimento Institucional Geral, cada uma responsáveis por um conjunto de programas, como verificado na figura 10.

Figura 10 - Características dos Programas do Município de Araraquara.



Fonte: Elaboração pelos autores.

É importante salientar ainda que a centralização dos programas permite não apenas a facilidade infra-estrutural como também um intercâmbio dos programas, dos funcionários, dos veículos e de pessoas envolvidas neste processo. Ou seja, no caso dos funcionários muito deles acabam transitando pelas três gerências ajudando na diversificação do quadro técnico da coordenadoria.

Além dos funcionários, os equipamentos que também são utilizados na coordenadoria acabam de certa forma servindo a todos, mesmo quando

adquiridos por um programa específico. Outra característica predominante é que a Gerência de Agricultura passou a ter os programas mais direcionados para os agricultores familiares, mais especificamente para os assentados. Inicialmente a gerência tinha como objetivo além de programas direcionados para pequenos produtores, promover relações com a Secretaria da Educação de forma a permitir o desenvolvimento de atividades pedagógicas junto aos programas desta gerência. A possibilidade desta parceria se amplia com a instalação da cozinha regional que pretende estreitar relações tanto com a Secretaria de Educação estadual quanto municipal, bem como com a comunidade em geral. Esta predominância também se faz por conta das características tradicionais do entorno regional, como o grande número de famílias assentadas, e as políticas de inclusão.

Vale acrescentar que nossa análise volta-se especificamente programas que envolvem direta ou indiretamente a agricultura familiar: PAA – Programa de Aquisição de Alimentos, Direto do Campo ou Varejões Populares, Restaurante Popular, Banco de Alimentos e Merenda Escola. Outros programas existentes não entram na análise por prioridade de recorte.

6.2. Programa de Aquisição de Alimentos e Varejões Populares

O Programa Aquisição de Alimentos (PAA) tem como iniciativa promover a produção de alimentos e articular a agricultura familiar, facilitando a compra e o escoamento de gêneros alimentícios, sem processos burocráticos como a licitação. Os gêneros comprados são produtos que o Governo Federal dedica à formação de estoques e à distribuição para pessoas em situação de insegurança alimentar, para hospitais, entidades beneficentes ou merenda escolar na rede pública de ensino.

O enquadramento no PAA é para pequenos produtores que se encaixam nas exigências do Pronaf, agricultores e assentados da reforma agrária ou particulares. O limite de compra fixado pelo Governo é de R\$ 3.500,00/ano para cada agricultor, os preços base de cada produto não podem ultrapassar os praticados nos mercados regionais. A fixação dos preços é feita por um grupo gestor do PAA, ou homologada pela Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB. A partir destes mecanismos é possível garantir recursos para que os agricultores familiares plantem e comercializem seus produtos. Estes produtos por sua vez terão o destino de formação de estoque de segurança, doação a famílias cuja renda per capita seja abaixo da linha de pobreza, bem como cessão ao Programa Nacional de Acesso à Alimentação.

As Prefeituras Municipais são responsáveis pela operacionalização do Programa, ou seja, é competência das prefeituras desde o apoio institucional (como a criação de conselhos locais) até a identificação de beneficiários, planejamento, compra e distribuição. A gestão local deve ainda informar ao Governo Federal

todas as movimentações e implicações das atividades feitas (Cunha, 2007).

O objetivo do programa além de incluir o pequeno produtor rural no mercado regional atende ainda uma parcela da população com consumo alimentar insuficiente como crianças, gestantes, idosos, pessoas com deficiência, pessoas com doenças crônicas, famílias consideradas em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar e nutricional.

Do ponto de vista do Governo Federal, com esta política de seguranças alimentar, ainda pretende alcançar objetivos mais amplos como contribuir para a formulação e implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional para garantir o direito humano à alimentação, o acesso a alimentos de qualidade; promover ainda estratégias de desenvolvimento local e/ou micro-regional de apoio à agricultura familiar e educação alimentar e nutricional com a melhoria dos hábitos alimentares e o combate ao desperdício.

Vale acrescentar que os programas podem adquirir características peculiares de acordo com a região, a proposta e necessidades dos municípios envolvidos. No caso específico de Araraquara o PAA faz parte de um conjunto de programas relacionados a segurança alimentar que têm garantida a centralização da gestão pública como verificado na Coordenadoria de Agroindústria e Segurança Alimentar. Essa estrutura de governança permite formular características específicas que ocorrem com o desdobramento de editais federais em políticas públicas efetivas.

O Programa Aquisição de Alimentos surge atrelado a outros programas, a iniciativas locais já existentes. O início do convênio do PAA de Araraquara (CDLAF046/2003) tem seu primeiro repasse de verba (600.000,00) apenas em 02 de janeiro de 2004. Anteriormente a este data já existiam iniciativas de escoamento dos produtos de agricultores familiar, como no espaço da CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento.

Esta iniciativa que começou em 1995, de produtores da região que vendiam seus produtos na Cooperativa Mista Agropecuária de Araraquara tornou-se atualmente Programa Direto do Campo, no entanto, esta proposta não era institucionalizada. Por hora interessa saber que esta iniciativa antecede o PAA.

Após 6 (seis) anos esta mesma cooperativa procurou transformar a comercialização dos produtos em uma feira de agricultores familiares que por sua vez passa a ter um caráter de comprometimento político com aprovação da lei 5908/2001 em outubro de 2001, quando foram instaladas as primeiras bancas no terminal de integração de ônibus urbano e no Paço Municipal. Atualmente o programa Direto do Campo ou Varejão Popular no Município de Araraquara é operacionalizado através de 3 iniciativas o que da noção de sua amplitude.

Segundo Kuranaga et al (2007), em síntese, através do Programa Direto do Campo os agricultores familiares da região têm alternativas de geração de renda sem precisar depender das cadeias produtivas convencionais do agronegócio, incentivando

o trabalho familiar. A participação nas feiras permite trocas de informações, atitudes de cooperação e incentiva o produtor a participar de cursos.

Quadro 5 – Indicadores Qualitativos e Quantitativos do Programa Direto do Campo.

Total de renda gerada mensal	RS 13.000,00.
Preço médio dos produtos	RS 0,50 ou RS 1,00.
Principais produtos comercializados	Frutas, verduras, legumes, milho, mandioca, pães caseiros.
Diversificação agrícola	Todos os produtores plantam com diversidade de culturas.
Destinação das sobras diárias	Doa-se para Santa Casa e outras instituições de caridade.
Principal destinação da renda gerada	Reinvestir na produção, gastos cotidianos da família.
Renda em relação à renda familiar total	De 15% a 100%, para a maioria, a feira representa mais de 40% da renda familiar total.
Renda em relação ao salário mínimo	Os produtores recebem mensalmente de 1 a 4 salários mínimos.
Participação no programa (dias)	De 1 a 3 vezes por semana.
Principal ponto de venda dos produtos	Feiras - Programa Direto do Campo.
Mão de obra empregada na produção	Em sua maior parte familiar.
Relação entre os produtores na feira	Boa e de Cooperação.
Relação entre produtores e poder público	Boa mais com conflitos.
Autoconsumo	De 50 a 70% do consumo da família são eles mesmos que produzem.
Principais Eficácias e Entraves Identificados	
Eficácias	Boa qualidade nutricional dos produtos; higienização dos produtos e do local (saúde); baixos preços de comercialização; diversificação nos pontos de venda; Acesso a parcelas distintas da população; as vendas compõem fatia significativa da renda do produtor; diversificação e diferenciação dos produtos; reaproveitamento das sobras para entidades carentes; utilização da mão-de-obra familiar na comercialização da feira; processo de estabilização e aperfeiçoamento do programa ao longo do tempo; formação de elementos de capital social entre os feirantes (cooperação, reciprocidade, etc.) e inter-relação com outros programas municipais.
Entraves institucionais e organizacionais	Estabilização dos produtores participantes devido aos limites dos espaços; conflitos dos produtores com o poder público devido às regras e normas estabelecidas no programa; informações assimétricas e conflitantes do andamento do programa (não há boa vontade na transferência de informações); falta de controle de custos por parte dos produtores nas transações comerciais da feira; reduzida agregação de valor nos produtos; representação política e social ínfima dos feirantes e pouca divulgação institucional do programa.

Fonte: Kuranaga et al., 2007 e Elaboração dos autores.

Os preços dos produtos giram em torno de R\$ 0,50 e R\$ 1,00. Se, em média, o programa gera aos produtores como um todo em torno de R\$13.000 mensais os consumidores recebem o mesmo valor em alimentos, além do que, parte não registrada em valores monetários como sobras que são doadas a instituições de caridade ou mesmo produtos ofertados a mais no ato da compra significam que chega à população local, principalmente a de baixa renda um valor bem maior em termos de alimentos (KURANAGA et al., 2007)..

Como ainda havia um número potencial de agricultores por conta dos dois assentamentos da região, Monte Alegre e Bela Vista, que precisavam escoar seus produtos os gestores locais buscam junto ao governo federal o financiamento para a promoção do PAA. Atualmente o Programa conta com o fornecimento de 90 produtores, alguns ainda participam do Direto do Campo na Feira do Produtor e do Terminal. Dos produtos principais fornecidos nestes programas temos as culturas tradicionais como mandioca, milho, abóbora, frutas e legumes de época e hortaliças.

A forma de gestão centralizada conta com uma equipe bastante diversificada de funcionários como nutricionistas, engenheiro agrônomo, engenheiro de alimentos, técnico agropecuário e sociólogo. As tomadas de decisões são dos gestores, mas em muitas situações, o processo passa por entraves institucionais por conta da rigidez do edital federal. O PAA ainda possui um conselho – COMSAN – Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, cujas reuniões acontecem mensalmente e possui autonomia para tomar decisões desde que não seja infringido o estatuto do programa.

No levantamento inicial para constituição deste programa à gestora responsável a quantidade de famílias agricultores potencial era de 800, o número restrito de produtores hoje se deu pelas inconstâncias do projeto. No quinto ano do projeto ainda se tem a verba inicial de 600 mil reais, no entanto, o projeto tem de ser renovado todo ano, o que quebra a regularidade de recebimento dos produtos, já que para renovação do contrato do programa ele tem que passar pelo aval do Governo Federal e isso implica em certa lentidão. Os produtores por sua vez foram se desvinculando e se associando a outras parcerias, o que implicou na queda do número de fornecedores.

O quadro seguinte traz uma síntese do programa de aquisição de alimentos de Araraquara-SP e no final identifica os principais entraves institucionais e organizacionais e eficácias.

Quadro 6 – Indicadores Qualitativos e Quantitativos do PAA de Araraquara-SP.

Público Alvo	Pequenos agricultores e assentados que praticam agricultura familiar.
Preço dos produtos	Determinado pela CONAB, ou grupo gestor, não podendo ultrapassar o preço do mercado local.
Principais Produtos	Tradicional: mandioca, milho e abóbora e hortaliças.
Produtos Intermediários	Frutas e legumes de época.
Número de produtores	90 fornecedores regulares.
Característica predominante	Escoar produtos da agricultura familiar e atender população em risco de insegurança alimentar.
Ponto de entrega	Coordenadoria de Agroindústria e Segurança Alimentar.
Freqüência	Semanalmente – às segundas-feiras.
Principais Entraves e Eficácias Identificados:	
Eficácias	Volume e diversidade de produtos oferecidos; freqüência e logística de distribuição; preço de venda superior aos produtores familiares da região; sustentabilidade a outros programas do município que atendem a população em estado de insegurança alimentar e programas complementares do poder público que dão suporte tecnoproductivo e de comercialização a esses produtores inseridos no programa.
Entraves institucionais e organizacionais	Redução do número de produtores por conta da demora do repasse de pagamentos por problemas burocráticos; burocracia anual para renovação do projeto; falta de informatização dos dados de controle de produtores e produtos fornecidos; diminuição de produtores no programa; dificuldades dos produtores em levar o produto até a Coordenadoria, ausências de elementos de capital social entre os produtores e esses com o poder público e produtores não se organizaram em associações, cooperativas etc .

Fonte: Elaboração dos autores.

6.3. Banco de Alimentos

O Banco de Alimentos já é uma iniciativa de abastecimento popular da política de segurança alimentar que possui a missão de envolver o maior número possível de unidades de comercialização, armazenagem e processamento, visando o recebimento de doações de alimentos fora dos padrões de comercialização, mas sem nenhuma restrição de caráter sanitário, e sua distribuição gratuita para entidades assistenciais, de acordo com suas reais necessidades, definidas a partir de um trabalho de avaliação desenvolvido pela equipe técnica do Banco. Essas unidades envolvidas podem ser: produtores rurais, supermercados, atacadistas, indústrias de alimentos e outros agentes. São esses produtos inadequados para a comercialização no ponto de vista visual, mas próprios ao consumo humanos, uma vez doados aos Bancos de Alimentos, são manipulados ou processados e, posteriormente, distribuídos para aqueles que não têm condições de comprá-los

Geralmente, os bancos de alimentos devem ser implantados em municípios de maior porte, onde os índices de desperdício são mais elevados.

Nesses municípios existem maiores concentrações de redes de auto-serviços, restaurantes industriais, indústrias de alimentos e centros produtores e expedidores de hortifruticulturas e, por outro lado, maior concentração de entidades assistenciais que atendam parcela da população urbana em situação de insegurança alimentar.

No caso específico de Araraquara o Banco surge em conseqüência da centralização dos programas de Segurança Alimentar e por haver adequação ao edital. A proposta de enviar o projeto para o Governo Federal foi uma iniciativa dos próprios gestores desta coordenadoria que apenas institucionalizaram o que era muito comum na cidade. Havia uma tradição na cidade da atuação de ONGs e Comitês de Cidadania, que promoviam a arrecadação de alimentos em eventos tanto esportivos quanto comerciais específicos. Para distribuir estes produtos havia dificuldade, já que este grupo não contava com nenhum espaço institucionalizado para separar e guardar os alimentos até a distribuição. Desta maneira o Banco também surge como uma demanda tanto para a população como suporte para outras entidades.

O projeto do banco se iniciou em 2003 e tem como prioridade o atendimentos de instituições cadastradas no Fome Zero, que hoje são 46 entidades e 30 que recebem regularmente os produtos, quando ocorrem ações em conjunto com o Comitê de Cidadania e ONGs esse número de arrecadação é muito grande e eles passam atender também outras instituições, em torno de 140 cadastradas.

É importante salientar que uma característica predominante deste banco de alimentos é que ele tem servido como base operacional para o PAA. Melhor explicado, a tradição dos varejões populares e a constituição do PAA permitiram que o Banco fosse uma forma de escoamento para os produtos adquiridos dos pequenos produtores.

Outra questão interessante é em relação aos produtos recebidos pelo banco, que caracterizam historicamente a economia regional. Em termos de produtos perecíveis destacam-se horti-fruti, legumes e frutas por conta do número de agricultores assentados e não assentados que se encontram no entorno da cidade. Em relação aos produtos não perecíveis o que predomina é o açúcar, sobretudo pela quantidade de usinas que existem na região. Segundo dados do Gestor responsável pelo Banco à proporção - com base no mês de setembro do ano passado - havia sido de 70% para produtos perecíveis e 30% para não perecíveis. O que resgata afirmação anterior de que o PAA é o grande responsável por esta proporcionalidade.

Os principais entraves que detectamos neste programa estão ligados às questões de gerenciamento, no que diz respeito à divulgação e ampliação de fornecedores. Um dos principais problemas de arrecadação de alimentos e aumento de fornecedores se faz por conta da falta de informação sobre o

programa e o destino dos produtos doados. Muitas instituições e empresas por não conhecerem o programa e não reconhecer a idoneidade das pessoas envolvidas deixam de fazer as doações. Muitas empresas ainda acreditam que a doação de produtos perto do vencimento pode render a eles algum ônus ou mesmo responsabilidade jurídica, e por este motivo se recusam a fazer as doações.

No quadro abaixo podemos verificar de forma sucinta as características do Banco de Alimentos de Araraquara-SP:

Quadro 7 - Indicadores Qualitativos e Quantitativos do Banco de Alimentos de Araraquara-SP.

Público Alvo	Instituições cadastradas no Programa Fome Zero.
Volume médio mensal arrecadado	Variável de acordo com o PAA e os parceiros do programa e de eventos.
Principais fornecedores/ parceiros	Usina Maringá, Stract, comitê de Cidadania, Ongs.
Principais produtos recebidos	Açúcar, arroz, feijão, hortaliças, legumes e frutas de época.
Número de entidades cadastradas	46 entidades cadastradas pela Fome Zero.
Número de entidades atendidas	30 entidades todas as semanas.
Tipo de produtos recebidos	Não Perecíveis e perecíveis (frutas legumes e hortaliças) Não têm estrutura física para receber refeições prontas.
Número de Funcionários do Banco	11 funcionários, 80% concursados, sendo compartilhados entre a Coordenadoria.
Frequência de eventos de para arrecadação	Trimestral.
Veículos	Silverado, Caminhão, Carro são compartilhados com os outros programas.
Capacitação dos Funcionários	Todos recebem treinamento e certificação.
Frequência de doação as entidades	Semanalmente.
Percentual de perdas	Quando tem o processamento dos alimentos, que varia de 20 a 30%. São reutilizados para adubo. Quando vem de arrecadação de eventos a perda é de 1,5%.
Equipamentos	Satisfatórios.
Cuidados com a Higiene em geral	Satisfatórios com as normas de Vigilância Sanitária.
Transporte da Doação	Sempre a prefeitura que busca.
Principais Entraves e Eficácias Identificados:	
Eficácias	Suporte a outros programas municipais através do pré-processamento dos produtos para o Restaurante Popular e a Cozinha de Referência; boas instalações no que se refere aos equipamentos; boa qualificação dos funcionários; espaço para cursos de capacitação para alunos das escolas dos municípios e profissionais de toda região e oferecimento de produtos saudáveis de qualidade.
Entraves Institucionais e Organizacionais	Pouca captação de produtos de fornecedores da cidade, ínfima divulgação institucional; falta de veículos para captação dos produtos; descontinuidades de campanhas em eventos sociais e esportivos; atendimento esporádico as entidades, não uniformidade dos gêneros alimentícios entregues; os produtos são pouco processados tipo geléias, molhos de tomates etc.; participação pequena da população na doação de alimentos e de entidades com clubes sociais e esportivos e não atendimento ao total das entidades cadastradas e falta de cursos profissionalizantes no espaço do programa.

Fonte: Elaboração dos autores.

6.4. Programa de Restaurantes Populares

Do ponto de vista teórico o Programa dos Restaurantes Populares tem como objetivo apoiar a implantação e modernização de restaurantes geridos pelo setor público municipal/estadual, visando a ampliação da oferta de refeições saudáveis e nutricionalmente equilibradas, a preços acessíveis aos trabalhadores – formais e informais - de baixa renda, desempregados, estudantes, idosos, crianças, gestantes e populações em risco social dos centros urbanos (CUNHA et al., 2007).

Os restaurantes são implementados com o apoio do Ministério do Desenvolvimento Social - MDS e podem ter capacidade de produção para até 5 mil refeições/dia. Para a constituição de um restaurante popular o município se inscreve no edital do MDS e, após aprovado o pedido de financiamento do projeto, apóia a construção, reforma e/ou adaptação de instalações, a aquisição de equipamentos, a capacitação de equipes de trabalho e a formação de profissionais na área de gastronomia. A prefeitura por sua vez, deve arcar com as despesas de manutenção como salário dos funcionários, alimentos ou ainda quando passado para a gestão de entidade deve fiscalizar o andamento do mesmo.

O poder público deve definir no início do projeto o espaço físico que deve utilizar para abrigar a cozinha industrial, refeitórios, área de carga e descarga e outras instalações que sejam compatíveis com o tamanho estabelecido (a partir da demanda prevista). Caso sejam adotados modelos mais descentralizados deve-se tomar cuidados especiais com a tecnologia para o transporte de alimentos. Nos casos de restaurantes descentralizados deve-se avaliar a possibilidade de criar espaços menores, em zonas de circulação relevantes de bairros e que sejam capazes de atender variadas pessoas (desempregados, adolescentes, crianças, idosos, gestantes etc.). A vantagem dos restaurantes menores e descentralizados é a proximidade com as comunidades e as novas possibilidades que se apresentam como atuação de centros comunitários para oferecimento de cursos de capacitação, concursos para pratos saudáveis ou de nutrição equilibrada, apoio a gestantes, arrecadação de alimentos, entre outras.

O registro dos beneficiários é um ponto polêmico que muitos restaurantes populares acabam enfrentando. Os defensores da criação de identificação dos usuários alegam que essa medida evitaria dispersão de recursos para poder atender à população realmente necessitada. Já os partidários da não identificação alegam que um dos atrativos desses restaurantes é a qualidade de inclusão, aliada a um equilíbrio dos valores nutricionais e protéicos na alimentação servida.

Outro ponto relevante e também polêmico é o da administração do restaurante, podendo ser de domínio público ou sob regime de concessão. Em muitos lugares a concessão da prefeitura é para um agente privado por um determinado período. Em outros, a concessão é para entidades sociais que servem pratos de comida para as pessoas registradas, embora também existam concessões para entidades sociais que servem ao público em geral.

No município de Araraquara a iniciativa do restaurante esteve ligada à trajetória do refeitório dos funcionários públicos municipais que faziam suas refeições no local onde depois se tornaria o restaurante. Hoje um dos principais integrantes do público alvo são os próprios funcionários que fazem suas refeições no Restaurante. O funcionamento para estes trabalhadores públicos acontece da seguinte forma, os que optarem em fazer as refeições no Restaurante Popular terá desconto em folha pagamento na base de 2% do salário, esta porcentagem equivale a um mês de almoço. A outra população que mais frequenta o local é idosa, população dos bairros próximos e pessoas cadastradas no Fome Zero.

De acordo com as pesquisas desenvolvidas com gestores do restaurante e com a população que frequenta o restaurante pudemos detectar alguns entraves, sendo o maior deles a localização do restaurante. Como o espaço do refeitório dos funcionários públicos ficava em frente ao Centralizado, local onde tem a garagem dos carros da prefeitura, central de obras, o espaço foi reformado e utilizado para se instalar o Restaurante. No entanto, esse bairro não contempla a área mais pobre da cidade. De certa forma está localizado perto de bairros de classe média e, o que dificulta o acesso da população mais pobre, pois para chegar ao local é preciso tomar dois ônibus, o que equivale a 4,00 só de custo de locomoção. Logo, o que se pode perceber é que de fato a população que frequenta não é a mais carente da cidade.

Outro entrave levantado pela gestora do programa é que a compra para o restaurante segue o padrão dos outros programas, o sistema de pregões. Este processo por sua vez é muito demorado já que são 37 itens na lista de compra e para cada item são dois dias de análise. Nos pregões eles escolhem os 5 primeiros itens tendo como critério o que melhor tem aceitação dos consumidores.

No que diz respeito ao ponto de vista dos beneficiários, as críticas maiores são por parte dos funcionários em relação à falta de bebida adequada. Para eles um copo de 200 ml de suco é muito pouco. Segundo as críticas a bebida deveria ser à vontade ou comprada. O aumento da quantidade de suco geraria uma elevação do preço das refeições, o que seria problemático da perspectiva da população consumidora do restaurante e dos subsídios necessários a sua manutenção.

Já por parte do grupo de idosos e cadastrados pela Fome Zero, as avaliações foram bastante favoráveis, elogiavam a limpeza do local, a qualidade e a diversificação das refeições. Para os que moram distante do local a principal crítica foi em relação ao gasto com transporte. Como já destacado anteriormente, o maior entrave para acesso da população mais carente ao restaurante. No quadro abaixo podemos perceber as principais características do Programa e seus entraves e eficácias.

Quadro 8 - Síntese Qualitativa e Quantitativa do Programa Restaurante Popular.

Inauguração	31 de agosto de 2007.
Nº de refeições/dia	2000.
Público alvo	Pessoas cadastradas no Fome Zero, idosos, crianças gestantes, funcionários públicos municipais e população mais carente.
População que atende de fato	Funcionários públicos, idosos, algumas famílias cadastradas no Fome Zero.
Tipo de refeição	Almoço, no local e janta para frente de trabalho que não pode deixar seus postos de trabalho no período da noite.
Diversificação	Arroz, feijão/feijoada/feijão preto, uma carne, legumes e salada. Suco ou sobremesa.
Diversificação de cardápio	Satisfatória.
Captação de alimentos	Através da Prefeitura por pregões ou PAA - hortifrutigranjeiros.
Captação de recursos	Advinda da prefeitura dos 2% do salário dos funcionários municipais que almoçam no Restaurante Popular, e venda das refeições.
Acesso	Difícil acesso à população.
Horário de funcionamento	11hs às 14hs.
Divulgação	Insatisfatória.
Preço final médio	2,00 reais para funcionários municipais e população não cadastrada no Fome Zero que paga 1,00.
Nº de funcionários	26 funcionários
Equipamentos	2 caldeiras, 1 fogão industrial, 3 processadores, 1 moedor de carne, 1 máquina de lavar prato, 1 forno combinado, 1 câmara fria, 1 balcão de distribuição de refeições (satisfatória).
Infra-estrutura	Adequada.
Normas de higiene	Adequadas à Vigilância Sanitária.
Principais Entraves e Eficácias Identificados:	
Eficácias	Preço baixo; boa infra-estrutura, local higiênico; atendimento adequado pelos funcionários, boa capacitação dos funcionários; aceitabilidade do cardápio pela população (em torno de 85% ,segundo pesquisa realizada pela prefeitura em 2008); formulação de cardápios diversificados e com aportes calóricos e de vitaminas adequados e relação com o PAA na recepção de produtos desse programa.
Entraves Institucionais e Organizacionais	Morosidade do sistema de compra por pregão, ínfima divulgação a população; acesso aos beneficiários; tipo de refeição no dia, apenas o almoço; abrangência da parcela da população em insegurança alimentar atendida é insatisfatória; e a não utilização do programa e seu espaço para cursos capacitação da população e qualificação de profissionais.

Inauguração	31 de agosto de 2007.
Nº de refeições/dia	2000.
Público alvo	Pessoas cadastradas no Fome Zero, idosos, crianças gestantes, funcionários públicos municipais e população mais carente.
População que atende de fato	Funcionários públicos, idosos, algumas famílias cadastradas no Fome Zero.
Tipo de refeição	Almoço, no local e janta para frente de trabalho que não pode deixar seus postos de trabalho no período da noite.
Diversificação	Arroz, feijão/feijoada/feijão preto, uma carne, legumes e salada. Suco ou sobremesa.
Diversificação de cardápio	Satisfatória.
Captação de alimentos	Através da Prefeitura por pregões ou PAA - hortifrutigranjeiros.
Captação de recursos	Advinda da prefeitura dos 2% do salário dos funcionários municipais que almoçam no Restaurante Popular, e venda das refeições.
Acesso	Difícil acesso à população.
Horário de funcionamento	11hs às 14hs.
Divulgação	Insatisfatória.
Preço final médio	2,00 reais para funcionários municipais e população não cadastrada no Fome Zero que paga 1,00.
Nº de funcionários	26 funcionários
Equipamentos	2 caldeiras, 1 fogão industrial, 3 processadores, 1 moedor de carne, 1 máquina de lavar prato, 1 forno combinado, 1 câmara fria, 1 balcão de distribuição de refeições (satisfatória).
Infra-estrutura	Adequada.
Normas de higiene	Adequadas à Vigilância Sanitária.
Principais Entraves e Eficácias Identificados:	
Eficácias	Preço baixo; boa infra-estrutura, local higiênico; atendimento adequado pelos funcionários, boa capacitação dos funcionários; aceitabilidade do cardápio pela população (em torno de 85% ,segundo pesquisa realizada pela prefeitura em 2008); formulação de cardápios diversificados e com aportes calóricos e de vitaminas adequados e relação com o PAA na recepção de produtos desse programa.
Entraves Institucionais e Organizacionais	Morosidade do sistema de compra por pregão, ínfima divulgação a população; acesso aos beneficiários; tipo de refeição no dia, apenas o almoço; abrangência da parcela da população em insegurança alimentar atendida é insatisfatória; e a não utilização do programa e seu espaço para cursos capacitação da população e qualificação de profissionais.

Fonte: Elaboração dos autores.

6.5. Merenda Escolar

As aquisições de gêneros alimentícios para a merenda escolar de escolas municipais e estaduais revelam um componente importante do processo de gestão de cada município. Independente da origem dos recursos seja do governo federal, seja pelo empenho financeiro realizado por algum governo municipal ou estadual, a presença de outros programas como o PAA

e o Banco de Alimentos mostra que o município está imbuído de praticar a segurança alimentar de modo amplo. Assim, uma avaliação do processo de gestão da alimentação escolar municipal deve contemplar práticas, se a prefeitura comprou de produtores rurais da região ou município; a quantidade de produtores que venderam ao longo do ano e qual o valor; se essa compra envolve associações e/ou cooperativas; utiliza-se o PAA (Programa de Aquisições de Alimentos do Governo Federal) e quantos produtores foram beneficiados no ano; adquirem-se alimentos de horta comunitária ou horta escolar e qual o valor estimado; ou se adquire alimentos da padaria municipal e qual o valor estimado desses produtos; bem como se existe algum programa contínuo da prefeitura para aquisição de alimentos da agricultura familiar.

As questões acima são úteis para começar mostrar que existem indicadores interessantes para a avaliação da eficácia e da aplicabilidade da gestão da alimentação escolar nos mais variados municípios. No caso específico do município de Araraquara a merenda escolar faz parte do conjunto de políticas de segurança alimentar que interagem e, ao mesmo tempo, se complementam. A proposta de gestão centralizada dos programas permite uma maior dinâmica em relação aos produtos recebidos pelo PAA e Banco de Alimentos e o destino dos mesmos. Como a gerência de merenda escolar e distribuição institucional funcionam na Coordenadoria onde estão centralizados os programas, ocorre uma repetição dos processos institucionais como é o caso da compra. Ou melhor, a compra dos produtos para o Restaurante, para a Merenda e outros programas que exigem aquisição de alimentos que não os vindo do PAA, é feita trimestralmente em forma de pregão. O entrave mais corrente, como salientado anteriormente no item do Restaurante Popular, é a morosidade com que os pregões acontecem

O quadro seguinte traz os principais indicadores da gestão da alimentação escolar no município de Araraquara-SP, referente ao ano de 2006, através dos quais, pode-se traçar o perfil dessa política no município e, a partir desse, analisar suas eficácias e entraves.

Quadro 9 – Indicadores Qualitativos e Quantitativos da Gestão Integrada da Alimentação escolar do município de Araraquara-SP – dados referentes ao ano de 2006.

	CEC/PEC e nas 269 Entidades Filantrópicas.
Nº de unidades atendidas	79.
Forma de compra dos produtos não perecíveis	Pregões de 37 itens.
Forma de compra de produtos perecíveis – hortifrutigranjeiros	Pelo PAA e outras formas.
Recursos transferidos pelo FNDE	1.206.545.00.
Complementação do município para compra de alimentos	R\$ 2.504.765,65
Forma de Administração dos Recursos do PNAE	Centralizada.
Preparo das Refeições	Preparadas nas Escolas.
Número total de Alimentações Servidas no ano	8.455.437.
Custo Médio por Refeição Servida	R\$ 0,40 - creches e R\$ 0,37- pré-escola e Fundamental.
Percentual de Consumo Regular de Alunos de Pré-escola e ensino Fundamental	89%.
Aporte calórico médio das refeições	➢ Ensino fundamental: 692 Kcal ➢ Pré-escola: 613 Kcal.
Aporte protéico médio das refeições	➢ Ensino fundamental: 30 g. ➢ Pré-escola: 26 g.
Custo médio das refeições por aluno por dia	R\$ 1,20 centavos.
Houve Compra Direta de Agricultores da Região	Não.
Houve compra direta de associações ou cooperativas de produtores rurais da região	Não.
Utiliza o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	Sim.
Número de Produtores Envolvidos no PAA	113.
Adquiriu alimentos de Horta Comunitária ou Horto Municipal	Não.
Adquiriu alimentos de Padaria Municipal	Não.
Número de Reuniões realizadas pelo do CAE no ano	13 (CAE atuante, aprovou as contas e participação de membros da sociedade civil).
Havia nutricionista exclusivamente responsável pelo Programa de Alimentação escolar da prefeitura	Sim 2 (duas).
Número de Merendeiras	360 merendeiras não terceirizadas.
Houve alguma terceirização não processo da alimentação escolar	Não.
Número de Hortas Escolares	11 (Secretaria da Educação).
Foi implantado o sistema de auto-serviço (self-service) nas escolas	Não.
Existia refeitório com mesa e cadeira nas escolas	Sim em todas as escolas.
A prefeitura ofereceu cursos sobre educação alimentar aos alunos	Sim (750 alunos).
A prefeitura ofereceu cursos de capacitação às merendeiras	Sim (5 cursos com média de 200 merendeiras).
Outras Iniciativas na área de alimentação escolar	<i>Programa Criança Na Balança Projeto Suco De Laranja Na Merenda.</i>
Principais Entraves e Eficácias Identificados:	
Eficácias	Complemento financeiro de 200% do município para compra de alimentos; atendimento a todas as escolas e extensão para entidades carentes; não terceirização do programa ; redução de custo e da corrupção através de adoção do sistema de compra por sistema de pregão eletrônico; alto consumo regular dos alunos nas refeições; diferentes tipos de refeições oferecidas de acordo com as especificidades dos atendimentos, centralização dos recursos de compra de produtos para a merenda na Coordenadoria; diversificação dos cardápios e especificidades para níveis de atendimento escolares; aporte calórico e protéico das refeições acima de 30%; oferecimento de cursos de educação alimentar para alunos; número relevantes de cursos para merendeiras e complemento de outros programas municipais específicos como citados acima.
Entraves Institucionais e Organizacionais	Morosidade com que os pregões acontecem; atraso no pagamento de fornecedores; estrutura precária na cozinha e refeitórios em algumas escolas; não houve compra direta de produtores da região por falta de habilidade institucional no sistema de compra; reduzido índice de hortas escolares no total das escolas e participação do CAE restrito apenas a aprovação de compras

Fonte: Pesquisa de Campo 2007.

6.6. Hortas Comunitárias e escolares

Quando nos referíamos às hortas escolares e comunitária de Araraquara nos deparamos com uma realidade complexa por conta de inúmeros fatores como falta de mobilização da população e mão-de-obra coletiva.

As propostas de constituição de hortas coletivas foram inúmeras por parte da Gerencia de Agricultura da Coordenadoria de Agroindústria e Segurança Alimentar, no entanto as propostas não tiveram quorum. Segundo os gestores responsáveis em uma das tentativas eles conseguiram sementes, maquinário e técnicos para acompanhar o plantio, mas no dia em que começariam a preparar o solo, nenhum dos comprometidos compareceu ao local, a justificativa utilizada por parte da população civil foi a de que achava que a prefeitura seria responsável pela manutenção as horta.

Quanto às hortas escolares os gestores disseram que a constituição ou não de uma na escola depende muito do projeto político pedagógico da escola. A Secretaria Municipal da Educação nos informou que as únicas escolas que tinham hortas eram as escolas dos assentamentos Monte Alegre e Bela Vista. No primeiro assentamento a diretora informou que a escola sempre contou com a colaboração voluntária de um pai de aluno que cuidava da horta, no entanto quando ele adoeceu a horta acabou e hoje o local está parado por falta de mão-de-obra.

Já no assentamento Bela Vista, a horta escolar faz parte inclusive do projeto educacional, existe um momento específico em que os professores levam as crianças à horta para desenvolverem trabalhos relacionados com as aulas. Este é um projeto de horta escolar bastante eficiente porque além de produção de gêneros alimentícios para escola propões atividades pedagógicas de seguranças alimentar.

Quadro 10 - Principais Eficácias e Entraves das Hortas Comunitárias e Escolares de Araraquara-SP.

Eficácias	As hortas escolares e comunitárias garantem gêneros alimentícios para as populações envolvidas a baixíssimo custo e combatem a insegurança alimentar; as hortas escolares quando associadas aos Projetos Pedagógicos produzem conhecimentos relacionados ao meio ambiente e a segurança alimentar.
Principais entraves	Falta de mão-de-obra para trabalhar no local das hortas, insumos como sementes, e transporte para os técnicos da coordenadoria; falta de mobilização da população.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2007.

6.7. Cozinhas Comunitárias

O Projeto Cozinhas Comunitárias institui Unidades de Alimentação e Nutrição (UAN) que devem produzir, no mínimo, 200 refeições diárias e funcionar, ao menos, cinco dias por semana. Sua operacionalização pode ser assumida por organizações comunitárias inseridas em programas municipais/estaduais de geração de trabalho e renda. No entanto, os instrumentos de repasse de recursos (convênios) devem ser firmados exclusivamente com os entes federados. As UAN, além de fazerem parte de uma estratégia de ampliação da oferta de refeições nutricionalmente balanceadas, representam inclusão social produtiva e fortalecimento da ação coletiva e da identidade comunitária. Constituem-se em público-alvo do Projeto: trabalhadores formais e informais de baixa renda, desempregados, estudantes, idosos e pessoas socialmente vulneráveis.

O Projeto é executado sob a forma de transferência voluntária de recursos não-reembolsáveis, repassados pelo MDS a órgãos ou entidades da administração direta ou indireta dos governos estaduais, municipais ou do Distrito Federal, por meio de convênio estabelecido em edital de seleção pública, no Manual de Implantação de Cozinhas Comunitárias e na legislação em vigor, estando condicionado à dotação orçamentária e à disponibilidade de recursos financeiros.

A Cozinha de Referência Regional de Araraquara desde que inaugurou tem se proposto a desenvolver cursos direcionados a população civil em geral e aos profissionais da área de alimentação com o objetivo de produzir uma maior qualificação e higienização nos ambientes de alimentação, bem como evitar o desperdício e garantir maior segurança alimentar da população.

7. Considerações finais

Três questões podem ser respondidas após as descrições das alternativas construídas pela prefeitura municipal de Araraquara na área da segurança alimentar. A primeira é que as alternativas criadas, em sua maioria, visam o envolvimento de agricultores familiares. A segunda é que essas alternativas estão se transformando em um programa de políticas públicas locais de segurança alimentar. No entanto, esse processo está no começo porque ainda não ocorreu troca de prefeitos e de secretários. Os agricultores familiares ainda não revelam dependência de rotina para com tais alternativas. Terceiro, os recursos do governo federal, por meio do PAA, tem o papel mais funcional da Coordenadoria instituída pela prefeitura e que acaba servindo como o principal instrumento de coleta para os programas Banco de Alimentos, Restaurante Popular e Merenda, no caso dos alimentos hortifrutigranjeiros. Quarto, os

agricultores familiares necessitarão de instrumentos locais de articulação e de dependência de rota para o crescimento dessas alternativas (ou do programa, caso essas atividades sejam mantidas após a troca de prefeito no final de 2008). Isso ocorre porque o PAA é a principal instituição reguladora dessas atividades e é de origem federal. Os agricultores familiares sofrem com o conjunto de exigências do PAA, o que causou a queda do número de agricultores familiares participantes de Araraquara. Pesaram para esse movimento de queda a falta de condução por parte dos pequenos produtores, os processos burocráticos por parte da administração local e do Governo Federal e a falta de agilidade e clareza no processo de renovação de contratações.

Um conjunto considerável de entraves foi identificado no PAA de Araraquara (como a redução do número de produtores por conta da demora do repasse de pagamentos por problemas burocráticos, burocracia anual para renovação do projeto, falta de informatização dos dados de controle de produtores e produtos fornecidos, dificuldades dos produtores em levar o produto até a Coordenadoria, falta de organização em cooperativas e outras formas associativas, etc.).

Diante disso, as alternativas de segurança alimentar para a agricultura familiar no município de Araraquara necessitam de instituições específicas que respeitem as condições rurais locais e que possam resolver os entraves organizacionais encontrados. Enfim, a fase de consolidação e de início de um programa que integre essas iniciativas ainda não começou e, para isso, precisará de normas e rotinas locais, adaptadas aos agricultores e entraves que existem somente no município.

Não bastará boa vontade em qualquer localidade para envolver, de modo crescente, a agricultura familiar e o resultado contínuo de segurança alimentar. Na alimentação escolar de Araraquara foram identificados entraves que devem ser dissolvidos (como a morosidade com que os pregões acontecem; atraso no pagamento de fornecedores; estrutura precária na cozinha e refeitórios em algumas escolas; ausência compra direta de produtores da região por falta de habilidade institucional no sistema de compra; reduzido índice de hortas escolares no total das escolas e participação do CAE restrito apenas a aprovação de compras). Atrasos nos pagamentos, deficiências do sistema de compras inibem as participações de agricultores familiares, tradicionalmente mal informados e medrosos no envolvimento em contratações mais complexas.

Isso ficou evidente no chamado Programa Direto do Campo, em que ocorreram conflitos dos agricultores com o poder público devido às regras e normas estabelecidas, informações assimétricas e conflitantes do andamento do programa e a falta de controle de custos por parte dos produtores nas transações comerciais da feira.

A alimentação escolar é apenas um dos exemplos em que alternativas

de desenvolvimento da segurança alimentar local encontraram barreiras. Foram apresentados entraves nas demais alternativas de segurança alimentar do município estudado. No caso do restaurante popular ocorreu considerável morosidade do sistema de compra por pregão, sendo que a viabilização de um espaço para cursos de capacitação em segurança alimentar para os membros das famílias rurais (e até mesmo para população em geral) e de aperfeiçoamento em gestão para agricultores nunca foi considerada.

Diante dos entraves identificados nas iniciativas realizadas nos últimos anos no município de Araraquara, a questão que se coloca é a necessidade de desenvolvimento de uma metodologia de aplicabilidade, investigação e aperfeiçoamento das alternativas de segurança alimentar dessa localidade. Os aperfeiçoamentos dos mecanismos de funcionamento dessas alternativas poderão resultar em maior inclusão social, na regularidade de participações de realizadores e beneficiários e na real construção de uma política pública de segurança alimentar local, isto é, com programas regulares, instrumentos eficazes e desenvolvimento do capital social local.

Referências

ABRAMOVAY, R. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: ORTEGA; NIEMEYER. **Desenvolvimento Territorial, Segurança Alimentar e Economia Solidária**. Campinas: Editora Alínea, 2007.

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2003.

ABRAMOVAY, R. Capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. In: IV Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Política, 1999, Porto Alegre. **Anais...**, Porto Alegre, 1999.

BELIK, W. Políticas de seguridad alimentaria para las áreas urbanas. In: BELIK, W. (Org.) **Políticas de seguridad alimentaria y nutrición em Amercia Latina**. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 283-318.

CUNHA A R. et al. Políticas locais de acesso alimentar: entre a regulação e as políticas compensatórias. In: BELIK, W.; MALUF, R.S. (Orgs.) **Abastecimento e segurança alimentar: os limites da liberalização**. Campinas: IE/UNICAMP. 2000, p.183-208.

FOLKE; BERKES (Orgs). **Linking Social and ecological system: institutional lerning for resilience**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

KURANAGA, A.A. ; ALMEIDA, L.M.; FERRANTE, V.L.S.B.; BERGAMASCO, S.M.P.P. Redes de segurança alimentar e agricultura familiar: o programa “Direto no Campo” do município de Araraquara-SP como instrumento de desenvolvimento local. **Informações Econômicas**. Campinas, Instituto de Economia Agrícola, v.37, p.1-14, 2007.

MONASTERIO, L.M. **Putnam no Pampa: capital social e a metade sul do Rio Grande do Sul**. In: II Seminário da Nova Economia Institucional, julho/2001, IE/UNICAMP. **Anais...**, Campinas, 2001, CD-ROM.

NABUCO, M.R.; PORTO, S.I. Como planejar e executar o alimentar municipal. In: BELIK, W. MALUF, R.S. (Org.) **Abastecimento e segurança alimentar: os limites da liberalização**. Campinas: IE/UNICAMP. 2000, p. 209-234.

NORTH, D. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

ORTEGA; NIEMEYER. (Orgs) **Desenvolvimento Territorial, Segurança Alimentar e Economia Solidária**. Campinas: Editora Alínea, 2007.

PAULILLO, L.F.; PESSANHA, L. Segurança alimentar, políticas públicas e regionalização: In. PAULILLO, L.F. et. alli. **Reestruturação agroindustrial, políticas públicas e segurança alimentar regional**. São Carlos: Edufscar, 2002.

PUTNAM, R.D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

THIOLLENT, M. **Pesquisa-ação nas Organizações**. São Paulo: Editora Atlas, 1997.

WEBSTER, N. Understanding the evolving diversities and originalities. In: Rural social movements in the globalization. Civil Society and Social Movements Program. Paper n.7, feb. **United Nations Research Institute for Social Development**, 2004.

WHITAKER, D.C.A. **Sociologia Rural**: questões metodológicas emergentes. Presidente Venceslau: Letras à Margem, 2002.

PROJETO EDUCAÇÃO DO CAMPO: ESTRATÉGIAS E ALTERNATIVAS NO CAMPO PEDAGÓGICO

*Lee Yun Feng¹
Vera Lúcia S. Botta Ferrante²*

Resumo: O presente estudo discute as propostas e estratégias do Programa Escola do Campo aplicado na EMEF Hermínio Pagotto, as suas práticas educativas e seus efeitos sociais. Abordando o projeto pedagógico implementado nessa instituição e as vertentes políticas que a norteiam (Parâmetros Curriculares Nacionais, Diretrizes Curriculares Nacionais, Referências Para uma Política Nacional de Educação do Campo) surgem diversas questões. As estratégias de ensino impactam positivamente a comunidade assistida? Este processo educacional ajuda a amenizar o quadro de problemas da educação rural? Este modelo difere das outras propostas educativas em quais pontos? Tais questões são abordadas através do processo de constituição deste trabalho que acompanha a realidade escolar da educação rural na escola Hermínio Pagotto no assentamento rural Bela Vista em Araraquara, interior de São Paulo.

Palavras-Chave: Escola do Campo, Educação Rural, Práticas Educativas, Inovação Pedagógica.

Introdução

Baseada em minha dissertação de mestrado³ este trabalho discute o Programa Escola do Campo implantado dentro do Assentamento Bela Vista do Chibarro no município de Araraquara.

¹ Graduado em Pedagogia pela UNESP de Araraquara e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da UNIARA.

² Coordenadora do PPG em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – Uniara e coordenadora do Nupedor.

³ FENG, Lee Yun. Projeto Educação do campo: Estratégias e alternativas no campo pedagógico. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente), UNIARA, Araraquara.

Criado no ano de 2001 pela Prefeitura Municipal de Araraquara, o programa funciona em três escolas da zona rural desde janeiro de 2002, atuando com uma proposta pedagógica de ensino no campo que pretende motivar o aluno, a fim de evitar problemas como abandono, altos índices de repetência e choques culturais.

Devido à extensão e dificuldade do acesso às escolas envolvidas no programa, a EMEF Hermínio Pagotto localizada dentro do assentamento Bela Vista do Chibarro foi escolhida como área de pesquisa.

A Educação do Campo no qual o projeto está embasado é uma proposta educativa importante que segue diversos princípios que abrangem não só a formação de sujeitos através de projetos de emancipação humana, como também a valorização dos diversos saberes no processo educativo, o respeito perante os espaços e tempos de formação dos sujeitos da aprendizagem, podendo ser considerada uma estratégia possível de desenvolvimento sustentável. Põe-se, portanto, como uma perspectiva de transformação da educação tradicional, a qual se pauta, segundo Whitaker (1992) por vieses urbanocêntricos, voltados para os conteúdos que informam e são informados no processo de urbanização; sócio-cêntricos, voltados para os interesses de certas classes sociais; etnocêntricos, por privilegiar a cultura relativa ao mundo ocidental, a chamada racionalidade do capitalismo, fortemente atrelada ao avanço científico e tecnológico.

O trabalho de campo foi constituído por vinte visitas registradas em diário de campo à escola Hermínio Pagotto e cinco à comunidade no período de março a setembro de 2005 e março a junho de 2006. As visitas permitiram um levantamento de dados através do acesso a documentos da escola, interação e contato com a comunidade e os atores envolvidos com a instituição escolar, realização de entrevistas, acompanhamento de aulas, atividades e eventos, coleta de impressões e aplicação de questionários.

Na escola pesquisada, houve a possibilidade de acesso a documentos pertinentes à pesquisa. Estes foram: a proposta pedagógica da escola, o plano de ensino dos docentes, um documento referente às atividades da coordenadora pedagógica da escola, os diários de classe dos professores acompanhados pela pesquisa com os projetos individuais de cada professor.

A escola Hermínio Pagotto está localizada no centro da agrovila do Assentamento Bela Vista do Chibarro e foi construída na antiga Usina Tamoio. Antes denominada Comendador Pedro Morganti, ela oferecia o ensino de 1ª à 4ª série e para continuar com os estudos em séries mais avançadas, a população atendida tinha que percorrer uma distância superior a 20km, partindo desta área rural até uma instituição escolar mais próxima que tivesse vaga para um nível escolar superior ao oferecido na escola do assentamento.

Documentos da Secretaria da Educação confirmam que a escola se

mantve inativa durante o processo de constituição do assentamento nas terras da Bela Vista entre os anos de 1988 até 1990. Através da demanda da comunidade, a escola foi reaberta atendendo alunos de 1ª à 4ª série. Em meados de 1997, o governo do Estado tentou “bisseriar” as quatro séries vigentes, formando duas turmas, uma para atender aos alunos da 1ª e 2ª séries, outra para a 3ª e 4ª séries, alegando que o número de alunos por classe era muito pequeno. Com uma forte reação negativa da comunidade sobre essa medida, não houve implantação de classes “bisseriadas”.

Em conjunto com a administração municipal de 2001 que foi reeleita em 2004, a direção da escola e a comunidade do assentamento promoveram a ampliação do ensino fundamental, para que a escola passasse a oferecer também de 5ª à 8ª série, pois, até então, as crianças tinham que frequentar estas respectivas séries nas escolas da cidade.

A escola conta com a liderança da atual Diretora Adriana Morales Caravieri, uma pessoa chave que possibilitou diversas mudanças e melhorias a qual inicialmente entrou na escola para lecionar em 1997. Ela promoveu junto com a comunidade as restaurações da pintura, manutenção dos espaços escolares com a poda e limpeza do terreno, pois era de grande importância manter a escola em condições aprazíveis e menos hostis esteticamente.

Além da reforma nas instalações, a adoção de práticas de sociabilização diferenciadas foram instauradas no cotidiano escolar fazendo com que os alunos antes de iniciar suas atividades cantem, se abracem e rezem. Esse tipo de “mística”, ou ritual é feito todos os dias nos dois períodos de aula. De manhã, os alunos fazem a leitura de livros com músicas, muitas delas retratando a vida do campo. No período da tarde os professores puxam cantigas de roda que a maioria das crianças conhece, músicas para elas tradicionais, como “Boa tarde começa com alegria, boa tarde começa com amor... O Sol a brilhar, os pássaros a cantar, boa tarde, boa tarde...” (e todos os alunos se cumprimentam), ou “Boa tarde, como vai você, meu amigo, como é bom te ver, palma, palma, mão na mão, agora um abraço de coração” (e todos se abraçam). Quando recebem algum visitante, todos se juntam para cantar a música de acolhida da escola: “Seja bem vindo olê, lê... Seja bem vindo olá, lá... Paz e Bem pra você, que veio nos visitar...”.



Foto 1 – A entrada da escola

Essa recepção com as boas vindas “Paz e Bem”, reproduz o vínculo religioso com a ordem franciscana, da qual a diretora faz parte. Quando entramos na escola, vemos esse escrito no chão feito com pedras, plantas e flores. Para a diretora, essa prática diária é essencial para que as pessoas se confraternizem e se envolvam nessa atmosfera “mística” que, como um “conta gotas”, vai depositando sentimentos de afetividade entre as pessoas. Para Caldart, a “mística” é um momento de cultivo de uma “simbólica libertação que ao mesmo tempo anima os participantes” (1996, p. 54).

O espaço escolar e seus atores

Na escola analisada, os professores afirmam de modo geral, que se sentem mais seguros para implementar as inovações requeridas pelo Programa Escola do Campo porque têm um bom desenvolvimento e acompanhamento nas HTPC (Horas de Trabalho Pedagógico Coletivo). De modo geral, afirmam que o planejamento exigido pelo programa é mais ambicioso em relação às suas metas e justificam, de um lado, a necessidade de respaldo para efetuar determinados procedimentos e atividades fora da sala de aula, sob alegação dos recursos chegarem fora dos prazos para cumprir tarefas. Um exemplo claro disso foi o atraso da proposta educativa que desenvolveria o plantio e acompanhamento de algumas espécies vegetais comestíveis como o alface devido à falta de adubo para estas hortas.

As inovações e práticas pedagógicas requerem o estímulo da reflexão e da criatividade que permitam renovar os procedimentos de ensino e a postura

docente. Nesse sentido, os responsáveis pelas atividades docentes entendem que é necessário conhecer e compreender o contexto sócio-político dos alunos e dos pais, podendo, dessa forma, implementar relações inovadoras no processo de ensino e aprendizagem. Assim é necessário manter uma atenção constante sobre a sua prática e sobre o resultado do ensino.

É significativo observar que em relação às propostas de formação continuada, existe uma dificuldade de definição de pressupostos que contenham a amplitude e a coerência necessárias para enfrentar a complexa política de formação dos profissionais de ensino e, de modo geral, no âmbito das Secretarias Municipais de Educação, invariavelmente, ocorre uma série de atividades que constituem muito mais uma série de eventos consultivos ou de informações atualizadas sobre mudanças curriculares e temas variados, do que propriamente a configuração de um programa de formação continuada definido por demandas claras advindas das redes de escolas. Portanto a promoção de um ensino atualizado e de qualidade para as escolas urbanas ou rurais é deficiente, gerando um contexto no qual os professores se vêm indecisos e desorientados em referência às novas exigências que lhe foram impostas.

Contudo, a escola Hermínio Pagotto vem se constituindo em um local privilegiado para o desenvolvimento de uma proposta de Educação do Campo, o que tem levado a mesma a envolver-se no processo de reflexão e investigação de pesquisas importantes sobre educação promovidas por diversas instituições e grupos como UNESP, USP, NUPEDOR, UNICAMP, UNIARA e muitos outros.

Esta escola é um local com potencial de desenvolvimento de experiências profissionais que articuladas às teorias que discutem os problemas da área, suscitam a busca de saídas coletivas para problemas comuns.

Alguns problemas relacionados à forma, estrutura e conteúdo de determinados projetos mais complexos que exigem demandas e respaldos de profissionais são subsidiados com a visita de técnicos do ITESP e do INCRA que fornecem informações e ajudam a pôr em prática a atividade proposta. Nesse sentido, o professor consegue obter elementos capazes de lhe possibilitarem a revisão de certos pressupostos com os quais trabalha para desencadear a transposição da experiência teórica recém adquirida para a sala de aula.

Em relação às perspectivas de inovações pedagógicas nesse processo, de modo geral, os professores apontam a insegurança e a falta de subsídios como o principal sentimento que vem dificultando mudanças mais significativas nos procedimentos de ensino e de avaliação, pois não sabem se devem se desfazer de tudo aquilo que vêm aprendendo ao longo de sua carreira profissional. Um exemplo disso é a questão da proposta de “reflorestamento da mina” que

pretendia restaurar parte da vegetação que existia ao redor da mina de água que abastece parte do assentamento. Esta proposta não pôde ser levada adiante com facilidade e ainda se encontra em processo de desenvolvimento, pois requer transporte escolar, autorização de órgãos ambientais que protegem a área impedindo um dano maior à localidade da mina, o respaldo de técnicos ambientais que possam definir quais são as espécies que podem ser implantadas ou replantadas na área e o fornecimento destas mudas.

A escola analisada se destaca na elaboração de projetos inovadores, pois apesar das dificuldades encontradas, há condições que possibilitam a transformação do cotidiano escolar, como uma direção da escola envolvida com o corpo docente e discente e comprometida com a comunidade, atores que vêm consolidar, em sua trajetória, a defesa da melhoria desta escola e, de modo mais amplo, a história de lutas e reivindicações dos assentados.

Nas aulas, a criatividade aflora

Ao acompanhar duas aulas e fazer uma entrevista pude constatar um pouco do cotidiano escolar de uma classe com 17 alunos. Na primeira aula, a professora trabalhou a matéria de português com um pequeno texto sobre a lenda do girassol, trabalhando a alfabetização através das sílabas e constituição de palavras.

Foram trabalhadas as palavras: flor, lenda, livros, amor, girassol, estrelinha, sol, chuva, céu e semente. A professora as passou na lousa conforme contava a lenda do girassol, pediu para que fosse copiado no caderninho de classe com as sílabas separadas. Nesta aula os alunos conversavam muito, tinham a atenção desviada facilmente, contudo todos conseguiram concluir suas tarefas. Ao fim da aula em uma pequena entrevista, Odete relatou um pouco sobre suas práticas dentro da sala de aula:

“Aqui quando os pais querem ver eu apresento tudo. Eles tem um caderno de classe com as matérias, eles tem um caderno de redação, um do projeto jardim, e um dos complexos temáticos onde eu estagio com eficiência, com datas comemorativas. Dou tarefinha para eles, na verdade eu tenho dois, um com matéria assim às vezes eu peço uma redaçãozinha para eles para depois passar no caderno de redação já corrigida, e tenho também um caderno de caligrafia que eu acho que ajuda um pouco no treino da letra. Dou às vezes... um livro para leitura, o que eu faço muito é a leitura em voz alta, para cada um, um parágrafo pra que eles às vezes até nem terminam o parágrafo, eu

troco para que eles estejam atentos e também pra desinibir e pra saber como tá a leitura, pontuação... E... todos eles ficam assim muito contentes, eles querem ler, quer ser o primeiro, o outro também, sabe... e eu acho muito bom. A leitura em voz alta ajudou muito.”

Na segunda aula acompanhada, Odete levou as crianças até o “jardim” da escola e relembrou a lenda do girassol com os alunos, explicou sobre a atividade que iriam efetuar, que seria a plantação de sementes de girassol em copos para poderem acompanhar o crescimento da planta e pudessem assim plantá-la e embelezar a escola e o jardim. Durante essa aula ela trabalhou também com Matemática e algumas operações aritméticas simples, com a contagem das sementes, e o conceito de germinação das sementes.

Algumas aulas se aproveitam dos outros espaços além da sala de aula. Em uma das aulas acompanhadas, a professora lembrava a lenda do girassol com os alunos e explicava sobre a atividade que iriam efetuar, que seria a plantação de sementes de girassol em copos para poderem acompanhar o crescimento das plantas e embelezar a escola e o jardim. Durante essa aula, a professora trabalhou também com Matemática e algumas operações aritméticas simples, com a contagem das sementes e o conceito de sua germinação.



Foto 2 – Aula no jardim da escola com o plantio de mudas

Ao fim dessa aula em mais uma pequena entrevista ela relatou um pouco sobre o trabalho de campo:

“Nosso trabalho de campo é assim, eu fiz plantio de girassol, eu dei a lenda do girassol no caderninho de projeto jardim, as atividades eu aproveitei para dar um pouco de matemática trabalhando quantidade. Trabalhando... as vezes eu trabalho até canteiros, perímetros, essas coisas, nas 3ª e 4ª eu posso avançar mais, pra eles eu vou de acordo adaptando com a idade deles, e outra coisa que eu dei... ciências, aproveito para dar sementes, germinação, e nós fazemos isso plantando em copinhos, depois da data de germinação a gente transplanta. Terminando agora girassol, eu venho já com margaridas também, e vai assim, o trabalho de campo é assim, sem contar que a gente faz a desidratação das plantas, catalogação, entrevistas, aproveitam porque perguntamos aos pais visitando as casas da agrovila para saber os tipos de plantas que têm.” (Odete, 15/03/2006)

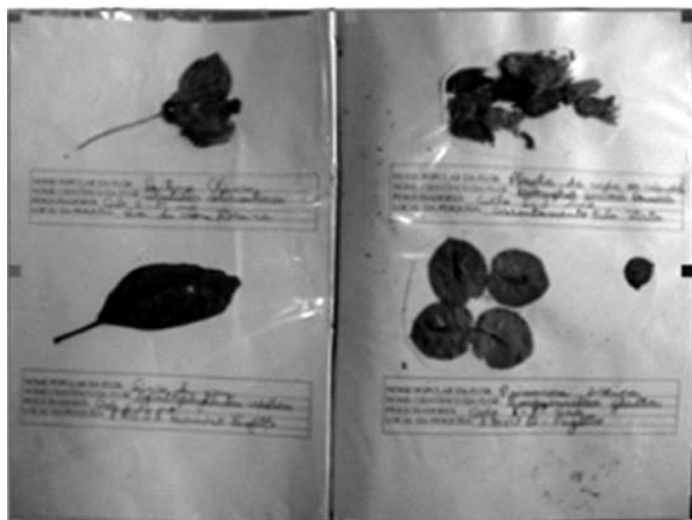


Foto 3 – Páginas do Herbário efetuado no projeto jardim

Arquivado em uma pasta, um dos trabalhos do projeto Jardim é a coleta e secamento de flores compondo um herbário. As flores são coletadas no espaço escolar, na agrovila e nos lotes de pais de alunos.

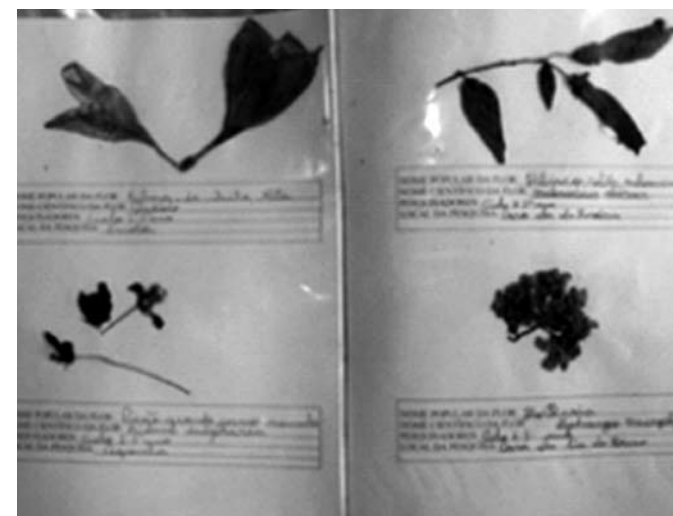


Foto 4 – Páginas do Herbário efetuado no projeto jardim

Odete relata um pouco das suas expectativas em relação à possibilidade de continuar lecionando na escola, ou sair por causa de uma demanda por oferta melhor:

“Na verdade eu acho que eu fiquei porque eu gosto, se eu não tivesse gostado eu teria ido para a cidade mesmo que fosse para uma classe, porque aqui eu só... é bom escolher né? Já sou efetiva na prefeitura e.. não pensei em sair daqui não. Eu gosto daqui e também não pensei em saber da periferia... que ir para a periferia eu vou levar um bom tempo para ir, que a única coisa que pega aqui é a distância e eu já me habituei.”

Isso demonstra o envolvimento do educador com a escola, o que é necessário para promover um ensino de qualidade.

No acompanhamento de algumas aulas do professor de Matemática, Marcos, se evidenciou um caráter bem prático na utilização de instrumentos simples no circuito dos espaços escolares. No seu cotidiano letivo ele quase sempre utiliza recursos que transportam a questão abstrata das Ciências Exatas

para uma situação mais palpável através de jogos, brincadeiras e canções.

No desenvolver de uma delas que envolvia a questão das proporções, ele levou os alunos a uma plantação de mandioca localizada no lote de um dos assentados vizinhos à escola, na qual colheu, descascou, lavou, tratou e embalou o subproduto do trabalho com a raiz da mandioca.

Nesse processo, a mandioca foi pesada com casca e descascada para verificar qual a fração do peso que corresponde à casca. Depois de batida, coada e prensada, a mandioca virou pó e os alunos calcularam quantos quilos de raiz são necessários para produzir 1 quilo de farinha. Na hora da embalagem, as crianças viram quantos sacos foram usados para acomodar a produção. Por fim, o melhor momento, o prazer de avaliar o preço da farinha e ver quanto se pode ganhar com aquela quantidade de mandioca e com o trabalho para transformá-la.

Essa aula prática de Matemática propiciou aos alunos uma prática concreta da aplicabilidade dos conceitos abstratos de proporções e não somente isso, pois puderam aprender mais uma forma de produção ligada diretamente à terra e ao seu cotidiano. Muitas outras aulas similares foram efetuadas como a produção de sucos abordando as diferenças de unidades de valor, plantio e colheita de hortaliças e plantas medicinais discutindo-se a questão do tempo de crescimento vegetal, tipos de adubação, dentre outras questões vinculadas aos assuntos de sala de aula.

Contudo, nem todas as inovações exigidas pelo Projeto Pedagógico conseguem ser trabalhadas de forma frutífera, pois apesar do planejamento que os professores estruturam sobre os conteúdos e as metodologias a serem empregadas nas “atividades de campo” –denominação dada às aulas promovidas fora da sala de aula – existem fatores que muitas vezes frustram as expectativas do professores e alunos. Um exemplo disso é registrado no relato do professor de História, Francisco de Paiva Lima Neto:

“Já efetuei atividades em campo, mas não muitas, como a visita ao casarão. Foi uma visita ao casarão tentando resgatar aspectos históricos, artísticos e arquitetônicos, porém o resultado não foi o esperado. Foi mais como uma excursão do que uma visita histórica. É uma questão de experiência e viabilidade. Eu acho importante o trabalho de campo, mas no momento ainda não há condições reais para isso”

Muitas pessoas olham, as aulas desenvolvidas sob uma ótica produtivista, mas Francisco (LIMA, 2006) se posiciona contrariamente a esta tendência: “Se eliminarmos esse caráter “produtivista” a Escola do Campo vai aparecer

sob outra luz: muito mais como valorizadora da cultura do homem do campo, para fazer crescer sua auto-estima e torná-lo apto a lutar pela sua cidadania, quer no campo quer na cidade. Ou seja, ele se tornará capaz de optar sobre o que deseja ter”.

Pode-se evidenciar que existe o ensino que utiliza outros espaços além da sala de aula, o que quebra o paradigma urbanocêntrico da educação. Contudo, nenhum dos professores recebeu um curso para saber como utilizar os espaços e recursos existentes fora de sala de aula e isso pode comprometer a qualidade de ensino que apesar de se apresentar em boas condições, pode se deparar com algumas adversidades.

A entusiasmo acolhida dos alunos

Em 2004, no período da tarde (12:30 às 17:30) freqüentavam a escola apenas as crianças da pré-escola, de 4 e 5 anos e as crianças do ciclo I (6, 7 e 8 anos) e II (9, 10 e 11 anos). Deste último ciclo, apenas as turmas 1 (9 anos) e 2 (10 anos). No total, os alunos do Ensino Fundamental que estudavam neste período, cerca de 65 crianças, tinham a faixa etária entre 6 e 10 anos.

No início das aulas, os alunos cantam cantigas de roda, cirandas e outras músicas infantis, fazem gestos, contam piadas e adivinhações. Este também é um momento em que são dados alguns informes como reuniões de pais, do Conselho de Escola, condutas disciplinares, dentre outros.

Uma parte dessas crianças mora junto com as famílias nos lotes de produção, ou seja, distante da agrovila onde reside a maioria dos assentados. Essas famílias “do lote” não moram muito próximas umas das outras, havendo, portanto, um certo distanciamento entre uma família e outra. As crianças ajudam os pais em casa, ou na produção, como, por exemplo, nas atividades de aguar as plantas, tratar os animais, colher algum produto, ajudar na limpeza da casa, etc. Esse distanciamento entre uma família e outra, que ocorre também na agrovila, onde algumas crianças não se encontram com muita freqüência, faz com que a escola seja um ponto de encontro, no qual, até nos períodos de férias, as crianças e os jovens se encontram para brincar, conversar e se divertir.

A receptividade das crianças normalmente é calorosa. Quando eu desenvolvia as observações nas salas de aula era freqüente, principalmente as crianças menores (turma de 6 anos), me cercarem e me cobrirem de beijos e abraços. Cada sala tinha em média 15 alunos. Elas estavam sempre brincando, menos quando o professor pedia/exigia silêncio e atenção nas explicações. A hora do recreio também era só brincadeira, claro que depois de saborearem a merenda preparada pela Estela, que deixava as próprias crianças se servirem e pedia sempre: “põe só o que vão comer, não deixem comida no prato”.

As crianças aproveitam todos os espaços da escola para brincar: o parquinho, a quadra, o pequeno campo de futebol, os corredores, o pátio, etc. É pega-pega, esconde-esconde, pula corda, bolinha de gude, jogo de dama, tênis de mesa e várias outras brincadeiras. Nas entrevistas realizadas com as 9 crianças foi unânime: “O que você mais gosta de fazer fora da sala de aula?”, resposta geral: “Brincar!”.

Foi unânime também acharem a escola “bonita/linda!”. Algumas delas falaram muito bem dos funcionários: da merendeira, das duas funcionárias que cuidam da limpeza, do funcionário que cuida da parte externa, da secretária e da diretora. Um deles, o Davi, de 8 anos, se orgulha da escola por ela possuir vídeo cassete, computador, cozinha (experimental), brinquedos e muitas árvores. Outras duas, a Camila e a Carol, ambas com 6 anos, disseram nas entrevistas feitas individualmente, que adoram ir juntas na horta para “olhar as plantas”. Disseram que gostam de ir até os pés de fruta, para comê-las no pé. Brisa disse que gosta de comer fruta até se lambuzar toda. Camila também contou que gosta de “ver os passarinhos voando, os professores fazendo reunião, os meninos jogando bola na quadra, a Agnes (funcionária da limpeza) lavando o pátio”.

As normas de convivência construídas na escola também influenciam nas opiniões das crianças. Questionadas sobre o que elas não gostam na sala de aula e na escola, a maioria respondeu que não gostava de brigas entre os alunos. A Camila sabia que quando eles brigavam iam para a diretoria e tinham que pedir desculpas um para o outro. Ela também disse que não gostava quando alguma criança trazia doce para a escola, para comer sozinha. Ana Luiza, de 6 anos, também falou do respeito mútuo que se deve ter na escola.

Entre as atividades preferidas por todos os alunos entrevistados destacou-se a de “plantar”. Eles relataram, com entusiasmo, as atividades que fizeram na horta, com plantas medicinais e verduras, no embelezamento da escola através do plantio de flores e na mina d’água com o plantio de mudas de árvores. Os professores, no desenvolvimento dos projetos Estudo do Meio e Jardim, assim como nos dias de datas comemorativas, como da árvore, da água, da conservação do solo e do meio ambiente, desenvolveram atividades, como o plantio de diversas flores, como rosas, margaridas, girassóis, dentre outras; árvores frutíferas como cajá-manga, pitanga, seriguela, acerola e goiaba e outras árvores como flamboiã, ipê-roxo, ipê-amarelo e ipê-rosa. Essa diversidade de plantas não foi registrada no caderno de campo, foram as crianças que relataram nas entrevistas. Foram atividades que nos foram contadas com brilho nos olhos: a sementeira, o cultivo das mudas, o acompanhamento do crescimento das plantas, a regada diária, a coleta de mudas na casa do professor Marcelo, o convívio prazeroso com a boa sementeira.

Essas novas atividades desenvolvidas pelos professores, baseadas no projeto pedagógico da escola, principalmente no que se refere a algumas atividades lúdicas e outras, como esse cuidado com as plantas, envolvem o aluno e prendem a sua atenção. São momentos em que o professor deve procurar explorar essa atenção e reflexão para aprofundar os conteúdos necessários a cada turma, para que assim, a atividade não se perca com o conteúdo restrito do plantar, regar, semear, etc, sem um propósito ou um objetivo a ser alcançado.

A organização e o espaço das aulas: os frutos da boa sementeira

As inovações na área das práticas pedagógicas puderam ser constatadas no cotidiano da escola investigada.

Os professores da escola Hermínio Pagotto, além de promover o ensino formal das matérias de sua competência, têm que vinculá-lo às diretrizes do projeto pedagógico, abordando dessa forma, conteúdos relacionados às questões de meio ambiente, identidade, ética, trabalho, saúde e política.

Através de entrevistas e do acompanhamento das aulas pôde-se evidenciar diversas práticas educativas e a repercussão por elas geradas.

Os espaços mais utilizados são a cozinha experimental, o laboratório de ciências, o laboratório de informática, a sala de multimeios.



Foto 5 - Cozinha experimental



Foto 6 – Laboratório de Ciências

A cozinha experimental é um espaço utilizado não somente para o ensino dos alunos, mas também para ensinar a comunidade em geral através de diversos cursos de culinária.



Foto 7 - Laboratório de informática



Foto 8 - Sala de multimídias

Contudo, as aulas não se restringem apenas ao espaço escolar dentro das salas. Existe o espaço de plantio dentro da escola e as visitas à agrovila nas quais os alunos aprendem o conteúdo escolar de uma forma mais concreta.



Foto 9 – Espaço de plantio dentro da escola

No espaço de plantio, as crianças podem acompanhar todos os estágios do crescimento de diversas espécies vegetais, suas qualidades e utilidades, os cuidados necessários para que estas se desenvolvam plenamente até a época de produção. Para isso os professores escolhem plantas como salsinha, cebolinha, alface, dentre outras que têm um crescimento rápido e podem ser acompanhadas a curto prazo.



Foto 10 – Visita efetuada na agrovila para ver a criação de porcos

Igualmente o contato com criações leva as crianças ao convívio com práticas de comunidades rurais com raízes camponesas.

As matérias promovidas pelo projeto pedagógico precisam ampliar o conhecimento, identificar seus pontos frágeis e fortes a partir da experiência da prática docente, da absorção de seu conteúdo pelas crianças, de forma a serem apontados caminhos para o aprimoramento das práticas de ensino para a aproximação e troca de experiências entre os docentes.

As atividades fora das salas de aula são orientadas e acompanhadas em geral pela diretora e a maior parte delas são desenvolvidas durante o período da manhã e dependem de recursos que auxiliem a promoção das aulas, como o fornecimento de insumos para agricultura e transporte para as visitas nos lotes mais distantes.

O projeto pedagógico do Programa Escola do Campo demanda uma organização curricular que necessita de uma maior integração entre conteúdos, revisão de cargas horárias de disciplinas, coerência das temáticas oferecidas por ciclos e níveis de complexidade. Isso é discutido gradativamente nas freqüentes reuniões dos professores semanalmente. Só assim é que se possibilita a ampliação do leque de alternativas de aprendizagem, desenvolvimento do saber e a superação de diversos obstáculos e adversidades encontrados ao longo do caminho da promoção de uma educação diferenciada.

A escola Hermínio Pagotto possui grande importância social, pois cumpre diversos papéis na comunidade auxiliando na formação acadêmica, no desenvolvimento dos saberes e capacidades e principalmente, na formação social de práticas mutualistas e de solidariedade.



Foto 11: Horta medicinal com plantação de bálsamo, boldo do Chile, salgueiro, hortelã e novalgina

Na horta, existe o setor das plantas medicinais como o bálsamo, boldo do Chile, salgueiro, hortelã e a novalgina. Associando este cultivo as suas propriedades medicinais, custo agregado e facilidade de manutenção, as crianças criam diversos valores relativos à preservação e valorização das propriedades naturais que cada planta possui.

A escola portanto é um espaço social de desenvolvimento da personalidade de cada criança permitindo o aprendizado da sociabilidade, moral, ética e dos valores. Ainda mais é na escola que os assentados discutem problemas, dificuldades do presente, perspectivas do futuro. Constitui-se, portanto, em espaço comunitário por excelência.

Representações dos pais e da comunidade

Na comunidade, pais e moradores foram entrevistados aleatoriamente formando um grupo amostral composto por vinte indivíduos, dentre os quais se encontram quatorze pais/responsáveis e seis membros da comunidade. Estes foram submetidos a entrevistas semi-estruturadas com questões relacionadas à vida no assentamento e ao Programa Escola do Campo, explorando dessa forma as origens dos assentados, seu tempo de permanência na agrovila e seu conhecimento e impressões sobre a escola e seu projeto pedagógico.

Todos os entrevistados responderam que conheciam um pouco sobre a escola e o projeto escola do campo e em geral citaram as visitas à agrovila e à horta da escola, como no depoimento da senhora Ana Maria de 43 anos:

“... ah, é aquele projeto que as crianças vão pra os lotes aprender como é que os produtores cuidam de suas hortas e criação.... e tem também a horta que tem alface, cebolinha e alguns remédios como a novalgina...”

A respeito do ensino, a maioria achou satisfatório e que poderiam melhorar o atendimento e a qualidade. Nos depoimentos, a representação dos problemas aparece associada à contratação e permanência dos professores, como o depoimento de uma moradora do assentamento nos mostra:

“... apesar do salário ser o mesmo, o transporte ser gratuito, só de ver que a escola é bem longe já desanima. Além disso, existe a idéia de que os alunos aqui não querem aprender, pois são gente da roça. Tem também os professores que vem de lá da cidade e não voltam por causa da educação dos alunos. Aqui professor para aluno não é professor, é colega de classe. Isso não devia ser assim...”

A escola é o centro de encontros nos quais muitas pessoas vão ajudar. Diversos eventos promovidos pela prefeitura, INCRA, ITESP, MST, dentre outros, vêm sendo sediados na escola. Diversas comemorações também são estruturadas dentro da escola, como a festa junina e a celebração do mês do natal.



Foto 13 – Comemoração do mês de dezembro

A escola tem uma ótima localização, o que evita que os alunos percam muito tempo na ida à escola. As dificuldades dentro de toda escola existem, não apenas na área rural, como também na área urbana. Podemos ver a dificuldade de determinados alunos em acompanhar as aulas, mas ao longo do processo é evidente que um ensino por ciclos se apresentou efetivo como podemos constatar no depoimento a seguir:

“... eu acho que a escola daqui é boa porque as crianças não precisam ir longe, mas a escola não pega firme com as crianças, não ensina... o ensino é fraco... eu que não vou na escola sei mais do que o menino da oitava série. E o meu menino que está na quarta série agora é que parece estar indo melhor, mas antes ele não sabia nada, ele era muito lerdinho...”

Apesar das dificuldades, o projeto ainda possui uma boa receptividade pelos alunos mais desinteressados, pois chama a atenção e se torna uma atividade diferenciada e atrativa, possuindo uma infra-estrutura boa do qual muitos se orgulham:

“... os meninos que não gostam muito da escola, mas eles sempre gostam de ficar na hortinha, isso é melhor do que ficar andando na rua... eles adoravam quando a professora levava eles pra passear a pé nos lotes, assim eles sempre voltavam pedindo por mais aulas assim...”

“... a escola é boa, tem de tudo e não perde para as escolas da cidade porque tem comida, tem sala de computador, tem a APM (associação de pais e mestres) que acompanham tudo direitinho, quadra de esportes e... muitas outras coisas... mas o que falta aqui é o primeiro, segundo e terceiro colegial... pois as crianças que terminam a oitava aqui têm que sair pra estudar fora ou parar com os estudos...”

Aos olhos da comunidade, a escola Hermínio Pagotto é uma boa escola com recursos materiais satisfatórios, uma boa proposta pedagógica que atrai as crianças, mas que carece de um pouco mais de severidade e cobrança. Mas é necessário levar em consideração que a taxa de evasão escolar se apresentou nula depois que a proposta de ensino norteadada pelo Programa Escola do campo entrou em cena.

Esta escola se apresenta aberta para a comunidade. É limpa e organizada, possui salas arejadas, amplas e decoradas para melhor estimulação com recursos pedagógicos variados e organizados, tais como brinquedos, jogos, ambientes de estimulação, atividades extra-curriculares. A cozinha e o refeitório são limpos diariamente e os planos pedagógicos são organizados de forma coerente com as idades das crianças. Possui um bom atendimento e comunicação com os pais, apesar dos mesmos se referirem com críticas tímidas ao pouco incentivo recebido pelos professores.

Representações das crianças

Para colher a representação referente ao Programa escola do Campo, foram utilizadas entrevistas com questões abertas e fechadas, possibilitando uma maior liberdade e fidedignidade nas respostas.

Foram entrevistados no total trinta e cinco alunos dos ciclos II e III. Através das entrevistas se pode constatar que todos os alunos estavam cientes do projeto Escola do Campo e que este servia para tornar as aulas mais atrativas e mais interessantes como podemos evidenciar no seguinte depoimento de Rafael:

“... o projeto Escola do Campo faz as aulas ficarem mais divertidas porque podemos passear e aprender nos lotes, nas hortas e pensar nisso tudo na sala de aula... tem muita gente que não quer estudar, mas eu quero, pois esta escola é melhor que lá na cidade.... lá não fica perto de casa e não tenho amigos também...”

Dos trinta e cinco alunos entrevistados, vinte e seis já estavam na escola há mais de dois anos e já participaram de diversas visitas e atividades fora da sala de aula, principalmente nas aulas de ciências.

A maioria sabe das atividades práticas do projeto pedagógico, mas desconhece a sua estrutura e constituição. Em grande parte, os alunos gostam de viver no assentamento, pretendem continuar morando no assentamento e ter um emprego que não esteja ligado à agropecuária e plantio de verduras e hortaliças.

As aulas mais atrativas são as de Educação Física e Ciências, sempre citadas com muito entusiasmo e associadas aos campeonatos de futebol e às visitas na agrovila.

Dos alunos entrevistados todos gostariam de continuar estudando na escola, pois a consideram tão boa quanto as da rede pública da cidade. Contudo, foi dito pelos alunos mais velhos, que como o ensino público é mais fraco e atrasado, eles pretendiam estudar em cursinho particular para poderem entrar em uma faculdade. Como se vê, as representações são permeadas por imagens veiculadas pelos meios de comunicação de massas, muitas delas falseadoras da realidade.

Uma grande parte dos alunos afirmou que a vida no campo tem suas vantagens, pois o índice de violência é muito baixo, as amizades são mais duradouras e todos se conhecem. Contudo, reclamaram da falta de mercados, shoppings e pontos de lazer.

Sobre as melhorias e tomadas de decisões para melhorar as condições

do assentamento, todos os alunos pediram uma melhor pavimentação das ruas de terra batida e pedregulho e construção de áreas de lazer.

Foram utilizadas técnicas de coleta de impressão através da coleta de desenhos feitos por oito crianças da escola do assentamento⁴.

Ao desenhar um determinado tema ou objeto, a criança inspira-se não no modelo objetivo que tem diante dos olhos e sim na imagem que tem em seu espírito no momento em que desenha, ou seja, no modelo interno. Assim, o desenho é uma forma de representação que pode revelar o conteúdo da imagem mental da criança, podendo-se perceber se o objeto a ser representado necessita ou não estar presente para que a representação ocorra ou se o desenho é apenas uma tentativa de imitação.

Pesquisadores como Fiamengue e Whitaker (2000) desenvolveram um trabalho no qual procuram perceber como crianças, filhas de trabalhadores rurais assentados no núcleo IV da Fazenda Monte Alegre da região de Araraquara em São Paulo representavam o processo de reconstrução cultural vivenciado pelos seus pais do assentamento rural. Para desenvolver a sua pesquisa houve a utilização de desenhos com temas variados como a cidade, o assentamento, a fome e temas livres. O resultado se mostrou promissor quanto à representação associada ao meio ambiente com desenhos cheio de detalhes, cores e significados.

Sodré (2005) efetuou um trabalho no qual objetivava descrever as indicações de crianças de um acampamento do MST para o desenvolvimento de um espaço de educação infantil em fase de planejamento. Para obter os apontamentos das crianças, se utilizou também o método de coleta de dados através da interpretação de desenhos desenvolvidos sob uma temática.

Portanto através da análise de diversos trabalhos, a escolha por essa forma de abordagem se mostrou a mais eficaz para subsidiar o estudo de representações.

⁴ A metodologia científica que utiliza o desenho infantil se iniciou no final do século XIX dentro da Psicologia Experimental. Os estudos sobre o desenho infantil se diversificaram e contribuíram com várias disciplinas, como a Psicologia, a Pedagogia, a Sociologia e a Estética. O desenho passou a ser distinguido pelas diferentes etapas do desenvolvimento gráfico da criança e, em seguida, foi introduzido no tratamento psicanalítico. Paralelo a esses trabalhos surgiu o interesse pelo “sentido estético” do desenho infantil, comparando suas representações às de grandes mestres da arte. No que se refere à Sociologia, os desenhos infantis foram utilizados para a comparação entre diversos países, procurando elementos que possivelmente diferenciavam as representações gráficas influenciadas pela cultura (MÈREDIEU, 2000, p. 2-3). No século XX, as pesquisas sobre o desenho infantil contribuíram consideravelmente para a Psicologia Infantil e, atualmente, esta técnica continua sendo freqüentemente utilizada em estudos nas áreas da Educação e da Psicologia.

Os oito desenhos foram elaborados por crianças de nove e dez anos que moravam há pelo menos três anos no assentamento e freqüentavam a escola Hermínio Pagotto. Os desenhos foram feitos baseados na proposta de desenharem a cidade e o assentamento, o que cada lugar tem e o outro não tem.

Isso possibilitou evidenciar que todas as crianças tinham uma concepção firme sobre os elementos que estruturam a cidade, tanto que a maior parte dos desenhos ficou parecida uma com a outra, com prédios, carros, postos de gasolinas, supermercados, bancas e lojas. Alguns destes elementos podem ser facilmente notados no desenho da Beatriz (Figura1).

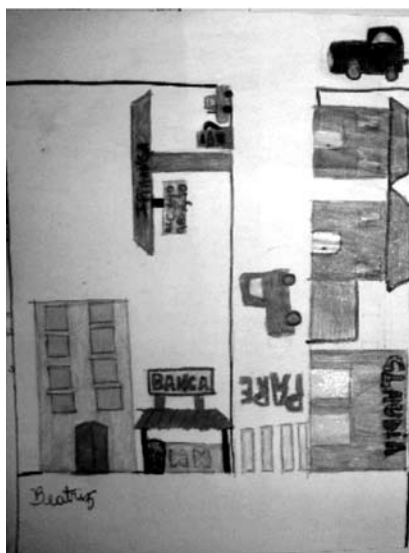


Figura 1 – Desenho de Beatriz

No caso dos desenhos que representam o assentamento, a maioria das crianças colocaram diversos aspectos pertinentes ao assentamento, como a escola, o posto de saúde, o casarão, a igreja e o bar. Isso demonstra que esses elementos são importantes dentro da comunidade, fazendo parte do cotidiano e da vivência das crianças.

Nesta parte dos desenhos nota-se a ausência de automóveis, prédios, semáforos e outros elementos que eles definiram como sendo “coisas da cidade”. Contudo, nas discussões efetuadas após os desenhos, foram discutidas

a possibilidade de entrada dos elementos da cidade para o campo e vice-versa. O desenrolar da discussão demonstrou que as crianças aceitavam facilmente a possibilidade de entrada dos elementos da cidade no assentamento, mas o contrário era muito difícil. Pode-se confirmar isso com o depoimento de dois dos alunos entrevistados:

“... ah, mas carro, asfalto, lojas é fácil colocar aqui no assentamento. Só precisa de dinheiro para isso. Seria muito bom se tivesse tudo isso aqui porque não precisaríamos ir até a cidade para comprar muitas coisas”

“... não dá pra colocar uma horta na cidade por falta de espaço, não tem terra pra plantar”

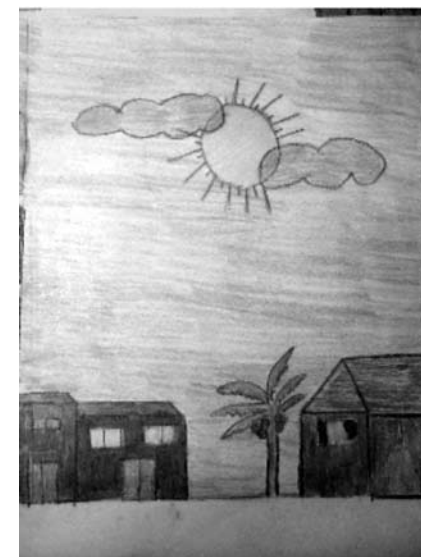


Figura 2 – Desenho de Ana

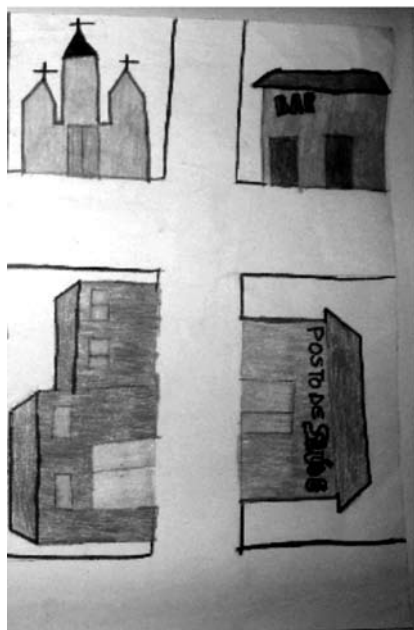


Figura 3 – Desenho de Denis

Nas discussões as crianças explicaram que os desenhos foram feitos de acordo com o vivido no assentamento e que estes foram efetuadas também com ajuda da lembrança das visitas e discussões promovidas pela escola.

Ao vincular esses depoimentos e impressões com a estrutura da proposta pedagógica do Programa Escola do Campo, constata-se que há uma efetividade da proposta de desenvolvimento da identidade a partir do universo da criança, promovendo a capacidade de identificar o lugar e valorizar a si, ao seu meio social e à cultura do lugar onde se vive, bem como de reconhecer a diversidade de outros meios sociais e culturais.

Considerações finais

Através das diferentes estratégias de pesquisa, foi possível conhecer melhor a forma como os eixos temáticos e atividades práticas do Programa Escola do Campo foram construídos e implementados e qual a reação provocada na comunidade por ela atingida.

Como pode-se concluir, a comunidade conhece o Programa Escola do Campo e apóia a melhoria das condições não somente da escola, como também da infra-estrutura local. A promoção de uma educação de qualidade é sempre ressaltada para que as crianças possam trilhar um caminho melhor.

Além de conhecer, repensa-se o papel da escola na agregação ou aglutinação do assentamento. Nas discussões sobre os rumos a serem tomados e na intermediação com os poderes a escola tem um papel fundamental. Espaço de solidariedade, de compartilhar conquistas que se dão no interior do assentamento.

Foi verificada a pertinência e importância dessa educação diferenciada dentro da comunidade assentada, pois com ela a taxa de evasão escolar diminuiu, além de se integrar com a comunidade não apenas como uma instituição de ensino, mas também como um ponto de desenvolvimento social integrado.

A influência que a escola do campo propiciou sobre a população atendida e seus familiares foi considerada como o resultado de uma luta na qual houve diversas conquistas e melhorias. Contudo, os moradores da agrovila sempre visam melhorias para a qualidade de vida local.

Grandes falhas apontadas na trajetória educacional e societária da educação rural foram amenizadas e até suprimidas através do processo do programa Escola do Campo. Os recursos que em geral eram escassos começaram a melhorar com a atual gestão municipal e o acompanhamento das lideranças da agrovila.

A Educação do Campo se mostrou importante para o desenvolvimento de novas práticas pedagógicas e mudanças na percepção e no hábito dos professores e seus alunos, promovendo uma consciência melhor sobre a importância da vida no campo.

Esta proposta educacional ainda trabalha para contrariar a visão urbanocêntrica (WHITAKER, 1992) da educação tradicional através de um movimento de emancipação cultural que pode gerar a superação de diversos estigmas pré-concebidos sobre a vida no campo. O processo educacional promovido na escola Hermínio Pagotto abrange basicamente questões pertinentes à realidade rural da população que usufrui de seus serviços. Assim sempre se procura possibilitar o desenvolvimento de perspectivas futuras e a manutenção de uma identidade pessoal.

No desenvolvimento deste trabalho, pude compreender que a educação rural e o processo de seu desenvolvimento no contexto brasileiro, não deve se restringir a um ensino técnico como muitos querem promover. Existe a necessidade de uma educação que promova o desenvolvimento dos saberes, de forma a permitir que o aluno tome suas próprias decisões sobre a sua profissão futura, sem perder a sua identidade, cultura e história de vida.

Para promover uma educação popular do campo que possibilite superar a situação precária da educação existente atualmente no campo e do professorado da zona rural torna-se premissa a necessidade da formação de educadores para superar tal quadro e para garantir que os princípios da

educação sejam bem constituídos. Tanto que é necessário o desenvolvimento de cursos que promovam as competências necessárias para um ensino de qualidade que leve em conta as especificidades do campo.

Os profissionais da educação que atuam na Hermínio Pagotto necessitam de uma política que valorize o seu trabalho e promova o seu desenvolvimento. Atualmente não existe a contratação permanente da maioria dos docentes, isso é um obstáculo tanto para o projeto pedagógico, como para o ensino por ciclos que a escola utiliza, o que exige que os professores estejam familiarizados com o projeto quando chegam na escola. Deve ser ressaltado que nas pautas de negociação dos servidores municipais tem entrado a valorização salarial para os professores e funcionários envolvidos no Projeto Escola do Campo. No ano de 2007 foi atendida esta reivindicação para todos os agentes diretamente relacionados ao projeto, o que representou, sem dúvidas, o reconhecimento, pelo poder público, da importância da educação do campo constar da agenda educacional municipal.

Deve ser igualmente ressaltado que o PRONERA vem promovendo o desenvolvimento de universidades com cursos de formação de professoras(es) para os assentamentos da reforma agrária. Os cursos são marcados por alguns traços distintivos. A definição curricular tem como uma das preocupações centrais a adequação dos conteúdos às especificidades dos sujeitos, dos movimentos sociais, do contexto do campo e com as particularidades regionais, como mostra a avaliação realizada com os cursos do PRONERA.

Portanto existem aspectos positivos e inovadores que vêm sendo adotados na escola Hermínio Pagotto, dentre os quais deve-se enfatizar aulas que incorporam as propostas e as concepções teórico-metodológicas relativas à realidade local. Um dos destaques é a presença marcante da concepção de educação de Paulo Freire especialmente quanto à metodologia. A experiência de construção coletiva, de gestão compartilhada que perpassa o trabalho, nas diversas etapas e processos organizativos, desde o planejamento até a vivência na sala de aula e fora dela, com a participação ativa de professores e alunos reproduz alguns dos ideais propostos por Paulo Freire.

Tenta-se contemplar no currículo as particularidades sócio-culturais dos sujeitos envolvidos. Além disso, busca-se difundir uma visão do campo que na perspectiva dos movimentos sociais deve ser entendido como espaço de vida, de produção, de cultura e de lazer. A avaliação dos alunos é positiva quanto ao processo de ensino aprendizagem.

Ao encerrar este artigo, gostaria de explicitar que o universo escolar promovido pelo programa Escola do Campo gera um campo de trabalho com uma extraordinária riqueza, o que pode possibilitar diversos outros estudos que complementem e desenvolvam o entendimento sobre as qualidades e peculiaridades da Educação do Campo.

Referências

ALMEIDA, M. **Escola e modernidade: saberes, instituições e práticas.** Campinas: Alínea, 2004.

ANDRADE, M.T. O movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e sua Proposta de Educação Popular. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, Nupedor/Unesp, n.7, ano V, p. 143-174, 1999.

ANDRÉ, M.E.D.A. de. **Etnografia da prática escolar.** 2ª ed. Campinas: Papirus, 1995.

BASTOS, V.A. de. **A luta pela terra e na terra: a organização da produção nos assentamentos de trabalhadores rurais de Araraquara-SP.** 2001. Monografia. (Bacharelado em Ciências Econômicas). Faculdade de Ciência e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

BASTOS, V.A. de. **Educação do campo e formação continuada dos(as) professores(as):** as contribuições do projeto político-pedagógico. 2005. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Educação). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

BERGAMASCO, S.M.P.P.; AUBRÉE, M.; FERRANTE, V.L.S.B. (Orgs.). **Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo.** Campinas: FEAGRI/UNICAMP ; Araraquara : UNIARA ; São Paulo : INCRA, 2003.

BOF, A.; MORAIS, T.C.; SILVA, L.H. **A educação no meio rural do Brasil: revisão da literatura.** Brasília: INEP/SEIF-MEC, 2003.

BOURDIEU, P. **A miséria do mundo.** Tradução de Mateus S. Soares. 3ª edição. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRANCALEONI, A.P. **Do rural ao urbano: o processo de adaptação de alunos moradores de um assentamento rural à escola urbana.** 2002. 219p. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Departamento de Psicologia e Educação, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

BRASIL. MEC. **Referências para uma política nacional de educação do campo.** Caderno de Subsídios. Brasília. 2004.

BRIGANTE, J. (Org.). **Avaliação Ambiental do Rio Moji-Guaçu:** Resultados de uma pesquisa com abordagem ecossistêmica. São Carlos: Rima, 2002.

CALDART, R.S. **Educação em Movimento:** formação de educadores e educadoras no MST. Petrópolis: Vozes, 1997. 180p.

CALDART, R.S. A escola do campo em movimento. **Contexto e Educação**, Ijuí, v.15, p.43-75, 2000.

CALDART, R.S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

DELAMONT, S.; HAMILTON, D. A pesquisa em sala de aula: uma crítica e uma nova abordagem. Tradução Maria Regina Campello Gomes. In: PATTO, M.H.S. (Org.) **Introdução à psicologia escolar**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997, p.403-425.

_____. Escola Itinerante em acampamentos do MST, **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 42, 2001.

FERRANTE, V.L.S.B. (Org.) **Retratos de assentamentos**, Araraquara, Nupedor/Uniará, n.9, 2004.

FIAMENGUE, E.C.; WHITAKER, D.C.A. Crianças em assentamentos de reforma agrária: um estudo de possibilidades de um novo modo de vida. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, Nupedor/Unesp, n.8, p.69-81, 2000.

FREITAS, A.L.M. de. Escola do campo: a proposta de Araraquara. In: GIL, J. (Org.) **Educação Municipal:** experiências de políticas democráticas. Ubatuba: Palavra, 2004, p. 145-155.

GOHN, M. da G. **Movimentos Sociais e Educação**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.

KOLLING, E.J.; NERY, I.; MOLINA, M.C. (Orgs.) **Por uma educação básica do campo**. Brasília: Universidade de Brasília, 1999.

KOLLING, E.J.; CERIOLI, P.R.; CALDART, R.S. (Orgs.) **Educação do Campo:** Identidade e Políticas Públicas. Brasília: NEAD, 2002.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar**. Campinas: Unicamp, 1993.

LEITE, S.C. **Escola Rural:** urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 2002.

LIMA, F. de P.N.; WHITAKER, D.C.A.; BOCANEGRA, C.H. O processo de construção da educação do homem do campo no município de Araraquara: Avanços e possibilidades. In: Simpósio Reforma Agrária e Desenvolvimento: Desafios e Rumos da Política de Assentamentos Rurais, 2005, Uniará, Araraquara. **Anais...**, Araraquara, 2005.

MACHADO, V. **Estudantes em assentamentos:** um estudo de aspirações por educação. 2000. 198p. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

MÈREDIEU, F. de. **O desenho infantil**. Trad. Álvaro Lorencini e Sandra M. Nitri. 7ª ed. São Paulo: Eitora Cultrix, 2000.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 3.ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1994.

MORAES, R. L. ; KUDE, V.M.M. . A importância da parceria entre a escola e a família no ensino fundamental. In: _____ **Encontro Internacional da Sociedade Brasileira de Educação Comparada – Construindo a identidade Latino-Americana**, Porto Alegre, 2003.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2000.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Princípios da Educação no MST. **Cadernos de Educação**, São Paulo, n.8, 1996.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **Escola itinerante em acampamentos do MST**. São Paulo: MST, 1998.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Pedagogia do Movimento Sem Terra: acompanhamento às escolas. **Boletim da Educação**, São Paulo, n.8, 2001.

PASSADOR, C.S. **Um estudo do Projeto Escola do Campo.** Casa Familiar Rural (1990-2002) do Estado do Paraná: A Pedagogia de Alternância como Referencial de Permanência. 2003 Dissertação (Doutorado em Educação). Faculdade de Economia Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. **Programa de Estudos Sobre a Educação Rural/do Campo do Brasil.** INEP/SEIF-MEC, WB, 2003.

RAMOS, M.N.; MOREIRA; T.M.; SANTOS, C.A. dos. (Coords.). **Referências para uma política de educação do campo:** caderno de subsídios. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo, 2004.

ROSIM, L.H. **Bela Vista do Chibarro:** nas terras da Usina, diferenças e identidades na construção de um assentamento. 1997. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

SELLTIZ, C. et al. **Métodos de pesquisa nas relações sociais.** Tradução de Maria Martha Hubner de Oliveira. 2a edição. São Paulo: EPU, 1987.

SODRÉ, L.G.P. Crianças de um assentamento do MST: propostas para um projeto de Educação Infantil. **Estudos de Psicologia**, Natal, v.10, n.2, p.181-190, 2005.

VEIGA, J.E. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.15, n.43, 2001.

WHITAKER, D.C.A. O rural-urbano e a escola brasileira. **Revista do Migrante**, São Paulo, ano V, n.12, 1992.

DILEMAS DE UM PROJETO AMBIENTAL: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA PARTICIPATIVA NO PONTAL DO PARANAPANEMA

Priscila Rosseto Camiloti¹

Sandro Lima²

Tiago Lopes de Andrade³

Luís Antonio Barone⁴

Renata Ribeiro de Araújo Rocha⁵

Resumo: A ampla discussão em torno da conservação e uso racional dos recursos naturais, unida à alarmante situação de degradação ambiental e a dependência dos recursos naturais por parte dos assentados, levou ao trabalho de pesquisa realizado no Projeto de Assentamento (P.A.) Primavera, situado no município de Presidente Venceslau/SP. Tal trabalho foca-se na elaboração e execução do projeto técnico para a recomposição florestal da área de preservação permanente (APP) da represa deste assentamento. A recomposição da APP, em torno da represa recém construída, está inserida, em parte, na área comunitária dos P.A.. Tem-se, portanto, como objetivo de tal ação extensionista, a inserção da comunidade nas questões ambientais do P. A., assim como a conscientização desta através do programa de educação ambiental e incentivo à organização comunitária.

¹ Graduanda do curso de Engenharia Ambiental da FCT – UNESP, campus de Presidente Prudente, SP. Bolsita PROEX/Unesp.

² Graduando do curso de Engenharia Ambiental da FCT – UNESP, campus de Presidente Prudente, SP.

³ Graduando do curso de Engenharia Ambiental da FCT – UNESP, campus de Presidente Prudente, SP.

⁴ Sociólogo, Professor assistente-doutor da FCT-UNESP, campus de Presidente Prudente, SP.

⁵ Engenheira Química, Professora assistente-doutora da FCT-UNESP, campus de Presidente Prudente, SP.

Palavras-chave: Assentamentos Rurais, Pontal do Paranapanema, Recursos Naturais, Áreas Degradadas.

Introdução

O presente artigo é resultado de pesquisa e ação extensionista na Recuperação de áreas degradadas em um Projeto de Assentamento (P.A.) de trabalhadores rurais, fruto da luta dos sem-terra e implantado pelo ITESP em 1996. O P.A. Primavera, local da intervenção ora em avaliação, está localizado no município de Presidente Venceslau e conta, hoje, com aproximadamente 150 famílias. Tal município está inserido na região conhecida como Pontal do Paranapanema, que tornou-se referência nacional pelo grande conflito envolvendo terras devolutas e griladas (LEITE, 1998), bem como pela presença de fortes movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (FERNANDES, 1996).

A principal fonte de renda da população assentada na região vem da prática agropecuária a qual, segundo o ITESP (2001), é “uma das formas mais acentuadas de degradação ambiental (...) devido às formas inadequadas de manejo do solo, utilizadas em detrimento do equilíbrio do ecossistema” (p. 10).

A temática do uso racional dos recursos naturais deve ser considerada um importante instrumento para o desenvolvimento. Ela propõe que toda a população possa estar consciente da melhor forma de utilização destes recursos, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida.

Notando-se a relação da questão agrária com a questão ambiental, a relevância do Pontal pelos conflitos fundiários e sua situação de degradação ambiental, pesquisadores da FCT/Unesp têm atuado na área em tela, enfocando as temáticas da educação ambiental e da organização comunitária. A partir de estudos prévios, optou-se por elaborar um plano participativo de recuperação ambiental, especificando a recomposição da mata galeria de uma represa que está instalada na área comunitária do P.A. Primavera.

Através da recomposição dessa mata, pretende-se não só colocar o assentamento dentro do que rege a legislação com respeito às Áreas de Preservação Permanente (APP), bem como aplicar uma metodologia participativa na gestão ambiental do P.A.. Busca-se, assim, a conscientização da comunidade para preservação e até mesmo o despertar para novas formas de geração de renda que, ao dependerem de dado recurso, levem ao cuidado e à preservação.

Sobre a questão ambiental no Pontal do Paranapanema

O Pontal do Paranapanema apresenta hoje o último resíduo de mata Atlântica do interior do Estado de São Paulo, contando com aproximadamente 45.000 alqueires. O processo de desmatamento das áreas florestais foi impulsionado pela construção de rodovias e expansão do cultivo de café, substituído, nos anos 1930 e 1940, pelo cultivo do algodão. Hoje, a forma de ocupação econômica da região se dá pela pecuária extensiva (BEDUSCHI, 2003). Conforme o ITESP (2001), esta ocupação tem se dado pela fragilidade dos solos que, associada à ausência de medidas conservacionistas, fez com que se esgotasse rapidamente o potencial produtivo das terras. É notória, portanto, a forte ligação da questão agrária e da questão ambiental, unindo a grande biodiversidade com o processo desordenado de ocupação da região do Pontal.

Como parte do processo de ocupação do Pontal, se dá a consolidação dos assentamentos rurais nas fazendas arrecadadas. Então, os “fragmentos florestais passaram a ser circundados por famílias de agricultores que estão buscando formas de garantir a sua sobrevivência na terra” (BEDUSCHI, 2003, p.22). Para tal, se faz necessário o bom relacionamento assentado/ambiente, já que o primeiro depende exclusivamente dos recursos naturais.

Entre os recursos em questão estão a água e o solo, cuja dinâmica o conhecimento é de suma importância para o manejo correto, já que esses estão diretamente ligados a subsistência da população local.

O manejo dos recursos hídricos, nesse cenário, torna-se objeto de preocupação, pois “uso intensivo e diversificado da água gera alguns problemas quanto à disponibilidade deste recurso e, além disso, devido a ações antrópicas, problemas relacionados à baixa qualidade da água disponível” (BRAGA et al., 2002, p. 81). Entre as ações antrópicas preocupantes no contexto dos assentamentos estão o uso de agrotóxicos, a deposição de lixo e possível contaminação do lençol pelas fossas negras – todos fatores de risco presentes no assentamento Primavera.

Sendo a qualidade da água diretamente ligada à qualidade de vida e à saúde da população, torna-se necessário o controle e manutenção de sua qualidade, pois o uso de uma água contaminada, segundo Tundisi et al. (2003), pode gerar muitas doenças vinculadas ao ser humano, que são transmitidas através da água contaminada. Nela, organismos patogênicos se desenvolvem e realizam parte do seu ciclo de vida.

Uma forma de controle da qualidade da água é a conscientização da população através da Educação Ambiental. Conforme salienta Dias (2000), a Educação Ambiental é definida como um processo no qual as pessoas aprendem como funciona o ambiente, como dependemos dele, como podemos

interferir em seu equilíbrio e como minimizar tal interferência no sistema.

A educação ambiental não gera, apenas, benefícios quanto aos recursos hídricos, mas quando aplicada amplamente atinge todos os recursos, como solo, ar e recursos florestais. Além disso, forma indivíduos capazes de lidar com a realidade atual que eles mesmos vivenciam e também preparados para identificar e avaliar problemas ligados à questão ambiental.

O solo, sendo outro importante recurso natural, primordialmente, foi utilizado apenas como transporte para deslocamento e cultivo de flora. Porém, com a expansão e o crescimento populacional, o uso do fogo/queimadas etc. fez o equilíbrio ecológico entrar em declínio. Hoje, a degradação estende-se do urbano ao rural, no qual a atual forma de produção em larga escala – notadamente a monocultura - é uma grande vilã, que atua na perda progressiva de fertilidade e produtividade do solo.

O uso de fertilizantes sintéticos e agrotóxicos não só acarreta problemas com recursos hídricos e o solo, mas também à saúde humana. A utilização destes tem crescido rapidamente nas últimas décadas e se estendido às mais variadas formas de cultivo, o que tem agravado seus problemas.

Segundo Braga et al. (2002), os efeitos dos defensivos agrícolas podem ser resumidos em:

“- mortandade inespecífica: mesmo quando sintetizada na tentativa de se combater especificadamente uma certa praga por meio da propagação pela cadeia alimentar, essa mortandade pode tornar-se inespecífica;
- redução da natalidade e fecundidade de espécies: mesmo naquelas espécies que só longinquamente e apenas por meio da cadeia alimentar ligam-se à praga combatida” (pg. 143).

Quanto ao uso dos fertilizantes sintéticos, sem discutirmos detalhadamente seus elementos constituintes, estes não se incorporam integralmente à planta e podem chegar a poluir lençóis freáticos. Resíduos destes fertilizantes ficam no solo e se acumulam em concentrações crescentes, inviabilizando posteriormente o solo para agricultura.

Outra forma de degradação do solo rural é sua utilização inadequada para pecuária extensiva, que traz, como consequência, alguns impactos relevantes - como o aparecimento de áreas descobertas e erosão, além do processo de impermeabilização do solo pelo pisoteamento do gado - constituindo um processo preocupante de perda considerável de solo e assoreamento dos corpos d'água.

A região do Pontal foi ocupada inicialmente por desbravadores que vinham em busca da exploração da lavoura e da madeira existente na região.

Após o ciclo do café, passou a predominar a lavoura algodoeira. Mesmo com a decretação de Reservas Florestais para proteger a cobertura vegetal da região – em 1942 - a degradação só aumentou. Essas áreas das Reservas foram sistematicamente desrespeitadas e ocupadas por posseiros e grileiros, tendo como forma de ocupação e utilização do solo a pecuária extensiva. De acordo com o Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” a pecuária de corte passou a predominar como atividade pela fragilidade dos solos e ausência de medidas conservacionistas, esgotando assim rapidamente o potencial produtivo das terras. “Além de ser mais adaptável aos solos pobres, (a pecuária) fortaleceu a forma extensiva de ocupação territorial, consolidando os grandes latifúndios na região” (ITESP, 2001, p.10). Como parte da história da ocupação do Pontal, há então o predomínio da pecuária de corte, dado pela redução do potencial produtivo.

“Não faz muito tempo, o Pontal era uma região inteiramente coberta por florestas tropicais de valor biótico singular. Prova disso é que os remanescentes florestais do Pontal abrigam rica e importante biodiversidade.

(...) A fragilidade dos solos, combinada com a concentração de chuvas num período curto do ano e a exposição das encostas, somadas à forma de ocupação desordenada do solo, levou a região a se tornar uma das mais degradadas do Estado, no ponto de vista ambiental, com predominância do grande latifúndio da pecuária extensiva.”(BEDUSCHI,2003, p. 27).

Segundo BEDUSCHI (2003), a história da ocupação dessa região pode ser entendida como uma mistura entre imensas fraudes no processo de apropriação privada e a devastação acelerada da floresta, uma vez que a única forma de se legitimar a posse da terra era a completa derrubada da vegetação nativa e sua transformação em pastagem ou lavoura.

Dessa forma, a desapropriação da terra para a formação dos já citados P.A.s trouxe o desafio de se enfrentar esse “passivo ambiental”, preocupação do ITESP (órgão público gestor das áreas), da Universidade⁶ e da comunidade local (as famílias de assentados) e regional (sociedade civil mais ampla).

⁶ Como produtora de conhecimento técnico avançado, a Universidade tem sido recorrentemente chamada a atuar como parceira em projetos de recuperação ambiental. A postura assumida neste texto é a de observação técnica de situações de risco ao meio ambiente e (amplamente) à saúde da população local.

O P.A. e a ação extensionista: breve histórico

A partir do ano de 2005, alunos do curso de Engenharia Ambiental passam a integrar uma equipe universitária que atua no assentamento Primavera (Presidente Venceslau/SP), local de uma série de iniciativas extensionistas da Unesp. Em um primeiro momento dessa participação dos engenheiros, foi realizada pesquisa sobre a forma de ocupação do assentamento, assim como das fontes de água, uso de agrotóxicos, destinação do lixo, entre outros. O próximo passo foi promover a ação extensionista, com ministração de aulas para as crianças da quarta série do ensino básico, abordando temas como uso da água, do solo e formas de sua preservação.

Em meados de 2006, foi anunciada a reconstrução da barragem do assentamento Primavera, que há dez anos havia se rompido, destruindo a represa que banhava a área comunitária do P.A. (antiga sede da fazenda Primavera). Desde que os sem-terra foram assentados ali, eles reivindicam as obras de reconstrução desse espelho d'água.

As obras foram realizadas pela Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo (CODASP), tendo a equipe da Unesp acompanhado todos os procedimentos da obra junto ao CODASP e ao ITESP, contratante da obra. O órgão contratado tem por regra não começar qualquer obra em períodos chuvosos, devido à instabilidade dos solos. Por pressão da parte do órgão contratante, que tinha datas limites para utilização da verba, no entanto, as obras foram iniciadas no período chuvoso.

Em Dezembro de 2006 foram concluídas, parcialmente, as obras de restauração da represa que, como já era esperado pelo responsável técnico, foram interrompidas devido à chuva. Nos primeiros dias de 2007, uma precipitação contínua de aproximadamente 150 mm, fez com que o aterro provisório não agüentasse e estourasse, comprometendo todo o trabalho realizado anteriormente.

Verificaram-se, também, danos ambientais, pois grande quantidade de terra foi carregada para o córrego que abastece a represa. O acesso à área comunitária, onde se localizam o posto de saúde e a escola do assentamento, também foi afetado, aumentando o trajeto até esses equipamentos públicos em cinco quilômetros.

A obra foi reiniciada após o período das chuvas e concluída em agosto de 2007. A reconstrução da barragem teve como finalidade, em princípio, sua utilização para lazer, sendo também passível de adaptações que beneficiem a comunidade, como irrigação e tanques de piscicultura (sendo este último, um projeto que tramita pelas esferas governamentais).

Após a reconstrução da represa, a equipe da Unesp se deparou com muitos impactos, causados pela movimentação de terra no período de chuvas,

o que levou ao estudo para propostas de soluções e ao projeto de recomposição da mata galeria.

Alguns dos impactos podem ser solucionados pelo órgão contratado (CODASP), já que haveria horas-trabalho de máquinas ainda disponíveis (segundo o projeto). No entanto, esse órgão não tem disponibilidade de maquinário e informou a necessidade de empréstimo de maquinário da Prefeitura Municipal de Presidente Venceslau. Até o início de 2008, nada havia sido realizado.

O processo de recomposição da APP: metodologia participativa

A represa está enquadrada na RESOLUÇÃO CONAMA Nº 302, DE 20/03/2002, Art 3º, que determina a faixa de plantio para reservatórios artificiais não utilizados em abastecimento público ou geração de energia elétrica, com até vinte hectares de superfície e localizados em área rural, especificando em quinze metros, no mínimo. Na área comunitária, o anteprojeto da Unesp estendeu a faixa para até trinta metros.

Após o início do planejamento, que se deu através de levantamento de campo e levantamento bibliográfico, o projeto foi apresentado para a comunidade do P.A., onde foi exposta, primeiramente, a necessidade e a importância da mata ciliar e, posteriormente, a necessidade de auxílio e envolvimento de toda a comunidade.

A segunda etapa do projeto foi a busca por auxílio da Prefeitura e outras entidades. No dia 28 de Setembro de 2007, o projeto foi apresentado para representantes da Divisão de Agricultura e Meio Ambiente (DAAMA) do município de Presidente Venceslau e do Instituto de Terras de São Paulo (ITESP), quando foram adquiridos recursos como arame para as cercas, adubo, calcário, gel para manter umidade na cova, herbicida, formicida e transporte das mudas. A Prefeitura Municipal mostrou-se bastante empenhada, tornando-se uma importante parceira nesta fase do projeto.

No mês seguinte, foi promovido um encontro com a comunidade, que se fez representar pelo grupo de jovens que participam de outro projeto de extensão da Unesp e por uma das três associações de assentados do Assentamento Primavera. Ali, foram apresentadas e discutidas questões como:

- Retirada do lixo: Nas semanas que antecederam o plantio foi realizado, com a comunidade, um mutirão de limpeza da área;
- Retirada dos animais: próximo à escola foram encontrados alguns animais (suínos, aves, ovinos e eqüinos) que representavam riscos às mudas. Para solucionar o problema, foi enviado um pedido para os responsáveis para que os animais fossem retirados e acomodados em locais propícios;
- Isolamento da área: para que outros animais não invadissem a área,

foi providenciado o cercamento desta. O material foi cedido pela Prefeitura Municipal e a instalação foi realizada pela associação de produtores.

Foram discutidas, também, nesta etapa do projeto, a definição de datas e equipes para a realização do plantio.

A definição de equipes foi realizada pela importância dada à participação comunitária nas atividades, não só no plantio de mudas, mas no trato e cuidado destas, extremamente sensível para o desenvolvimento da mata.

Também convém ressaltar a importância da Educação Ambiental como uma “ferramenta” de sensibilização e conscientização, no que se refere ao papel dessa vegetação para o equilíbrio do ecossistema e para a sobrevivência das populações que habitam as margens do rio. Busca-se, assim, unir o processo de recomposição com o processo de conscientização.

Procedimentos técnicos

Como parte inicial do planejamento, foram realizadas análises de fertilidade do solo em pontos da margem da represa para indicar alguns parâmetros para o plantio e definir algumas áreas de prioridade.

O projeto foi dividido em 4 áreas:

1- Área comunitária (na Figura 1, Área Reflorestada): Foi planejada, para tal área, uma faixa de plantio de 30 m, justamente pela sua localização, que permitia tal extensão. O plantio nesta área já foi realizado e será logo detalhado.

2- Áreas Prioritárias I: É o próximo passo. Trata-se de área urgente, já que é a área de talude, portanto encontra-se com solo exposto e bastante erodido. Esta área também conta com a presença de muitas nascentes e necessita de rápida intervenção para que a represa não venha a romper-se novamente. Para recomposição de tal área será necessário o plantio de leguminosas como feijão ou soja, arbóreas (como a leucena) e aplicação de adubo - sendo que o fertilizante químico será aplicado na época de estiagem para não ser carregado para o corpo d'água.

3- Áreas Prioritárias II e III: área coberta por pastagem. Tem pequena declividade e poucos sulcos. Esta área abrange também a margem de um dos córregos que foram represados. Esta parte da margem encontra-se num lote de assentado, sendo a única área que não é comunitária. Esta área demanda um trabalho de conscientização específico com o referido assentado.

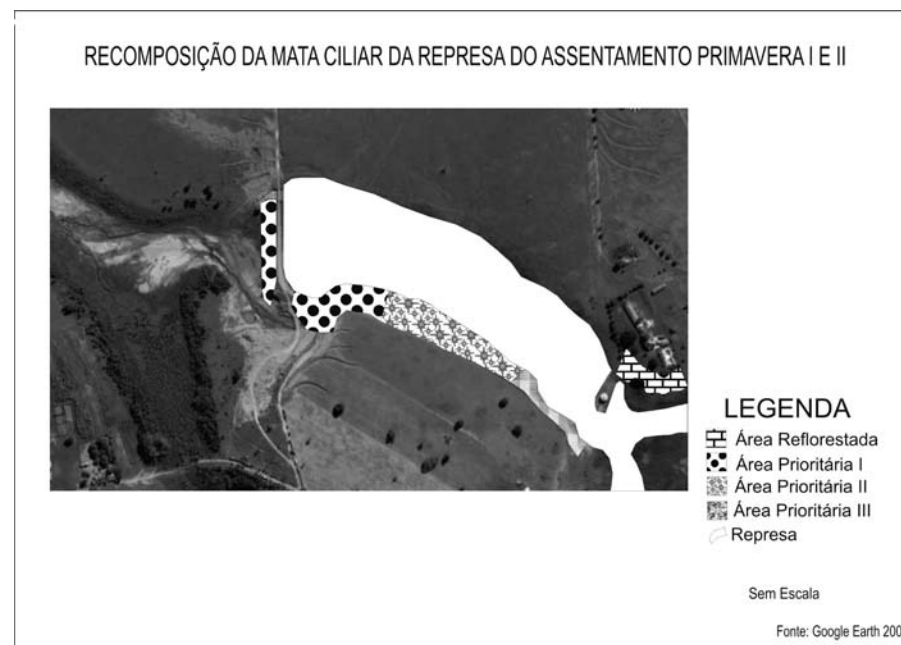


Figura 1: esquema de divisão de áreas de plantio

Cada área necessitará de planejamento diferenciado por se tratarem de áreas em diferentes condições. Os procedimentos comuns para todas as áreas são os seguintes:

- Análise de fertilidade do solo, que indicará os parâmetros para o plantio;
- Levantamento para determinação das espécies e posterior escolhas das mudas;
- Determinação dos locais do plantio, com suas respectivas espécies ou finalidade;
- Impedir o acesso à área através da instalação de cerca;
- Limpeza da área, realizada também pela comunidade;
- Preparo das covas e aplicação de formicida, cedido pelo ITESP e DAAMA, se necessário, também com apoio comunitário.

Os procedimentos de plantio na área I foram:

- a) Abertura das covas;**
- b) Marcação das covas (preparo mínimo – coroamento com enxada);**
- c) Preparo para o plantio das mudas - adubação (cedido pelo ITESP);**
- d) Distribuição e plantio das mudas - transporte e espaçamento (3x2m);**
- f) Plantio;**
- f) Coroamento de manutenção;**

As atividades de operações de plantio foram realizadas através de mutirão comunitário. Já a manutenção, ficou, a princípio, sob responsabilidade da associação que se engajou no projeto.

A cada sessenta dias nos primeiros seis meses e, depois, a cada 120 dias (até se completar 2 anos do plantio), deverá ser feita uma capina radical num raio de 0,60 metros ao redor das mudas - a fim de facilitar seu crescimento. É também necessária a adubagem e agregação de esterco e palha ao solo, para manutenção da umidade e reposição orgânica.

Plantio na área comunitária : mobilização da comunidade

O início do projeto se deu com o plantio na Área comunitária, escolhida pela proximidade com a escola do P.A.. A área contou com preparo, uma semana antes do plantio, com a aplicação de formicida realizado pela Associação de Produtores. As atividades relacionadas ao plantio também foram realizadas através de mutirão comunitário (Figura 2), o qual contou com a participação dos moradores, associação, diretoria da Divisão de Agricultura e Meio Ambiente, a equipe da Unesp e até mesmo o Prefeito Municipal.



Figura 2: Mutirão para o plantio das mudas

No total, foi realizado o plantio de aproximadamente 500 mudas em 10 fileiras, obtendo-se, então, uma faixa de 30 metros depois da planície de inundação.

A mobilização trouxe parte dos jovens que frequentam a área aos finais de semana e alguns adultos. Em tal aspecto, houve a perda de eficiência do plantio, já que se tornou inviável a explicação dos procedimentos de plantio, assim como a escolha das mudas.

As mudas utilizadas foram cedidas pelo ITESP e, pelo seu aspecto, pareciam armazenadas em tubetes por longo tempo, estando assim com raízes mais extensas e caules não bem desenvolvidos. Mesmo com a péssima qualidade das mudas, optou-se por usá-las para que se pudesse manter também o bom relacionamento entre a equipe e o órgão - que se encontra acionado pelo Ministério Público para readequar os P.A.s à legislação ambiental.

Por motivos de educação e conscientização, optou-se por prosseguir o plantio, sendo que a equipe, juntamente com alguns membros da Associação de produtores, se responsabilizou pelo replantio das mudas para que essas pudessem se desenvolver.

Após o dia do mutirão, encontraram-se dificuldades em formar novas equipes (de moradores) para a manutenção do plantio, como roçamento e adubação. Neste momento, a equipe da Unesp firmou forte relação com a diretoria da Associação Campos Verdes (nome da associação que tem colaborado), a única a declarar apoio e fornecer mão-de-obra.

Houve, nesta etapa, um problema com maquinário, tanto para roçamento, quanto para construção de curvas de nível na área prioritária I. Tanto os assentados quanto a CODASP esperavam por máquinas da Prefeitura, que serão cedidas somente em Julho/2008. Diante do fato acima exposto, a área plantada está ainda sem roçamento e já se apresentam dificuldades de caminhar no local para o cuidado das mudas.

Após várias tentativas, tentou-se reunir membros das outras duas associações do P.A. Uma delas, numa primeira reunião, sequer compareceu, deixando dúvidas de seu interesse. Em tal ocasião, foi levantada a questão dos tanques de piscicultura e quem seria o grupo beneficiado por este projeto econômico. Foi proposto que o grupo beneficiado se responsabilize pelo projeto de preservação ambiental da represa.

Na mesma reunião, discutiu-se o problema do lixo, que tem sido depositado nas estradas e em erosões na área comunitária. Essa questão já foi levada pela equipe até a Divisão de Agricultura e Abastecimento, que pensa na possibilidade de enviar um caminhão da cooperativa de reciclagem da cidade para recolher tais materiais.

Considerações finais

Inicialmente, podemos analisar as condições nas quais foram realizadas as obras de recuperação da represa. A primeira tentativa ocorreu em dezembro de 2006 que, segundo análise climática, enquadra-se num período chuvoso - o que comprometeu de forma decisiva a estabilidade estrutural do talude, certamente provocando o rompimento da barragem.

Dessa forma, nota-se a fragilidade de ação dos órgãos públicos, principalmente em relação às populações assentadas. Isto é, obras são realizadas em períodos nos quais existe a disponibilidade de recurso, em detrimento das necessidades técnicas de projeto. Ressalta-se, também, a dificuldade de comunicação e de encaminhamento de ações junto a esses órgãos, devido aos trâmites burocráticos aos quais os mesmos estão irremediavelmente ligados, tornando os processos morosos e dificultando o andamento do projeto (BARONE, 2000).

Outras questões pertinentes às áreas no entorno da represa, consideradas como APP, são as relacionadas à deposição de resíduos sólidos e criação de animais. Nessas áreas, observou-se, num primeiro momento, a existência de um depósito de lixo e um chiqueiro, adjacentes à escola. Soma-se a isso a constante deposição de resíduos como lixo doméstico e de restos de animais carneados às margens das estradas e dentro de sulcos erosivos (denúncia explicitada pelos próprios assentados).

Constata-se, assim, um desconhecimento e/ou descaso da população local a respeito dos impactos ambientais causados por suas ações cotidianas. Busca-se, então, através do projeto de educação ambiental, a conscientização desses moradores.

Através do projeto, pode-se também verificar o envolvimento da comunidade com as questões pertinentes ao P.A.. Tanto nas reuniões quanto nos mutirões realizados, foi possível observar a falta de envolvimento amplo e o envolvimento de apenas uma das associações de produtores, que nos auxiliou em todas as ações do projeto. As outras duas entidades associativas não colaboraram até o presente estágio das ações.

Pretende-se alcançar, nessa ação extensionista, objetivos como a inserção do P.A. no que determina a legislação e a busca de implantação da coleta seletiva dentro do assentamento. O recolhimento do lixo pela cooperativa de reciclagem da cidade, prometido para uma vez por semana, ainda é algo a ser conquistado pelos moradores – revelando, mais uma vez, a morosidade do Poder Público.

Nesse quesito, a impossibilidade momentânea de contato com toda a comunidade inviabiliza a implantação do sistema de coleta de resíduos, uma vez que, sem apoio e comparecimento dos assentados não é possível prever

a viabilidade do deslocamento do veículo de coleta ao assentamento. Além disso, essa tarefa é tida como partilhada entre Poder Público Municipal e assentados – o que faz recair sobre os moradores parcela da responsabilidade pela demora na implantação do serviço.

Outro dilema, enfrentado pela equipe que realiza o projeto, é como realizar um planejamento participativo das atividades que combine, de forma satisfatória, a eficiência técnica desejada e a participação popular esperada. De acordo com seu caráter extensionista, é extremamente difícil reunir num mesmo esforço coletivo, instituições que tem diferentes formas de trabalho.

De um lado, encontra-se a universidade, que tem basicamente uma proposta experimental para soluções de problemas, buscando o conhecimento através da pesquisa e a solução dos problemas de acordo com uma metodologia científica e tecnicamente orientada. De outro, um grupo popular, que visa melhoria da qualidade de vida, o incremento financeiro e a solução dos problemas, da maneira mais rápida. E ainda um terceiro grupo, formado por órgãos públicos, obrigados a ajudar, mas que desejam que as soluções sejam as menos dispendiosas possíveis, por causa da baixa disponibilidade de recursos.

Essa questão pode ser muito bem observada na realização do plantio da área experimental, um local escolhido por sua localização dentro da área comunitária. A necessidade de compatibilização entre os três grupos praticamente inviabilizou resultados práticos nessa área.

Isso tudo se refletiu, não só na qualidade do trabalho realizado, como na dificuldade do estabelecimento das plantas e também no replantio, às vezes equivocado, de espécies exóticas de difícil desenvolvimento, comprometendo a recomposição dessa área.

Inicialmente, o controle de formigas e a limpeza das covas foram realizados pelos membros da Associação Campos Verdes. Entretanto, é notória a necessidade de maquinário para roçar a grama. A ausência desse tipo de equipamento, devido à falta de manutenção dos mesmos, gerou uma falta de cuidados com a área plantada.

A fase 1 foi, então, tomada como experimental. Através da sua análise são levantados os principais problemas para que sejam sanados nas próximas etapas. Até mesmo na escolha das mudas, onde já se pode observar quais se adaptaram bem e quais não se desenvolveram.

É necessário, portanto, a discussão de soluções para o envolvimento e organização da comunidade, que contribua para o desenvolvimento de atividades, não só a respeito do projeto aqui descrito, mas para qualquer projeto que envolva um real planejamento participativo.

Referências

BARONE, L.A. Assistência técnica aos assentamentos de reforma agrária: da política relativa ao vazio de projeto – o caso do Estado de São Paulo. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, Nupedor/Unesp, ano VI, nº 8, 2000.

BEDUSCHI FILHO, L.C. **Assentamentos rurais e conservação da natureza**. São Paulo: Iglu: FAPESP, 2003.

BRAGA, B. et ali. **Introdução à engenharia ambiental**. 2. Ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

DIAS, G.F. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 6. Ed. São Paulo: Gaia, 2000.

FERNANDES, B. M. **MST: formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

ITESP, São Paulo. **Pontal Verde**: Plano de recuperação ambiental nos assentamentos do Pontal do Paranapanema. ITESP. São Paulo, 2001.

LEITE, J.F. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo, Hucitec, 1998.

TUNDISI, J.G.; TUNDISI, T.M.; ROCHA, O. Ecossistemas de Águas Interiores. In: BRAGA, B.; TUNDISI, J.G.; REBOUÇAS, A.C. (Orgs.) **Águas Doces no Brasil**: Capital Ecológico, Uso e Conservação. 2. Ed. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.

A PRÁTICA PEDAGÓGICA NO CURSO DE AGROECOLOGIA DO MST: A BUSCA PELA EDUCAÇÃO FÍSICA “SUPERADORA”

Juliana Moreira da Costa¹

Maria Peregrina de Fátima Rotta Furlanetti²

Resumo: Este trabalho refere-se a reflexões feitas acerca da experiência obtida na disciplina de Educação Física no curso de nível médio integrado ao técnico em Agroecologia do MST. Com a parceria entre instituições de ensino, associações de técnicos agropecuários, a Prefeitura Municipal de Presidente Prudente e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, o curso teve início em setembro de 2007 em Presidente Prudente, no oeste do Estado de São Paulo. Sua previsão de término é em 2010. O referido curso apresenta características diferenciadas dos cursos tradicionais, como a pedagogia da alternância e a forma de organização dos educandos que apresenta imensa proximidade com a disciplina do MST. Esta traz fortemente as bandeiras de luta defendidas pelo Movimento e procura enfatizar as metodologias organizacionais de trabalho e valorizar o seu acervo político-cultural. A partir da ministração da disciplina de Educação Física, associada à técnica da observação participante, buscou-se analisar os avanços que o curso proporcionou aos jovens, no que diz respeito à formação crítica. Constatou-se que as aulas de Educação Física foram importantes para uma reflexão acerca do tempo livre e do lazer, das relações interpessoais e, principalmente, em relação às mulheres. O contato com a Cultura Corporal, associada à reflexão crítica e à discussão, trouxe o reconhecimento da possibilidade de contestação e auto-organização em relação ao lazer, além da mudança de opinião em relação à Cultura Corporal como possibilidade de lazer e cultura.

¹ Graduanda do Curso de Educação Física da FCT/Unesp – Presidente Prudente-juef.unesp@yahoo.com.br.

² Professora Assistente-Doutora do Depto. de Educação da FCT/Unesp – Presidente Prudente-rotta@fct.unesp.br

Palavras-Chave: Educação, Educação Física, Lazer, Cultura Corporal.

Introdução

“Precisamos acreditar que podemos fazer possíveis os sonhos aparentemente impossíveis, desde que vivamos esse existir-se, verdadeiro. São eles, os sonhos e o existencial-se, que nos permitem irmos nos fazendo sempre seres de luta pela libertação, seres mais”

Anita Maria Araújo Freire

Este texto refere - se a reflexões acerca da experiência na disciplina de Educação Física do curso de nível médio integrado ao técnico em agroecologia do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Este curso é uma consolidação de uma das bandeiras de luta do MST, a luta pela reforma agrária também na Educação. O curso teve início em setembro de 2007 e acontece com a metodologia da Pedagogia da Alternância, onde os educandos passam três meses em forma de internato no Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, em Presidente Prudente e depois três meses em casa, no chamado tempo comunidade. Durante esse período eles desenvolvem atividades nos assentamento ou acampamento que residem.

O curso conta como parceiros a Faculdade de Engenharia Agrícola –FEAGRI/UNICAMP, o Colégio Técnico Unicamp – COTUCA, o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS, a Superintendência Regional do INCRA/SP, a Associação Estadual de Cooperação Agrícola – AESCA / SP, o Centro de Formação Sócio Agrícola Dom Hélder Câmara, o Instituto de Capacitação e Pesquisa em Agroecologia Laudenor de Souza, o Instituto Giramundo Mutuando, o Parque Estadual Morro do Diabo, o Instituto de Pesquisas Ecológicas-IPÊ e a Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio/ SP.

Durante o curso, especificamente na disciplina de Educação Física, observou-se avanços no que diz respeito à formação dos jovens e ao seu desenvolvimento em relação à consciência crítica, trabalho coletivo e participação nas decisões. É sobre este desenvolvimento que trata este texto. Sem querer esgotar o tema, relata a experiência de aulas, acompanhada de uma reflexão teórica sobre a formação dentro de um curso para técnicos em agroecologia do MST. A proposta é avaliar como a Educação Física pode contribuir para esta formação “superadora”.

Os Problemas encontrados

Quando assumiu-se³ as aulas de Educação Física neste curso, revelaram-se os problemas encontrados na maioria das escolas públicas. Problemas no modelo estrutural da Educação Brasileira.

Na sala de aula havia 62 alunos, de idades variadas, em sua maioria jovens, uma bola de futebol de campo e os espaços do Colégio Agrícola, que conta com uma sala de aula, um campo de futebol com uma das traves quebradas e uma quadra de futebol de salão em péssimas condições.

Objetivou-se, de início, não levar a Educação Física tradicional para os jovens do MST, não considerar o corpo como uma parte desprezada da cabeça, como muitas vezes acontece nas aulas de Educação Física tradicional. A intenção era trabalhar algo que fosse realmente significativo no dia a dia do assentamento e que levasse em conta a concepção e os princípios pedagógicos do MST. A proposta pedagógica de formação do homem integral, a partir de uma relação trabalho/educação voltada para o desenvolvimento da produção dos assentamentos e a proposta de auto-gestão da escola (BEZERRA NETO, 1999).

As abordagens críticas da Educação Física, que aqui denominamos “superadora”, propõem que esta disciplina, no ensino formal, esteja fundamentalmente ligada aos elementos da Cultura Corporal. Essa que é a materialização de um modelo socialmente elaborado portador de significados do mundo objetual, das suas propriedades, relações e nexos descobertos pela prática social conjunta. Estes elementos são definidos como:

(...) o conjunto de práticas corporais (jogos, brincadeiras, ginástica, lutas, esporte, a capoeira e outros) construídas historicamente pelo homem, em tempos e espaços determinados historicamente, sistematizadas ou não, que são passadas de geração a geração, denominamos essa área de conhecimento que se constrói a partir das atividades corporais de “Cultura Corporal” (TAFFAREL, TEIXEIRA, 2006, p. 3).

³ A graduanda de Educação Física Juliana Moreira da Costa participou como docente nesta disciplina específica no período de setembro de 2007 a março de 2008, ocasião das duas primeiras etapas do curso de Agroecologia do MST. As reflexões deste trabalho são oriundas desta experiência.

Betti e Zuliani (2002) nos orientam quando nos dizem que no Ensino Médio a Educação Física deve apresentar características próprias e inovadoras, que considerem a nova fase cognitiva e afetivo-social atingida pelos adolescentes. Nesta fase, os objetivos mais específicos da Educação Física são os de introduzir e integrar o aluno na cultura corporal, formando o cidadão que vai produzi-la, reproduzi-la e transformá-la. Poderão ser trabalhados, de forma mais complexa, aspectos teóricos, pois o pensamento lógico e abstrato, a capacidade de análise e de crítica já presentes nessa faixa etária permitem uma aquisição maior de conhecimentos vinculados às práticas corporais ligadas ao lazer, à saúde, ao bem estar. Por fim, objetiva-se o posicionamento crítico frente ao sistema esportivo profissional e, enfim, levar o aluno a descobrir motivos e sentidos nas práticas corporais.

Associada às abordagens críticas, procurou-se trabalhar com a concepção de aulas abertas às experiências. Nessa concepção, a aula de Educação Física é considerada como um sistema de ação aberto, onde o professor abdica de um planejamento rígido e do monopólio das decisões, oferecendo espaço para ações e decisões, dando oportunidade aos alunos de trazer, para a aula, imaginações, idéias e interesses em relação à Cultura Corporal. No planejamento das aulas se fazem necessárias reflexões e discussões acerca dos conteúdos. Essas reflexões e discussões partem da socialização no decorrer dessas aulas, quando o aluno, a partir dessas reflexões críticas, reconhece que é um sujeito histórico e que sabe atuar autonomamente.

Escolheu-se este tipo de concepção e metodologia porque acredita-se que o professor deve respeitar as diferenças encontradas na realidade dos educandos. Apesar de se tratar de jovens, com características semelhantes aos jovens da cidade, estes alunos trazem inúmeros costumes advindos da vida no campo, como dificuldades de aprendizado, outros padrões de estética, costumes de práticas corporais específicas (montaria e o trabalhar na roça) formando um acervo cultural que não pode ser descartado.

Levou-se em consideração algumas orientações teóricas. Bock (apud LIMA et al. 2005) faz uma crítica ao entendimento da adolescência como conseqüência do desenvolvimento do ser humano, como uma fase entre o final da infância e o início da vida adulta. Este autor acredita que a adolescência é algo mais complexo, que precisa ser entendida no conjunto das relações sociais e que a idéia de adolescentes é, portanto, uma construção histórico-social. Complementa esta tese afirmando qualquer fato só pode ser entendido a partir de sua inserção na totalidade e é exatamente por isso que não se pode deixar de lado a multiplicidade de valores e de diferenças de classe que acaba estabelecendo culturalmente experiências específicas do ser jovem (BOCK apud LIMA et al., 2005). Afinal a adolescência não é sempre a mesma em

todos os lugares, apresenta diferentes significações relacionadas à cultura e classe social as quais o jovem se filia.

Uma outra contribuição neste sentido nos traz Whitaker e Souza (2006). Estes autores trazem a reflexão de que existe um equívoco no que diz respeito ao processo educacional oferecido à criança e ao jovem do campo. Criticam a idéia de que é preciso dar uma educação que ajudem a “fixa-los” na terra, para garantir o desenvolvimento do Assentamento de reforma agrária (p.114). Os autores propõem uma educação libertadora que deve “dar aos sujeitos a capacidade de fazer suas próprias opções” (p.114).

Este ponto repercute em diversos aspectos. Embora não se possa antecipar uma decisão do jovem de “fixar-se” na terra, a responsabilidade do educador em relação à formação desse jovem que opta por uma vida na cidade por não ter acesso ao acervo material encontrado no mundo urbano, com certeza ameaça repetir o padrão e a cultura dominante (urbanocêntrica). O compromisso do educador é o de educar em busca da libertação. Ou seja, que os educandos sejam capazes de enxergar a realidade de forma crítica, que considerem suas vidas, suas relações de trabalho, lazer etc. como possibilidades de emancipação humana e de construção de uma sociedade diferente. Imbernón (apud GADOTTI, 2003, p.15) complementa, dizendo que o objetivo da educação é ajudar a tornar as pessoas mais livres, menos dependentes do poder econômico, político e social.

Ressalta-se a importância de discutir os mecanismos de poder e contestação, propondo um modelo de superação das contradições e desigualdades sociais, valorizando a contextualização de fatos e do resgate histórico. Nessa perspectiva, Freire (1987) contribui ao afirmar que:

Nosso papel não é falar ao povo sobre nossa visão do mundo, ou tentar impô-la a ele, mas dialogar com ele sobre a sua e a nossa. Temos de estar convencidos de que a sua visão do mundo, que se manifesta nas várias formas de sua ação, reflete a sua situação no mundo, em que se constitui. (FREIRE, 1987, p.87)

Procurou-se trabalhar em uma perspectiva transformadora com estes critérios de contestação e resgate da consciência crítica, de reconhecimento dos papéis na sociedade, das relações de forças e poder entre as classes sociais e o poder de atuação e transformação aplicadas ao seu cotidiano. Propostas alicerçadas pelas teorias progressistas da educação.

O curso e suas características

De uma forma geral, o curso de Agroecologia do qual se participou⁴ demonstra uma imensa proximidade com o MST. Ele traz fortemente as bandeiras de luta defendidas pelo movimento e procura enfatizar as metodologias organizacionais de trabalho e o acervo cultural valorizado pelo movimento.

O curso, de nível médio e técnico em Agroecologia, funciona no Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, em Presidente Prudente situado no Pontal do Paranapanema, área marcada pelos conflitos relacionados à ocupação da terra (região situada no Oeste do estado de São Paulo).

A organização das tarefas é semelhante àquela realizada pelo movimento, seja na organização de coordenações ou até mesmo de distribuição de tarefas do cotidiano. Os jovens estão divididos em Núcleos de Base (NBs), onde existem dois coordenadores por etapa: um homem e uma mulher, seguindo o exemplo de organização do Movimento. Os núcleos sempre têm nomes figuras marcantes para o Movimento: “Paulo Freire”, “Rosa Luxemburgo”, “Che Guevara”, “Margarida Alves”, “Keno” e “Oziel”⁵.

Entre os próprios educandos realizam-se conferências a cada início de atividade, cobrando a disciplina e o compromisso de cada um dos estudantes do movimento. Para começar o dia eles se reúnem em frente à sala de aula, realizam gritos de ordem, lêem um poema, dão informes de reuniões ou discutem algum problema a ser resolvido; hasteiam a bandeira do movimento, cantam o Hino do MST e vão para a sala de aula em fila, simbolizando a marcha- uma de suas principais formas de luta.

As tarefas organizativas do curso também são divididas entre os educandos. Existem os setores de Comunicação, de Esporte e Lazer, de Cultura, nos quais são indicados responsáveis pela organização e materialização de atividades fora do período de aula, assim como o plantão e organização da biblioteca.

Os seminários são atividades do MST, organizadas aos finais de semana, para discutir temas necessários à formação dos jovens. Alguns dos temas abordados foram: História do MST, Biofertilizantes, Comunicação, Mística do MST, Cultura Popular, Legislação Ambiental e Metodologia em Pesquisa. Foram realizados debates, palestras e oficinas, com militantes do MST e convidados da coordenação. Estes temas foram discutidos entre a coordenação do curso e os educandos e sugeridos como atividades complementares.

⁴ Este curso, iniciado em setembro de 2007, tem previsão de término em 2010.

⁵ Estes três últimos, militantes do MST mortos em conflitos no campo.

Sem dúvida, essa forma de organização está intimamente ligada à formação da militância dos jovens, ao entendimento da forma organizativa do Movimento e à ideologia política defendida por eles.

Esta experiência foi o que mais se aproximou de uma auto-gestão da escola. A escola demonstrou muita autonomia, tanto em relação aos conteúdos a serem ministrados nas aulas de Educação Física quanto em relação ao projeto pedagógico do curso de agroecologia e à escolha dos professores para ministrar as aulas. Sem dúvida, a coordenação procurou e contratou professores com uma visão mais crítica da realidade, que conhecem e cultivam uma proximidade com os movimentos sociais e o próprio MST. Esta autonomia pode ser considerada como um avanço no que diz respeito à liberdade para contestação do sistema vigente, contribuindo para a valorização dos movimentos sociais marginalizados, que fazem parte da história de vida dos jovens, assim como podem se apresentar como um processo de alienação ou “militarização”. A intenção do MST não é a de alienação; porém, sua proposta só será válida quando houver uma preocupação com a consciência crítica, na qual os jovens formam suas próprias opiniões, através da assimilação da teoria com a realidade, sem que seja por um processo de incorporação de valores sem uma reflexão.

Neste tempo de convivência na escola levantou-se alguns pontos importantes sobre a Pedagogia da Alternância, a serem aprofundados para o aprimoramento da metodologia, muito defendida pelo MST e utilizada em seus diversos cursos. Um ponto positivo observado foi o fato dos jovens passarem muito tempo juntos, o que propicia a criação de laços afetivos muito fortes e faz com que eles vivenciem momentos informais de debates que acrescentam muito às suas experiências, contribuindo para formação humana dos jovens. Esta permanência na escola facilita o envolvimento deles com a participação e construção das decisões, da organização estrutural da escola, vivenciando momentos de auto-organização, liderança e trabalho em grupo, considerando-se parte da escola. Esta postura facilita com que os jovens se reconheçam como parte da construção de sua formação. Em diversos momentos eles se demonstraram muito compreensivos e superaram com maturidade as dificuldades encontradas no cotidiano escolar.

Sem dúvida, este envolvimento está em constante construção. Estes jovens estavam acostumados com outra estrutura de escola e de convivência, por isso ainda estão começando um projeto maior de auto-gestão da escola.

Por outro lado, um problema encontrado nesta metodologia é o distanciamento da comunidade em relação à escola. Pelo fato de estar em outra cidade, problemas com o transporte são comuns e os pais se envolvem pouco com a formação do filho e da escola. Outro ponto importante a ser destacado é o tempo comunidade. Apesar de apresentarem-se propostas de trabalho para

esse período, considera-se um intervalo de três meses muito extenso.

Ao mesmo tempo em que os jovens amadurecem longe dos pais, passam por muitas dificuldades. Há um rompimento muito brusco com a família, uma vez que alguns jovens que nunca tinham dormido fora de casa vão passar três meses na escola. Apesar de ter uma equipe de coordenadores para acompanhar esse impacto causado por este distanciamento da família, existem jovens que não suportam isso. Este problema, associado a outros fatores - como adaptação ao ambiente, aos colegas, ao tempo prolongado e intenso de estudo - acaba por levar à desistência do curso. A presença de um psicólogo no curso seria uma medida importante para o desenvolvimento dos jovens.

Observou-se, também, que os motivos e objetivos dos jovens que fazem o curso são distintos. A grosso modo, partindo das observações e avaliações realizadas durante o período de trabalho pode-se classificar quatro categorias: 1. aqueles que estão fazendo o curso porque surgiu a oportunidade; 2. aqueles que querem estudar para “ter futuro” ou por exigências dos pais; 3. aqueles que querem conseguir um emprego; 4. aqueles que estão preocupados com o desenvolvimento do seu lote. Esta configuração surgiu depois de um tempo de aulas e convivência com os jovens.

Durante a convivência percebeu-se que alguns dos jovens demonstraram grande facilidade de liderança, qualidade valorizada pela coordenação, mais preocupada com a militância e com as políticas do movimento. Um segundo grupo, pequeno e composto por pessoas geralmente mais velhas (entre 22 e 45 anos), está mais preocupado com o lote. Opinaram que, por eles passarem três meses na escola, deixam o lote sem ter alguém para cuidar. Ao mesmo tempo, eles fazem planos de como organizar sua produção, considerando o tempo que estarão fora para estudar. Observou-se que esse grupo vê o curso de Agroecologia como alternativa para o desenvolvimento do seu lote e da sua comunidade. O terceiro grupo é aquele preocupado em conseguir um emprego quando se formar. Geralmente comentavam sobre os órgãos do governo, como ITESP e INCRA ou Cooperativas etc. O quarto e último grupo é composto por jovens que não tem clareza dos seus objetivos.

A primeira etapa

Foi feito o planejamento para duas etapas, sugestão dos coordenadores do curso. No total, somava 34 horas/aula. Na primeira aula foi aplicada uma avaliação inicial para saber o que os alunos entendiam por Educação Física, como foi a disciplina para eles, até então, e qual era o interesse deles nesta disciplina. Para isso apresentou-se a disciplina aos educandos, procurou-se conhecê-los através de dinâmicas de integração, aplicou-se a avaliação e terminou-se a aula com um jogo cooperativo para propiciar um momento de

descontração e maior proximidade entre eles e deles com os pesquisadores docentes.

O objetivo da avaliação era buscar o interesse dos educandos junto à Cultura Corporal. Finalizou-se com uma discussão em grupo, onde eles não falaram muito, talvez por receio unido ao desconhecimento. Sugeriu-se uma parte escrita, que tinha cinco perguntas: 1. Como foi a Educação Física na escola até hoje? 2. O que vocês esperam das aulas de Educação Física? 3. Quais as opções de lazer que vocês encontram no assentamento? 4. O que vocês gostam de fazer no tempo livre? 5. O que você entende sobre qualidade de vida?

No resultado da avaliação notou-se que os jovens não têm opção de lazer no campo. Muitos responderam enfaticamente que não têm nada para fazer; outros disseram que tem “futebol”, “andar a cavalo”, “tomar banho no rio”, “pescar” e “comemorações em datas pontuais”.

É necessário, então, o trabalho com o lazer, pois já se constatou, na bibliografia, a dificuldade que os jovens camponeses encontram em realizar o seu lazer. Isso está sendo um agravante nos assentamentos, pois é, entre outros fatores relacionados também à políticas públicas, um dos pontos fortes para o êxodo da juventude rural, pois estes vão procurar o lazer na cidade e acabam achando mesmo a cidade mais atraente para morar.

O planejamento foi feito para que se discutisse não só a questão do lazer na sociedade, como o acesso que eles têm ao lazer, o lazer como direito, como este se configura como cultura e como eles podem ser protagonistas das suas práticas de lazer em sua comunidade.

Planejamento⁶

Seguem, abaixo, a ementa e o planejamento proposto para a disciplina:

Ementa da disciplina

A Educação Física pretende proporcionar ao educando elementos para sua formação cidadã em busca de conhecimentos e valorização da própria cultura. Através da Cultura Corporal trabalhar o desenvolvimento das capacidades motoras, cognitivas, afetivas e sociais, que serão de extrema importância para o domínio do corpo, base para o conhecimento e para a construção da personalidade. Utilizar a expressão corporal enquanto linguagem e estimular a produtividade de pensamentos criativos a fim de buscar no educando uma atuação autônoma e crítica da realidade.

⁶ Optou-se por apresentar na íntegra a proposta da disciplina para melhor compreensão do desenvolvimento das atividades do curso.

Objetivos

- Promover a interação e a inserção dos educandos nas práticas corporais.
- Incentivar a auto-organização dos educandos ao trabalho coletivo no que tange à Cultura Corporal.
- Compreender e analisar criticamente as diferentes manifestações da Cultura Corporal valorizando, apreciando e desfrutando dos seus benefícios.
- Reconhecer e valorizar do corpo quebrando os padrões estabelecidos pela mídia.
- Desenvolver consciência crítica em relação aos conceitos de saúde e lazer da classe trabalhadora .
- Desenvolver senso crítico aos valores estabelecidos, difundindo o modelo corporal defendido pela mídia.
- Instrumentalizá-los para usufruir da cultura corporal no tempo livre de lazer, resgatando o prazer enquanto aspecto fundamental para a saúde e melhoria da qualidade de vida.
- Favorecer o contato corporal consigo e com os outros, por meio de linguagens que favoreçam a expressão das idéias, sentimentos e crença pelo movimento.

Conteúdos

- Conceito e histórico do Lazer
- Discussão e materialização de elementos da Cultura Corporal como jogos, esporte, ginástica, dança, lutas etc
- Outros apresentados como necessidade no decorrer do curso.

Métodos de ensino

- O trabalho será realizado na forma de construção coletiva dos conteúdos. (aulas abertas às experiências)
- Aulas expositivas e trabalhos em grupo.
- Discussões de temas relacionados à Cultura Corporal.
- Prática de atividades corporais em grupo.
- Organização do encerramento da disciplina na forma de apresentação.

Avaliação

- Participação individual e em grupo dos educandos nas atividades propostas.
- Através do registro de aulas no caderno com a sistematização dos temas tratados no decorrer do curso.
- Elaboração e apresentação dos trabalhos propostos.

A experiência nas aulas

Foram trazidos para as aulas alguns conceitos de lazer, como e onde esta atividade se encaixa na Constituição Federal Brasileira e no Estatuto da

Criança e do Adolescente. Realizou-se também, um trabalho em grupo onde eles tinham que pensar na organização de um evento de lazer de acordo com a classificação dos conteúdos divididos por interesses, trazida por Marcelino (1996). Objetivou-se criar, distribuir e encaixar as práticas corporais aos tempos de lazer de acordo com os interesses artísticos, intelectuais, físicos, manuais, turísticos e sociais.

Este trabalho foi interessante, pois eles utilizaram alguns dos conteúdos que pensaram e realizaram no Tempo de Esporte e Lazer – um período na grade horária destinada ao lazer. Ali foi possível a materialização daquilo que eles viram e estudaram nas nossas aulas teóricas.

Durante as outras aulas, realizou-se alguns jogos pré-desportivos, cooperativos e brincadeiras como alternativas para o lazer. Em todas as atividades discutiu-se na sala de aula antes de ir para a quadra. Depois, avaliava-se a participação da turma e o desenvolvimento da atividade. Quase todos os interesses foram contemplados. Para os interesses artísticos foi convidado um grupo teatral, que fez uma intervenção em aula. Eles apresentaram esquetes de comédia, seguidas de algumas dinâmicas de expressão corporal, que contou com muita participação da turma.

Discussão dos problemas de gênero encontrados na prática do futebol

Ao voltar para a segunda etapa continuou-se com as questões do lazer e da Cultura Corporal na sala de aula. Porém na avaliação final os alunos cobraram o futebol como parte da Educação Física, pois teria sido trabalhado. Assim, não se pode deixar de fora do planejamento um conteúdo de tamanha importância: o futebol, que é uma das manifestações culturais mais importantes em nosso país. Atividade de lazer muito presente, também, no cotidiano dos jovens. Um jovem da turma (rapaz) ressaltou a importância de discutir-se gênero. A partir daí, elaborou-se alguns jogos de futebol, com o intuito de fazer uma discussão onde se abordariam alguns pontos, como a posição da mulher em situação de opressão e compara-los com o cotidiano. Ressalta-se que, na turma de 62 jovens, somente 18 eram mulheres.

Discutiu-se, então, a organização da turma no Tempo Esporte e Lazer e a organização deles em jogos de futebol nas aulas de Educação Física. Fez-se uma discussão, ainda em sala de aula, com a proposta de que os grupos apresentassem proposições pertinentes aos jogos a serem realizados. Discutiu-se como a turma iria se organizar, a divisão dos times, as regras e até o tempo de cada jogo, considerando os períodos de aula e que todos tinham que participar dos jogos.

Após essa discussão, realizaram-se os jogos. Primeiramente, fez-se um aquecimento em conjunto e, depois, deixou-se que eles se organizassem.

Aconteceu uma seqüência de jogos, onde os times que ganhavam jogavam menos. Porém, eles não perceberam isso durante a atividade que durou algumas aulas.

Alguns educandos não jogavam por algum problema de saúde ou por não se sentirem à vontade para jogar. Esses jovens foram orientados a fazer um relatório das atividades observando os conflitos ocorridos e os problemas relacionados à organização - pois eles seriam os debatedores no encerramento da atividade, quando haveria uma discussão dos problemas e propostas para melhorar a organização da turma. De início não se obrigou a participação de todos nas atividades de práticas corporais. Notou-se, porém, a falta de costume dos jovens de praticar esportes e, principalmente, a relação deles com o próprio corpo e com as habilidades e capacidades motoras - como limitação para participar de algumas atividades. Isso foi quebrado no decorrer das aulas, pois um dos princípios nas aulas de Educação Física é a participação de todos e a inclusão no universo da Cultura Corporal.

Discutiu-se, em sala, os problemas encontrados. Os jovens que relataram foram mediadores da discussão. Foram levantados os problemas de organização e participação da turma perante as atividades. O debate foi feito com inscrições de falas e relatório, tendo os pontos principais colocados na lousa e depois separados em pontos bons e ruins. Estes pontos foram se desenvolvendo durante o debate entre os educandos. As pessoas colocavam espontaneamente seus sentimentos e sua avaliação com base nos fatos ocorridos durante as aulas. Durante o debate levantou-se os seguintes pontos ruins:

- exclusão
- individualismo, agressão verbal
- indisciplina
- machismo (o mais discutido)
- egoísmo
- falta de ética
- falta de compreensão

O esforço do professor foi mediar o debate, sempre chamando a atenção dos alunos para observar os fatos em um contexto amplo, comparando os acontecimentos ocorridos aos preconceitos e opressões que são encontrados na sociedade e reproduzidos em um jogo de futebol. Eles foram chamados a comparar o que acontecia todos os dias no Tempo de Esporte e Lazer e até mesmo na sua comunidade, pois, na avaliação diagnóstica, eles próprios falaram que só jogavam futebol como lazer quando estão nos assentamentos.

Discutiu-se, também, os pontos positivos desta atividade. Foi citada a distração, o divertimento que a atividade proporcionou à turma, a participação massiva no esporte em si. Foi comentado, também, que nesta discussão

algumas pessoas que nunca se manifestaram participaram ativamente.

No final da atividade os alunos ficaram surpresos com a quantidade de questões anotadas, coisas observadas durante os jogos de futebol. Acharam também que a discussão serviu para enxergarem todos os pontos ruins e a busca da superação, pois alguns deles disseram nunca terem identificado que poderiam acontecer tantas coisas em um simples jogo de futebol. Foi significativo, portanto, que eles puderam analisar criticamente a prática.

Após a análise do jogo, foram feitas propostas para outro tipo de atividade - a de uma ressignificação do esporte no tempo de lazer. O diálogo foi ressaltado como forma de entendimento para um melhor desenvolvimento da atividade. Foi proposto, então, uma conversa antes do jogo, para se entender, discutir a troca de jogadores para tornar o jogo mais democrático e, por isso, mais dinâmico. Com isso a competição ficaria mais nivelada, para haver emoção. O ganhar viria depois da diversão.

As propostas levantadas foram: 1. Formar times fora dos NBs, pela falta de pessoas e com o mínimo de duas mulheres; 2. Fazer uma conversa antes de jogar para se entender e se for preciso trocar jogadores; 3. Um jogo diferente onde somente as mulheres fazem gol; 4. Quando precisarem de jogadores, pegar uma mulher ou um jogador menos forte.

Estas quatro questões demonstraram o interesse dos jovens em construir um jogo mais democrático, com a participação de todos; e um jogo mais dinâmico, com a competição mais igual. Porém, ainda demonstraram, o preconceito com relação às mulheres.

A atividade que foi realizada logo após a discussão de gênero, na qual a relação com as mulheres foi muito debatida, mostrou-se interessante. A turma foi dividida em dois grupos: em um deles ficaram os jovens que não admitiam jogar futebol com mulheres; aqueles que as defendiam ficaram em um outro grupo, junto com elas. A atividade foi uma espécie de ginástica de relaxamento, com expressão e contato corporal entre os integrantes do grupo. Durante a atividade, os meninos se deparam com uma situação que fizeram eles refletirem sobre sua postura em relação às mulheres - não só no jogo de futebol, como em qualquer outra atividade.

Esta atividade não foi uma espécie de punição aos jovens que estavam questionando a participação das mulheres no jogo de futebol, embora esta se mostrou mais desagradável a eles. Foi uma atividade onde eles puderam refletir sobre sua aceitação das mulheres nas atividades de Educação Física. Uma reflexão que aponta para o fato deles determinarem onde as mulheres podem ou não participar. Neste caso, como houve contato corporal como massagens e abraços, os jovens que rejeitaram as mulheres no campo notaram que estavam sem parcerias femininas e reivindicaram a presença das mulheres. A partir daí, discutiu-se esta diferença no futebol, na ginástica e as posições do homem e

da mulher em relação à Cultura Corporal. Acredita-se que a visão deles, em relação a isso, foi modificada.

A avaliação

A avaliação está muito ligada à concepção de educação e de metodologia utilizada nas aulas. Uma metodologia de avaliação que se situasse no que foi exposto neste texto foi a avaliação de concepção progressista, no qual o professor faz diagnósticos e considera a capacidade de aprendizagem do aluno; onde este se auto avalia. A avaliação é contínua e serve para reorientação do processo, uma vez que o professor deve se auto avaliar e reformular a intervenção, caso seja preciso.

Foi muito difícil quantificar a participação e o entendimento dos educandos. Para avaliar levou-se em consideração a participação deles nas atividades, nos debates e nas contribuições das atividades em grupo. Na primeira etapa, foram levantados os pontos-chave das discussões em sala de aula, através de uma auto-avaliação. O principal foi avaliar a assimilação dos alunos na disciplina e o que eles tinham a contribuir para a próxima etapa.

A avaliação contou com cinco exercícios, que eles puderam responder em dupla: 1. O que vocês entendem por lazer? 2. Por que o lazer é importante? 3. Faça uma avaliação do grupo em relação à participação nas aulas e o tempo Esporte e Lazer. 4. Faça uma avaliação quanto sua participação nas aulas. 5. Críticas e contribuições ao conteúdo ministrado na disciplina.

Com esta avaliação percebeu-se a dificuldade que os educandos encontraram para unir o que discutiram na sala de aula com o que realizaram na quadra.

Na segunda etapa, como era um momento de encerrar o conteúdo planejado, levantou-se tópicos que eles deveriam abordar em um texto de avaliação geral da disciplina. Os tópicos foram o seguinte: 1. O conteúdo das aulas; 2. A didática da professora; 3. A participação da turma; 4. O desenvolvimento das atividades; 5. A própria participação.

Na correção, levou-se em consideração o desenvolvimento das idéias, como eles avaliaram as aulas e se conseguiram colocar no papel as impressões que tiveram durante as atividades propostas. O principal fator foi a assimilação do trabalhado nas aulas com o que acontece no seu cotidiano, na sua comunidade - que não tem acesso ao lazer e que, talvez, não tenha consciência de que o lazer é um direito de todos. Também foi avaliado como a Cultura Corporal pode e deve ser ressignificada nesse ambiente.

Os resultados foram muito mais amplos do que o esperado. Os alunos abordaram, na avaliação, muitos pontos significativos das aulas: a questão da participação, do lazer como direito, da organização da comunidade para o

lazer, a questão do gênero e da valorização da cultura popular.

Reproduz-se, aqui, alguns trechos das avaliações da segunda etapa, nas quais os educandos demonstram reflexões feitas nas aulas de Educação Física⁷:

“A professora quebrou o tabu de que mulher não pode jogar com os homens e quem não sabe jogar ela colocava e a gente brincava”.

Cesar Jander da Silva.

“Com estas atitudes passei a ver que a professora se superou com relação a essas atitudes fazendo que os alunos mudassem sua visão com respeito as meninas”.

“Foi gratificante o envolvimento e a melhor relação entre os alunos que foi a professora que conduziu”.

Bertoni

“Com a professora não tem esse negócio de se sabe ou não brincar”.

Aguinaldo Alves de Lima

“As dinâmicas são muito boas pois elas todas tem um objetivo, e o principal objetivo é trabalhar a turma toda sem excesso”.

Hellen Ayres Paes

“Foram aula boa com diversidade de exercício continuidade esporte brincadeira descontração companheirismo parceria trabalho em grupo e dividi tarefas entre si”.

Claudinei Pereira

“Foi realizado um debate do que ia ser feito na hora do jogo, isso foi bom para refletirmos bastante nisso, mas teve ainda alguns alunos que não entenderam esse debate”.

Gerson da Silva Souza

“...da etapa passada para essa tive uma grande melhora, na etapa passada eu não aceitava de jeito nenhum fazer outra coisa a não ser jogar futebol, nessa etapa eu até apoiava as brincadeiras”.

Thiago Aparecido da Silva

⁷ Nesta etapa do estudo ainda não foi realizada uma análise mais aprofundada dos depoimentos dos alunos.

“Bom sobre as aulas de Educação Física da professora Juliana, nós aprendemos muitas coisas, ela nos mostrou que EF não é só jogar bola, tem muito mais coisas, como por exemplo danças, brincadeiras, ginástica, expressão corporal etc....resumindo EF é cultura...”

Joeder Lopes Tomas, Jackeline Cristina de Souza Oliveira

“(...)ela também nos mostrou a desigualdade entre homem e mulher, isso foi muito bom porque ninguém nunca imaginou que uma aula de Educação Física nós iríamos discutir sobre a desigualdade entre homem e mulher”.

Jackeline Cristina

“As atividades teve um grande desenvolvimento pois no começo os meninos nem sempre gostavam de jogar com as meninas, depois a professora fez uma aula que eles mudaram em relação ao comportamento com as meninas(...)”

Nota-se, nos relatos, a mudança em relação à opinião que tinham em participar das atividades práticas, assim como a quebra do paradigma de que a Educação Física é somente futebol. Um outro fator marcante foi a reflexão sobre a relação com as mulheres que, segundo eles, mudou e os fez pensar a partir do jogo de futebol. A importância do diálogo para qualquer organização e o trabalho em grupo também foram avanços proporcionados pelas aulas de Educação Física.

Trabalho no tempo comunidade

Como já explicitado antes, o curso funciona com a metodologia da alternância, na qual existe o tempo comunidade. Os jovens passam três meses no local onde residem e fazem trabalhos ali. Ao final da segunda etapa avaliou-se que eles estavam preparados para realizar um trabalho referente à disciplina no tempo comunidade. Objetiva-se avaliar se eles já tem subsídio o suficiente para entender a dinâmica da autonomia e de reivindicação do lazer como direito no seu cotidiano.

Foi solicitado que eles realizem um trabalho, no qual vão se organizar em grupos para realizar um evento de lazer nos assentamentos ou acampamentos em que moram. Eles deverão buscar alternativas de lazer e envolver a comunidade. O trabalho será entregue na próxima etapa em forma de relatório⁸.

⁸ Optou-se, aqui, por apresentar “em estado bruto” alguns trechos mais interessantes.

Roteiro para o trabalho no tempo comunidade:

Objetivo

- Organizar um evento de lazer no assentamento ou acampamento
- Envolver a comunidade
- Procurar alternativas de lazer no campo

Metodologia

- 1º Grupo de educandos que moram no mesmo assentamento ou acampamento.
- 2º Reuniões para elaborar e organizar o evento de lazer (pode ser qualquer tipo, utilizem o conteúdo das aulas teóricas sobre lazer)
- 3º Fazer atas de todas as reuniões (na ata deve conter data, pessoas presentes, local e o que foi discutido e decidido na reunião)
- 4º Fazer a divulgação do evento
- 5º Registrar o evento (através de fotos, lista de presença, depoimento das pessoas etc...)
- 6º Apresentar na terceira etapa um relatório contendo:
 - as características da atividade,
 - a justificativa do evento (por que vocês pensaram e realizaram este tipo de atividade),
 - quantas pessoas compareceram e qual foi a repercussão no assentamento e um relato individual dizendo o que achou da atividade.
- 7º Entregar junto com o relatório as atas e os registros feitos durante o evento.

Considerações finais

Nesta experiência, observou-se que existem muitas peculiaridades no curso de Agroecologia do MST – diferenciando-o dos cursos tradicionais. Isto começa pela metodologia da Alternância, passando pela organização e disciplina até o planejamento das atividades. Ressalta-se que a participação ativa de uma organização, como o MST, no planejamento e na execução das diversas tarefas do curso fazem muita diferença na formação dos educandos e no “desenvolvimento integral do ser humano” – algo que o movimento tanto defende.

Constatou-se que as aulas de Educação Física foram importantes para uma reflexão acerca do tempo livre e do lazer, das relações interpessoais e, principalmente, em relação às mulheres. O contato com a Cultura Corporal, associada à reflexão crítica e à discussão, trouxe o reconhecimento da possibilidade de contestação e auto-organização em relação ao lazer, além da mudança de opinião em relação à Cultura Corporal como possibilidade de lazer e cultura.

Considera-se, também, que, embora forma percebidos avanços, o curso ainda necessita de aprimoramento e apoio pedagógico, uma vez que é a primeira turma de Agroecologia. Contudo, dessa experiência surge a esperança e convicção de que a mudança é possível, que ela pode acontecer através da reivindicação e participação popular. Quando a educação se confunde com o processo de humanização, em busca da consciência crítica para construir uma sociedade diferente, mais humana e igualitária, este processo se faz carregado de perspectivas.

Referências

ALVES, R. **Estórias de quem gosta de ensinar**: o fim dos vestibulares. Campinas, SP: Papirus, 2000.

BETTI, M. **Educação física e sociedade**. São Paulo: Movimento, 1991.

BETTI, M.; ZULIANI, L.R. Educação Física Escolar: uma proposta de diretrizes pedagógicas. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v.1 n.1 p.73-81, 2002.

BEZERRA NETO, L. **Sem Terra aprende e ensina**: estudos sobre as práticas educativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

ESCOBAR, M.O.; TAFFAREL, C.Z. A cultura corporal. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Curso intensivo e seminário interativo educação física proposições pedagógicas superadoras na escola**. Salvador: FAGED, p.1-6. 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários a prática educativa. 25. Ed. São Paulo: Paz e terra, 1996.

GADOTTI, M. **Boniteza de um sonho**: ensinar- e- aprender com sentido. São Paulo, SP: Ghubhas, 2003.

LIMA, A.P; OLIVEIRA, M.P.; GOMES; N.B.; ALMEIDA, S.T. **A construção social da adolescência face a determinações do capitalismo contemporâneo**. 2005. Monografia (Bacharelado em Serviço Social). Faculdades Integradas “Antônio Eufrasio de Toledo”, Presidente Prudente.

MARCELLINO, N.C. **Estudos do Lazer**: uma introdução. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

MEDINA, J.P.S. **O brasileiro e seu corpo**: educação e política do corpo. 3. Ed. Campinas, SP: Papirus, 1991.

Projeto Pedagógico do Curso Médio Integrado ao Técnico em Agroecologia. Faculdade de Engenharia Agrícola – FEAGRI / Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 2006. (mimeo)

TAFFAREL, C.Z.; TEIXEIRA, D.R. **Cultura Corporal e território como complexo temático na formação de professores**: Uma contribuição ao debate sobre reconceptualização curricular. Disponível em: http://www.faced.ufba.br/rascunho_digital/textos/542.htm. Acesso em: 11 de junho de 2006.

WHITAKER, D.C.A.; SOUZA, M.F. A permanência dos jovens nos assentamentos de reforma agrária: um rosário de equívocos. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, Nupedor/Uniara, n.10, 2006.

EDUCAÇÃO RURAL: UM CONVITE AO DEBATE

Finalizamos este número de Retratos de Assentamentos, convidando os pesquisadores que trabalham com educação rural (especialmente em assentamentos de Reforma Agrária) a enviarem artigos que possam dialogar com as sugestões do texto de Ana Lúcia E. F. Valente da UnB, cuja publicação convida ao debate. Com efeito, a professora se propõe a “contribuir para a discussão sobre a temática, na perspectiva de colocar em xeque a esquizofrenia teórica que parece abater-se sobre aqueles que tem se dedicado à questão”.

Atendendo a sua interessante chamada ao debate, nós do NUPEDOR publicamos aqui o seu texto, em contraponto com dois artigos assinados por Dulce Whitaker e produzidos ao longo de mais de 30 anos de pesquisas sobre a relação campo-cidade no Brasil. Valente propõe que a educação no campo seja pensada em outros termos que não aqueles que informam os documentos. Resolvemos então transcrever aqui um artigo publicado por Whitaker, no início dos anos 90, fruto de pesquisas do NUPEDOR, que mostra como já fazemos isso há décadas. Em seguida, Whitaker escreve um texto atual para mostrar como se deve, segundo ela, pensar a educação rural hoje: “A educação escolar na zona rural: da razão dualista à razão dialética”. O debate se faz necessário, já que enquanto Valente parte de importantes conceitos antropológicos para situar o que chama de esquizofrenia teórica, Whitaker se preocupa mais com questões históricas relativas ao modo de produção capitalista e questões epistemológicas relativas à formação das estruturas cognitivas na aprendizagem. Como as relações sociais são infinitas, como já declarava enfaticamente o saudoso Otávio Ianni, podemos esperar contribuições preciosas, baseadas em outros pontos de vista, tanto teóricos quanto investigativos. Talvez possamos publicar o próximo número de nossos Retratos, reunindo tais diferentes contribuições.

No seu artigo atual, Whitaker desenvolve o que pensa sobre a questão, após pesquisar Educação rural-urbana, a partir do NUPEDOR e contemplando algumas conquistas da Educação do Campo em Araraquara – projeto do qual, é bom que se diga, nunca participou, mas que considera um avanço.

Para Whitaker, não resta dúvida de que o capitalismo conseguiu unificar rural e urbano, através de variadas formas de articulação. Daí que tenha sido superada a razão dualista na relação campo-cidade, conforme já observava Martins nos anos 70 (MARTINS, 1976).

Essa unificação se dá, conforme analisa Whitaker, pela articulação e subsunção dos processos de trabalho tradicionais. Isso não significa, portanto, que tenham sido colocados à disposição dos trabalhadores do campo os bens

materiais e culturais que caracterizam a vida urbana. Assim, as diferenças entre os espaços são brutais – e não só entre rural e urbano – e recriam modos de vida para os assentamentos de reforma agrária. Tais diferenças são dramáticas para os pesquisadores do NUPEDOR que transitam constantemente entre os vários graus de ruralidade que sobrevivem até nas cidades em regiões modernas como a nossa.

Para melhor entender essas variações e superar a dicotomia cidade-campo, Whitaker criou, já nos anos 80, a expressão “franjas do rural-urbano” que a ajudou a compreender a trama de relações entre usinas, pequenas cidades, fazendas e sítios da região (WHITAKER, 1984).

Assim, convidamos ao debate sobre uma realidade que a Sociologia Rural já apreende sem dicotomias ultrapassadas, há quase meio século, mas que ainda exige análises aprofundadas para esclarecer mudanças de paradigmas que acompanham naturalmente a mudança social.

As organizadoras

Referências

MARTINS, J. S. **Sobre o modo capitalista de pensar**. São Paulo: Hucitec, 1976.

WHITAKER, D. C. A. **Ideologia e Práticas Culturais: o controle ideológico do trabalhador da cana**. 1984. Tese (Doutorado em Sociologia da Educação). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 1984.

A EDUCAÇÃO NO CAMPO E A SUA REALIDADE: A ESQUIZOFRENIA TEÓRICA EM XEQUE?

Ana Lúcia E.F. Valente¹

Resumo: Objetiva-se contribuir no debate sobre a educação no campo, procurando recuperar alguns conceitos elaborados na área antropológica, na qual se acumularam conhecimentos sobre a diversidade cultural. Também são destacadas análises produzidas na área educacional, em especial na história da educação, que trazem à luz informações pouco conhecidas, as quais permitem a compreensão de alguns processos em andamento, e compartilham o aporte teórico da perspectiva antropológica adotada. Esse aporte não contrapõe o singular ao universal e sua explicitação, mesmo que sucinta, permite recolocar aquele debate em novo patamar. Documentos oficiais como as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, do Conselho Nacional de Educação, e outros publicados pelo Ministério da Educação, que reivindicam a especificidade dessa educação voltada para o alunado marcado pela diversidade cultural e que vive no espaço rural, são tomados como ponto de partida para proceder à crítica de certo enfoque sobre a temática. Esse enfoque tem sido caracterizado pelo ecletismo metodológico e pela falta de rigor teórico que se evidencia no emprego incoerente de categorias iluminadas por diferentes opções analíticas, estabelecendo um conflito que não é falso. Dessa maneira, tem-se perdido de vista o movimento da história. Com base na contribuição oferecida, propõe-se que a educação no campo seja pensada em outros termos.

Palavras-Chave: Educação no Campo, Crítica à Razão Dualista, Diversidade Cultural.

¹UnB.

Introdução

Em abril de 2002, foram instituídas as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Dentre os artigos que compõem a Resolução da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2002), quatro merecem destaque. São eles:

Art. 2º Estas Diretrizes, com base na legislação educacional, constituem um conjunto de princípios e de procedimentos que visam adequar o projeto institucional das escolas do campo às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e Médio, a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Especial, a Educação Indígena, a Educação Profissional de Nível Técnico e a Formação de Professores em Nível Médio na modalidade Normal.

Parágrafo único. A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país.

Art. 5º As propostas pedagógicas das escolas do campo, respeitadas as diferenças e o direito à igualdade e cumprindo imediata e plenamente o estabelecido nos artigos 23, 26 e 28 da Lei 9.394, de 1996, contemplarão a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia.

Art. 7º É de responsabilidade dos respectivos sistemas de ensino, através de seus órgãos normativos, regulamentar as estratégias específicas de atendimento escolar do campo e a flexibilização da organização do calendário escolar, salvaguardando, nos diversos espaços pedagógicos e tempos de aprendizagem, os princípios da política de igualdade.

§ 1º O ano letivo, observado o disposto nos artigos 23, 24 e 28 da LDB, poderá ser estruturado independente do ano civil.

§ 2º As atividades constantes das propostas pedagógicas das escolas, preservadas as finalidades de cada etapa da educação básica e da modalidade de ensino prevista, poderão ser organizadas e desenvolvidas em diferentes espaços pedagógicos, sempre que o exercício do direito à educação escolar e o desenvolvimento da capacidade dos alunos de aprender e de continuar aprendendo assim o exigirem.

Art. 13. Os sistemas de ensino, além dos princípios e diretrizes que orientam a Educação Básica no país, observarão, no processo de normatização complementar da formação de professores para o exercício da docência nas escolas do campo, os seguintes componentes:

I - estudos a respeito da diversidade e o efetivo protagonismo das crianças, dos jovens e dos adultos do campo na construção da qualidade social da vida individual e coletiva, da região, do país e do mundo;

II - propostas pedagógicas que valorizem, na organização do ensino, a diversidade cultural e os processos de interação e transformação do campo, a gestão democrática, o acesso ao avanço científico e tecnológico e respectivas contribuições para a melhoria das condições de vida e a fidelidade aos princípios éticos que norteiam a convivência solidária e colaborativa nas sociedades democráticas.

Evidencia-se na leitura desses artigos a preocupação com: “a identidade da escola do campo”; “as questões inerentes à sua realidade”; “a diversidade do campo”; “as estratégias específicas de atendimento escolar do campo”; e mesmo uma formação complementar de professores dessas escolas que contemplem essas “especificidades”. Portanto, chama-se a atenção para o que seria específico e/ou singular.

No atual governo, o Ministério da Educação propôs a construção de uma política nacional de educação do campo, a partir do “diálogo com as demais esferas da gestão do Estado e com os movimentos e organizações sociais do campo brasileiro”². Entre os eixos teórico-políticos orientadores da política em construção (BRASIL, 2006b), tendo como “pano de fundo (...) a diversidade étnico-cultural como valor, ou, dito de outra forma, o reconhecimento do direito à diferença e a promoção da cidadania na vida da República”, merece destaque:

² Foi criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade e em sua estrutura a Coordenação-Geral de Educação do campo, responsável pela mobilização capaz de gerar essa política.

a) Construção de uma base epistemológica. Consiste na busca da construção de uma base conceitual de superação da dicotomia campo-cidade. Uma crítica ao que, no Brasil, tem orientado as políticas públicas, fazendo-as voltadas ao desenvolvimento econômico e social em franco privilégio ao espaço humano citadino ou, mais que isso, em detrimento da vida no chamado meio rural. A busca de nova base implica ações no sentido de se instalar nas instituições processos de apoio à pesquisa de base e aplicada que tenha como temática a questão do campo e da educação do campo, mormente, educação e desenvolvimento sustentável.

Embora esse eixo teórico-político sinalize a necessidade de superação do dualismo campo-cidade, causa estranheza que outros documentos ministeriais de mesma origem reafirmem que “a educação no campo tem características e necessidades próprias para o aluno do campo no seu espaço cultural” (BRASIL, 2006a). Superado o dualismo, qual a razão da reivindicada “especificidade”?

O objetivo deste trabalho é contribuir para a discussão sobre a temática, na perspectiva de colocar em xeque a esquizofrenia teórica que parece abater-se sobre aqueles que têm se dedicado à questão. Para isso, procura-se recuperar algumas contribuições do campo antropológico, no qual se acumulou conhecimento sobre a diversidade cultural, bem como formulações e análises produzidas no campo educacional que compartilham o mesmo aporte. Parte-se de uma base teórica que não contrapõe o singular ao universal, cuja explicitação mesmo que sucinta permite recolocar o debate em novo patamar.

O singular e o universal

Advoga-se que o específico, o singular e o universal são níveis diferenciados e não-excluentes da produção do conhecimento. As relações e mediações entre essas instâncias são necessidade e desafio à compreensão científica e acadêmica. O específico, em geral, refere-se aos objetos de pesquisa; o singular ao contexto social mais abrangente no qual o objeto está inserido; e o universal expressa as tendências históricas da organização social dominante, ou seja, do modo de produção capitalista (VALENTE, 1996). De maneira mais sistematizada, Alves (2003, p.28) apresenta sua contribuição ao debate explicando que,

(...) o singular é sempre uma forma de realização do universal [sua expressão acabada é o modo de produção capitalista]. Logo, o singular refere-se, também, à escala

adotada pelo pesquisador para realizar a abordagem da realidade humana: uma cidade, uma região, um país, um continente, etc. O singular é manifestação, no espaço convencional, de como leis gerais do universal operam dando-lhes uma configuração específica. Universal e singular, nessa perspectiva, são indissociáveis.

O autor assim conclui seu ensaio metodológico sobre a abordagem científica do regional, em que pese ter iniciado o texto com um duro combate ao estudo da especificidade, do singular e da diferença. Para Alves, o debate centrado naquilo que nos singulariza perde de vista a unidade concreta da realidade humana, e cita Martí - que afirma ser um pecado contra a humanidade tudo o que divide, especifica afasta e encurrala os homens. Admite que a realidade humana possua caráter complexo e multifacetado e que, por isso é um despropósito falar em realidade latino-americana, realidade brasileira, realidade sul-mato-grossense, realidade do índio, realidade do negro etc. Mesmo as especificidades das diferentes nações latino-americanas e mesmo de distintas regiões brasileiras, não são excludentes ou intrínsecas porque são determinadas pelo capital.

Considerando-se que a referência a um universal tautológico tampouco faz avançar o conhecimento, o cerne do problema são as mediações entre esse nível de análise e o singular que nem sempre podem ser percebidas, captadas e discutidas em sua complexidade numa primeira aproximação com o objeto de reflexão. Disso decorre que o singular jamais será abandonado como ponto de partida das investigações científicas, máxima universalmente aceita por todos os campos do conhecimento. Mas só como ponto de partida.

Como foi destacado linhas acima, as discussões em torno da educação no campo trazem à baila questões relativas à diversidade cultural. Uma breve digressão conceitual permite precisar as relações da cultura e da educação, de maneira a facilitar a exposição das contribuições da antropologia no tratamento dessa temática.

O processo cultural e educacional

A criação e a transmissão contínuas do conhecimento conformam o processo cultural que é inseparável da condição social humana, porque implica o conhecimento e o aprendizado é um processo educacional. Porque se transforma ao longo do tempo é histórico e por ser comum a todos, é considerado universal. O homem é sujeito desse processo. Desse modo, pode-se definir a educação como processo histórico universal, como a ação que procura reafirmar a condição do homem como um ser que se distingue

de todos os outros no conjunto da natureza. Disso decorre que a educação é expressão do social e da cultura que caracteriza universalmente todos os seres humanos e, por ser histórica, transforma-se. Nessa perspectiva, processo educacional, produção cultural e “natureza” social humanos são experiências coincidentes.

Não se pode compreender os homens dissociados da sociedade, da cultura e da educação construídos historicamente por eles próprios. Isto porque o homem universal é ele mesmo histórico, transformando-se. Entretanto, para além do universalismo e da historicidade do homem, um aspecto aparentemente contraditório resgata uma perspectiva relativizadora de sua presença no mundo. A pluralidade de experiências interativas e reflexivas vividas pelos homens em diferentes meios e condições de sobrevivência faz com que a sociedade, a cultura e a educação ganhem contornos singulares. Na verdade, a singularidade não deixará de ser expressão da historicidade e universalidade humanas, mas por vezes esses aspectos vão aparecer na história como se estivessem dissociados.

Os homens em diferentes meios têm necessidades diferenciadas, buscam soluções diversas para atendê-las, que resultam em experiências e conhecimento singulares. Essa afirmação, desacompanhada de explicações devidas, poderia sinalizar o deslize para uma armadilha evolucionista: a perspectiva teórica que marcou o início da antropologia.

As contribuições da Antropologia

Essa ciência constituiu-se historicamente com a preocupação de compreender as diferentes culturas humanas. Mas é, ela mesma, fruto de necessidades humanas, nascendo comprometida com o contexto histórico que a originou e se transformou. Embora o homem tenha sempre buscado interrogar-se a si mesmo, o projeto de fundação da antropologia, como ciência do homem é recente. Apenas no final do século XVIII é que o próprio homem começa a ser tomado como objeto do conhecimento antropológico. E no século XIX, a antropologia define como objeto de estudo as populações que não pertenciam à civilização ocidental, as chamadas “sociedades primitivas”.

No século XVI são descobertos e explorados espaços desconhecidos. Já no século XVIII, o movimento iluminista procura organizar o discurso, até então veiculado pelos viajantes, sobre os habitantes do Novo Mundo. O século XIX, época em que a antropologia se constitui como disciplina autônoma, é o período de uma nova conquista colonial. Nesse movimento de conquista, os passos do antropólogo vão acompanhar os do colonizador. Os colonizados, possuidores de culturas diferentes, passam a ser vistos como “primitivos”, ou seja, os ancestrais dos civilizados e indissociavelmente ligados à origem

da civilização. Assim, todas as formas de organização social evoluiriam de formas mais simples em direção às mais complexas, rumo ao progresso.

O pensamento evolucionista, ao defender a existência de uma espécie humana idêntica que se desenvolveria em ritmos diferentes, passando pelas mesmas etapas até alcançar a “civilização”, aparece, hoje, como etnocêntrico e colonialista. Isto porque se procurou medir o suposto atraso das “sociedades primitivas” em relação aos critérios ocidentais, com o progresso técnico e econômico sendo considerado como “prova” da evolução histórica. Dessa maneira, o evolucionismo aparece como justificativa teórica do colonialismo. Associa-se também a ele a defesa de determinações do meio físico e a determinações raciais que explicavam o maior ou menor “avanço”, a inferioridade e superioridade das culturas existentes.

Pelo menos três razões nos afastariam das concepções evolucionistas do século XIX, quando afirmamos que o homem em diferentes meios tem necessidades diferenciadas, busca soluções diversas para atendê-las que resultam em experiências e conhecimento singulares. Não se podendo negar a existência de diferentes expressões da natureza, dificilmente poder-se-ia dizer que os homens respondem da mesma maneira aos desafios colocados pelo meio. Considerando a universalidade humana, não acreditamos que as transformações produzidas na interação homem/meio possam sofrer qualquer tipo de medição capaz de avaliar seu avanço ou superioridade. Essas transformações são definidas na própria relação dos homens com meios diferenciados que resultam em respostas particularizadas. Por outro lado, se atribuímos importância primordial aos homens e à sua capacidade transformadora, não se pode pensar em apenas determinação do meio, mas também em determinações humanas, no atendimento de suas necessidades.

Do mesmo modo, defendida a universalidade humana - ou, se quiserem, uma espécie humana idêntica - não se pode justificar que determinações raciais, isto é, biológicas possam intervir no processo diferenciado de transformação do meio. Por fim, se como dissemos anteriormente, a ciência redefine-se, comprometida com o contexto histórico, nada justificaria que o nosso olhar sobre a diversidade cultural de nosso tempo fosse moldado com a perspectiva teórica elaborada no século XIX. Como já foi afirmado, o conhecimento produzido sobre a realidade se transforma porque essa realidade é transformada pela ação humana. Por isso, a nossa opção teórica deve ser compreendida com base no conhecimento acumulado e à luz da história da própria antropologia.

Representando um avanço em relação às perspectivas etnocêntricas e evolucionistas da antropologia, no início do século XX, a corrente de pensamento culturalista, propôs uma nova forma de abordagem das chamadas sociedades primitivas. Propunha o esforço de compreensão da diversidade humana, negando que ela pudesse ser explicada por determinações biológicas

ou geográficas. Para essa corrente, as fontes dessa diversidade estariam na cultura e no particularismo histórico. Dessa maneira, as diferenças culturais apenas poderiam ser compreendidas no próprio contexto de sua constituição, sendo relativas às formas diferenciadas de organização social. No entanto, ao propor a análise de aspectos da cultura de sociedades diferentes do modelo ocidental, segundo sua lógica interna que seriam, então, relativos ao seu modo de funcionamento, os defensores do culturalismo incorreram nos mesmos equívocos que pretendiam superar. Isso porque, logo se percebeu que o “relativismo cultural” não apenas eliminava a possibilidade de qualquer estudo comparativo, como dificultava a compreensão da possibilidade de qualquer mudança cultural nas sociedades pesquisadas, imobilizadas em certos modelos ou padrões construídos pelos pesquisadores. No limite, isso justificava o tratamento diferenciado, dominador e paternalista das sociedades “avançadas”.

No século XX, foi ampliado o campo de observação da antropologia que passou a ser definido antes por uma maneira de abordar o objeto, do que por um objeto específico, como foi o caso das “sociedades primitivas”. Não sendo imunes à transformação social, essas sociedades vão perdendo as características diferenciadas que atraíram a atenção dos primeiros antropólogos. O enfoque da antropologia, tomando o homem em sua totalidade, dirige-se então para todas as épocas, todas as sociedades, em todos os recantos do mundo.

A antropologia manteve-se atrelada ao seu interesse pela diversidade cultural. E na medida em que essa diversidade merece a sua reflexão, o conhecimento sistematizado sobre a diversidade é uma construção teórica: a experiência vivida pelos homens passa a ser pensada pelos antropólogos a partir de conceitos, idéias, de formulações teóricas nem sempre concordantes.

Ainda hoje, o debate em torno da diversidade cultural é travado entre duas principais posições, recolocando em outras bases as questões apontadas pelas perspectivas evolucionista e culturalista. De um lado, a compreensão da diversidade cultural sendo informada pela universalidade humana. De outro, a diversidade cultural podendo ser compreendida exclusivamente no contexto particular em que foi elaborada, sem qualquer determinação universal. A primeira perspectiva é chamada racionalista ou anti-relativista, por oposição à segunda denominada relativista, por defender o relativismo cultural.

Na zona de tensão

A perspectiva que adotamos para a compreensão da diversidade cultural quer inserir-se na zona de tensão entre as posições anti-relativistas e relativistas. Na verdade, isso não é muito evidente. O problema da posição relativista é

que ela acaba sendo presa de uma análise redutora ao centrar-se apenas sobre o contexto particular no qual a diversidade é produzida. Mas, perde-se de vista o contexto histórico global no qual essa e outras particularidades estão mergulhadas. Ao ser negada a possibilidade de compreensão da singularidade a partir da comparação com outras particularidades existentes, é inviabilizada a sua própria compreensão. Quando definimos algo como diferente, temos necessariamente um parâmetro de referência para fazer essa afirmação. Afinal, trata-se de algo diferente do que?

A perspectiva anti-relativista ou racionalista, da qual aparentemente nos aproximamos, é vista como sendo incapaz de explicar os particularismos uma vez que esses são reduzidos a uma estrutura permanente, definida pelos universais da ação e pensamentos humanos. Mas, evitando os riscos de tomar a diversidade cultural como epifenômeno da universalidade humana, parece-nos possível unir à perspectiva racionalista e histórica, a dimensão da singularidade.

Conceitos como homem, história, sociedade, cultura e educação possuem duas dimensões não excludentes: uma universal e generalizada; outra singular e diferenciada. Mas o fato de serem dimensões intrinsecamente relacionadas não nos autoriza a afirmar que convivam harmoniosamente e sem conflitos. A indissociabilidade dessas duas dimensões muitas vezes só pode ser percebida através de mediações que levem primordialmente em conta o processo histórico e a funcionalidade que, por exemplo, possa ter no presente uma manifestação cultural do passado, preservada pela tradição.

Além dos conflitos e mediações existentes entre o universal e o singular, deve-se considerar que se qualquer atividade humana pode ser considerada como pertinente à cultura e à educação, nem sempre é reconhecida como tal. Para que essa relação se efetive é preciso que o sujeito das práticas sociais a elas atribua significado cultural e educacional. Por várias razões, nem sempre isso ocorre no contexto em que tal sujeito vive. A principal razão que leva o homem a não atribuir significados cultural e/ou educacional às suas práticas ocorre quando ele não se reconhece como construtor do mundo e de seus significados. Aí a história, a sociedade, a cultura, a educação aparecem como entidades que pairam sobre as cabeças dos homens, sem qualquer relação com a sua vida e a sua história. Poderia ser dito que o processo de reflexão do homem sobre a realidade vivida e pensada escapa ao seu controle e parece ganhar vida própria. Com isso, as construções humanas reais ganham contornos irrealis e fantasmagóricos porque mesmo sendo uma produção histórica do homem, nelas ele não se vê como produtor.

O descompasso entre o fazer e pensar humanos

Dessa maneira opera-se certo descompasso entre o fazer e o pensar humanos. De um lado, a ação humana, sob a forma de trabalho que transforma o meio, não parece perder a sua agilidade e capacidade de atendimento às necessidades do próprio homem; de outro, a reflexão, o produto intelectual gerado por essa ação, quando dela dissociado, é como se cristalizasse, perdendo a perspectiva da possibilidade de sua transformação. O desconhecimento e o não domínio momentâneo do meio pelo homem podem, por exemplo, levá-lo a elaborar respostas imaginadas para explicar suas dúvidas e incertezas.

Para que uma determinada ação humana possa ser justificada, torna-se insuficiente a reflexão sobre ela. Relações sociais que primam pela injustiça ou desigualdade, favorecendo alguns homens em detrimento de outros, para que sejam mantidas, devem continuar a escamotear o que de fato são: injustas e desiguais. Para os favorecidos, não interessa a reflexão dos meios que lhes permitem ocupar essa posição. Para os não-favorecidos essas relações construídas por homens são naturalizadas, ou seja, como pertencentes a um domínio que escapa a ação humana.

Assim, a cultura e o próprio processo educacional que se encarrega de transmitir os conhecimentos produzidos e acumulados na relação dos homens com o meio aparecem como atividades estranhas e desprovidas de humanidade. Aparecem como atividades coisificadas e reificadas, como se tivessem vida própria. Essa dissociação, como não poderia deixar de ser em razão da indissociabilidade indicada, se expressa nas dimensões universal e singular da realidade.

O processo histórico capaz de nos fazer entender o porquê dessa dissociação entre o homem e suas obras remota a épocas imemoriais. As características particulares dessas épocas fornecem conteúdo às nossas formulações abstratas que definem o homem como ser histórico, social e cultural. De qual homem falamos, de que tempo, quais as relações que estabelecem entre si e com o meio, qual o produto de sua ação prática e reflexiva? Essas são as questões que preenchem de conteúdo histórico, vivo, esse esquema teórico.

Mais recentemente, do ponto de vista desse descompasso entre ação e pensar humanos, além do acesso desigual à riqueza social e ao conhecimento, a modernidade e com ela o capitalismo impõem através da divisão social do trabalho a perda do controle total do processo de produção de mercadorias pelo trabalhador. No desenrolar desse processo, a impressão que se tem é que aquilo que não é produzido diretamente pelo homem, que não é mais produto da sua experiência concreta vai perdendo a riqueza de significados atribuídos por outras pessoas, chegando a aparecer ante seus olhos como algo mágico

e absolutamente dissociado de sua própria ação. Em que pese ser trabalho humano o único trabalho capaz de acrescentar valor a qualquer matéria prima porque a transforma.

O capitalismo como um modo de produção que determina relações entre os homens visando a sua sobrevivência e reprodução e que agudiza a dissociação do homem de suas obras, ao impor-se histórica e hegemonicamente sobre outras formas de organização da vida social existentes, passa a definir a dimensão da universalidade. A cultura e a educação como condição e produto dessas relações não poderiam se constituir senão para atender aos seus interesses.

Assim, na modernidade, a cultura e a educação estruturam-se como universalização do fazer e pensar capitalistas. Universalização do pensar e fazer humanos dominantes, na qual nem sempre o homem se reconhece como produtor. Nos espaços sociais atingidos pelo capitalismo, no desenvolvimento histórico, a sua forma mais avançada, no tocante a explicitação de suas contradições, as suas características são mais evidentes. No entanto, essas características vão merecer leituras singulares e diferenciadas em outros espaços, sem que se possa perder de vista a imposição hegemônica do universal, do qual o próprio singular é expressão.

Nos primórdios da época moderna, sendo a Europa o espaço social de emergência do capitalismo, as relações entre os homens e suas manifestações culturais e educacionais expressavam-se como universalização do fazer e pensar europeus. Nesse momento, a europeização era sinônima de fazer e pensar capitalistas. O espaço social e singular europeu, ele mesmo pleno de particularidades, confundia-se com o universal definido pelas relações capitalistas. Entretanto, deve-se ter claro que o capitalismo ultrapassa os espaços sociais, porque define as relações estabelecidas e partilhadas em diferentes espaços, que possuem, por sua vez, diversa leitura dessas relações. A rigor, nem mesmo a Europa pode ser tomada como um bloco homogêneo. Portugal e Espanha, considerados os primeiros a aventurar-se na conquista do Novo Mundo, perdem progressivamente sua posição de destaque, assumida no século XIX pela Inglaterra, com o capitalismo consolidado. Dessa maneira, o próprio desenvolvimento histórico do capitalismo, as transformações das relações sociais que engendra, percorre diferentemente os vários países europeus. Estes apenas podem ser tomados em conjunto para fins didáticos. A hegemonia europeia foi mantida dos séculos XV ao XIX e apenas perdida no início do século XX. Por essa razão, há que se admitir que a matriz europeia permaneceu como referência importante de universalidade para os demais espaços sociais singulares, que procuravam dar diferentes respostas aos crescentes desafios das relações dos homens com o seu meio.

No que se refere à especificidade da educação escolar ou do papel que a escola passa a desempenhar sob o capitalismo, não se pode furtar a reconhecer a sua característica permanente de universalização do pensamento capitalista. Por outro lado, pelas razões indicadas, esse pensamento apresenta-se muitas vezes descompassado ou cristalizado em expressões de uma historicidade ultrapassada, mas paradoxalmente cumprindo funções que não podem ser consideradas anacrônicas nos diferentes espaços em que essa forma de organização dominante tem lugar.

Qual seria a razão de se defender, ainda hoje, uma educação para o campo?

As contribuições da história da educação

Citado anteriormente, Alves (2005a, p.87) considera ser uma falácia, muito difundida no âmbito das ciências sociais e, por conseqüência, entre os educadores, “a pretensa oposição entre cidade e campo, que exigiria um ajustamento da proposta de educação para a zona rural, por força das peculiaridades de suas demandas, em especial das ligadas ao trabalho”. Para o autor, “o critério para o desvendamento dessa falácia só pode se radicar no movimento da produção capitalista como um todo”. Segundo ele, é discutível todo o conjunto de elaborações teóricas que tem visto oposição entre cidade e campo, depois de instaurado o modo de produção capitalista e o domínio político do estado burguês. Por isso, não se sustenta mais em nossos dias, qualquer elaboração que postule teoricamente a oposição entre campo e cidade.

Na versão provisória do texto “Discursos sobre educação no campo: ou de como a teoria pode colocar um pouco de luz num campo muito obscuro”, o mesmo autor detalha a sua crítica. A íntegra desse texto merece a leitura atenta pela contribuição oferecida à temática e à história da educação. Para os fins deste trabalho, importa reproduzir alguns trechos:

No caso da educação escolar, a própria reivindicação de uma peculiar formação das crianças e jovens da zona rural, de alguma forma, trai uma insistência nessa idéia de oposição entre cidade e campo. Essa seria a manifestação educacional de uma idéia anacrônica, pois nutriria, por assim dizer, uma tentativa, fadada ao fracasso, de perpetuação de algo já banido pela história.

Ainda hoje, sob formas diferenciadas, é proclamada a necessidade de se desenvolver uma educação no campo ajustada às suas peculiaridades. Há, ainda, aqueles que teimam em afirmar a necessidade de a educação escolar no campo exercer a função de fixar crianças e jovens à terra, visando conter a sua evasão para as cidades. A educação escolar da cidade é tida como fator de

desajustamento, que ensejaria um desvio nas expectativas do jovem do campo atraindo-o para as seduções urbanas. Daí a necessidade de uma educação ajustada às necessidades da zona rural, inclusive envolvendo um componente de formação profissional pertinente ao trabalho no campo; daí a necessidade de a escola responsável por essa formação ser instalada, necessariamente, no próprio campo. Dessas cogitações derivam postulações que pleiteiam uma educação autônoma e específica para a zona rural (ALVES, 2005b, p.38).

Para Alves, essa reivindicação ecoa a produção teórica dos estertores da República Velha, que caracterizou o movimento denominado ruralismo pedagógico. Entre os seus expoentes, Sud Menucci afirmava ser...

(...) indispensável uma profunda modificação no aparelhamento escolar primário, normal e profissional, de maneira a estabelecer três quadros de professores inteiramente distintos, exercendo funções perfeitamente diferentes e apesar de tudo complementares. Temos de separar o ensino das cidades do ensino dos meios rurais e do ensino da zona litorânea. É mister diferenciá-los quanto à sua orientação e ao seu alcance, cindi-los para que produzam três mentalidades absolutamente diversas e que, no entanto, reciprocamente se completem para o equilíbrio social do organismo nacional. Em última análise, temos de criar, com características próprias e intrínsecas, o homem da cidade, o homem do campo, o homem do mar. E criá-los sem que um inveje a sorte do outro e se julge (sic) em plano inferior na escala social (MENNUECCI: 1934, p. 188 apud ALVES, 2005b, p. 39).

Com base em sua experiência pessoal, o principal ideólogo do movimento ruralista verificava...

(...) o fracasso completo da escola rural comum, tal como ainda se organiza entre nós, fracasso decorrente do fato de ser ela uma simples escola de cidade transportada e enxertada nas atividades rurais, enxerto realizado sem a menor dose de inteligência e de observação e no qual dominou exclusivamente o simplista e traiçoeiro critério da analogia. Se a escola comum dava resultados apreciáveis na cidade, havia de dá-los também no campo. Tal era a maneira de pensar geral, esquecidos os seus propugnadores de que a escola da cidade estava em harmonia com as

aspirações citadinas, mas em oposição formal aos desejos dos meios campestres. Teria bastado para condená-la, a verificação quotidiana de que o mestre era um estranho ao meio rural, que não conhecia e menos lhe compreendia as mais elementares necessidades. (id., *ibid.*, p. 189, apud ALVES, 2006, p. 39).

Segundo Alves, Sud Menucci representava os pecuaristas e cafeicultores da Primeira República e encarnou os interesses desses proprietários rurais, forças econômicas dominantes à época. Presentemente, aqueles que reivindicam uma educação adequada às necessidades do campo são outros:

(...) hoje repetem as mesmas idéias e os mesmos refrões os expropriados da terra, aqueles que, por meio do MST, pretendem uma reintronização à condição de proprietários. Empresários rurais, da mesma forma, mesmo os que reconhecem que a expulsão do trabalhador do campo vem ocorrendo como resultado de transformações materiais, sobretudo por força da modernização dos meios de produção, quando instados a discutir a manutenção de reservas de trabalhadores que lhes parecem essenciais, retomam a reivindicação de uma educação adaptada às necessidades específicas do campo. Também educadores e burocratas da educação não se cansam de repetir essa cantilena sobre a importância da educação pertinente às pretensas necessidades específicas do campo.

Esse anacronismo deve-se ao fato de a organização do trabalho didático, que vige presentemente nas escolas, ter sido fundada por Comenius³ no século XVII, sob a inspiração da organização manufatureira do trabalho (ALVES, 2001). A proposta era que as atividades de ensino seriam desenvolvidas de maneira controlada e submetida à divisão do trabalho pedagógico para a produção de resultados com economia de tempo, de fadiga e de recursos. O barateamento da escola era condição necessária para que fosse estendida a todos. Para isso, o instrumental de trabalho do professor foi transformado e a adoção do manual didático possibilitou a queda dos custos da educação escolar.

³ Bispo morávio, cuja obra de maior expressão foi *Didática Magna* (1976).

Isso representou uma ruptura com o conhecimento culturalmente significativo e a instauração do império do livro didático no espaço escolar, veiculando um conhecimento de segunda mão e de caráter vulgar.

Segundo Alves (2005b, p. 30), com a persistência extemporânea da organização do trabalho didático criada por Comenius se paga o preço da impossibilidade de ascender, através da educação escolar, ao conhecimento culturalmente significativo; da transmissão de conhecimento vulgarizado; da renitência com que professores se mantêm aferrados aos recursos do passado, porque formados segundo os mesmos condicionamentos. Entretanto, para o autor, “há condições objetivas já produzidas (...) para a construção de uma nova didática, que encarne as condições contemporâneas de existência da humanidade”. E ainda:

“hoje o tempo é outro, marcado por novas necessidades sociais e dotado de recursos tecnológicos muito mais sofisticados para sanar as novas necessidades que lhe são próprias. Trata-se, então, repetindo, de construir uma nova didática.”

A crítica à esquizofrenia teórica

Como foi discutido em outra oportunidade (VALENTE, 2005a), em que pese a armadilha dualista ter sido criticada desde os anos 1960, constata-se, ainda hoje, a dificuldade de superação, ao nível do pensamento, da dualidade “urbano versus rural”, impedindo que alternativas sejam buscadas para ao atendimento de demandas reais das populações residentes no campo. Essa dualidade, em última análise, justifica a intervenção sobre o rural e explicita o compromisso desse conhecimento com as classes dominantes, utilizado como instrumento aplicado para explicar discontinuidades geradas pelo exercício da exploração entre classes (MARTINS, 1986).

A bipolaridade cidade e campo é um efeito secundário, por assim dizer “superestrutural”, das relações entre as classes, em que pese o antagonismo substantivo entre classes sociais ser mascarado por diferenças mais imediatamente explícitas como as raciais, religiosas, de “comunidade ecológica” etc. (SINGER, 1980). Mesmo porque, as transformações no “mundo rural” (SILVA, 2001) tornaram obsoleta a divisão do trabalho entre campo e cidade. Neste sentido, o “rural” e o “urbano” devem ser entendidos como faces de uma mesma moeda. Ou, em outros termos, resultam do mesmo processo histórico que tem na sociedade capitalista a base de sua explicação (CASTELLS, 1983).

O avanço tecnológico que retira o conteúdo das palavras urbano e rural não coloca a necessidade de uma alternativa operacional para substituí-las. Evidencia-se, simplesmente, a falta de sentido dessas categorias para promover

o conhecimento deste momento histórico. Para Singer (1980, p.28), quando se pensa em urbanização numa sociedade que se industrializa, é preciso procurar pelo papel que as classes sociais desempenham nela, pois, em caso contrário, ela tende a ser tomada como um processo autônomo, fruto de mudanças de atitudes e valores da população rural, perdendo-se de vista seu significado para o conjunto da sociedade.

A necessidade de construção de novas mediações teóricas para o entendimento da realidade concreta, porque em constante movimento, não deve nos fazer incorrer no erro de acreditar que a essência, ou significado da exploração sobre o trabalhador tenha se alterado. Por isso, a análise sobre a questão meridional⁴ realizada por Gramsci, que esboça sua preocupação com a possibilidade de as classes populares construírem uma contra-ideologia capaz de enfrentar a ideologia hegemônica, antes mesmo dessas classes assumirem o controle pleno da base material, pode iluminar essa discussão.

Para Gramsci, a oposição à sociedade capitalista deveria ser construída num longo e lento processo desencadeado sobre as formulações do senso comum, sobre as representações da cultura popular, caracterizada por sua heterogeneidade e fragmentação. Nesse processo, os intelectuais comprometidos com essas classes teriam um papel fundamental a desempenhar para promover a atuação coletiva⁵.

Tudo indica que ainda hoje são muitas as dificuldades de superação do senso comum. No tocante à educação no campo, parte expressiva dos intelectuais comprometidos nesse debate defende concepção de mundo acrítica e incoerente. Nas palavras de Gramsci (1989, p.12 ou 2001, p.94).

Quando a concepção do mundo não é crítica e coerente, mas ocasional e desagregada, pertencemos simultaneamente a uma multiplicidade de homens-massa, nossa própria personalidade é composta de uma maneira bizarra: nela se encontram elementos dos homens das cavernas e princípios da ciência mais moderna e progressista; preconceitos de todas as fases históricas passadas, grosseiramente localistas, e intuições de uma futura filosofia que será própria do gênero humano mundialmente unificado. Critica a própria concepção do mundo, portanto, significa torná-la unitária e coerente e elevá-la até o ponto

⁴ A questão meridional na Itália, que marcou a década de 1920, dizia respeito às discussões políticas travadas na época, sobre as providências que deveriam ser tomadas para diminuir a distância e a diferença entre a região sul, pouco desenvolvida economicamente, e a região norte avançada.

⁵ Esse tema será melhor desenvolvido em estudos posteriores, escritos no cárcere, quando o teórico político italiano aponta os intelectuais como mediadores entre infraestrutura e superestrutura, capazes de estabelecer a organicidade entre teoria e prática.

atingido pelo pensamento mundial mais desenvolvido. Significa, portanto, criticar, também, toda a filosofia até hoje existente, na medida em que ela deixou estratificações consolidadas na filosofia popular. O início da elaboração crítica é a consciência daquilo que somos realmente, isto é, um “conhece-te a ti mesmo” como produto do processo histórico até hoje desenvolvido, que deixou em ti uma infinidade de traços recebidos sem benefício no inventário. Deve-se fazer, inicialmente, este inventário.

Admitindo-se que o processo cultural é histórico e que, portanto, se transforma ao longo do tempo não se sustentam as posições que reivindicam a preservação de manifestações culturais: rigorosamente apenas é possível “preservar” o que está sujeito à mudança que atenda necessidades humanas. A insistência tão-somente na “especificidade cultural”, quando levada as últimas consequências, representa a negativa da historicidade.

Mesmo que a atribuição de significados aos produtos das relações sociais seja diferenciada, como de fato é diferenciada a apropriação da riqueza social, não se justifica insistir apenas na existência de uma “especificidade” ou se falar em “a identidade”, no singular, posto que a identidade é plural e articulada de diferentes maneiras, em diversos momentos e contextos. Embora seja idéia manipulada politicamente contra o processo de expropriação capitalista, assim como a adjetivação da cultura – “cultura popular”, “cultura escolar”, “cultura do campo” - é preciso perceber os limites de sua eficácia na instância superestrutural⁶.

O deslocamento para a esfera cultural/educacional do debate sobre condições materiais do capitalismo atual e das formas contemporâneas de exploração e dominação que o ideário neoliberal tenta justificar tem sido sistematicamente promovido por organismos internacionais, a partir da justificativa de que a exclusão é “cultural”. Sob a alegação de que as pessoas estão sendo expulsas do mercado de trabalho por não estarem qualificadas para as suas demandas, a educação passa a ser apontada como solução para a crise. Contudo, o avanço das forças produtivas torna cada vez menos necessário o trabalho vivo, incorpora trabalho morto nas máquinas e equipamentos eletrônicos, simplificando progressivamente o processo de trabalho. Mesmo que existam funções que demandem maior domínio dos trabalhadores, a qualificação exigida pelo mercado de trabalho é antes uma justificativa de sua expulsão e de sua não absorção ao mercado.

⁶ Na infra-estrutura - instância indissociável daquela - as contradições materiais do capitalismo são flagrantes.

Entretanto, a falta de compreensão de que também muitas das propostas para a “educação no campo” servem aos interesses de uma lógica societária excludente, as têm mantido longe da crítica radical do processo educativo. Limitam-se aos efeitos secundários da “comunidade ecológica” e à determinação do fator da localidade da população no que se refere à oferta de oportunidades de escolarização. Além de reivindicarem como “especificidade” a diversidade cultural que, como foi dito, é característica universal da humanidade. A partir desses mal definidos pressupostos, também são propostos a formação “específica” de professores para as escolas do campo e a elaboração de materiais didáticos “específicos”, com destaque para os manuais, que deveriam, então, incorporar aspectos da “realidade do campo”.

Como se a escola tivesse por função mediar o conhecimento do espaço circundante que efetivamente se dá ao longo de outros processos formativos, ao nível da socialização primária. Nessa perspectiva, em última instância, desvaloriza-se a importância desses processos não institucionalizados. Como se a presença de “imagens afetivas e do cotidiano” presentes nos livros didáticos pudessem se contrapor ao processo de vulgarização do conhecimento a que foram historicamente submetidos. Como se através dos meios de comunicação de massa, especialmente através da televisão, viabilizada pela eletrificação rural, a população do campo não tivesse acesso a outras manifestações de cultura. Como se fosse possível protegê-la dos “males da civilização” e preservá-la em sua “pureza”, reatualizando teorias de séculos passados. Como se, num faz-de-conta, as idéias fossem o “motor” da história. Porém, não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, e tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir desse processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida. E mesmo as formações nebulosas no cérebro dos homens são sublimações necessárias do seu processo de vida material, empiricamente constatável e ligado a pressupostos materiais (MARX, ENGELS, 1986, p.37).

Corroborando a crítica ao idealismo promovida pelos autores clássicos, qualquer proposta que seja minimamente pertinente para a educação no campo “ascende da terra ao céu” (id., Ibid.). Tem como base o contexto histórico da sociedade capitalista.

Formar professores, construir escolas, garantir infra-estrutura física e tecnológica são reivindicações indiscutíveis. Mas para ensinar o quê? Para quê? Para a formação de qual homem? Exemplo flagrante da falta de rumos é, entre as ações do governo federal em andamento ou em processo de definição teórico-prático, aquela que trata do transporte escolar. Segundo o documento que a divulga (BRASIL, 2006b):

Faz-se necessário uma revisão no modelo herdado em forma de lei, pelo qual parte significativa dos custos do transporte escolar são (sic) cobertos pelo Governo Federal. Esse apoio ao transporte tem resultado em estímulo à evasão do campo à cidade. O que vem sendo proposto no âmbito das organizações sociais do campo é que o transporte escolar se dê tão somente como política complementar à universalização da educação básica no campo. Ou, mais especificamente, que seja um recurso restrito ao transporte intra-campo, no ensino fundamental, bem como para excepcionais.

Qual campo? Qual cidade? Uma “cidade imaginária” (VEIGA, 2002) que não romperia com a dinâmica “intra-campo” ou que reafirma o ultrapassado dualismo?

Revela-se a ausência de rigor teórico na abordagem da temática em palavras e ações, que perdem de vista o movimento da história. Assim, a reflexão sobre a dinâmica do “mundo rural”, como de outras temáticas e em outros campos do conhecimento, tem sido exposta aos riscos do ecletismo metodológico - o processo de extração de conceitos dos corpos teóricos de origem e de seu livre manejo - e pela falta de consenso no emprego de categorias iluminadas por diferentes opções teóricas, estabelecendo um conflito que não é falso (VALENTE, 2005b).

Talvez por um envolvimento exagerado dos pesquisadores, por ingenuidade teórica e, certamente, pela falta de percepção das diferenças entre o cientista e o político, os conceitos analíticos da militância e mesmo os conceitos pessoais incorporaram-se as análises. Isso dificultou a distinção dos fatos observados, objetos da reflexão científica, com as impressões e desejos desses pesquisadores: uma oscilação que não pode ser confundida com uma perspectiva “dialética”, que atenta para a indissociabilidade entre teoria e prática. A consequência disso foi a atribuição de significados a práticas e situações que só existiam nas cabeças tanto dos militantes como dos estudiosos.

Entretanto, sofrer de esquizofrenia teórica pode ser uma opção... Pelo o atraso. Isso posto, a proposta para a educação no campo tem de ser repensada em outros termos.

Referências

ALVES, Gilberto Luiz. **A Produção da Escola Pública Contemporânea**. Campo Grande, MS: Editora UFMS; Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

_____. Universal e singular: em discussão a abordagem científica do regional. In: ALVES, G. **Mato Grosso do Sul: o universal e o singular.** Campo Grande: Editora UNIDERP, 2003. pp.17-29.

_____. Falácias sobre a educação no campo. In: SOUZA, Ana Aparecida Arguelho de; FRIAS, Regina Barreto (Orgs.) **O processo educativo na atualidade.** Fundamentos teóricos. Campo Grande: Editora UNIDERP, 2005a, p.83-97.

_____. **Discursos sobre educação no campo:** ou de como a teoria pode colocar um pouco de luz num campo muito obscuro. Campo Grande/MS, 2005b (Versão provisória digitada).

BRASIL, Conselho Nacional Educação. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo; Resolução CNE/CEB no. 1, de 3 de abril de 2002. **Diário Oficial** 2002. Brasília, 9 de abril de 2002. Seção 1, p. 32.

BRASIL, Ministério da Educação. **Educação do Campo.** Disponível em: <www.mec.gov.br/secad>. Acesso em 28/03/2006.

BRASIL, Ministério da Educação. **Elementos para um plano nacional de educação do campo.** Disponível em: <www.mec.gov.br/secad>. Acesso em 28/03/2006b.

COMÊNIO, João Amós. **Didáctica Magna:** Tratado da Arte Universal de Ensinar Tudo a Todos. 2.ed. Introdução, tradução e notas de Joaquim Ferreira Gomes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1976.

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GRAMSCI, Antonio. **A Questão Meridional.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Concepção Dialética da História.** 8ª ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

_____. **Cadernos do Cárcere,** volume 1. 2ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MARTINS, José de Souza. As Coisas no Lugar (Da ambiguidade à dualidade na reflexão sociológica sobre a relação cidade-campo). In: Martins (Org.) **Introdução crítica à Sociologia Rural.** 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã.** 5ª ed. São Paulo: Hucitec.1986.

SILVA, José Graziano da. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Revista Estudos Avançados,** São Paulo, v.15, n.43, p.37-50, set./dez., 2001.

SINGER, Paul. A Guisa de Introdução: urbanização e classes sociais. In: SINGER, P. **Economia Política da Urbanização.** 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

VALENTE, Ana Lúcia E. F. Usos e abusos da Antropologia na pesquisa educacional. **Proposições,** Campinas/UNICAMP, 1996.

_____. Agricultura familiar e recorte racial: desafio teórico e sócio-político no meio rural. **Cadernos do CEAM,** n.17, UnB, 2005a, p.117-129.

_____. Renovação analítica do 'novo rural' e o ecletismo metodológico. In: XXIX Encontro Anual da ANPOCS, 25 a 29 de outubro de 2005, Caxambu. **Anais...,** Caxambu, 2005b.

VEIGA, José Eli. **Cidades imaginárias.** Campinas: Autores associados, 2002.

O RURAL-URBANO E A ESCOLA BRASILEIRA

(ensaio de interpretação sociológica) (*)

Dulce Consuelo Andreatta Whitaker¹

Resumo: Este artigo mostra como, há mais de 15 anos – e já superada, de longa data, a lógica dualista sobre o rural urbano – nós recusávamos e criticávamos propostas de políticas inspiradas no ruralismo pedagógico. E tal como a professora Ana Valente faz hoje, já denunciávamos o caráter esquizofrênico dessas políticas.

Palavras-Chave: Rural-Urbano; Educação Rural; Política Educacional.

Introdução

Para compreender como vejo a questão da educação rural (e urbana) na sociedade brasileira hoje, é preciso, logo no início deste artigo, superar a razão dualista que costuma dicotomizar os fenômenos humanos, contrapondo-os em pares antagônicos: cultura x natureza, rural x urbano, países desenvolvidos x países subdesenvolvidos, etc. Tal maneira conceitual de organizar o raciocínio pode ajudar a compreender os fenômenos a partir da ciência positivista mas é obscurecedora do real em sua complexidade (totalidade)².

Somente o raciocínio dialético permite observar como os objetos reais se interpenetram de forma ora articulada ora integrada, mas sempre compondo com a totalidade. Superar a razão dualista é, portanto, o primeiro passo para compreender como se articulam o rural e o urbano no Brasil hoje.

A questão que se apresenta é pois como superar a visão dualista na

(*) Artigo publicado originalmente em Travessia. Revista do Migrante. Publicação do CEM – Ano V, número 12, janeiro/abril 1992, p.30-35

¹ Dulce C. A. Whitaker é professora/pesquisadora do programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da UNESP Araraquara.

² Capra mostra, até para a Física, como a Ciência Moderna conceitua o Cosmo como um Universo de partículas em movimento perpétuo – o homem participando desse movimento – e não mais um mero observador que analisa “pedaços” recortados pela Ciência Positivista (CAPRA, 1983).

investigação de um rural e um urbano que aparecem ao senso comum tão diferenciados?

Em primeiro lugar devemos fazer a crítica de um certo sendo comum que afeta muitas vezes até o pensamento acadêmico e diz: “O Brasil foi até os anos 30/40 um país agrário. Hoje é um país moderno (urbanizado, industrializado, etc.). Sua taxa de urbanização é de tal ordem que no ano 2.000 o Estado de São Paulo, por exemplo, terá somente 4% da população no campo. Conclusão: o rural vai desaparecer”.

Tal forma de raciocínio, útil para entender aparências, pode levar a conclusões perigosas. A experiência da Inglaterra, país pioneiro da Revolução Industrial, mostra que o rural não desaparece (WILLIAMS, 1989). É importante então que pensemos a educação rural (e urbana) no contexto de um rural-urbano unificados, tal como apontado por Martins nos anos 70 (MARTINS, 1979). Embora a crítica à razão dualista se faça desde os anos 60, na sociologia, quer me parecer que a visão dualista do rural-urbano é mais forte do que a crítica, uma vez que ela permanece até nos departamentos universitários, que muitas vezes separam sociólogos em rurais e urbanos. E, no entanto, todos sabem dos riscos epistemológicos que envolvem o pesquisador, quando trata separadamente o rural e o urbano na sociedade brasileira – unificados que estão hoje pelo capital, através principalmente do avanço do complexo agro-industrial.

Vejam concretamente como se apresenta essa unificação. Para tanto basta observar a região agrícola mais próspera do país (o Nordeste do Estado de São Paulo com os ricos municípios de Araraquara e Ribeirão Preto, por exemplo). Ali não é preciso muita sociologia para perceber tal unificação. É suficiente caminhar um pouco pelos extensos canaviais que dominam o espaço geográfico para constatar a existência de ruas e placas com números para identificação. Nesses espaços desaparece a antiga fazenda de café, que correspondia ao modelo “hacienda”, com sua diversificação de produção animal e vegetal (gado, porcos, perus, horta, pomar, etc). No seu lugar apareceu a “plantation” de cana-de-açúcar, comandada pelas usinas, configurando-se nelas tudo aquilo que a razão dualista pensava como urbano: a fabricação de açúcar e álcool com toda maquinaria, toda subsunção real do trabalho ao capital, toda administração “racional”, todo aparato tecnológico e mais a contabilidade de custos que caracteriza a moderna empresa. Elementos pensados pelo senso comum como urbanos e que lá estão, no meio do canavial.

Em contrapartida, se pergunta a um cortador de cana (trabalhador rural) onde fica sua residência, é muito provável que ele diga que mora na cidade (enquanto alguns operários da usina moram no campo).

Evidentemente, nada disso significa que o rural está desaparecendo. Muito pelo contrário, fazendo pesquisa nesta região agrícola, que é a mais

rica do país, encontrei pequenos sítios tradicionais no meio dos canaviais, fenômenos de resistência que têm merecido estudos recentes (WHITAKER, 1984; COELHO, 1990; ALVARENGA REIS, 1991).

Mas o mais interessante é que aquele rural bucólico, cheio de passarinhos, hortas e pomares, que o senso comum imagina estar desaparecendo, pode ser encontrado nas pequenas cidades (asfaltadas) em quase todos os quintais e principalmente nos daquelas pessoas que se mudaram recentemente do campo. Uma esposa de um cortador de cana que morava em terras da usina (campo), quando entrevistada afirmou ter mudado para a cidade para poder plantar horta e frutas, etc. (WHITAKER, 1984).

Um outro aspecto da questão – do qual a Sociologia nem sempre se dá conta – e este vai ser o mais importante para se discutir a educação rural (e urbana) é o fato de que, ao avançar pelo campo, através do complexo agro-industrial, o capitalismo não só não urbaniza o campo como desurbaniza as pequenas cidades da região, que se transformam em cidades-dormitório de trabalhadores volantes. É um processo, portanto de desruralização e de desurbanização³. São dois processos claros na região dos canaviais à volta de Araraquara e principalmente no eixo Araraquara-Ribeirão, com inúmeras cidadezinhas transformadas em cidades-dormitório de cortadores de cana – encravadas todas elas numa paisagem que vai se homogeneizando. Paralelamente, essa homogeneização, eliminando a diversidade, vai criando a desintegração ambiental pela destruição do ecossistema.

Essa leitura do espaço que se pode fazer observando a paisagem, ou lendo as estatísticas de produção de cana do Estado de São Paulo é, no entanto apenas o plano mais geral das tendências da agricultura na região. Escondidos pela grandiosidade dos canaviais e das usinas, no entanto, seres humanos resistem.

Resistem em pequenos sítios, resistem em bairros rurais (COELHO, 1990; ALVARENGA REIS, 1991) e resistem em Assentamentos de Trabalhadores Rurais. Tal como ocorre no Brasil todo, a luta pela terra é também nessa região um traço de resistência. Mesmo entre cortadores de cana, trabalhadores volantes em geral, não há homogeneidade, conforme demonstra a literatura sociológica. Há categorias diferenciadas que vão desde os trabalhadores fixados pelas usinas através da moradia até migrantes de outros Estados, que passam parte do ano no Estado de São Paulo. Essa extrema diversidade, dentro

³ O avanço da “plantation”, segundo Morse, provoca hiper metropolização, porém esvazia as “aldeias”. (Veja-se por exemplo MORSE, 1975 ou WHITAKER, 1984).

de uma região aparentemente homogênea pelo complexo agro-industrial, pode dar uma pequena idéia da heterogeneidade que caracteriza o Brasil (rural e urbano).

A questão da educação

É dentro dessa visão – rural-urbano integrados num país de extrema heterogeneidade econômica e cultural – que vou discutir o problema da Educação.

Num país de tal complexidade cultural, como se apresenta a escola pública? Rural ou urbana, ela tem três características fundamentais, a saber:

a) é urbanocêntrica, isto é, voltada para conteúdos que informam e são informados no processo de urbanização;

b) é sociocêntrica, isto é, voltada para interesses de certas classes sociais;

c) é etnocêntrica, isto é, privilegia a cultura relativa ao mundo ocidental – a chamada racionalidade do capitalismo, fortemente atrelada ao avanço científico tecnológico.

O que tem isso de errado? Em princípio, nada. A escola tem mesmo que ensinar as bases matemáticas da ciência ocidental, a norma culta da linguagem e a História Oficial, porque é desses conteúdos que as pessoas necessitam para conquistar a cidadania numa sociedade que se diz moderna. O problema está em que a escola brasileira não estabeleceu condições para fazer a conexão entre esses conteúdos culturais e aqueles que parecem “menores”, mas existem em maior quantidade na sociedade nacional. Que conteúdos são esses? Tais conteúdos são as práticas culturais – também diversificadas pelo país heterogêneo – e que caracterizam uma população que foi rural até poucas décadas. A escola brasileira não apresenta metodologias apropriadas para estabelecer essa ponte necessária entre os diferentes tipos de cultura – que estão baseados em códigos diferentes, esse é um dado fundamental.

O homem brasileiro, mesmo quando urbano, tem um substrato rural porque seus pais, ou no mínimo seus avós, nasceram e viveram na zona rural. Em todos os estratos sociais no Brasil encontramos pessoas com dificuldades para viver a vida urbana, lidar com os equipamentos urbanos. Ao mesmo tempo, não sabem mais lidar com a natureza porque desprezam o rural. Desenraizados do rural, vivemos num mundo urbano em desintegração. O capitalismo unificou economicamente o rural e o urbano e os homens transitam (vivem e trabalham) igualmente nesses espaços integrados. Por não compreendermos isso, vivemos hoje um processo de barbárie, no qual se destroem ao mesmo tempo a natureza e os equipamentos urbanos.

Enquanto isso o que faz a escola – rural ou urbana – desligada totalmente de tais complexas realidades?

Continua urbanocêntrica, sociocêntrica e etnocêntrica. Digo etnocêntrica pra não dizer racista, já que continua voltada aos interesses de uma elite branca que até hoje não conseguiu resolver nem os problemas do analfabetismo no país. Diga-se de passagem, a escola não tem culpa como escola. Ela é assim porque as classes dominantes (das quais saem os técnicos do MEC) são assim. Minhas pesquisas mostram que os professores, na ambigüidade do seu papel, fazem às vezes esforços sinceros para mudar, porque permanecem presos às malhas burocráticas da administração centralizada da educação no Brasil.

Tal escola, quando instalada na zona rural, simplesmente não funciona. Multisseriada, unidocente, com terminalidade precoce atende a uma pequena quantidade de crianças, já que aos 12, 13, 14 anos o mundo do trabalho absorve a maioria. É bem verdade que a escola instalada na zona urbana também não funciona) o que pode ser atestado pela fuga das classes médias em direção ao sistema particular de ensino). Mas na zona urbana, muitas crianças e adolescentes conseguem permanecer na escola até a 8ª série, o que embora seja apenas o cumprimento de um preceito constitucional, neste país já é um sucesso.

Vejamos, então, o caso da Educação Rural, não só porque ela apresenta maior número de problemas, como também porque pretendo analisar alguns equívocos que se cometem em relação a ela, por pensá-la diferente da educação urbana.

Falar em escola rural no Brasil é um perigo. Não se pode generalizar ao descrever essa escola. As escolas rurais do Estado de São Paulo, ainda que funcionem numa sala de aula ou numa construção que não atinja 100m², nem de longe podem ser comparadas com as escolas das ilhas do Rio Guamá, em Belém do Pará, por exemplo, que funcionam em casas sobre palafitas. Além disso, as escolas rurais do Estado de São Paulo estão em processo de agrupamento e evidentemente uma Escola Agrupada, com certo grau de administração burocrática, nada tem a ver com escolas rurais do Piauí que funcionam na casa da professora - alguém que chegou à 3ª série da escola fundamental e hoje luta bravamente para alfabetizar crianças. No Estado de São Paulo as professoras são formadas em 100% dos casos. No Estado do Rio de Janeiro há um município que, segundo reportagem da Revista Nova Escola (nº 41 – agosto de 1990) oferece infra-estrutura perfeita às 25 escolas rurais espalhadas pelo seu interior. É o município de Resende, cuja riqueza agropecuária, segundo a mesma reportagem, permite oferecer aos 900 alunos dessas escolas o mesmo conforto dos prédios escolares urbanos e chega até ao fornecimento gratuito dos uniformes escolares para todos que não tenham condições de comprar. No entanto, apesar dessas condições invejáveis, os pais

estavam aproveitando o transporte escolar gratuito para enviar as crianças à cidade para cursar a 1ª a 4ª série, o que resultava em vagas ociosas nas escolas rurais e déficit em vagas nas urbanas. A reportagem trata então dos inventivos recursos pedagógicos que estão sendo utilizados por aquela Secretaria Municipal de Cultura para segurar as crianças menores nas escolas rurais.

O exemplo sugere aquilo que já sabemos. A escola não é responsável pelo desenraizamento do homem do campo. Ele é expulso pelo avanço econômico. Mas ele sugere também algo que nem todos sabem. Os pais pressentem que seus filhos, estudando na cidade, terão acesso mais imediato àqueles conteúdos que são necessários a uma melhor integração ao mundo moderno (urbanocêntricos, portanto). Apoiadas ou não por melhores recursos das prefeituras, as escolas rurais estarão sempre semivazias; ou porque as crianças foram absorvidas pelo mundo do trabalho ou porque preferem estudar na cidade. O problema, portanto, não está na escola como estrutura material ou instituição. O problema é sistêmico e parte dele pode ser localizado na política educacional que assola o país.

A política educacional para educação rural

Preocupados com a população desenraizada que se encaminha dos campos para as cidades, engrossando nelas circuitos de miséria e sofrimento, os técnicos encarregados da política educacional perdem de vista a totalidade. Enquanto os artífices da política agrícola em Brasília criam uma Lei Agrícola que privilegia os grandes proprietários, propõem modernidade, competitividade, produtividade e declaram que os incompetentes (leia-se “pequenos”) devem sair do mercado (palavra mágica do mundo atual), deixando o espaço para aqueles que sejam capazes de verticalizar⁴, a política educacional se comporta de forma esquizofrênica em relação ao contexto, mantendo as diferenciações na educação rural.

No Estado de São Paulo, por exemplo, está ocorrendo, desde o governo passado, um aparentemente louvável processo de agrupamento, em substituição à ineficiente escola isolada. No seu lugar surgem as Escolas Agrupadas, em geral nos Distritos. Pequenas Vilas próximas às escolas transferidas. Realizando pesquisa sobre escolaridade nos Assentamentos do Horto Silvânia na região de Araraquara, visitei as escolas agrupadas frequentadas pelos filhos

⁴ Resultados dessa política podem ser avaliados pela Edição de 31-08-1991 do jornal Folha de S. Paulo.

dos assentados nos Distritos de Silvânia e Bueno de Andrade. Entrevistando professoras que lá trabalham, minhas pesquisadoras encontraram um certo entusiasmo pelo agrupamento das escolas (natural dentro das condições do isolamento anterior), mas que se baseava muito no fato de que novas medidas relativas ao enriquecimento curricular iriam permitir a fixação do homem ao campo (!?).

Mal refeita do susto (afinal, no Estado mais urbanizado do país ressurgem das cinzas o ruralismo pedagógico) tratei de investigar a legislação das Escolas Agrupadas. Achei bonito: transporte para todas as crianças e estrutura administrativa, aliviando o trabalho dos professores. Chamou-me atenção, no entanto, que nessa proposta vem um enriquecimento curricular, cuja base principal é o ensinar as crianças a fazer horta. O documento que consultei fala também em economia doméstica (!) e corte e costura, mas o “quente” da proposta, pelo menos no discurso das professoras entrevistadas, é a confecção da horta. Já havia, inclusive, nas escolas visitadas, hortas bem cuidadas. No futuro serão criadas granjas, e assim “além de ajudar a fixá-los no campo, estaremos ensinando às crianças coisas que são da realidade delas”⁵. Segundo as professoras, as crianças adoram trabalhar na horta e a partir daí desenvolve-se um discurso otimista com relação ao futuro da Educação Rural.

Ora, se retomarmos agora o eixo central desta discussão – aquela idéia de que o Capitalismo e o Industrialismo unificaram o rural e o urbano, nada disso tem sentido. Tem sentido fazer horta, mas não com esse objetivo. Tem sentido fazer horta em qualquer escola, até numa escola no Morumbi ou na Consolação, se houver espaço e a poluição permitir. As professoras não percebem que as crianças gostam de trabalhar na horta porque crianças gostam de atividade. A horta é uma atividade educativa que aproxima as crianças da natureza e crianças urbanas inclusive podem usufruir tais resultados. Não tem o menor sentido, porém, ensinar a fazer horta como forma de segurar as pessoas no campo. Em primeiro lugar não vai segurá-las; conforme já vimos, outros são os fatores de expulsão.

Outro equívoco – mais grave – dessa proposta é que ela, no fundo, pretende preparar dois tipos de cidadania (se é que se pode falar em cidadania neste país): uma, para viver as delícias da vida urbana (abstraindo-se de claro a poluição, as neuroses do trânsito, dos assaltos, etc, etc, etc) e outra para permanecer num bucólico mundo das hortas e pomares que o complexo agro-industrial pretende suprimir. Para os primeiros, capricha-se no conteúdo relativo à vida urbana, enquanto aos restantes ensina-se a fazer hortas e

⁵ Extraído do depoimento de uma professora.

granjas. Conforme palavras de uma mãe muito crítica, moradora de um dos Assentamentos pesquisados “não preciso que meu filho aprenda a fazer na escola aquilo que já sabe”.

A frase acima desvela os vários equívocos da política educacional, que por não atuar sobre uma realidade integrada, pensa o mundo ainda de forma dualista. A proposta pretende “ensinar às crianças que o rural e o urbano se complementam”, o que envolve raciocínio dualista – coisas que se complementam é porque são diferentes ou estão separadas.

Os equívocos da política educacional em relação à educação rural são resultados, a meu ver, do desconhecimento de como funciona a escola rural. Não só a escola é urbanocêntrica. A ciência também. Estuda-se muito a escola através da legislação, exaustivamente criticada, interpretada, observada, etc. Estudam-se problemas de aprendizagem em escolas de periferia ou em áreas metropolitanas. Não é fácil para os Sociólogos e Pedagogos (urbanos) irem à zona rural e observar as escolas no seu funcionamento cotidiano – escola e o espaço em que se situam mais os grupos humanos que dela dependem/independem.

A Sociologia da educação no Brasil já apresenta excelentes estudos sobre Educação e Trabalho no mundo rural, mas ela não foi ainda capaz de dar conta da extrema complexidade das relações entre cultura escolar e culturas tradicionais, nos diferenciados graus de avanço da agroindústria sobre realidades heterogêneas.

E bota heterogeneidade nisso. Quando realizei minha pesquisa para doutorado, no início dos anos 80, preocupava-me o processo ideológico de controle do trabalho nos canaviais da região. Apliquei então um experimento, para captar relações entre escola e trabalho numa situação muito específica. Colhi redações, com um tema que era muito próximo às crianças numa situação de controle. Os pequenos redatores eram crianças de 2ª a 8ª série com moradias em três diferentes tipos de espaço: o primeiro espaço era tido como rural (escolas isoladas nas fazendas à volta da cidadezinha de Santa Lúcia); o segundo era tido como urbano (a escola de Santa Lúcia, município distante 18 Km de Araraquara em processo de desurbanização); o terceiro eram os pequenos sítios que sobrevivem em meio à “plantation”, que abrigavam também uma escola isolada próxima e inclusive com crianças já estudando em Santa Lúcia.

O interessante foi que, ao buscar o específico, encontrei uma heterogeneidade muito grande: filhos de cortadores de cana, capatazes e funcionários da usina estudando ao lado de filhos de pequenos sítiantes e da classe média local. Filhos de famílias cujos avós estão na região há muito tempo ao lado de filhos de migrantes de diferentes categorias de trabalhadores volantes. Havia fragmentos de sub-culturas regionais do Brasil todo naquelas famílias tentando reconstruir suas vidas...

O tema da redação era “Descreva sua casa e um dia na sua família” e através dele pude descobrir fatos surpreendentes. Entre eles, o fato de que crianças de 2ª, 3ª série, filhos de pais analfabetos ou semi-analfabetos, contrariamente ao que se propala por aí, têm competência lingüística. Foram elas que me forneceram a chave para compreender o processo de controle ideológico que se desenrola em relação ao trabalho da cana. E pude descobrir também, através dessas redações, que os filhos dos pequenos sítiantes que resistem ao avanço dos canaviais escrevem com mais criatividade, com mais liberdade de expressão, com mais fluidez. E são eles que têm maior compreensão do mundo do trabalho e da natureza, que se concretizam até à volta da casa onde moram. Enquanto isso, os filhos dos cortadores de cana, que moram em casas cedidas pela usina, num espaço que imita o espaço urbano de forma caricatural, talvez pelo confinamento em que vivem, apresentam menor criatividade e maior pobreza vocabular. Quanto às crianças que moram no espaço em desurbanização de Santa Lúcia, também refletiram esse desequilíbrio em suas redações.

Minha intenção não era pedagógica ou lingüística quando realizei essa investigação. Eu estava interessada num processo ideológico. Mas do ponto de vista pedagógico o que mostra essa parte do meu trabalho? Mostra que é uma falácia da política educacional pensar a educação rural separada da urbana. O universo dessas crianças é a totalidade rural-urbano e quando elas vão à escola é porque seus pais anseiam para que adquiram conteúdos que lhes permitam decifrar os códigos da sociedade industrial.

Permanece, no entanto, o problema de como ensinar-lhes esses códigos. Entre pedagogos e professores há uma rica polêmica a esse respeito, que conforme pretendo demonstrar está também informada pela razão dualista. São duas as grandes correntes, no que se refere à escolarização, não só de crianças da zona rural como de todos os filhos das camadas exploradas da sociedade nacional. A primeira delas, que eu chamaria de pedagogia romântica, engloba as várias tendências culturalistas e afirma que os conteúdos escolares devem focar o cotidiano da criança informando-se e formando-se a partir do meio cultural em que a criança vive. Inspiradas (mal inspiradas, talvez) nas teorizações de Paulo Freire, as práticas pedagógicas dessa corrente correm o risco de não passar desse primeiro nível, que é importante, sem dúvida, mas não é o suficiente para a socialização que se pretende nesse mundo industrializado. Para muitos defensores dessa pedagogia romântica, não importa que o professor tenha apenas a 3ª série do 1º grau. O professor é um líder da comunidade e como tal deve ser capaz de dar afeto às crianças, auxiliar poderoso no processo de socialização. Tudo que os seguidores dessa corrente afirmam é verdadeiro. O drama é que todas as afirmativas da corrente oposta também o são. Quais são essas afirmativas? A principal delas é a de que a obrigação da escola é preparar

para plena cidadania e para tal há conteúdos fundamentais – realizar bem as quatro operações e cálculos de porcentagem, conhecer regras de bem falar e os conteúdos do núcleo comum de disciplinas do currículo escolar, por mais abstratos que possam ser. Quem em sã consciência poderia negar que isso é verdadeiro? O drama está em que as crianças dessas camadas exploradas nem sempre aprendem esses conteúdos, já que são estranhos à sua cultura. Para esta corrente, que eu chamo de Pedagogia Modernizadora, o fracasso escolar resulta da falta de competência técnica. Mas basta conhecer um pouco das teorias de Piaget para saber que não só as crianças, como qualquer ser humano, aprende apenas conteúdos para os quais tenham esquemas de assimilação. Assim, enquanto a Pedagogia Romântica peca pelo risco de empobrecimento do currículo, esta Pedagogia da Competência peca pelos perigos de não-aprendizagem.

Se a criança não tem esquemas para assimilar conteúdos da cultura urbana das classes privilegiadas e etnocêntricas é preciso um programa para superar essa dicotomia. Essas duas correntes se digladiam porque não superaram a lógica dualista, que separa rural e urbano, popular e erudito, cultura intelectual e cultura de massa, como se existissem sempre em compartimentos estanques. Ao perder de vista a dialética do processo humano, a Pedagogia sempre faz propostas impossíveis de realizar. Não estou afirmando que a Pedagogia tem qualquer culpa pelo fracasso da escolarização, cujas causas são bem conhecidas no Brasil.

Mas se é verdade que existe um curso de Pedagogia que prepara profissionais para desenvolver metodologias adequadas à aprendizagem, deveria ser também verdade que a escola no Brasil tivesse certo sucesso.

Pretendo ter demonstrado que do ponto de vista educacional, num país como o Brasil, generalizações são perigosas (e não só do ponto de vista educacional). A tentativa de homogeneização também é perigosa, porque tentar eliminar diversidades culturais é tão perigoso quanto eliminar diversidade da natureza. A centralização da administração escolar, quer em nível da União, quer das capitais dos Estados, constrói camisas-de-força que impedem a criatividade dos professores. Para superar a razão dualista que estabelece a separação entre a educação rural e a urbana, o melhor caminho é estabelecer uma larguíssima autonomia nas escolas, através da qual diretores e professores possam buscar os melhores conteúdos a serem trabalhados em cada caso sem nunca perder de vista a ponte que de ser estabelecida entre a cultura da criança e a cultura da escola., A autonomia de cada escola (e não municipalização porque municipalizar é empobrecer) é a única maneira de garantir que ela faça sobre os conteúdos, o enfoque rural-urbano no grau mais adequado.

O Brasil não é mais um país rural, mas também não é um país moderno como querem os economistas que transitam (de avião) no eixo Rio-São Paulo-

Brasília-Nova York e nunca viram um igarapé ou uma escola rural do Mato Grosso a 300 Km da Delegacia de Ensino mais próxima.

Conforme assinalou Luiz Felipe de Alencastro, em brilhante artigo publicado pela Folha de S. Paulo, nem os cientistas sociais conhecem bem este país com sua imensa e variada diversidade, aguardando levantamento antropológico adequado (ALENCASTRO, 1990). É muita pretensão portanto do MEC ou das Secretarias Estaduais estabelecerem regras gerais para todas as escolas. No dia em que os necessários recursos forem colocados para resolver nossa crise educacional, ainda será preciso muita vontade política para superar os obstáculos. E vontade política só se produz a partir da autonomia. Com esta condição talvez seja possível superar ao dualismo que ainda forma sociólogos que se dividem entre rurais e urbanos.

Referências

ALENCASTRO, L.F. Compreensão da realidade nacional é um desafio para cientistas sociais. **Caderno Letras**. Folha de S. Paulo, 22 de setembro de 1990.

ALVARENGA REIS, S. **O Engenho Velho e os Batistas de Carvalho**. 1991. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural e Urbana). Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara (mimeo).

CAPRA, E. **O Tao da Física**. Cultrix, São Paulo, 1983.

COELHO, M. **Bairro dos Machados: entre o sonho e a realidade**. 1990. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural e Urbana). Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara.

MARTINS, J.S. **Sobre o modo capitalista de pensar**. Hucitec, São Paulo, 1978.

MORSE, P. Evolução das Cidades Latino-Americanas. **Cadernos CEBRAP**, São Paulo, n.22, 1975.

WHITAKER, D.C.A. **Ideologia e Práticas Culturais: o controle ideológico do trabalhador da cana**. 1984. Tese (Doutorado em Sociologia da Educação). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo.

WILLIAMS, R. **O Campo e a Cidade**. Cia das Letras, São Paulo, 1989.

EDUCAÇÃO RURAL: DA RAZÃO DUALISTA, À RAZÃO DIALÉTICA

Dulce Consuelo Andreatta Whitaker¹

Resumo: Este texto também faz contraponto ao artigo de Ana Valente e situa a principal diferença entre o ruralismo pedagógico dos anos 1930 no Brasil e as atuais propostas de Educação no campo – uma diferença histórica essencialmente política. Para tanto, o texto resgata o pensamento de Rosa Luxemburgo sobre espaços e meios não especificamente capitalistas, para mostrar como não interessa ao Estado capitalista fornecer escolaridade eficiente aos explorados que são articulados ao sistema, apenas enquanto tal e nunca como cidadãos, em busca dos conteúdos universais que dão acesso à cultura legítima.

Palavras-Chave: Educação no Meio Rural; Capital Cultural; Políticas e Educação no Campo.

“... na realidade não houve e nem há uma sociedade capitalista que se baste a si mesma, na qual domine exclusivamente a produção capitalista” (Rosa Luxemburgo, 1976, p. 298).

Rosa Luxemburgo, extraordinária pensadora e revolucionária, anda meio esquecida, envolta sua memória pelas brumas do neo-liberalismo que criou a ilusão de uma globalização, através da qual o modo de produção capitalista adquire “caráter universal”. Quando investigamos o mundo real, no entanto, percebemos a notável atualidade do seu pensamento. Para ela o Capitalismo, que depende da acumulação, necessita “estar cercado de formas de produção não capitalistas” (LUXEMBURGO, 1975, p. 317).

Para situar a problemática da educação no meio rural é preciso lembrar aqui que, - ainda segundo Rosa Luxemburgo – o capitalismo sobrevive a partir de meios externos não-capitalistas, pré-capitalistas, ainda não especificamente capitalistas²,

¹ Dulce C. A. Whitaker é professora/pesquisadora do programa de Pós-graduação em Educação Escolar da UNESP Araraquara.

² Para o conceito de modo especificamente capitalista, veja-se o Capítulo Inédito de MARX, 1971.

tradicionais, tribais etc. – os quais desconstrói, para arrancar-lhes excedentes, tanto através da mão de obra semi-escrava (vide os atualíssimos tigres asiáticos) como principalmente transformando suas populações em compradores (atenção! Compradores e não consumidores).

O mais doloroso desse processo é o modo fantasticamente proveitoso (e perverso) pelo qual o capitalismo se articula a processos de trabalho arcaicos nesses meios “não especificamente capitalistas”, eximindo-se do custo adicional da mão de obra, caso tivesse que modernizá-la em linhas de montagem características desse modo de produção³.

Mas aquilo que Rosa Luxemburgo chama de meio externo ao capitalismo, não lhe é sempre externo no espaço geográfico. É externo ao modo de produção, mas pode ocorrer muito próximo aos meios aparentemente recobertos pelos processos de trabalho ditos racionais, característicos da forma capitalista de produzir (e de pensar, diríamos nós). A articulação, no Brasil, entre o que se considera moderno, em termos de produção e o arcaico que anima a sociedade tradicional, foi magistralmente descrita por Florestan Fernandes (1972) já nos primórdios da implantação do pensamento sociológico no Brasil e suas análises são válidas ainda na virada do milênio (FERNANDES, 1972).

Mas para compreender exatamente como se dá o fenômeno, é preciso sair do plano teórico e observar atentamente aquele que tenho chamado de Brasil profundo – espaços sociais nos quais se desenvolvem os mais variados modos de vida e os processos de trabalho mais tradicionais – estes, na maioria, articulados às complexas cadeias produtivas dos mais sofisticados ícones da modernidade como computadores e automóveis, os quais utilizam, em suas montagens, matérias primas produzidas em espaços rústicos na base do trabalho infantil – cassiterita para o estanho de componentes eletrônicos no primeiro caso e sisal para recheio dos estofamentos no segundo (WHITAKER, 2005). São evidentemente fenômenos multifacetados que não se explicam na simplificação da razão dualista.

A essência dessas perversas articulações se desvela constantemente para os Sociólogos que realizam pesquisas na zona rural. Para o grupo do NUPEDOR, o fenômeno aparece claro, vejam só – e não por acaso – na região agrícola mais rica do país: no triângulo Ribeirão Preto, Araraquara e São Carlos, região cuja modernidade capitalista tem sido exaltada entusiasticamente por todos os adoradores do “novo bezerro de ouro” que se nos apresenta em forma de agronegócio.

³ O melhor exemplo da atualidade do pensamento de Rosa Luxemburgo está talvez no Brasil, cujo trabalho escravo alimenta modernas cadeias produtivas do capitalismo selvagem. E o mais bizarro estaria talvez na China “Socialista”, infestada de capitais internacionais para produção de mercadorias as mais diversas.

Eis que, nessa região, desenvolvem-se também assentamentos de Reforma Agrária-novos espaços com novos atores sociais (WHITAKER, FIAMENGUE, 1995) cujas condições de pobreza e ausência de capitais exige alternativas de sobrevivência que recriam modos de vida que recuperam práticas tradicionais. São reconstruções de vidas, cujas rupturas se deram em trajetórias muitas vezes dolorosas. São sujeitos históricos que re-colhem fragmentos de culturas despedaçadas nessas trajetórias.

Muitos dos nossos pesquisadores tem se debruçado sobre os processos de trabalho que aí se inventam e re-inventam – arcaicos ou tradicionais, não importa – quase todos formalmente subsumidos ao capital⁴.

Andrade (1995), por exemplo, estudou cuidadosamente o processo de trabalho da criação do bicho da seda, o qual se articula numa das pontas com o fornecimento das larvas produzidas em sofisticados laboratórios de importante multinacional japonesa, larvas que a família assentada se dispõe a criar em rústicos barracões de madeira, alimentando-as com os brotos das amoreiras, e vigiando-as 24 horas por dia durante seis meses com uso extensivo da mão-de-obra infantil. Depois de adultas, as larvas formam seus preciosos casulos e o trabalho primitivo promove uma segunda articulação com a modernidade capitalista. Os casulos são então entregues à mesma empresa para a produção, no Japão, da seda pura que alimenta o fluxo de mercadorias do capitalismo dito globalizado. A dissertação de Andrade captou o funcionamento em “triângulo” de um sistema concreto de mão-de-obra de baixíssimo custo, utilizado no momento mais prolongado da produção da seda que é o da voracidade e crescimento do bicho que se alimenta para a produção do casulo que vai aninhar sua metamorfose (ANDRADE, 1995). Este é um caso entre muitos, mas é verdadeiramente emblemático para mostrar que o capitalismo unificou o rural e o urbano, o arcaico e o moderno apenas em suas relações com o trabalho, subsumindo-o formalmente para se aproveitar do baixo custo das práticas tradicionais, mas sem colocar ao alcance dos explorados do campo qualquer benefício dado pelas tecnologias da contemporaneidade. O que o capitalismo propõe é tornar universal a mercadoria, ou seja, obrigar a todos, pela força do dinheiro à realização da mais-valia, trabalhando na produção ou comprando seus produtos, tal como magistralmente analisado e previsto por Rosa Luxemburgo (1976).

Para os que se debruçam sobre tais perversas articulações fica claro que o capitalismo apenas aparenta ter criado um saber universal. O saber que acompanha o desenvolvimento científico paralelamente às Revoluções Industriais é para uso de poucos.

⁴ Para os conceitos de subsumção real e/ou formal ao capital, veja-se o Capítulo Inédito de MARX, 1971.

O Estado, nos países em que os tais espaços e meios não-capitalistas proliferam – e isso até mesmo em centros hegemônicos como os Estados Unidos – fornece educação escolar incipiente, sem nenhum esforço para torná-la eficiente. Educação e saúde – não por acaso slogans políticos de toda campanha eleitoral – são concedidos apenas para responder aos anseios da população, garantir a reprodução da força de trabalho e obviamente dessas perversas articulações. Para o Estado, as crianças das camadas sociais exploradas não precisam aprender, no sentido exato da palavra, como não precisam ser saudáveis no sentido pleno do que se entende por saúde. Há trabalhadores em excesso e o que mais o capitalismo produz é lixo humano (BAUMAM, 2004).

Por exemplo, crianças cujas famílias trabalham ou trabalharam na criação do bicho da seda compreendem o processo de metamorfose das borboletas, melhor do que alguns adultos urbanos e letrados que conheço. Já vi crianças da zona rural descreverem o processo de plantio e produção de café de forma sistematizada e abstrata com grande desenvoltura. Desenhos colhidos nos assentamentos da região sugerem percepções preciosas sobre a natureza (FIAMENGUE, 1997).

Nada disso lhes é solicitado pela escola. E chegamos finalmente ao ponto. Uma riqueza de esquemas de assimilação (PIAGET, 1967) está aberta em suas estruturas mentais e deveria ser aproveitada pela escola como base para a aprendizagem dos conhecimentos ditos universais que garantem os bons empregos e o acesso à cidadania.

Piaget descreve admiravelmente o desenvolvimento das estruturas cognitivas que se dá a partir do ambiente no qual a criança vive.

“(…) Toda vida mental e orgânica tende a assimilar progressivamente o meio ambiente, realizando esta incorporação, graças à estrutura ou órgãos psíquicos, cujo raio de ação se torna cada vez mais amplo” (PIAGET, 1967, p. 15).

Toda epistemologia de Piaget gira em torno do fato de que o desenvolvimento dessas estruturas, da inteligência e o despertar dos interesses da criança dependem, a cada momento do “conjunto de noções adquiridas”⁵, do conjunto de disposições afetivas, um complementando o outro na direção do equilíbrio (PIAGET, 1967, p.94).

⁵Embora Piaget dê muita ênfase aos estágios mentais (internos portando) suas teorizações sobre equilíbrio levam em conta que “nunca se observou uma conduta devida à maturação, sem elementos de exercício, nem uma ação do meio que não vá se inserir nas estruturas mentais” (PIAGET, 1965, p. 95).

E aqui já vamos perguntando: de que forma uma escola urbanocêntrica e sóciocêntrica se liga às disposições afetivas de uma criança que contempla metamorfoses de borboletas ao vivo e vivencia técnicas artesanais de cultivo, adquirindo noções ricas de significado que formam seus esquemas de assimilação?

A valorização da escola é forte no meio rural. Segundo nossa experiência, os pais anseiam que seus filhos aprendam na escola, aquilo que eles não podem ensinar. Ou seja, toda parte “universal” da cultura que fornece os instrumentos para lutar contra a expropriação e as falácias de que são vítimas. Realmente, a escola do campo não precisa ensinar os conteúdos da vida rural, como proclamava o ruralismo pedagógico de Sud Menucci.

Um dos pais que entrevistei no assentamento do Horto Silvânia à época em que o governo do Estado de São Paulo implantou programas para ensinar a fazer hortas nas escolas rurais me afirmou com ênfase que não precisava que a escola ensinasse a seus filhos o que ele mesmo poderia ensinar. O que desejava é que suas crianças aprendessem bem a ler, escrever e contar e as coisas necessárias ao mundo do trabalho. Ou seja, aquilo que em princípio toda criança de qualquer classe social precisa aprender no mundo unificado pelo capitalismo.

O que se propõe, portanto, quando se fala hoje em educação para o campo não é uma volta à razão dualista e sim um avanço em direção à razão dialética. A escola do campo precisa incorporar a valorização de modos de vida e os conhecimentos sobre os processos de trabalho, não para ensinar aos homens do campo, mas para aprender com eles. E aqui vamos além de Piaget e chegamos a Paulo Freire.

Mas, ainda um último olhar à epistemologia de Piaget:

“Ora, assimilando assim os objetos, a ação e o pensamento são compelidos a se acomodarem a estes, isto é, a se reajustarem por ocasião de cada variação exterior. Pode-se chamar “adaptação”, ao equilíbrio destas assimilações e acomodações (PIAGET, 1967, p. 15)

Assimilações, seguidas de acomodações dos conteúdos escolares exigem estruturas prévias para se incorporarem às mentes em aprendizagem, mas se a escola desconsidera as noções adquiridas pelas crianças e os modos de vida que as rodeiam e definem ações que “se inserem em suas estruturas mentais”, é óbvio que os conteúdos escolares se perdem no momento em que são “despejados” sobre os educandos.

Com efeito, em sua obra maior, a Pedagogia do Oprimido, Paulo Freire critica o que ele chama de “Educação bancária”, que deposita seus conteúdos

na mente do educando como se fosse esta um recipiente vazio sem nada que possa estabelecer a ação dialógica por ele proposta como a mais adequada (FREIRE, 1977). E cumpre aqui lembrar, que para Freire, a concepção bancária é instrumento de opressão (FREIRE, 1977, p. 76). A eficiência do seu método de alfabetização, comprovada em diferentes países, se deve justamente ao fato de partir da cultura do oprimido na qual são gerados os temas que devidamente trabalhados garantem a discussão da dominação. Querem algo mais universal do que esse debate? (WHITAKER, 2000).

Seria preciso invocar ainda Vygotsky e suas observações sobre o plano sócio-histórico a partir do qual se dá a aprendizagem? Do ponto de vista epistemológico, por qualquer ângulo que se olhe, fica claro que a escola do capitalismo só funciona para os explorados porque eles, em muitos casos têm muita ânsia de aprender. Pude constatar esse fenômeno entrevistando estudantes da zona rural que conseguiram chegar às portas da Universidade e freqüentavam o cursinho comunitário instalado precariamente pelo executivo local (WHITAKER, 2003).

À aspiração pelos mais altos níveis de ensino, misturava-se o desalento diante das barreiras que se lhes apresentavam muitas vezes como inexoráveis (WHITAKER, PAIVA, ONOFRE, 2008).

Fica claro, portanto que o Capitalismo não tem grande interesse em fornecer seus conteúdos supostamente universais às massas despossuídas, especialmente àquelas que optaram pelo trabalho rural. Para que fornecer a elas, as armas de sua libertação?

Assim, a necessidade de uma educação diferenciada para o campo (ou para qualquer espaço social que não recebe as benesses do modo de produção, mas apenas a sua exploração) refere-se apenas aos pontos de partida da ação pedagógica, que deve levar em conta exatamente o aspecto sócio-histórico dos grupos sociais aos quais pertencem os educandos. Na escola urbanocêntrica, o ponto de partida é sempre o capital cultural⁶ que apenas as camadas privilegiadas têm condição de acumular. O saber dos oprimidos embora de grande valor para os que sobrevivem de trabalho em contato direto com a natureza não rende dividendos.

A proposta de uma educação rural que leve aos conteúdos da cultura científica a partir do saber popular nada tem a ver com o ruralismo pedagógico dos anos 30 que pretendia manter o homem do campo fixo e preso às amarras das oligarquias. Ao contrário, as propostas de educação diferenciada para o campo

⁶ Ao usar o conceito de capital cultural é preciso lembrar sua complexidade. Veja-se por exemplo: BOURDIEU, 1975; NOGUEIRA, 1998; WHITAKER, 1981

devem ou podem criar as condições para a contraideologia, ou seja, a crítica ao sistema que explora os que trabalham a terra e comungam mais diretamente com a natureza. Não por acaso essas propostas são derivadas e/ou praticadas por um movimento social que muito tem contribuído na luta pela distribuição da terra no Brasil⁷ - algo ainda tímido em termos de Reforma Agrária, mas que pode ser considerado revolucionário por quem conhece a História Agrária deste país e o poder das oligarquias rurais, fruto da concentração da posse da terra no país da monocultura e do latifúndio (PRADO JR., s/d).

Conclusões Preliminares

Levando-se em conta os autores citados, fica claro que a educação escolar deve partir – e não só no campo – dos esquemas de assimilação já elaborados pelas estruturas cognitivas do educando. No caso da educação rural, essa diversidade está só no ponto de partida. Em seguida, através de sucessivos passos de assimilação/acomodação chega-se aos conceitos eleitos como universalizantes pela parte científica da cultura e que constituem o saber ligado ao poder. Em outras palavras, utilizando os esquemas de Bourdieu e Passeron (1975) parte-se do arbitrário cultural dominado e chega-se ao arbitrário cultural dominante, que constitui a Cultura Legítima (WHITAKER, 1981).

A Educação que se propõe hoje para o campo nada tem a ver com as teses dualistas equivocadas de ideólogos dos pecuaristas e cafeicultores dos anos 30 – que pretendiam “fixar” o homem do campo. Ao contrário, suas propostas emanam de movimento sociais de contestação que se originam entre os “condenados da terra”, os quais querem educar seus filhos para lutar exatamente contra os interesses desses pecuaristas, cafeicultores, grandes produtores de soja, de cana ou de laranja, etc. Sabem eles que para isso precisam fazer seus filhos adquirirem a fala da norma culta da língua e os conteúdos pretensamente universais criados pelo capitalismo, contra o qual precisam lutar com as mesmas armas, ou seja, o saber da cultura legítima (BOURDIEU, 2001).

Sabemos, no entanto, que para assimilar esses conteúdos, essas crianças e adolescentes precisariam ter os mesmos privilégios culturais dados aos filhos das camadas médias e altas urbanas. Precisam que o ponto de partida da aprendizagem seja a valorização dos saberes derivadas dos seus modos

⁷ Tenho participado de bancas e orientando trabalhos sobre a proposta de Educação do MST, mas não vou citá-los. Deixo a seus autores a abertura para trazerem textos a este debate.

de vida, para que a incorporação do conhecimento tenha a mesma rapidez e eficácia que se obtém nas escolas particulares, das quais se pensa que a maior eficiência do professor está só na qualidade da escola, quando de fato isso ocorre porque o conteúdo escolar se casa admiravelmente com o capital cultural do alunado.

Como aqueles que trabalham a terra assimilam dela a sabedoria a beleza e a energia que permite acumular cultura, mas não capital cultural, a proposta de uma educação no campo que mobilize esses saberes para neles encaixar os conteúdos da cultura legítima me parece oportuna e nada tem a ver com os esquemas do ruralismo pedagógico. Enquanto este é fruto de uma época histórica marcada por obscurantismo e fascismo, as novas propostas se referem a movimentos sociais de inspiração socialista e evocam utopias libertárias baseadas em teorias científicas como aquelas que emanam de Freire, Vygotsky e Piaget.

Em suma – a universalização do modo capitalista de fazer e de pensar não se dá em bloco monolítico, hermético e totalizante. Até porque nenhum fenômeno histórico se dá dessa forma, sem dialética. Essa pretensa universalização se dá em quadros variados das contradições que agitam o modo de produção (rodeado e recheado de bolsões não especificamente capitalistas) e oferecem momentos de polarização. É nesses momentos que emerge a contraideologia. Aqueles que optam pela vida no campo sabem que estão optando por uma grande desvalia, face ao abandono que o Estado lhes reserva e aos preconceitos que vão enfrentar (WHITAKER, 2002), mas ainda assim insistem. Em suas instituições captam as mudanças que o planeta exige para sua sobrevivência e – em nossa experiência – até conseguem verbalizá-las. Mas esse seria tema para outro debate.

Referências

ANDRADE, E.A. **Processo de trabalho, espaço e sociabilidade:** a sericicultura no Assentamento de Reforma Agrária do Horto Silvânia. Araraquara/SP. 1995. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara.

BAUMAN, Z. **Amor líquido.** Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BOTTA FERRANTE, V.L.S. et al. Assentamentos rurais : um olhar sobre o difícil caminho de construção de um novo modo de vida.

Retratos de Assentamento, Araraquara, Nupedor/Unesp, n.1, 1994.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. **A Reprodução.** São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1975.

BOURDIEU, P. A Escola Conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, M.A.; CATTANI, A. **Pierre Bourdieu.** Escritos de educação. Petropolis: Editores Vozes, 1998.

BOURDIEU, P. **Meditações Pascalianas.** Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2001.

FERNANDES, F. Caracterização estrutural da sociedade de classes dependente. In: FLORESTAN, F. **Comunidade e Sociedade no Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional e Editora Universidade de São Paulo, 1972.

FIAMENGUE, E. C. **Entre o espaço vivido e o espaço sonhado:** imagens da infância num assentamento de trabalhadores rurais. 1997. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

LUXEMBURGO, R. **A acumulação do Capital.** Zahar, 1976.

MARTINS, J.S. **Sobre o modo capitalista de pensar.** São Paulo: Hucitec, 1976.

MARX, K. **O Capítulo Inédito.** Capítulo VI-Inédito. Buenos Aires: Signo, 1971.

PIAGET, J. **Seis estudos.** Rio de Janeiro: Forense, 1967.

WHITAKER, D.C.A. **A seleção dos privilegiados.** São Paulo: Editora Semente, 1981.

WHITAKER, D.C.A. Brasilien, Land der Zukunft? Die Projectionen Stefan Zweig und Paulo Freires: ein Kontrapunkt in Zilly Berthold, Chiapini Ligia. **Brasilien, Land der Vergangenheit?** Frankfurt an main: TFM, 2000.

WHITAKER, D.C.A.; FIAMENGUE, E.C. Assentamentos de Reforma Agrária: novos atores e novos espaços sociais no campo. **Retratos de Assentamentos** (Autoretratos), Araraquara, Npedor/Unesp, ano 2, n.2, 1995.

WHITAKER, D.C.A.; ONOFRE, S. Orientação para o Vestibular: ensaio sobre uma experiência realizada com jovens rurais. In: MELO-SILVA, L.H. et alli. **Arquitetura de uma Ocupação**. O. P. Teoria e Prática. São Paulo: Vetor Editora e ABOP, 2003.

WHITAKER, D.C.A. **Ideologia e Práticas Culturais**: o controle ideológico do trabalhador da cana. 1984. Tese (Doutorado em Sociologia da Educação). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo.

WHITAKER, D.C.A. Industrialismo e trabalho infantil: paradoxos da modernidade. **Escritos Pedagógicos**, Revista do Departamento de Educação da UESC, Ilhéus, ano 1, n.2, jul/dez. 2005.

WHITAKER, D.C.A. **Sociologia Rural**: questões metodológicas emergentes. Presidente Venceslau: Editora Letras à Margem/CNPQ, 2002.

WHITAKER, D.C.A.; PAIVA NETO, F.; ONOFRE, S. Cursinhos comunitários - esperança e desalento: um estudo de caso em assentamento de reforma agrária (Araraquara-SP). In: FERNANDES, A.V.M.; ALMEIDA, C.P.D. de; WHITAKER, D.C.A. (Orgs.) **Educação, juventude e políticas públicas**: reflexões sobre inclusão e preconceito. São Paulo: Cultura Acadêmica, no prelo.

ASSENTAMENTOS RURAIS: UMA NOVA PERSPECTIVA EM EDUCAÇÃO

Maria Peregrina de Fátima Rotta Furlanetti¹

Resumo: Conhecer um assentamento rural paulista é conhecer uma nova realidade do campo. As pessoas que moram e trabalham nestes assentamentos lutaram pelo direito de ter um pedaço de terra para trabalhar e ter uma vida digna. É através dos movimentos sociais que os trabalhadores vão se conscientizando que perderão a terra não porque são incapazes de plantar, mas pelas políticas públicas discriminatórias, pois se percebem oprimidos e ao se perceberem unem-se tentando reverter o quadro. É este o quadro que encontramos no Estado de São Paulo, a busca de realização para uma existência digna de viver. A EJA- Educação de Jovens e Adultos nos assentamentos rurais tem sido uma necessidade para que se possa retomar a cultura dessas pessoas com o objetivo de resgatar a identidade de sujeito da história. Para tanto, a sala de aula do campo precisa ser específica e diferenciada para contribuir com o processo mais amplo de humanização e de reafirmação das pessoas do campo para que se organizem e se desenvolva social e economicamente.

Palavras-Chave: Educação Rural; Assentamentos; Educação de Jovens e Adultos.

Introdução

Conhecer um assentamento rural paulista é conhecer uma nova realidade do campo. As pessoas que moram e trabalham nestes assentamentos lutaram pelo direito de ter um pedaço de terra para trabalhar e ter uma vida digna. O impacto em estar num assentamento rural é ir de encontro com uma realidade que não está em nosso imaginário de campo “...eu quero uma casa no campo, onde eu possa fazer muitos rocks rurais..” música de Belchior, que nos remete a uma imagem saudosista do campo como lugar de descanso, de prazer, de festas, e de encontros com amigos.

¹ Professora Assistente-Doutora do Depto. Educação-FCT/UNESP-Campus Presidente Prudente (rotta@fct.unesp.br)

Compreender a cultura das pessoas do campo se tornou a nossa grande preocupação e desafio.

Cultura, que é a natureza transformada e significada pelo homem, deve ser produzida de modo a “garantir a um nível cada vez mais integral a realização do ser no mundo”
Portanto, pensar a cultura importa conceber a sua ética.
(BRANDÃO, 2002, p.37)

Brandão (2002) esclarece que a cultura e história não estão desvinculadas,

...como muitos autores funcionalistas de boa fé ou má consciência separam a cultura do processo da história ou então estabelecem entre as duas uma relação linear a cultura é histórica, no sentido de que a atividade humana que cria a história é aquela que faz a cultura.

Compreender as relações da cultura da cidade e do campo são reflexões que precisamos fazer com um olhar humilde, crítico e pedagógico.

Na década de 60 o desenvolvimento brasileiro foi marcado por uma concentração de produção industrial, com isso intensificou muito mais ação do processo de expulsão do homem do campo e conseqüentemente o crescimento das desigualdades sociais. A modernização aparece conservadora valorizando o papel da agricultura patronal com grandes financiamentos fragmentando e inviabilizando os pequenos proprietários.

Esse modelo de modernização favoreceu a poucos e empobreceu muitas pessoas. Assistimos a vários pequenos proprietários obrigados a vender seu sítio e trabalhar para os grandes latifundiários, e isso desfavoreceu a sustentabilidade social, ambiental e educacional no desenvolvimento brasileiro.

Percebemos que é através dos movimentos sociais que os trabalhadores vão se conscientizando que perderão a terra não porque são incapazes de plantar, mas pelas políticas públicas discriminatórias, pois se percebem oprimidos e ao se perceberem assim unem-se tentando reverter o quadro. É este o quadro que encontramos no Estado de São Paulo, a busca de realização para uma existência digna de viver.

Que segundo Freire,

... o povo quando consegue descruzar os braços e renunciar à expectativa e já não se satisfaz em assistir, quer participar. Isto implica uma tomada de consciência que, por sua vez, ameaça as elites detentoras dos privilégios.” (2004,p.55)

Desde 1984, quando o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, MST- foi fundado inicia-se a luta para garantir uma educação de qualidade para as crianças, jovens e adultos assentados e acampados e têm como bandeira de luta a escola pública como direito social e humano e como dever do estado. A educação passa a ser vista como uma construção de conhecimentos que discute a organização nos assentamentos como uma busca pela formação escolar política. Como a coordenação de educação regional do Pontal do Paranapanema declara: a luta para acabar com o “latifúndio da educação”.

Para se pensar em uma escola do campo é necessário que se analisem as transformações da realidade para que se possa planejar uma proposta educacional voltada para o campo.

Temos que refletir sobre o campo, este campo de hoje, que está sendo construído por pessoas com grandes expectativas de trabalho e de vida digna, pois o campo é o espaço onde essas pessoas moram e trabalham, é o espaço e território de vida e de educação. Ao mesmo tempo que algumas instituições re-nomeiam os assentados para que percam a identidade de camponeses que lutaram pela terra e hoje lutam por dignidade, entretanto, temos instituições que estudam e pesquisam para resgatar a memória e a humanidade nos assentamentos rurais.

A Educação do campo deve levar em conta a cultura, as características, as necessidades e os sonhos dos que vivem no campo e do campo, assumindo a identidade do meio rural num contexto específico de um projeto de desenvolvimento do campo. Uma escola do campo não precisa ser uma escola agrícola, mas uma escola vinculada à cultura que se produz por meio das relações sociais mediadas pelo trabalho na terra, com isso estará tratando a população do campo como sujeitos de um projeto de desenvolvimento com base na agricultura familiar, cooperativa e solidária, e, assim promovendo um amplo programa de desenvolvimento social. Que tenha como objetivo a opção de permanência do homem e da mulher, do jovem e do adulto do campo no campo.

Para Brandão(2002), o homem quando realiza solidariamente seu trabalho que transforma a natureza em cultura, produz ao mesmo tempo trocas solidárias, entretanto quando a intencionalidade do trabalho e do produto do trabalho de relações solidárias é negada à cultura e através desta negação é negada também o universo das trocas sociais e simbólicas entre os homens, a cultura participa da dialética da dominação.

A EJA- Educação de Jovens e Adultos nos assentamentos rurais tem sido uma necessidade para que se possa retomar a cultura dessas pessoas com o objetivo de motivar, re-criando-a e conscientizando-os através da cultura o resgate da identidade de sujeito da história.

Para tanto, a sala de aula do campo precisa ser específica e diferenciada para contribuir com o processo mais amplo de humanização e de reafirmação das pessoas do campo para que se organizem e se desenvolvam social e economicamente. A Educação de Jovens e Adultos é mais que necessária, é emergencial, pois, numa sociedade cuja leitura e escrita viabilizam todo o processo de organização social, não dispor deste conhecimento é limitar a própria condição de humanidade, que somente se concretiza com a socialização do conhecimento, assim como a socialização da leitura e da escrita.

Em virtude do esvaziamento econômico que experimentam as cidades, os assentamentos rurais são uma possibilidade importante de desenvolver sustentabilidade econômica, na medida em que fomentam o trabalho e fortalecem seu próprio mercado. É um modo de produzir que pode fazer frente a crise pela qual a agricultura do país, considerando que a agricultura continua vivenciando a intensa expropriação dos pequenos produtores, a concentração de terras, a pobreza no campo e a degradação dos recursos naturais, efeitos de uma crise estrutural da agricultura capitalista, que remonta ao nosso passado colonial: latifundista, monocultor e escravagista e num processo de desenvolvimento recente que transferiu riqueza do campo para a cidade, num caráter de desenvolvimento urbano-industrial. Os assentamentos desenvolvem a agricultura familiar proporcionando formas de produção mais solidárias, que devem encontrar na educação as bases para tal, assim como a produção capitalista encontrou na educação liberal suas bases.

Acreditamos que a baixa escolaridade é um fenômeno cada vez mais alarmante nos municípios do interior paulista, fazendo com que sofram um certo esvaziamento econômico, e podemos declarar que os assentamentos constituem uma alternativa importante e extremamente viável.

É imprescindível que o poder municipal e as populações locais se mobilizem para a construção de escolas nos assentamentos. A presença do aparelho escolar dentro dos assentamentos é de extrema importância para permitir o acesso das populações assentadas ao ensino fundamental e ao ensino médio.

A proximidade é um fator importante para o acesso à educação formal, do qual as populações assentadas não podem prescindir. Para que as populações assentadas não sejam marginalizadas, a construção de escolas nos assentamentos rurais é essencial.

Da mesma forma que garantir o acesso ao sistema formal de ensino nas cidades industriais foi como uma espécie de investimento em infra-estrutura para garantir o desenvolvimento econômico, garantir o acesso a escola para as populações assentadas é criar a base para um outro padrão de desenvolvimento, mais sustentável em todos os sentidos.

Nesta perspectiva, a pedagogia para as escolas do assentamento tem

que ter como pressuposto as próprias pessoas que moram e trabalham, levando em conta a sua cultura. Não podemos simplesmente reproduzir um modelo escolar com fundamentos urbano-industrial, o que significaria reiterar os erros e as desigualdades que se fazem vezes nas escolas da cidade.

A pedagogia da escola dos assentamentos tem que ter como ponto de partida a própria prática dos assentados desde seus objetivos, métodos, conteúdos; acreditamos, na necessidade de ter como princípio a vida das pessoas, promovendo a autonomia para uma atividade solidária e sustentável. A educação deve fazer parte da existência desta população, portanto, deve ser criada e condicionada pela forma como as populações assentadas vivem.

O assentamento como um lugar específico, com uma combinação social, política, cultural, territorial e econômica, singular, deve condicionar a pedagogia a essa singularidade. Os lugares educam mais que a escola e para que a educação formal seja um instrumento desta população para se desenvolver, a escola, deve se inserir à realidade dos assentamentos.

A pedagogia dos assentamentos deve ter a produção familiar como ponto de partida por causa da agricultura familiar, e educar os assentados para a ajuda mútua, para a ação política, para valorização dos elementos culturais que brotam de sua existência particular, formação da identidade, para relações horizontais e, deve, sobretudo, ser gerida pela comunidade, assim como a própria escola.

Se a pedagogia dos assentamentos não se basear e vivenciar uma pedagogia autônoma ela se tornará tão desnecessária aos assentados quanto é o latifúndio.

A experiência nos assentamentos rurais - Pronera

Iniciamos o trabalho com Educação de Jovens e Adultos nos assentamentos rurais através do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, uma parceria firmada entre INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e UNESP – Universidade Estadual Paulista. Este projeto teve como objetivo implantar 21 salas de alfabetização de jovens e adultos em diferentes assentamentos nas regiões do Pontal do Paranapanema e Andradina no extremo oeste do Estado de São Paulo. O PRONERA é fruto das reivindicações dos movimentos de luta pela terra junto ao Governo Federal. Este Programa nasce de necessidades criadas pelo MST e os movimentos sociais rurais, que reivindicaram junto ao Governo Federal a priorização e valorização da educação do campo com características de um programa voltado especificamente à educação para as pessoas em assentamentos rurais.

Uma dessas características está relacionada à escolha da monitora,

aquela que desenvolverá a alfabetização no assentamento. Esta monitora-educadora foi escolhida pela comunidade assentada, alguém em quem a comunidade confia a ponto de lhe atribuir tal responsabilidade. Em nosso caso, o planejamento das capacitações e das visitas pedagógicas foi conduzido através das discussões coletivas com os coordenadores locais do MST, nas quais a realidade do campo começou a transformar o imaginário da universidade: professora e estagiárias. As produções pedagógicas que o setor de educação do MST elaborou passou a ser utilizada no desenvolvimento das ações pedagógicas juntamente com as experiências já desenvolvidas pelo grupo da universidade.

A função da Universidade era a de promover a capacitação e escolarização de monitores de EJA dos assentamentos, assim como acompanhar periodicamente as salas de aula. A avaliação apresentada a seguir foi discutida coletivamente com os coordenadores locais de educação do MST dois anos após o encerramento do convênio:

- Descobrimos que cada parceiro tem o seu tempo: a Universidade acostumada com o tempo muito apressado onde os relatórios têm sempre datas específicas para serem entregues buscou estar junto com o tempo do INCRA, duas instituições governamentais acostumadas com a burocracia, entretanto, o tempo dos coordenadores locais e monitoras/educadoras e MST possuem um tempo diferente, aonde a organização de seu tempo vai de encontro com o plantio e colheita, ordenha e entrega do leite, ao mesmo tempo em que participam de eventos de seu próprio movimento, pois como nos disseram o MST é um movimento e como tal está sempre em movimento, esta adequação foi importante para que não deixássemos a burocracia das Instituições governamentais interferirem no processo.

- Descobrimos o trabalho coletivo em sua concepção primordial, pois as discussões entre as instituições eram “demoradas”, para nós da universidade acostumadas a tomar decisões solitariamente, mas aprendemos a discutir e chegar sempre em um ponto comum que não privilegiasse nenhuma das Instituições, mas ao grupo como um todo.

- Descobrimos um trabalhador do campo que luta pela conquista de seus direitos, sabe se colocar diante das dificuldades apresentadas buscando soluções no coletivo de seu grupo.

Quando o convênio se encerrou demos continuidade ao trabalho de capacitação e assessoria às monitoras/educadoras, que continuaram o processo voluntariamente, em dois assentamentos em parceria com o ITESP – FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, órgão responsável pela política de reforma agrária do Estado de São Paulo.

Junto a Assistente Social do ITESP elaboramos uma proposta de educação do campo, onde procuramos através de um trabalho sistemático

envolvendo pesquisa-ação, buscar alternativas para superação de alguns dos problemas enfrentado na EJA do campo.

Procurando contribuir com a formação dessas educadoras, começamos a fazer um acompanhamento semanal com orientações pedagógicas. Num período de duas horas, ensinamos e aprendemos com as educadoras, e, estes encontros proporcionaram momentos de reflexão e conhecimento sobre as nossas diferentes culturas.

As educadoras a partir desse acompanhamento semanal sentiram-se mais valorizadas e confiantes para o desenvolvimento do trabalho. O acompanhamento destas educadoras foram uma atividade de profunda satisfação para todos estagiários, tanto do ITESP, quanto os da Universidade, porque permite uma aproximação entre a Universidade e a realidade da vida nos assentamentos rurais.

A parceria com o ITESP nos garantiu as salas de aulas e toda infraestrutura necessária, assim como, o levantamento da demanda, os educandos e as negociações com a Prefeitura Municipal, assim como a contratação de uma estagiária do último ano de pedagogia que tem como compromisso a elaboração de um projeto para educação do campo e acompanhamento ao trabalho desenvolvido junto à assistência social.

O resultado mais relevante desse trabalho foi à contratação destas duas educadoras para o desenvolvimento de projeto de ensino rural pelo poder público local.

A contratação dessas educadoras foi através de um edital de concurso que foi elaborado em parceria com a secretaria municipal. O interesse da Universidade e do ITESP era de que mantivéssemos essas educadoras que foram escolhidas pela comunidade no tempo do PRONERA e que continuaram o seu trabalho dentro dos seus assentamentos.

A infra-estrutura da sala de aula foi aos poucos sendo conquistada como boa iluminação, lousa, janelas e portas adequadas, etc. No início de 2005 conseguimos um transporte para dentro do assentamento, com isso os educandos começaram a frequentar as aulas mais assiduamente. Este transporte escolar sempre foi uma reivindicação, porque os assentamentos são áreas de grandes extensões, e os educandos para irem até a sala de aula, muitas vezes percorriam vários quilômetros a pé, após exaustivo dia de trabalho. Entendemos hoje que sempre estamos nas mãos de uma política municipal com boa vontade política em realizar as necessidades dos assentamentos, assim, aprendemos que a parceria com o poder público municipal é muito importante.

Formação: processo de cultura e educação na construção do educador de jovens e adultos do campo

Buscamos neste processo de formação de educadores(as) compreender

“ o tecido vivo de uma trama de fios de relações entre pessoas e categorias de pessoas.” para que pudéssemos, não invadindo os seus espaços, contribuir para a passagem coletiva de agentes tradicionais para agentes orgânicos de sua própria classe. (Brandão, 2002,p. 93)

Acreditamos que a universidade tem como função instrumentalizar as educadoras em cada passo e acompanhá-las em sua trajetória política através da cultura e como cultura, através do conhecimento socializado e interpretado, de um fazer sistematizado para fortalecer o seu poder de resistência diante do trabalho sistemático do poder dominante e invasor.

Para iniciar, discutimos no coletivo (educadoras, assistente social do ITESP, estagiárias, bolsistas, professora universitária) a demanda para as salas de aulas de alfabetização que deveriam ser implantadas dentro dos assentamentos. O primeiro levantamento revelou uma grande demanda. Este levantamento foi elaborado através de visitas das educadoras de lote em lote dos assentamentos para verificar quantos, quem, e onde moravam as pessoas que poderiam frequentar as salas de aula.

Inicialmente a nossa expectativa era de se montar quatro salas de aula em dois dos assentamentos no município. A trajetória para a implantação das salas foi conquistada com persistência. Em nossos encontros pedimos para que os conflitos que fossem surgindo fossem trazidos para o nosso encontro, para que pudéssemos articular ações de soluções dos problemas para a implantação das salas.

Acreditamos que o processo de formação e profissionalização das educadoras não acontece espontaneamente. É preciso que participem do universo político e pedagógico o que passa pela gestão das dificuldades de implantação das salas de aula, desde o levantamento de demanda, necessidades materiais a ser utilizado, planejamento, planos de aulas, enfim, projeto pedagógico, até discussões com o poder público e as lideranças da comunidade e, não somente receber os educandos e educandas e iniciar as aulas.

Nos assentamentos temos que conquistar os espaços passo a passo, reconhecer os agentes que são lideranças, reconhecer as lutas, não só pela terra, mas pelo direito de ser um cidadão daquela cidade onde está implantado o assentamento.

Observamos que o poder público demorou um pouco para reconhecer aquelas pessoas assentadas como parte integrante de seu município. Como os assentamentos ora são realizados pelo INCRA – quando as terras são improdutivas, e ora o são pela Fundação ITESP – quando as terras são devolutas, as pessoas foram consideradas de responsabilidades destas instituições, até que as reivindicações das necessidades básicas começaram a aparecer: luz, água, escolas, postos de saúde, médicos, serviços e etc.

I - Implantação das salas de aulas em dois assentamentos

Houve o levantamento da demanda pelas educadoras e observamos que teríamos pessoas em várias etapas do processo de escolarização que desejavam frequentar as aulas por vários motivos. Obtivemos entre quarenta a cinquenta e cinco inscrições para cada uma das quatro educadoras, estas listas contém nomes, idade e número do lote.

Entre as quatro salas, duas ainda teriam que ser reformadas, as casas de madeira construída antes da implantação dos assentamentos estavam muito velhas, apesar da padaria comunitária ter sido locada numa destas casas. E as outras duas salas já haviam iniciado as aulas, como já afirmamos, durante o convênio do PRONERA (2001-2002), a qual duas educadoras voluntariamente haviam dado continuidade.

As educadoras, que já estavam sendo assessoradas pela parceria Unesp/ Itesp participaram durante dois anos de todas as atividades realizadas dentro da Universidade: Seminários, Fóruns, Semana da Pedagogia e, também dos encontros realizados pelo ITESP nos assentamentos. Para tal, a assistente social as transportava e elas tinham a isenção das inscrições para participar dos eventos.

Uma delas, têm o curso de HEM- Habilitação Específica para o Magistério e a outra, apenas o ensino médio, e, isto foi um dos obstáculos para a sua contratação. Mas a vontade política em dar continuidade a escolaridade de seus educandos sempre foi o compromisso dessas educadoras.

Após dois anos de trabalho voluntário foram contratadas em meados de 2003 pelo prazo de um ano, através de um edital elaborado pela secretária de educação substituta, uma pessoa comprometida com a educação e com os assentamentos de seu município, e que deixou o cargo antes mesmo da conclusão do contrato das educadoras.

O retorno da secretária de educação, a efetiva do cargo, escolhida pelo prefeito, coincide com o término do contrato, assim iniciamos as novas negociações e para tanto fizemos um novo levantamento da demanda e mostramos a necessidade de que cada assentamento tivesse duas salas de aula, porque um dos assentamentos é cortado por um rio e tem uma configuração de

distribuição de terras específica, e a outra porque o assentamento era extenso e a sala de aula ficava distante de vários lotes. Verificamos numa visita ao local a precariedade das novas salas, entretanto tivemos a esperança de que a secretária municipal fizesse a reforma.

Porém, as dificuldades apareceram nos primeiros dias de aula, poucos educados começaram a freqüentar, e havia em média de dois a três alunos diferentes em cada encontro para as aulas. Um dos fatores foi a falta de um transporte dentro do assentamento e também não havia merenda e como já dissemos o local muito precário com falta de uma iluminação adequada, as aulas ficaram prejudicadas. Mas insistimos porque queríamos que o local sofresse reformas.

Mais tarde essas educadoras das novas salas de aula reconheceram que o poder público municipal não queria reformar as salas para as aulas de jovens e adultos. Assim, adiou durante quatro meses a contratação das quatro educadoras e durante este tempo, enquanto buscávamos soluções dentro do assentamento, mediando os diálogos com os líderes e os educandos, a secretária de educação chamava uma de cada vez em seu gabinete, como uma conspiração, para inviabilizar essas duas salas.

O poder municipal não aceitava melhorar as condições de trabalho de duas educadoras, porque não estava querendo investir no assentamento; as duas novas salas foram fechadas, duas educadoras cansadas de lutar desistiram. Pelo que pudemos entender o município “economizou” em duas salas de aula para jovens e adultos dentro do assentamento.

Este foi um grande aprendizado para as educadoras que perceberam a importância de resolver os problemas no coletivo e não individualmente. Ser um agente de educação é participar de todo o processo coletivamente, reconhecer as forças políticas e seus interesses, re-conhecer as dimensões sociais e a importância do coletivo para as resoluções de problemas, e, aprendemos a ter paciência e tolerância.

Falo da tolerância como virtude de convivência humana. Falo, por isso mesmo, da qualidade básica a ser forjada por nós e aprendida pela assunção de sua significação ética – a qualidade de conviver com o diferente. (Freire, 2004,p.24)

Essa experiência nos levou a refletir sobre a frase utilizada pelo MST - invadir, resistir e construir, e percebemos que não soubemos resistir para construir.

Diante deste fato pode-se observar que a estratégia utilizada pelo dominador, no caso a secretária de educação, foi uma estratégia astuciosa que

causou disputa entre as educadoras, colocando uma contra a outra e, com isso a destruição da identidade do grupo que estava se formando, compreenderemos este fenômeno através da pedagogia do oprimido, pois a imersão em que vivemos como oprimidos que não se pode divisar a ordem que serve aos opressores:

Ordem que, frustrando-os no seu atuar, muitas vezes os leva a exercer um tipo de violência horizontal com que agredem os próprio companheiros. Ao agredirem seus companheiros oprimidos estarão agredindo neles, indiretamente, o opressor também ‘hospedado’ nele e nos outro. FREIRE(2006,p.55)

Portanto, tivemos o fechamento de duas salas sem que tivéssemos tido a oportunidade de organizar os educandos para dialogar politicamente com o poder público, para garantir a continuidade das aulas.

Percebemos... que trazemos como herança cultural a história de exclusão, fragmentada e marcada, como composta em pedaços que não se combinaram; por isso percebe-se nesta imagem os desencontros das partes rompidas e emendadas pelo tempo.... por terem acreditado demais e por muito tempo, em nossos dominadores. (REVISTA CULTURA E MST, p.11, 2001).

A contratação das duas educadoras também foi feita de maneira individual, cada uma foi chamada para assinarem o contrato em dias diferentes, e, como moram em assentamentos diferentes e não possuíam um meio de comunicação eficaz, só ficamos sabendo durante o encontro pedagógico semanal.

A capacitação e o acompanhamento pedagógico

Iniciamos a capacitação com as quatro educadoras presentes, mais a estagiária e os bolsistas. Esta capacitação foi realizada nas dependências da Secretaria de Educação do município.

Iniciamos com o pensamento firme de que,

Se, de um lado, a educação não é a alavanca das transformações sociais, de outro, estas não se fazem sem ela. Se de meu projeto de ação política, por exemplo, excludo

a ação educativa por que só depois da transformação é que posso me preocupar com educação, inviabilizo o projeto. (FREIRE, 2000,P.91).

Foram três dias e 24 horas de trabalhos com oficinas de preparação das educadoras para a alfabetização e construção de nosso projeto pedagógico.

Os temas sugeridos e executados foram:

- O alfabetismo e a construção da escrita;
- A matemática da vida no campo;
- Tema gerador e a interdisciplinaridade.

Nenhum tema é apenas o que aparece na forma lingüística que o expressa. há algo mais oculto, mais profundo, cuja explicitação se faz indispensável à compreensão de uma forma gera. (FREIRE, 2006, p.113).

Após esta capacitação iniciamos os encontros de duas horas semanais numa escola municipal, indicada pela secretária de educação, assim, ela poderia manter melhor o controle sobre os nossos encontros, onde era oferecido um almoço para as educadoras. Tínhamos que iniciar às 12:30 hs., pois era o horário que a turma da manhã da escola já tinha ido embora e a turma da tarde ainda não havia chegado, assim tínhamos exatamente duas horas de encontro até o horário de intervalo das professoras da escola, porque o encontro é realizado na sala de professores.

Insistíamos com as educadoras para aproveitarem o horário após o encontro pedagógico para visitar a biblioteca municipal, conversar com a supervisora de ensino da prefeitura, que ficou responsável por estas salas de aula, e encontrar outras (os) professores(as) da rede municipal, para que não se sentissem tão isoladas do contexto de seu município.

Durante os primeiros encontros pedagógicos semanais desenvolvemos o diálogo sobre o calendário escolar anual;

1. horário das aulas, número de dias letivos, dias das reuniões pedagógicas, feriados;
2. Atividades culturais: festividades e encontros nos assentamentos para reuniões.
3. recesso escolar.

Cada calendário saiu diferente do outro porque as necessidades de cada sala eram diferentes e a disponibilidade das educadoras também, não podemos esquecer que são pessoas que trabalham em seus próprios assentamentos. Estes calendários foram homologados pela Secretária de Educação, pela Supervisora de Ensino e pela professora da Universidade. Foi o primeiro documento reconhecendo a existência dessas salas de aula de Educação de Jovens e Adultos nos assentamentos.

Enfim, a nossa intenção era o comprometimento com a Secretaria Municipal de Educação não só com as educadoras, mas também, com a comunidade envolvida nas salas de aula e ao mesmo tempo o compromisso das educadoras em terem uma rotina organizada num documento oficial para que seus educandos tivessem idéia da responsabilidade e compromisso em participar das aulas.

Com a discussão do calendário aparece a necessidade de se fazer um plano anual de atividades pedagógicas, ao mesmo tempo discutíamos os processos de alfabetização e escolarização que aconteciam no cotidiano da sala de aula.

O Plano Anual também foi homologado, e foi uma conquista para as educadoras, pois viram seus objetivos e suas atividades sistematizadas, e foi um longo período de aprendizagem didática, aproximadamente quatro meses, quando finalmente saiu a contratação de somente duas educadoras.

Enquanto trabalhávamos na elaboração do Plano Anual e o cotidiano das aulas surgiu a necessidade de compreender a interdisciplinaridade e o tema gerador. Para iniciar o tema gerador foi proposto um resgate da história de vida de seus educandos,

A metodologia Didática (reconstruída) coloca o conhecimento do cotidiano escolar como ponto de partida para planejar ações que permitam transformá-lo. Recupera a história dos alunos como fator principal para entender suas representações. Reconhece que a prática e os saberes que podem ser observados no professor e aluno é resultado da apropriação que eles fazem da prática e dos saberes históricos-sociais. (CUNHA,1989, p.39).

Dando ênfase em seus períodos da infância, isto é, com quem moravam, como produziam com a família, e como era onde moravam. Estas lembranças trouxeram de volta a cultura familiar de cada um da sala de aula, e, observaram que o lugar de sua moradia quando pequenos, era também a zona rural e ao redor da casa havia pomar, horta, chiqueiro, galinheiro e uma pequena plantação de milho, batata, mandioca, cana - de - açúcar. Perceberam a diferença da realidade em seus assentamentos, e discutiram também como era a alimentação de quando eram crianças. A partir daí as educadoras sugeriram como tema gerador : ALIMENTAÇÃO.

O tema, como nos ensinou Paulo Freire, não é propriamente definir o conceito do tema, mas ter uma atitude comprometida para transformar a realidade conhecendo-a cientificamente buscando a verdade dos fatos, através da dialogicidade, não numa troca de idéias, mas no compartilhar conhecimentos

na re – construção do cotidiano das histórias que se entrelaçam na constituição de um grupo que tem sua cultura criada em suas histórias. Concordamos com Freire (2006, p.95) quando explicita ,

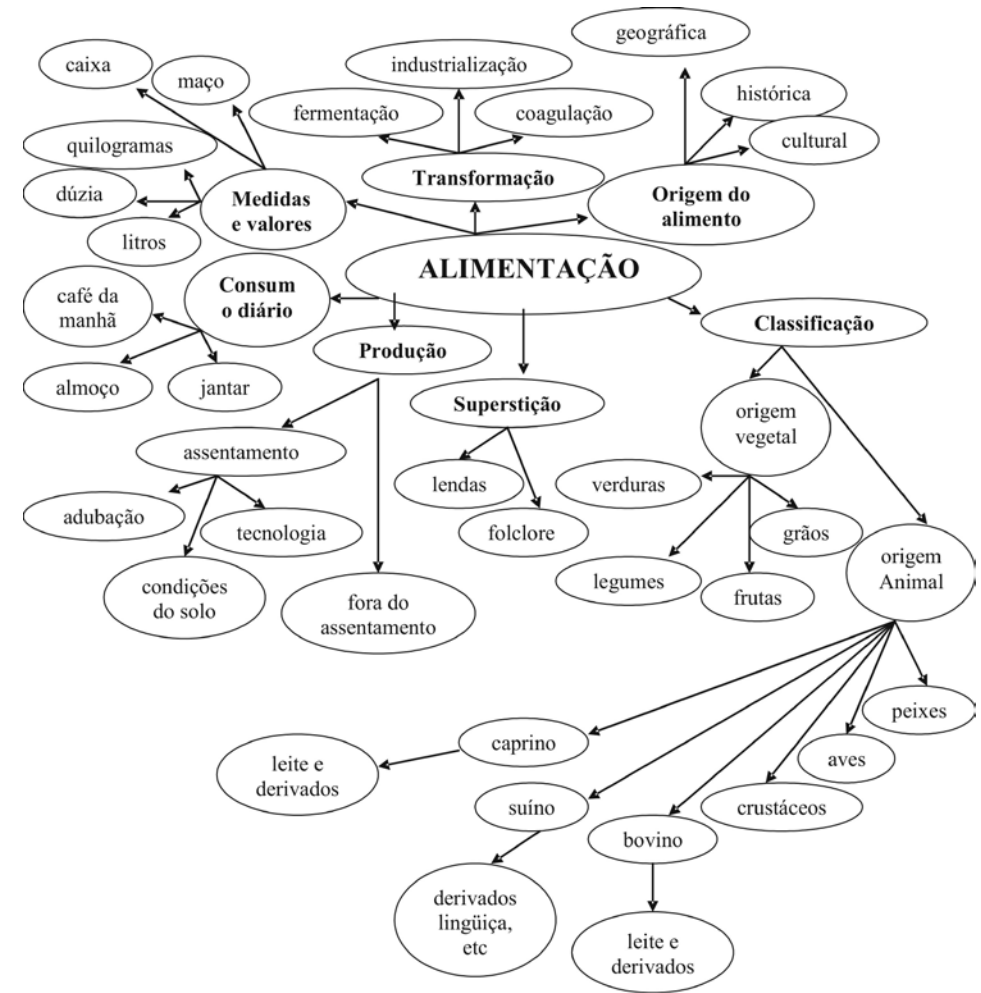
Ao fundar-se no amor, na humildade, na fé nos homens, o diálogo se faz numa relação horizontal, em que a confiança de um pólo no outro é conseqüência óbvia.

Foi muito discutido este tema, porque a preocupação das educadoras era o aproveitamento de alimentos que plantavam ou que poderiam plantar em seus lotes. Em nossas discussões e buscas descobrimos que o SESI de Presidente Prudente oferecia um curso “Alimente-se por R\$1,00”, duas de nós fez o curso, totalmente gratuito, e recebemos por doação 30 livros. O documento de agradecimento redigido pelos educandos foi entregue ao diretor regional do SESI e, quando levamos as educadoras para conhecerem a cozinha do Sesi e suas dependências e na ocasião mostraram o material que haviam desenvolvido nas aulas junto com os educandos utilizando o livro doado.

Este livro deixou os educandos fascinados, porque as receitas são simples, sem desperdícios e utilizam material de horta e alimentos que poderiam ser plantados. Tivemos casos de educandas que retornaram às aulas somente pelo desejo de re-conhecer as receitas. Re-conhecer, porque vimos que as receitas não eram tão inovadoras, pois muitas foram reconhecidas em suas lembranças.

Este projeto teve os seguintes objetivos os quais foram discutidos coletivamente e sistematizado desta forma:- levar o educando a valorizar uma boa alimentação;- saber preparar receitas adequadamente sem desperdício;- identificar diferentes tipos de vitaminas, sais minerais e suas funções;- utilizar corretamente o sistema de medidas;- compreender a importância de utilizar alimentos de safra a safra (mais baratos e de melhor qualidade);- prevenir-se de doenças transmitidas pelos alimentos;- saber conservar corretamente os alimentos;- utilizar da horta doméstica;- compreender as influências da culinária brasileira; compreender as transformações dos alimentos e o perigo do alimento industrializado.

Para atender aos objetivos montamos o seguinte mapa conceitual:



Com estes conceitos elaboramos o projeto que teve duração de seis meses, e muitos diálogos foram abordados e principalmente o desenvolvimento da agricultura familiar com o resgate de memória sobre as próprias produções agrícolas de quando crianças em comparação com hoje, o que se comprava em super mercado na cidade, como eram feitas as receitas da alimentação do dia a dia em suas casa; se essa alimentação poderia ser modificada a partir dos novos conhecimentos; entretanto, uma discussão muito importante foi a necessidade de se construir uma horta.

Primeiro aparece a discussão de cada um com a sua horta em seu lote, e, depois a idéia da construção de uma horta comunitária em torno da “escola”. Com esta discussão surge a lista de materiais necessária para a construção de um local para horta, e, discutiu-se também, a necessidade de se plantar árvores junto com a horta para que se tivesse sombra e um bom lugar de encontros, reuniões e festas.

Quando FURTER (1966) destaca que a liberdade se manifesta por um diálogo firme e amplo entre os indivíduos e os grupos, e, o planejamento suscita e promove as condições indispensáveis à prática dessa liberdade, nos esclarece que não pode haver planejamento de ações pedagógicas sem a compreensão do outro, sem a sua inteligência que facilitará a realização das práticas e das reflexões pedagógicas.

Refletir é olhar a própria ação de uma maneira particular e à distância. Refletir é distinguir-me para melhor tornar-me sujeito do que faço. (p.28 e 29)

O grande desafio das educadoras era o como desenvolver o mapa conceitual, isto é, o fazer da sala de aula, um plano de aula que desse conta do cotidiano da sala de aula, “o como” transformar o mapa conceitual em atividades didáticas para alfabetização e escolarização, para tanto a proposta era de que o plano de aula tivesse seis etapas, são elas:

1- Problematização - Problematizar é incentivar os educandos a levantar problemas, a não aceitar a realidade de um só ponto de vista; estar caminhando junto com os alunos na busca de resolver problemas e resolver problemas é identificar, classificar, analisar, sintetizar e buscar soluções alternativas, é o educador/educando desenvolvendo habilidades de escritor, leitor e pesquisador, reelaborando e produzindo conhecimentos.

2- Aula expositiva dialógica: uma aula emancipadora; que permita a fala dos educandos, porque assim eles se expõem e se expõem conhecimentos suas experiências,

sua sabedoria e principalmente suas dúvidas e, com suas dúvidas reconhecemos suas hipóteses sobre o conhecimento abordado. (LOPES,1996)

Problematizando a fala do educando estaremos permitindo que sua curiosidade o leve a percepção crítica da realidade. Portanto, estaremos eliminando a passividade do aluno, a memorização e o verbalismo do educador, adotando assim, uma prática pedagógica que busca os conhecimentos e conteúdos necessários para solucionar os problemas colocados pelo educador e pelo educando.

2 - Instrumentalização: instrumentalizar o educando é fazer uma escolha de conteúdos que não são colocados de forma rígida, tradicional, mas conteúdos escolhidos coletivamente e o educador é aquele que sabe coordenar esse momento para a escolha acertada. Não estamos falando dos conteúdos pré-elaborados, mas de conhecimentos universais no contexto histórico-social.

3- Estudo de texto: estudar um texto é trabalhar nele de modo analítico e crítico, desvendando sua estrutura, percebendo os recursos utilizados pelo autor para a transmissão da mensagem, descobrindo o objetivo do autor, antevendo hipóteses, testando-as, confirmando-as ou refutando-as. Para que o Estudo de Texto se realize com plenitude, além do desenvolvimento das habilidades de compreensão, análise, síntese, julgamento, inferência, etc, é necessário que haja, também, uma etapa final, em que os alunos exteriorizem, pela produção própria, algo que adquiriram com o Estudo de Texto. (AZAMBUJA, SOUZA,1996, p.49).

Esta é uma técnica de ensino que nos dá vantagens, pois envolve o educando à medida que o educador sugere pontos de reflexão tornando a leitura do texto um ato dinâmico e produtivo onde o aluno aprende a ser um leitor que questiona, confronta, levanta hipóteses na busca de significados e compreende que o texto é um diálogo com o autor e que tem um ponto de vista, e que o próprio texto pode oferecer múltiplos sentidos. Não esquecendo a importância da diversidade de textos a serem apresentados: textos informativos, poesias, textos narrativos, poemas, músicas, textos publicitário, e principalmente textos científicos de vários autores que abordem o mesmo tema.

4- O Estudo do meio: é uma abordagem interdisciplinar e isto significa encontrar conteúdos para melhor compreender o homem interagindo com o mundo, que não é senão a relação do homem com e na sociedade e, isso se faz partindo de um pressuposto teórico. (FELTRAN & FILHO,1996).

O estudo do meio é uma técnica pedagógica que se realiza por meio da pesquisa, isto é, utilizam-se instrumentos metodológicos diversos, registra-se e interpreta-se a realidade propondo alternativas. Assim, o ensino estará sendo planejado e avaliado em múltiplos aspectos pelos alunos e professores envolvidos e comprometidos com a transformação social.

5- Texto coletivo: quando o educador(a) coordena a síntese do aprendido e compartilhado construindo no diálogo, utilizando várias técnicas, a re-elaboração dos conhecimentos, ao mesmo tempo incentivando seus educandos a produzir novos textos e novos conhecimentos a partir dos conteúdos aprendidos.

Veiga (1995) esclarece que:

...ensinar não significa apenas ir para a sala de aula transmitir conhecimentos, mas também um meio de organizar as atividades para que o aluno aprenda e produza conhecimentos.

Percebemos a importância da estrutura que trabalhamos com essas educadoras, que segue a mesma implantada com nossos bolsistas que atuam no PEJA- Programa de Educação de Jovens e Adultos da UNESP, onde iniciamos todo semestre com capacitação e semanalmente acompanhamento pedagógico.

Este acompanhamento é a construção coletiva de uma pedagogia que atende as necessidades das educadoras, ao mesmo tempo em que há uma reconstrução de conhecimentos didáticos e metodológicos, porque podemos compartilhar juntas todas as angústias e ansiedades, momentos imprescindíveis para estabelecer as relações afetivas e de confiança entre os pares e o educador mais experiente, (sem estabelecer essa relação de confiança não se consegue ouvir os medos, as incertezas); imprescindível também, porque é o momento de reflexão sobre a prática pedagógica; imprescindível, porque descobre-se que não estamos sozinhas nesta luta, mas se tem companheiros e companheiras vivenciando experiências semelhantes.

A construção de uma educadora reflexiva se dá justamente na capacidade e competências que vão sendo construídas através dos diálogos com seus parceiros e com outros mais experientes. A competência de coordenar o diálogo com as teorias e práticas pedagógicas; os diálogos com a sua própria sala de aula, onde aprende a ouvir suas dúvidas e as de seus educandos; os diálogos com autores e pesquisadores; e principalmente o diálogo com o seu saber - fazer na análise e síntese de sua reflexão em ser uma educadora popular.

Referências

- AZAMBUJA, J.Q.; SOUZA, M.L.R. O Estudo do Texto como Técnica de Ensino. In: VEIGA, I.P.A. (Org.) **Técnicas de Ensino: Por que Não?** 4.Ed. Campinas, SP: Papirus,1996.
- BRANDÃO, C.R. **A Educação como Cultura**. Campinas,SP: Mercado das Letras. 2002.
- CUNHA, M.I.da. A Pesquisa qualitativa e a didática. In: OLIVEIRA, M.R.N.S. (Org.) **Didática: Ruptura, compromisso e pesquisa**. São Paulo, SP: Papirus, 1995.
- FELTRAN, R.D.C. de S.; FELTRAN, A.F. Estudo Do Meio. In: VEIGA, I.P.A. (Org.) **Técnicas de Ensino: Por que Não?** 4.Ed. Campinas, SP: Papirus,1996.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Tolerância**. Organização e notas de Ana Maria Araújo Freire. São Paulo,SP: Editora UNESP, 2004.
- FREIRE, P. **Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos**. 11.Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 43.Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Indignação, cartas pedagógicas e outros escritos**. 6.Ed. São Paulo: Editora UNESP. 2000.
- FURTER, P. **Educação e reflexão**. 14.Ed. Petrópolis: Vozes, 1984.
- LOPES, A.O. Aula Expositiva: Superando o Tradicional. In: VEIGA, I.P.A.

(Org.) **Técnicas de Ensino:** Por que não? 4.Ed. Campinas, SP: Papyrus,1996.

REVISTA CULTURA E MST, UnB, Brasília,DF, 2001.

VEIGA, I.P.A. A Pesquisa qualitativa e a didática. In: OLIVEIRA,
M.R.N.S.(Org.) **Didática:** Ruptura, compromisso e pesquisa. São Paulo, SP:
Papyrus, 1995.